



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 151/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br

Assunto: **Renovação - Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado**

Referência: Caso responda este Ofício, **indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.**

Prezado(a)s,

1. Comunicamos que o Acordo de Cooperação Técnica - ACT celebrado entre essa Instituição Financeira - IF, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV para operacionalização de empréstimos consignados em benefícios previdenciários, publicado em 22/04/2015 no DOU nº 75, seção 3, pág. 62, **terá sua vigência encerrada em 22/04/2020.**

2. Para renovação deste Acordo, caso seja do interesse dessa instituição, deverá **encaminhar ofício contendo expressamente manifestação de interesse para celebrar Novo Acordo** com o INSS, **antes do término da vigência** em 22/04/2020. O documento deverá conter, cumulativamente, as seguintes informações, conforme modelo constantes do **ANEXO III**:

- 2.1. **Razões** da Instituição para a propositura do ACT;
- 2.2. Informações quanto à **rede de atendimento** da Instituição Requerente, inclusive com indicações específicas quanto à sua **capilaridade** (localizações de instalações físicas, matriz, filiais, representações etc);
- 2.3. Informações quanto à **viabilidade** da Instituição Requerente em executar o ACT e quanto à **adequação** do ACT à missão institucional da Instituição Requerente;
- 2.4. Informações detalhadas quanto à **capacidade** da Instituição Requerente em atender a política pública de acesso ao crédito consignado;
- 2.5. Informações quanto à **rede de atendimento da instituição cessionária**, inclusive com indicações específicas quanto à sua **capilaridade** (localizações de instalações físicas), caso o ACT requerido tenha por objetivo cessão de crédito;

- 2.6. Indicação do **capital social** e apresentação dos seguintes documentos comprobatórios: ata da Assembleia Geral mais recente que alterou o capital social e cópia integral do processo administrativo havido na Junta Comercial do estado que alterou o valor do capital e ofício do BACEN que deferiu a alteração de capital; e
- 2.7. **Relação nominal atualizada de dirigentes**, contendo CPF, com envio de documentos pessoais (documento de identificação civil e CPF);
- 2.8. Indicação do nome e CPF do **responsável pela assinatura do ACT**, com o artigo do estatuto social, ou do ato específico, ou do ato de delegação que estabelece a competência para firmar o Acordo com envio de documentos pessoais (documento de identificação civil e CPF);
- 2.9. Indicação do nome completo da **testemunha**, para assinatura do ACT, com envio de documentos pessoais (documento de identificação civil e CPF).;
- 2.10. Indicação do nome do contato, com telefones e *e-mails* de contato para troca de informações referentes ao ACT;
- 2.11. **Declaração de compromisso** em respeitar os termos da legislação referente ao empréstimo consignado (Lei n.º 10.820/03 e Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008), bem como do ACT e do Plano de Trabalho;

3. O ofício devidamente preenchido deverá ser encaminhados ao e-mail <[acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)> com o assunto "**Renovação de ACT Banco Industrial do Brasil S.A.**" para cadastramento do requerimento no Sistema SEI-INSS.

4. Os demais documentos (lista anexa) deverão ser encaminhados via **peticionamento eletrônico**, no Sistema SEI-INSS, diretamente e individualmente no processo informado acima, o cadastramento deverá ser realizado pelo responsável para envio da documentação, através do link: [SEI\\_USUÁRIO\\_EXTERNO](#).

5. Os documentos pessoais para acesso ao SEI-INSS externo deverão ser encaminhados para o e-mail <[acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)>, com o assunto "**Cadastro Externo Banco Industrial do Brasil S.A.**".

6. A ausência de manifestação de interesse ou apresentação fora do prazo, conforme item 2 deste Ofício, ensejará a **rescisão do Acordo** por término da vigência e automaticamente o **encerramento das operações** de averbações para novos contratos de empréstimo.

7. Segue em anexo a nova minuta do acordo em adequação a Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28, de 16 de maio de 2008, conforme alterações introduzidas pela Instrução Normativa INSS/PRES n.º 100, de 28 de dezembro de 2018, bem como pela Portaria n.º 76/2020/DIRBEN/INSS, de 03 de fevereiro de 2020, bem como o Plano de Trabalho para conhecimento e aprovação, conforme item 2.11 (este documento não deverá ser assinado).

Anexos: I - Portaria n.º 76/2020/DIRBEN/INSS, de 03 de fevereiro de 2020;  
II - Cadastro usuário externo SEI-INSS\_v2  
III - Orientações Gerais ACT - Lista de Anexos

Atenciosamente,



**KARINA VIANA DE FREITAS**  
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 01/04/2020, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0586017** e o código CRC **D9661062**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 0586017

**Data de Envio:**

01/04/2020 13:53:09

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Empréstimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

digc@dataprev.gov.br

**Assunto:**

Renovação - ACT Empréstimo Consignado (OFICIO 151)

**Mensagem:**

Prezado(a),

Segue em anexo ofício de comunicado para manifestação de interesse para renovação de celebração de ACT de empréstimo consignado para conhecimento.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios-DCBEN

**Anexos:**

PORTARIA 76\_DIRBEN\_INSS\_03.02.2020.pdf

Orientações Gerais ACT - LISTA DE ANEXOS I a X.pdf

1.Cadastro usuário externo SEI-INSS\_v2.pdf

Oficio\_SEI\_0586017.html

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
78  
Fis.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV E A ACORDANTE, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO NA RENDA MENSAL DO RESPECTIVO BENEFÍCIO NA FORMA DA LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004.

Publicado no DOU nº 75  
de 22/04/15  
Seção 03 Fis. 62

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 18, de 1º de fevereiro de 1991 e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992 e pelo Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco O, 8º andar, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, doravante denominado **INSS**, neste ato representado por sua Diretora de Benefícios, CINARA WAGNER FREDO, CPF/MF nº 003.747.539-89, a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, CNPJ nº 42.422.253/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul - Quadra 1 - Bloco E/F, Brasília - DF, doravante denominada **DATAPREV**, neste ato representada por seu Presidente RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPÇÃO, CPF/MF nº 105.508.858-03, e por seu Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS, CPF/MF nº 865.512.487-72 e o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**, CNPJ nº 31.895.683/0001-16 com sede à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP - CEP: 04.543-901, doravante designada **ACORDANTE**, neste ato representada por seus Diretores LUIZ CASTELLANI PEREZ, CPF/MF nº 030.634.508-04 e MIGUEL ANGELO RUBIO JUNIOR, CPF/MF nº 390.829.898-91, celebram o presente ACORDO em conformidade com as disposições contidas no artigo 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 alterado pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 agosto de 2004, conforme cláusulas e condições abaixo ajustadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objeto a operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal ou operação com cartão de crédito com a **ACORDANTE**, participe deste acordo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO

A **ACORDANTE**, desde que observadas as normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as programações orçamentárias, normas operacionais e política de concessão de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou cartão de crédito aos titulares de

TÉRMO DE ACORDO DO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

Página 1 de 14

Acordo de Cooperação Técnica 2015 (0586315)

JOSE MARCIO RUBIO JUNIOR  
Consultor Jurídico - OAB/DF - 11.024

Osvaldo Luiz Rocha J. dos Santos  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.642





benefícios, com pagamento mediante consignação na renda mensal dos respectivos previdenciários.

Parágrafo Único. Para a realização das operações de crédito mencionadas no objeto deste Instrumento, os titulares de benefícios deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada ao amparo deste ACORDO, na forma da legislação em vigor.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

#### I – do INSS:

- a) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **ACORDANTE**, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta “reservas bancária” definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB-Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- b) emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- c) cancelar a consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC no Sistema de Benefícios, caso inexistir a autorização ou a **ACORDANTE** não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN, conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- d) reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **ACORDANTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios – DIRBEN.

#### II – da DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **ACORDANTE**, conforme previsto na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira deste ACORDO;
- b) enviar à **ACORDANTE** arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **ACORDANTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **ACORDANTE** por arquivo magnético – “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado – as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento de benefício em cada competência;
- e) gerar as informações do contra-recibo para a **ACORDANTE** efetuar o respectivo ressarcimento do custo operacional de desenvolvimento, alterações de sistemas, manutenção de base de dados e informações gerais sobre crédito consignado, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste ACORDO;



TERMO DE ACORDO DO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

Página 2 de 14

José Ivanildo Dias Júnior  
Consultor Jurídico - CJUR  
OAB/PB 11.934

Odávio Luiz Rocha F. dos Santos  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar OAB/DF - 23.842



- f) utilizar de forma específica o Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **ACORDANTE** e a DATAPREV.

### III - da ACORDANTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste ACORDO aos titulares de benefício que autorizaram as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente a **ACORDANTE** deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal ou operações com cartão de crédito (Reserva de Margem Consignável - RMC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal de aposentadoria e/ou pensão, observado o "layout" do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado;
- c) as operações de consignação realizadas por cartão de crédito deverão ser enviadas à DATAPREV de forma consolidada em um único valor por mês, a partir do dia 25 de cada mês até o 2º dia útil do mês seguinte;
- d) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou operação com cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **ACORDANTE**, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da "Taxa Referencial de Títulos Federais- Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- e) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea "b", inciso I, da Cláusula Terceira;
- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização de consignação disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou legislação em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o INSS para troca de informações referentes à operacionalização deste ACORDO e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste ACORDO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;

Informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da ACORDANTE ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;



- l) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos de teleprocessamento, conforme padrão definido pela DATAPREV;
- m) obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste ACORDO valendo-se dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a instrução normativa vigente;
- n) encaminhar mensalmente aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- o) a **ACORDANTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada;
- p) a **ACORDANTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- q) fica vedada a contratação de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES

A **ACORDANTE** responsabilizar-se-á integralmente perante os beneficiários e o INSS pela autenticidade das informações relacionadas no arquivo enviado à DATAPREV, na forma prevista na alínea "b", do inciso III, da Cláusula Terceira, sob pena de descredenciamento se apurado quantitativo considerável de irregularidades.

Parágrafo Primeiro. A autorização para a efetivação da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, não persistindo, por sucessão, em relação aos respectivos pensionistas e dependentes.

Parágrafo Segundo. Até o integral pagamento do empréstimo ou da operação com cartão de crédito, a autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC somente poderá ser cancelada mediante prévia autorização da **ACORDANTE** ou caso esta não atenda o contido na alínea "e", do inciso III, da Cláusula Terceira.

Parágrafo Terceiro. Havendo a utilização do meio eletrônico para receber a autorização expressa do titular do benefício, esta somente poderá ocorrer quando for obtida a partir de comandos gerados pela aposição de senha ou assinatura digital do titular do benefício em sistemas eletrônicos de forma que possa atender ao disposto na alínea "f", inciso III da Cláusula Terceira.

Parágrafo Quarto. A autorização do titular do benefício para a consignação do empréstimo ou para a constituição de reserva de margem consignável-RMC não poderá ser feita por telefone, não sendo permitido como meio de comprovação de autorização expressa do titular do benefício a gravação de voz.

Parágrafo Quinto. A **ACORDANTE** deverá cientificar previamente o titular do benefício das informações abaixo elencadas:

- I) valor total com e sem juros;
- II) taxa efetiva mensal e anual de juros;
- III) todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;
- IV) valor, número e periodicidade das prestações;
- V) soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou cartão de crédito; e
- VI) data do início e fim do desconto.







## CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

### I - do INSS:

Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas na Cláusula Primeira, restringir-se-á à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito, autorizados pelos titulares de benefícios e repasse à **ACORDANTE**, no prazo estabelecido na alínea "a" do inciso I, da Cláusula Terceira, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS pela **ACORDANTE**, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.

### II - da DATAPREV:

Em caso de não ser efetuado o processamento integral das consignações devidas nos benefícios previdenciários, em decorrência de falha operacional da DATAPREV, esta deverá comunicar a ocorrência à **ACORDANTE**, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis antes da data prevista para o início da validade dos créditos da competência, para que esta possa tomar as providências necessárias quanto a cobrança das prestações, na forma constante do contrato celebrado entre a **ACORDANTE** e o titular do benefício.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo o não processamento integral na forma prevista neste inciso será imputado à DATAPREV o mesmo valor apurado do custo que envolve o processamento das parcelas de consignação, por cada parcela consignável não processada.

Parágrafo Segundo. Os custos, a que se refere o parágrafo anterior desta Cláusula, deverão ser repassados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, mediante crédito em conta corrente a ser fornecida pela **ACORDANTE**.

### III - da ACORDANTE:

A **ACORDANTE** se responsabilizará pela informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre a **ACORDANTE** e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto.

Parágrafo Primeiro. Na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados indevidamente no benefício previdenciário, a **ACORDANTE** será responsável pela restituição dos valores corrigidos nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS.

Parágrafo Segundo. Quanto às operações de consignação realizadas, será de total responsabilidade da **ACORDANTE**, prestar as informações aos titulares dos benefícios, bem como realizar os acertos que se fizerem necessários.

Parágrafo Terceiro. A **ACORDANTE** adequará seus procedimentos de operacionalização, tais como formulários de autorização de descontos, material publicitário, entre outros, aos termos das normas expedidas pelo INSS e da legislação em vigor sobre a matéria, independente de aditamento do presente termo, respeitado as operações já realizadas e o objeto deste ACORDO



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 2015 (0586315)

Página 5 de 14

José Ivanildo Dias Júnior  
Consultor Jurídico - CJUR  
OAB/PR - 11.924

Julio Luiz Rocha J. dos Santos  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.642

SEI 35014.082469/2020-367 pg. 5



## CLÁUSULA SEXTA - DOS PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES

O Plano de Trabalho que integra este ACORDO, para todos os fins de direito, conterá os procedimentos operacionais necessários para execução do objeto.

Parágrafo Primeiro. A autorização do titular do benefício para que ocorra a consignação dos valores de empréstimos e/ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC no benefício previdenciário, deverá conter a assinatura do titular no formulário previsto como anexo da Instrução Normativa editada pelo INSS ou, desde que contenha todos os dados do anexo, no contrato de empréstimo que contenha cláusula autorizativa para consignação e, em casos de autorização eletrônica, esta deverá seguir o disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º da Cláusula Quarta.

Parágrafo Segundo. A troca de informações entre a DATAPREV e a **ACORDANTE** está especificada no "layout" do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO, ALTERAÇÕES DE SISTEMAS, MANUTENÇÃO DE BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE CRÉDITO CONSIGNADO.

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento, administração, gestão de dados, averbação e lançamento da parcela de crédito consignado, de desenvolvimento e alteração de sistemas, manutenção de bases e informações gerenciais serão cobrados segundo valores e itens faturáveis, agregados ou não, informados em ato próprio da DATAPREV e divulgado a **ACORDANTE**.

Parágrafo Primeiro. Os valores do ressarcimento deverão corresponder exclusivamente aos custos de todo desenvolvimento, manutenção e alteração das rotinas, procedimentos e sistemas que envolvem o crédito consignado no INSS.

Parágrafo Segundo. O INSS, neste ato, expressamente, concede a autorização para que o ressarcimento de todos os custos envolvendo o crédito consignado seja feito pela **ACORDANTE**, diretamente em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV, até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações.

Parágrafo Terceiro. Caso a **ACORDANTE** não efetive o ressarcimento dos custos mencionados nesta cláusula devidos à DATAPREV no prazo estabelecido no parágrafo anterior, sobre estes incidirá atualização monetária entre o dia do vencimento e o do efetivo pagamento, tendo como base o índice correspondente à variação do IGP-M ocorrido entre a data de vencimentos e a data do efetivo pagamento, *pro rata die*.

Parágrafo Quarto. Os valores dos custos a serem ressarcidos poderão ser revistos em prazos e formas conforme especificações técnicas apresentadas formalmente e publicamente pela Dataprev as instituições financeiras conveniadas.

Parágrafo Quinto. Também deverão ser ressarcidos a DATAPREV os custos envolvendo reproprocessamento de arquivos, procedimentos de migração de contratos ou carteiras, ou qualquer outra rotina excepcional criada para atendimento específico a **ACORDANTE** em razão de problemas ocorridos nesta última ou necessidades legais ou normativas.

Parágrafo Sexto. Os custos excepcionais de que tratam o parágrafo anterior, terão seus valores apresentados em planilha específica e comunicados formalmente à **ACORDANTE**.

## CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação.

DE ACORDO DO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

Página 6 de 14

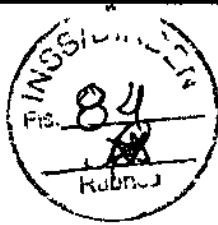
Acordo de Cooperação Técnica 2015 (0586315)

José Ivanildo Dias Júnior  
Consultor Jurídico - CJUR  
OAB/DF - 11.934

Otávio Luiz Rocha F. dos Santos  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.642

SEI 03014.082403/2020-36 / pg. 10





## CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO

O presente ACORDO poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio e escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia, permanecendo, até a data da liquidação do último contrato firmado por força deste ACORDO, as obrigações e responsabilidades do INSS, da ACORDANTE e da DATAPREV, ou seus sucessores, conforme aqui ajustados, relativamente aos empréstimos e operações com cartão de crédito, já concedidos.

Parágrafo Primeiro. A execução do objeto deste ACORDO poderá ser suspensão, pelos prazos fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, para envio de arquivo contendo novas contratações de empréstimos ou operações com cartão de crédito, por determinação do INSS, em caso de constatação de registro de irregularidades quanto às operações realizadas pela ACORDANTE, descumprimento de cláusulas convencionadas e de normas editadas e/ou por não atendimento das solicitações de informações enviadas.

Parágrafo Segundo. O ACORDO com suspensão parcial pelos motivos discriminados no parágrafo antecedente, poderá ter a penalidade cancelada caso o INSS constate que os motivos determinantes foram sanados, ou rescindido caso a ACORDANTE apresente reiteradamente registros de irregularidades, não observando o contido nas cláusulas conveniadas ou normas expedidas por este Instituto.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente ACORDO será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente ACORDO. E, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 16 de abril de 2015.

Publicado no DOU nº 75  
de 22/04/15  
Seção 03, Pág. 62

Pelo INSS:

CINARA WAGNER FREDO

Pela DATAPREV:

RODRIGO ORTIZ D'ÁVILA ASSUMPTÃO

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Pela ACORDANTE:

LUIZ CASTELLANI PEREZ

MIGUEL ANGELO BUSIO JUNIOR

INSTITUTO NACIONAL DO  
SEGURO SOCIAL - INSS

16 ABR. 2015

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS  
DCONB

Stavio Luiz Rocha F. dos Santos  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.842

RK





Testemunhas:

INSS

CPF/RG Nº

DATAPREV

CPF/RG Nº

ACORDANTE

Monica Midori Azeka  
CPF: 514.544.168-38  
RG: 43.680.109-7

*Claudia Ferreira da Silva*  
Coordenação Geral de Monitoramento e  
Gestão de Controles com Clientes - CGMC  
Coordenadora-Geral

*José Ivanildo Dias Júnior*  
Consultor Jurídico - CJUR  
OAB/PB 11.831

*Otávio Luiz Rocha F. dos Santos*  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.642

*Rogério Souza Mascarenhas*  
Diretor de Relacionamento,  
Desenvolvimento e Informações



TERMO DE ACORDO DO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

Página 3 de 14



## PLANO DE TRABALHO

PROCESSO nº: 35000.000175/2015-96

INTERESSADO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

CNPJ nº 31.895.683/0001-16

ENDEREÇO: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo - SP - CEP: 04.543-901

Telefone: (11) 3049-9700

E-mail: inss@bancoindustrial.com.br

**ASSUNTO:** ACORDO para consignação de empréstimos e/ou operação com cartão de crédito nas rendas mensais dos benefícios previdenciários, conforme Lei nº 10.820/2003 com redação dada pela Lei nº 10.953/2004 e Decretos: nº 4.862/2003 e 5.180/2004.

### 1 - OBJETO:

Operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme previsto no artigo 6º, da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004 e pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 de agosto de 2004.

### 2 - DAS METAS:

a) consignar na renda mensal dos benefícios previdenciários o valor para pagamento de operações de empréstimos e/ou cartão de crédito, contraídos pelos titulares de benefícios previdenciários junto às **ACORDANTES**;

b) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para as **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS** credoras dos titulares de benefícios previdenciários;

c) possibilitar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários menores que as praticadas no mercado;

### 3 - ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das consignações.	Após a publicação do ACORDO.
3.2 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela ACORDANTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações efetivadas por meio de cartão de crédito.	A partir do dia 25 de cada mês até o segundo dia útil do mês seguinte, para processamento do benefício do mês corrente.
3.3 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela ACORDANTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações.	Até o segundo dia útil de cada mês, para processamento do benefício do mês corrente.
3.4 Data de envio de arquivo magnético, pela DATAPREV, contendo o retorno do processamento do arquivo mencionado nos itens 3.2 e 3.3.	Até 4 (quatro) dias do recebimento do arquivo da ACORDANTE.





3.5 Envio do arquivo pela DATAPREV informando à ACORDANTE o resultado do processamento mensal das consignações, operações com cartão de crédito e glosas.	Cinco dias úteis antes do início da primeira prestação de benefício.
3.6 Repasse dos valores referentes às consignações efetuadas, em parcela única, pelo INSS às ACORDANTES.	Quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício.
3.7 Repasse à DATAPREV, pelas ACORDANTES, dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo o crédito consignado.	Até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações o valor será creditado em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV. O ressarcimento será efetuado por meio de contra-recibo emitido pela DATAPREV, discriminando o seguinte texto: "este valor total refere-se ao ressarcimento dos custos operacionais de desenvolvimento, alterações de sistemas e manutenção de base de dados e informações gerenciais sobre crédito consignado nos benefícios previdenciários conforme autorização do INSS prevista na cláusula Sétima deste ACORDO celebrado entre a ACORDANTE e o INSS em razão de empréstimos e/ou operações com cartão de crédito, previsto no inciso V do parágrafo 1º do art. 6º da Lei 10.820/03, Decreto 4862/03."
3.8 Liberação do valor do empréstimo pela ACORDANTE ao titular do benefício.	48hs (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada.

#### 4 - DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:

##### 1 - DO INSS:

- repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da ACORDANTE, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta "reservas bancária" definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) ou qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à ACORDANTE solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- cancelar a consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC no Sistema de Benefícios, caso inexista a autorização ou a ACORDANTE não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN ou conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela ACORDANTE de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios – DIRBEN.



Diretor de Recursos Humanos  
Diretor de Benefícios

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 2015 (0586315)  
Página 10 de 12

José Ivanildo Dias Júnior  
Consultor Jurídico - CJUR  
OAB/PE 11.934





## II – DA DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **ACORDANTE**, conforme previsto na alínea "b", do inciso III, da Cláusula Terceira deste ACORDO;
- b) enviar à **ACORDANTE** arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea "a" deste inciso, até quatro dias úteis após seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **ACORDANTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **ACORDANTE** por arquivo magnético conforme "layout" do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado - as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento de benefício em cada competência;
- e) gerar as informações referentes ao valor do custo operacional por parcela consignada, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste ACORDO;
- f) utilizar especificamente o Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **ACORDANTE** e a DATAPREV.

## III – DA ACORDANTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste ACORDO aos titulares de benefício que autorizaram os descontos diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente a **ACORDANTE** deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal ou operações com cartão de crédito (Reserva de Margem Consignável – RMC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal de aposentadoria e/ou pensão, observado o "layout" do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado;
- c) Informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou do cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **ACORDANTE**, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da "Taxa Referencial de Títulos Federais-Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- d) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável RMC de acordo com a alínea "b", inciso I, da Cláusula Terceira;
- e) restituir os valores, corrigidos, nos casos de ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados indevidamente no benefício previdenciário.

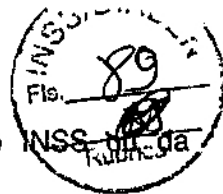


TERMO DE ACORDO DO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

Página 11 de 14

José Ivanildo Dias Júnior  
Consultor Jurídico - CJUR  
OAB/PE 11.934

ROBERTO SOUZA  
Diretor de Relacionamento  
Desenvolvimento de Informações



prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) da notificação expedida pelo INSS ou da manifestação direta do próprio titular do benefício;

- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou da legislação pertinente em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o INSS para troca de informações referentes à operacionalização deste ACORDO e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste ACORDO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- l) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da **ACORDANTE** ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;
- m) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela **DATAPREV**;
- n) obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste ACORDO valendo-se dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a instrução normativa vigente;
- o) encaminhar, mensalmente, aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- p) a **ACORDANTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da **DATAPREV** com a confirmação do registro da consignação solicitada;
- q) a **ACORDANTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- r) fica vedada a contratação de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade pela **ACORDANTE**, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.

TERMO DE ACORDO DO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

Página 12 de 14

José Ivanildo Dias Júnior  
Consultor Jurídico - CJUR  
OAB/PA 11.241



Adriano Souza  
Coordenador de Relacionamento,  
Desenvolvimento e Informações



## 5 - DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:

As consignações dos descontos para pagamento dos empréstimos e de operações com cartão de crédito não poderão exceder, no momento da contratação, a 30 (trinta) por cento do valor da renda mensal do benefício e a reserva de margem consignável-RMC não poderá exceder a 10 (dez) por cento dentro dos 30 (trinta) pontos percentuais acima e obedecendo ao previsto na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, bem como nas Instruções Normativas que regulamentem o assunto.

## 6 - DOS CUSTOS:

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento, administração, gestão de dados, averbação e lançamento da parcela de crédito consignado, de desenvolvimento e alteração de sistemas, manutenção de bases e informações gerenciais serão cobrados segundo valores e itens faturáveis, agregados ou não, informados em ato próprio da DATAPREV e divulgado a ACORDANTE.

## 7 - DO INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO:

A execução do objeto do ACORDO terá início após o cumprimento estabelecido no item 3.1 do cronograma deste Plano de Trabalho, ficando, a vigência e a prorrogação, vinculadas aos prazos estabelecidos no Termo de ACORDO.

Publicado no DOL nº 75  
de 22/04/15  
Seu. 03 Fis. 62

Brasília, 16 de abril de 2015.

Pelo INSS:

CINARA WAGNER FREDO

Pela DATAPREV:

RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPTIO

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Pela ACORDANTE:

LUIZ CASTELLANI PEREZ

MIGUEL-ANGELO RUBIO JUNIOR

*Luiz Rocha F. dos Santos*  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.642

Testemunhas:

INSS

CPF / RG nº

DATAPREV

CPF/RG nº

*Claudia Ferreira da Silva*  
Coordenação Geral de Monitoramento e  
Gestão de Contratos com Clientes - CGMC  
Coordenadora-Geral

ACORDANTE

*Montez Idori Azeka*

CPF/RG nº  
CPF: 314.341.168-38  
RG: 43.680.109-7

*José Ivanildo Dias Júnior*  
Consultor Jurídico - CJUR  
OAB/PA 11.924

TERMO DE ACORDO DO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

Página 13 de 14



ANEXO I



**AUTORIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS OU CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL-RMC NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004.**

EU, \_\_\_\_\_  
Brasileiro(a), residente à \_\_\_\_\_  
data de nascimento \_\_\_\_\_, portador do benefício nº \_\_\_\_\_  
pelo presente autorizo que se promova a

(consignação do empréstimo ou constituição da margem consignável)  
no meu benefício previdenciário em favor da instituição financeira consignatária

conforme previsão legal contida no artigo 6º da Lei nº 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto nº 3.048/99, com as seguintes características:

Valor total do empréstimo

Valor mensal a ser descontado no benefício previdenciário

Número de prestações

Taxa efetiva mensal e anual de juros

Soma total a pagar

Outras informações, caso hajam:

Acréscimos remuneratórios

Acréscimos Moratórios

Acréscimos Tributários

LOCAL E DATA

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL



TERMO DE ACORDO DO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

Página 14 de 14

*Rogério Luiz Rocha F. dos Santos*  
Diretor de Planejamento,  
Desenvolvimento e Informações

*Luiz Rocha F. dos Santos*  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.642

*José Ivanildo Dias Júnior*  
Consultor Jurídico - CJUR  
OAB/PB - 11.934

**Ofício nº 198/DCONB/CGGPB/INSS**

Brasília, 24 de abril de 2015.

**LUIZ CASTELLANI PEREZ**  
Diretor do Banco Industrial S/A  
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1703  
CEP: 04543-901. São Paulo - SP

**Assunto: Encaminhamento de Acordo de Cooperação Técnica - ACT**  
**Processo nº 35000.000175/2015-96**

Senhor Diretor,

Encaminhamos uma via do ACT celebrado entre o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV e o BANCO INDUSTRIAL S/A.

2. Em anexo cópia da publicação do DOU nº 75, de 22/04/2015, Seção 3, fls. 62.
3. Com a publicação deste acordo, fica rescindido o convênio datado de 10/06/2010 e publicado no DOU nº 110 de 11/06/2010, que tramitava sob o nº 35000.001177/2008-73.

Atenciosamente,



**RENATO MOURA CAVALCANTI DA SILVA**  
Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios



Previdência Social, patrimônio do trabalhador brasileiro



**Ofício nº200/DCONB/CGGPB/INSS**

Brasília, 24 de abril de 2015.

À  
DATAPREV  
Coordenação Geral de Monitoramento, Gestão de Contratos com Clientes – 50.023.001.12  
SAS, quadra 01, bloco E/F  
CEP: 70.070-010. Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento de Acordo de Cooperação Técnica - ACT.**  
**Processos: 35000.000174/2015-41, 35000.000175/2015-96 e 35000.000135/2015-44**

Prezados,

Encaminhamos de vias de ACT celebrado entre o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV e as Instituições: BANCO DO ESTADO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A e CARUANA S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

2. Em anexo cópia da publicação do DOU nº75, de 22/04/2015, Seção 3, fls. 62.
3. Com a publicação do ACT celebrado com o Banco do Estado do Estado do Rio Grande do Sul o Banco Industrial do Brasil S/A, ficam rescindidos os convênios que tramitavam sob os nºs: 35000.000278/2008-27 e 35000.001177/2008-73.

Atenciosamente,

  
**RENATO MOURA CAVALCANTI DA SILVA**  
Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios



Previdência Social, patrimônio do trabalhador brasileiro



**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS – DCONB, em 24 de abril de 2015.**

**Proc:** 35000.000175/2015-96

**Ass.:** Acordo de Cooperação Técnica - ACT para  
operacionalização de consignação de empréstimo em benefícios  
previdenciários

**Int.:** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

O presente tem como objeto a celebração de ACT para operacionalização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal ou operação com cartão de crédito com o BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A.

2. Seguidos todos os trâmites legais, o Termo de ACT foi assinado em 16/04/2015, e publicado às Fls. 62, da Seção 3, do DOU nº 75, de 22/04/2015, conforme os documentos fls. 77 a 93 do presente, bem como ofícios de envio da via do convênio à Instituição e à Dataprev.

3. Finalizado o trâmite de celebração do presente, encaminha-se a **Coordenação-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios (01.500.5)** para aquiescência, com retorno a esta Divisão para acompanhamento.



**RENATO MOURA CAVALCANTI DA SILVA**  
Divisão de Consignações em Benefícios

**COORDENAÇÃO – GERAL DE GERENCIAMENTO DO PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS –  
CGGPB - em 24 de abril de 2015.**

**Proc:** 35000.000175/2015-96

**Ass.:** Acordo de Cooperação Técnica - ACT para  
operacionalização de consignação de empréstimo em benefícios  
previdenciários

**Int.:** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

+

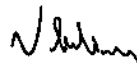
Ciente.

2.

De acordo.

3.

Retorne-se à Divisão de Consignações em Benefícios para acompanhamento.



**VLADIMIR GOBBI JÚNIOR**

Coordenação-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios

São Paulo, 20 de abril de 2020.

Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

**Assunto: Manifestação de interesse para firmar Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para operacionalização de empréstimo consignado em benefícios previdenciários**

O **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.895.683/0001-16, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – CEP 04543-001 Itaim Bibi, por seus representantes designados conforme artigo 31 do Estatuto Social, manifesta o interesse em firmar **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - ACT** com o **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS**, para fins de operacionalização de empréstimos com pagamento via desconto na renda mensal de benefícios previdenciários.

2. Seguem as razões do **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, para a propositura do ACT:

Iniciamos nossa operação junto ao INSS em 2005 tendo cumprido, desde então, fielmente todas as normas emitidas pelo INSS.

3. Seguem informações do **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, quanto à sua rede de atendimento, com indicações quanto à capilaridade da rede:

3.a) Filiais e Escritórios:



Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424



Filiais/Escritórios	Endereço	Telefone
Matriz	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1703 – Vila Nova Conceição – São Paulo/SP– CEP: 04543–901	(11) 3049-9700
Goiânia/GO	Rua 09, 1155 - Salas A73 e A 74 - Edifício Aton Bussiness Style - Goiânia/GO - CEP: 74120-110	(62) 3087-7781
Macapá/AP	Rua General Rondon, 2151 - Centro - Macapá/AP - CEP: 68900-082	(96) 3222-2739
Rio de Janeiro/RJ	Av. Rio Branco, 1- Sala 1506 - Edifício RBI - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20090-003	(21) 3232-6900
Manaus/AM	Av. Djalma Batista, 1661 - Torre Business - 13º Andar Salas 1309 e 1310- Millennium Shopping - Manaus/AM - CEP: 69050-970	(92) 3622-8690
Rio Branco/AC	Av. Brasil, 303 - Sala 406 - Centro Empresarial - Rio Branco/AC - CEP: 69900-076	(68) 3224-8354
Salvador/BA	Av. Tancredo Neves, 1632 - Sala 1302 - Torre Norte Edifício Salvador Trade Center - Caminho das Árvores - Salvador/BA - CEP: 41820-020	(71) 3271-2333

3.b) Correspondentes bancários conforme cadastro no Banco Central do Brasil.


4. Seguem informações do **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A** quanto à sua viabilidade em executar o ACT requerido e quanto à adequação do ACT à sua missão institucional:

**Oferecer soluções financeiras competitivas e adequadas às necessidades de nossos clientes, de forma ética e sustentável, que agreguem valor aos nossos acionistas.**

5. Seguem informações do **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A** quanto à sua capacidade em atender a política pública de acesso ao crédito consignado:

O Banco é capaz de cumprir o teto das taxas de juros previstos na norma vigente.

6. Seguem informações do **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A** quanto ao seu capital social homologado pelo Banco Central do Brasil e registrado na Junta Comercial do estado:



Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424





Informamos que nosso capital social é da ordem de R\$ 372.222.709,46 conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30.12.2016, sendo anexado ao processo os seguintes documentos comprobatórios: a) Ata da Assembleia Geral mais recente que alterou o capital social; b) Ofício do BACEN que deferiu a alteração de capital; e c) Cópia integral do processo administrativo havido na Junta Comercial do estado que alterou o valor do capital).

7. Segue relação nominal atualizada de todos os dirigentes da entidade acordante, contendo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF:

NOME	CPF	CARGO	COMPETÊNCIA*
LUIZ CASTELLANI PEREZ	030.634.508-04	DIRETOR	Artigo 31 do Estatuto Social
WAGNER CESAR PAVÃO	211.320.468-15	DIRETOR	Artigo 31 do Estatuto Social

\*Indicar o ato e artigos que estabelecem a competência para assinatura do ACT.

8. Indicamos nome, e-mail institucional, e-mail (opcional) e telefone de contato para os trâmites do acordo.

NOME	E-MAIL INSTITUCIONAL	E-MAIL (opcional)	TELEFONE
WILSON VALÉRIO VIEIRA	wilson.vieira@bib.com.br	implantacao@bib.com.br	(11) 3049-9864
FABIO MARQUES	fabio@bib.com.br		(11) 3049-9860

9. Declaramos, sob compromisso, conhecer os termos da Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, e nos comprometemos a respeitar, sem restrições, todas as condições estipuladas na Legislação, bem como no Acordo de Cooperação Técnica e no respectivo Plano de Trabalho.



Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424



10. Declaramos, ainda, que possuímos capacidade técnica e operacional (corpo técnico e condições materiais) e experiência mínima de um ano, com operações de empréstimo (consignado ou pessoal) para o cumprimento do objeto do pretendido acordo, e informamos que nosso capital social é da ordem de R\$ 372.222.709,46, conforme documentos em anexo.

11. Indicamos o nome da testemunha da Requerente para assinatura do ACT.

NOME	CPF
Wilson Valério Vieira	283.426.018-46

12. Estamos enviando, em anexo, os documentos pessoais dos representantes legais do **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A** que estão aptos, conforme Estatuto Social, a assinar o ACT e as respectivas declarações de desimpedimento em exercer função de administrador, os documentos pessoais da(s) testemunha(s), e toda a documentação exigida pelo INSS para a formalização do ACT, conforme o Anexo II do Ofício CGPGSP/DIRBEN N.º 151/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS.

Atenciosamente,

  
**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A**



**13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Del. AVELINO LUÍS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança L/V Econômico a(s) firma(s) de  
LUIZ CASTELLANI PEREZ (448994) MAGNER CESAR PAVANI (502374).

SÃO PAULO, 22 de Abril de 2020. Em 13.º da verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA - ESCRIVENTE Nº 0000/220420

Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$19,70  
C21098AB105384



Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>31.895.683/0001-16</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>19/01/1988</b>
NOME EMPRESARIAL <b>BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>205-4 - Sociedade Anônima Fechada</b>		
LOGRADOURO <b>AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK</b>	NÚMERO <b>1703</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>04.543-901</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>VILA NOVA CONCEICAO</b>	MUNICÍPIO <b>SAO PAULO</b>
		UF <b>SP</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(11) 3049-9700</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/04/2020** às **12:39:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 31.895.683/0001-16  
NIRE 35300119339

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10.06.2016

**DATA:**

10 de junho de 2016, às 10:00 horas.

**LOCAL:**

Sede Social, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - São Paulo-SP.

**PRESENÇA:**

Totalidade dos acionistas.

**MESA:**

Presidente: Carlos Alberto Mansur.

Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães.

**ORDEM DO DIA:**

1. Reformular a redação do parágrafo único do artigo 2º do Estatuto Social, a fim de evidenciar, que a alteração de endereço da sede social, desde que dentro do mesmo município, poderá ser deliberada por resolução da Diretoria;
2. Adequar a redação da Seção V do Capítulo IV da Ouvidoria, nos termos do inciso I, II e III do art. 9º da Resolução-CMN nº 4.433, de 23 de julho de 2015; e
3. Reformar o Estatuto Social.

**DELIBERAÇÕES:**

Os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o que segue:

1. Reformular a redação do parágrafo único do artigo 2º do Estatuto Social, a fim de evidenciar, que a alteração de endereço da sede social, desde que dentro do mesmo município, poderá ser deliberada por resolução da Dire-



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
 exame do Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta de carta emitida à parte

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 Gerência Técnica em São Paulo

*Benedito Barbosa Sobrinho*  
 1.527.960-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista



DUCESP  
15 09 16

2

toria. Desta forma, o parágrafo único do artigo 2º do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Artigo 2º.** O Banco tem sede e domicílio legal na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.703, Itaim Bibi, CEP nº 04.543-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Parágrafo Único** - O Banco poderá: (i) alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município; e (ii) abrir e encerrar ou alterar o endereço de filiais, sucursais, agências, postos, unidades administrativas e escritórios ou representações do Banco no país por deliberação da Diretoria ou, no exterior mediante aprovação do Conselho de Administração.

2. Adequar a redação da **Seção V** do Capítulo IV da Ouvidoria, nos termos do inciso I, II e III do art. 9º da Resolução-CMN nº 4.433, de 23 de julho de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

#### Seção V - Ouvidoria

**Artigo 33.** - A Ouvidoria, de funcionamento permanente, terá como atribuições:

- a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da sociedade;
- b) atuar como canal de comunicação entre a sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- c) informar ao Conselho de Administração da sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

**Artigo 34.** - As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;
- d) manter o Conselho de Administração da sociedade, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da sociedade para solucioná-los; e
- e) elaborar e encaminhar à auditoria interna e ao Conselho de Administração da sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca



ATESTAMOS que este documento, por submeter-se a  
exame do Banco Central do Brasil ao processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo

*Benedito Barbosa Sobrinho*  
1.537.960-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
Analista

1038BA0754200

AUTENTICAÇÃO

13458

4

1

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
Bd. OSVALDO CANNEO TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO Autêntico e presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

SP/1038 01 SET. 2010

VALDO SOUVENTE  
TITULO DE  
CONTROLE DE  
AUTENTICIDADE

<input type="checkbox"/>	TADER CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDWILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO EUDORO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINICIUS SANTANA ROBERTO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

JUCESP  
15 09 16

3

das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições

**Artigo 35.** A Sociedade terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, o qual será nomeado pela Diretoria dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato de 3 (três) anos.

**Parágrafo Único** - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor, caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 33 e 34, ou substituí-lo a qualquer tempo.

**Artigo 36.** Serão dadas à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

**Artigo 37.** A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

3. Para efeito de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Estatuto Social, devidamente consolidado, é apensado ao final da presente ata.

## ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada.

São Paulo, 10 de junho de 2016.

## ASSINATURAS:

Presidente: Carlos Alberto Mansur.

Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães.

Acionistas: **CARLOS ALBERTO MANSUR;** e

**CM - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, representada pelo Sr. Carlos Alberto Mansur.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

  
**CARLOS ALBERTO MANSUR**  
Presidente



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
 exame do Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta de carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 Gerência Técnica em São Paulo  
*[Assinatura]*  
 1.527 987-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista

TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 Estados Unidos, 485 - São Paulo / SP  
 EL. OSVALDO CANHEC TABELÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autêntico a presente  
 após reprográfico que confere com o  
 original apresentado, dou fé.

1038BA0754199  
 AUTENTICAÇÃO  
 113456  
 01 SET. 2016  
 VALDO SORENTE  
 COM O SELO DE  
 AUTENTICIDADE

1 TADEU CARLOS SALES COSTA ESQR. AUT.  
 2 EDNILSON NUNES DA SILVA ESQR. AUT.  
 3 FRANCISCA DE PINHO UZIDINO ESQR. AUT.  
 4 ANA CELIA DOURADO BATISTA ESQR. AUT.  
 5 VIRGILUS SANTANA TOLEIRO ESQR. AUT.  
 VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

DUCESP  
15 09 16

## BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

### ESTATUTO SOCIAL

#### **CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º.** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. (“Banco”) é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1.976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

**Parágrafo Único** - Com a admissão do Banco no Nível 1 de Governança Corporativa (“Nível 1”) da Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) sujeitam-se, o Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 da BOVESPA (“Regulamento do Nível 1”).

**Artigo 2º.** O Banco tem sede e domicílio legal na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.703, Itaim Bibi, CEP nº 04.543-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Parágrafo Único** - O Banco poderá: (i) alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município; e (ii) abrir e encerrar ou alterar o endereço de filiais, sucursais, agências, postos, unidades administrativas e escritórios ou representações do Banco no país por deliberação da Diretoria ou, no exterior mediante aprovação do Conselho de Administração.

**Artigo 3º.** O Banco tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio e o exercício da administração da carteira de valores mobiliários, bem

Edardo

Wagner  
4º TABELÃO DE NOTIFICAÇÃO  
R. Estados Unidos, 485 - São Paulo - SP  
Des. OSVALDO CANNES  
AUTENTICAÇÃO Autentiquei e apresento  
cópia reprográfica que contém o  
original apresentado, dou fé.

01 SET. 2010

EDUARDO CARLOS SALES COSTA  
FRANCISCA DE PINHO LIZIDORO  
ANA CÉLIA DOURADO BATISTA  
VINÍCIUS SANTANA ROBERTO  
MILOR PAGO PELO ATO R\$ 2,10





ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida a parte

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo

*Benedito Barbosa Sobrinho*

1.597.980-1 Benedito Barbosa Sobrinho



4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
Bel. OSVALDO CANHEO TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

SP/MLSP 01 SET. 2010

VALIDO SOMENTE  
COM O SELO DE  
AUTENTICAÇÃO

<input type="checkbox"/>	INDREU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDMILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO ZEDDINO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOORADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINICIUS SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

JUCESP  
15 09 16

2

como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira.

Artigo 4º. O prazo de duração do Banco é indeterminado.

## **CAPÍTULO II– DO CAPITAL E DAS AÇÕES**

Artigo 5º. O capital social do Banco, totalmente subscrito e integralizado é de **R\$367.222.709,46** (trezentos e sessenta e sete milhões e duzentos e vinte e dois mil e setecentos e nove reais e quarenta e seis centavos), dividido em **171.317.301** (cento e setenta e um milhões e trezentas e dezessete mil e trezentas e uma) ações, sendo **113.735.909** (cento e treze milhões e setecentas e trinta e cinco mil e novecentas e nove) ações ordinárias e **57.581.392** (cinquenta e sete milhões e quinhentas e oitenta e uma mil e trezentas e noventa e duas) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal.

§ 1º. O capital social do Banco será representado por ações ordinárias e preferenciais.

§ 2º. Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais do Banco.

§ 3º. As ações preferenciais não conferem direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens:

- (i) prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do Banco, sem prêmio;
- (ii) participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias; e
- (iii) direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de Controle do Banco ao mesmo preço ofertado às ações de Controle, conforme definições previstas no Capítulo VII do Estatuto Social.

§ 4º. Todas as ações do Banco são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de

Eduardo



ATESTAMOS que este documento se submete a  
 . exame do Banco Central do Brasil em processo  
 . regular e manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta de carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 Residência Técnica em São Paulo  
 1.577.960-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Anetela

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
 Bm. OSVALDO CANHEO TABELIÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autenticou a presente  
 cópia reprográfica que confere com o  
 original apresentado, dou fé.

SP/010 01 SET. 2016

VALIDO CONFORME  
 COMO SELO DE  
 AUTENTICIDADE

1038BA0754197  
 AUTENTICAÇÃO  
 113456  
 BOLSA NACIONAL  
 DO BRASIL

☐ TADEU CARLOS SALES COSTA ESCR. AUT.  
☐ EDNILSON NUNES DA SILVA ESCR. AUT.  
☐ FRANCISCA DE PINHO IZZONO ESCR. AUT.  
☐ ANA CÉLIA DO PRADO BATISTA ESCR. AUT.  
☐ VIRGÍLIUS SANTANA ROBERTO ESCR. AUT.  
 VALOR PAGO PELO ATO R\$ 2,10

000857  
15 09 16

Valores Mobiliários ("CVM") com quem o Banco mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

§ 5º. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

§ 6º. Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pelo Banco.

§ 7º. As ações serão indivisíveis em relação ao Banco. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 6º. O Banco está autorizado a aumentar o seu capital social até o limite de emissão de 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições de emissão, inclusive preço, prazo e sua integralização.

§ 1º. A deliberação de aumento de capital do Banco mediante a incorporação de reservas ou de lucros acumulados, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, será de competência da Assembléia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

§ 2º. O Banco poderá emitir ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no *caput* deste artigo.

§ 3º. O aumento do capital social do Banco, com emissão de ações, pode compreender uma ou mais espécies ou classes de ações, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite previsto em lei.

§ 4º. O Conselho de Administração, ao deliberar sobre o eventual aumento de capital nos termos do *caput* desta cláusula, poderá, conforme lhe autoriza o Artigo 172 da Lei

Eduardo



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
 exame do Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação, a respeito dos atos  
 praticados consta de carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 de Defesa Técnica em São Paulo  
 1537.950-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista

SP  
 1038BA0754196  
 AUTENTICAÇÃO  
 13456  
 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 1. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
 Ref. OSVALDO CANHEO TABELÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autêntico e apresenta  
 cópia reprográfica que confere com o  
 original apresentado, deu fé.  
 07 SET. 2010  
 VALDO SOARES  
 COORDENADOR  
 AUTENTICAÇÃO  
 TADEU CARLOS SALES COSTA ESCH. AUT.  
 EDNILSON NUNES DA SILVA ESCH. AUT.  
 FRANCISCA DE PINHO OSÓRIO ESCH. AUT.  
 ANA CELIA DOURADO BATISTA ESCH. AUT.  
 VINÍCIUS SANTANA RIBEIRO ESCH. AUT.  
 VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

JUCESP  
15 09 16

4

das Sociedades por Ações, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias e de bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

§ 5º. Na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com o número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo acionista controlador obrigá-lo-á a tomar todas as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação de 25% do capital social, dentro de seis meses subsequente à homologação da subscrição.

Artigo 7º. O Banco poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com ao plano aprovado pela Assembléia Geral, estabelecer as condições e outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, observado o limite de diluição de 5% (cinco por cento) do capital social, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços ao Banco ou a sociedades controladas pelo Banco, direta ou indiretamente.

Parágrafo Único - O Banco poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro ou reservas disponíveis, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### CAPÍTULO III- DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 8º. A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto.

§ 1º. A Assembléia Geral terá sua primeira convocação realizada com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e segunda convocação realizada com

Eduardo



ATESTAMOS, que este documento foi autêntico a  
 nome do Banco Central do Brasil, em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta de carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 Serenice Teomica em São Paulo  
 1.527.961-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Assinatura

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
 Bel. OSVALDO CANHEO TABELÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autêntico a presente  
 cópia reprográfica que confere com o  
 original apresentado, dou fé.

SP 1038BA0754195

113456

01 SET. 2010

VALIDO SOMENTE  
 COM O SELO DE  
 AUTENTICAÇÃO

TADEU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
EDMILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
FRANCISCA DE PINHO ZIDORO	ESCR. AUT.
ANA CÉLIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
VINÍCIUS SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

MELHOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

JUCESP  
15 09 16

5

antecedência mínima de 8 (oito) dias. A Assembleia Geral serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por seu substituto, e secretariadas por um acionista escolhido pelo Presidente da Assembleia dentre os presentes à reunião.

§ 2º. A Assembleia Geral, ressalvado *quorum* especial exigido em lei, será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do capital social, e em segunda convocação, será instalada com qualquer *quorum*.

Artigo 9º. Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar no Banco, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos, contados da data da realização da respectiva assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

§ 1º. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador do Banco, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

§ 2º. As deliberações serão tomadas por maioria das ações com direito a voto, exceto nos casos em que a lei ou este Estatuto exigir *quorum* superior.

## CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

### SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 10º. O Banco será administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

Eduardo



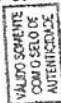


ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
 exame do Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta de carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 SEÇÃO TÉCNICA em São Paulo  
 1.527 96/1-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista



1º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
 Dist. OSVALDO CAMMEO TABELIÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
 cópia reprográfica que confere com o  
 original apresentado, dou fé.

SP/ALOP 01 SET. 2010



<input type="checkbox"/>	TRISTE CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDUARDO NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE EDINO GZDORO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VIRGILIO SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

BOVESPA  
13 09 16

6

Artigo 11. A posse dos administradores esta condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que se refere o Regulamento do Nível 1 da BOVESPA.

Artigo 12. A Assembléia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores do Banco, que poderá ser constituída, nos termos do Artigo 152, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, de parcela variável representada por participação nos lucros do Banco. O total da participação dos administradores nos lucros do Banco não poderá ultrapassar a remuneração anual estabelecida pela Assembléia Geral, nem tampouco um décimo dos lucros, prevalecendo o limite que for menor. O Conselho de Administração, em reunião, distribuirá referida remuneração entre seus membros e os membros da Diretoria.

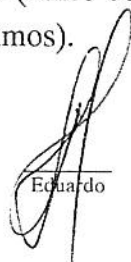
## SEÇÃO II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### COMPOSIÇÃO

Artigo 13. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) e até, no máximo, 07 (sete) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 02 (dois) anos, salvo destituição, podendo ser reeleitos.

§ 1º. A Assembleia Geral determinará, pelo voto da maioria das ações com direito a voto, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração do Banco a serem preenchidos em cada exercício, observado o mínimo de 03 (três) membros.

§ 2º. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes, expressamente declarados como tais na Assembléia Geral que os eleger. Quando a aplicação do percentual definido neste Parágrafo Segundo resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior se a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

  
Eduardo



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação e respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo

*Benedito*  
1.527 967-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
Analista

SP. TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
L. Estados Unidos, 435 - São Paulo / SP  
Jail. OSVALDO CAMHEO TABELÃO

AUTENTICAÇÃO Autêntico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

07 SET 2016

VALIDO QUANTO  
COMO SELO DE  
AUTENTICAÇÃO

1038BA0764193

13456

AUTENTICAÇÃO

TADEU CARLOS SALES COSTA ESCR. AUT  
EDINSON MUIRES DA SILVA ESCR. AUT  
FRANCISCA DE PINHO CECILIO ESCR. AUT  
ANA CELIA DEOLIVEIRA BATISTA ESCR. AUT  
VINÍCIUS SANTANA RIBEIRO ESCR. AUT

VALOR PRATO PELO ATO R\$ 3,10

DUCEAP  
15 09 16

7

§ 3º. Para fins deste Estatuto Social, é considerado como independente o conselheiro que (i) não tiver qualquer vínculo com o Banco, exceto participação no capital social; (ii) não for acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do acionista controlador, não for e não tiver sido nos últimos 3 (três) anos vinculado à sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (excluem-se desta restrição pessoas vinculadas a instituições de ensino e/ou pesquisa); (iii) não tiver sido nos últimos 3 (três) anos empregado ou diretor do Banco, do acionista controlador ou de sociedade controlada pelo Banco; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos do banco, em magnitude que implique perda de independência; (v) não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos ao Banco; (vi) não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador do Banco; ou (vii) não receber outra remuneração do Banco além da de conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital).

§ 4º. Também é considerado conselheiro independente aquele eleito mediante o voto múltiplo previsto pelo artigo 141, parágrafos 4.o e 5.o da Lei das Sociedades por Ações.

§ 5º. O Conselho de Administração terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela Assembleia Geral. Em caso de vacância nos cargos de Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração, deverá ser imediatamente convocada Assembleia Geral Extraordinária para eleição dos substitutos. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções do Presidente o Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 14. Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos pela Assembleia Geral, a qualquer tempo, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Edardo



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida a parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Serviço Técnico em São Paulo  
*Benedito Barboza Sobrinho*  
1.527 961-1 Benedito Barboza Sobrinho  
Analista



4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
Bel. OSVALDO CANHEO TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fe.

SP/MS 01 SET. 2010

VALIDO SOMENTE  
COM O SELLO DE  
AUTENTICIDADE

<input type="checkbox"/>	TADEU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDMILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO EDUARDO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINICIUS SANTANA FERREIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

DUCESP  
15 09 18

Artigo 15. Não pode ser eleito como membro do Conselho de Administração, salvo dispensa expressa da maioria dos membros do Conselho de Administração, aquele que:

- (i) for empregado ou ocupar cargos em sociedades consideradas concorrentes do Banco; ou
- (ii) tiver ou representar interesse conflitante com o Banco.

Artigo 16. Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, por Assembléia Geral Extraordinária, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

#### CONVOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Artigo 17. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que necessário. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

§ 1º. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

  
Eduardo



4º TABELÃO DE NOTARCA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 435 - São Paulo, SP  
Sel. OSVALDO CAÑHEC TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO  
cópia reprográfica que contém o conteúdo  
original apresentado, dou fe.  
01 SET. 2018  
TODOS CARLOS SALES COSTA  
EDUARDO NUNES DA SILVA  
FRANCISCA DE PINHO IZIDORO  
ANA CELIA DOURADO BATISTA  
VINÍCIUS SANTANA RESENDE  
VALOR PAGO PELO ATO R\$ 2,10

ATESTAMOS que este documento, ao submeter a  
 exame no Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta de carta emitida a parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 de São Paulo em São Paulo  
 1.527 467-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
 Del. OSVALDO CANHEO TABELÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
 cópia reprográfica que confere com o  
 original apresentado, dou fé.

1038BA0754191  
 13456  
 AUTENTICAÇÃO

01 SET. 2016

VALIDO SOMENTE  
 CANCELADO DE  
 AUTENTICAÇÃO

TADIR CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
EDNELSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
FRANCISCA DE PINHO CIDORO	ESCR. AUT.
ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
VINICIUS SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 2,10

JUCEBSP  
15 09 16

§ 2º. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do Parágrafo Único do Artigo 18 deste Estatuto.

§ 3º. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede do Banco. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação e a desgravação das mesmas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Artigo 18. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Único - Em caso de impedimento temporário ou ausência, o Conselheiro temporariamente impedido ou ausente poderá outorgar procuração a outro membro do Conselho de Administração, para que este vote em seu nome nas Reuniões do Conselho de Administração. Alternativamente, em caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o mesmo poderá, com base na pauta dos assuntos a ser tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado entregue ao Presidente do Conselho de Administração na data da reunião, com prova de recebimento.

Artigo 19. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do Artigo 18, Parágrafo Único deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

§ 1º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração do Banco. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 18, Parágrafo Único deste Estatuto, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração,

Edwardo

Wagner





ATESTAMOS que este documento, por submeter a  
 exame do Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados, consta de carta emitida a parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 Secretaria Técnica em São Paulo  
 1.527 997-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Attestado

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
 Bel. OSVALDO CANHEO TABELÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autêntico e presente  
 cópia reprográfica que confere com o  
 original representado, dou fé.

SPRMS 01 SET. 2010

VALDO SOUZA  
 COMO SELOU  
 AUTENTICAÇÃO

<input type="checkbox"/>	TADEU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDNILSON MUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PRIMO IZIDORO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CÉLIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINÍCIUS SANTANA FIDÉRIO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

1038BA0754190  
 AUTENTICAÇÃO  
 173456  
 BANCO CENTRAL DO BRASIL

JUCESP  
15 09 16

devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

§ 2º. As atas de reunião do Conselho de Administração do Banco que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros deverão ser arquivadas no registro de comércio.

§ 3º. O Conselho de Administração poderá admitir em suas reuniões outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 20. O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios do Banco, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios do Banco, decidir sobre a sua política econômico-financeira e administrativa e criar mecanismos internos para a verificação do cumprimento de suas determinações;
- (ii) aprovar e revisar os planos de negócios e a estrutura organizacional do Banco; aprovar e revisar o Plano Anual de Investimentos do Banco;
- (iii) aprovar os limites operacionais e de crédito e concessão de garantias em favor de terceiros e definir o regime de alçadas;
- (iv) estabelecer os limites máximos de operações de crédito para empresas financeiras e não financeiras;
- (v) aprovar planos e orçamentos semestrais, anuais ou plurianuais para operações de investimentos e atividades administrativas;
- (vi) autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, no Brasil e no exterior;
- (vii) autorizar a aquisição e alienação de bens imóveis de uso, a transação, a desistência e a renúncia de direitos de constituição de ônus reais
- (viii) eleger e destituir Diretores, indicar seus substitutos nos casos de impedimento, ausência ou vacância, fixando suas atribuições, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto Social;

Eduardo



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo

*[Assinatura]*  
1.527 967-1 Benedito Barbosa Sobrinho



4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
Fl. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
Bel. OSVALDO CAHNEO TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

370049 01 SET. 2016

VÁLIDO SOMENTE  
COM O SELO DE  
AUTENTICAÇÃO

☐ TADEU CARLOS SALES COSTA ESCR. AUT.  
☐ EDNILSON NUNES DA SILVA ESCR. AUT.  
☐ FRANCISCA DE PINHO GIDORO ESCR. AUT.  
☐ ANA CELIA DOURADO BATISTA ESCR. AUT.  
☐ VINÍCIUS SANTANA RIBEIRO ESCR. AUT.  
VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

DUCE SP  
15 09 16

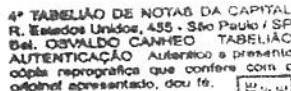
- (ix) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembléia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento do Banco, conforme o disposto no Artigo 12 deste Estatuto Social;
- (x) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis do Banco, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pelo Banco, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- (xi) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;
- (xii) autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, excluídas as garantias em favor de terceiros que estejam relacionadas com a condução de negócios bancários habituais, cuja competência será dos Diretores, observadas as limitações estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- (xiii) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembléia Geral Ordinária;
- (xiv) conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor, do que se lavrará ata no livro próprio;
- (xv) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, da Assembléia Geral Extraordinária;
- (xvi) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição;
- (xvii) fixar o preço, prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações e de bônus de subscrição, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para seu exercício na emissão de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em leis;
- (xviii) propor aumento de capital à Assembléia Geral Extraordinária, quando conveniente pela incorporação de reservas ou pela emissão e subscrição de ações;
- (xix) submeter à Assembléia Geral proposta de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social;
- (xx) deliberar sobre os casos extraordinários e omissos, orientando-se por este Estatuto e pela legislação vigente;
- (xxi) escolher e destituir auditores independentes;

Edardo



*[Handwritten signature]*

### Analista



01 SET. 2016

<input type="checkbox"/>	TAGEU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDNEI DON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO ZIDORNO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VIRGILIO SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.
	MELHOR PAGO PELO ATU PIS 2.10	

JUCESP  
15 09 16

- (xxii) selecionar a instituição especializada em avaliação econômica de companhias, para fins de apuração do Valor Econômico conforme disposto nos Artigos 51 e 52 deste Estatuto;
- (xxiii) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão do Banco para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- (xxiv) apresentar à Assembléia Geral proposta de dissolução, cisão, fusão e incorporação do Banco; e incorporação pelo Banco de outra sociedade, bem como autorizar, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 2º do presente Estatuto, a constituição, dissolução ou liquidação de filiais, sucursais, agências, postos, unidades administrativas e escritórios ou representações do Banco no exterior;
- (xxv) autorizar a emissão ou contratação de quaisquer instrumentos de crédito para captação de recursos que não ocorram no curso normal dos negócios ou que afetem a estrutura do capital do Banco;
- (xxvi) aprovar a contratação de instituição prestadora de serviços de escrituração de ações;
- (xxvii) aprovar políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários do Banco; e
- (xxviii) dispor, observadas as normas deste Estatuto e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento.
- (xxix) nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração;
- (xxx) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Remuneração vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê de Remuneração; e
- (xxxi) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração.

### SEÇÃO III - DIRETORIA

Artigo 21. O Banco será administrado por uma Diretoria composta de, no mínimo 05 (cinco) e, no máximo 12 (doze) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, que terão as seguintes designações, sendo autorizada a cumulação de funções por um mesmo Diretor: 1 (um) cargo de Diretor Presidente; 2 (dois) cargos de Diretor Vice-Presidente; 1 (um) cargo de Diretor de

Eduardo





ATESTAMOS que este documento foi autenticado a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a autenticação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida a parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Residência Técnica em São Paulo

*Benedito Barbosa Sobrinho*  
1.527.967-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
Avaliador

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
Fl. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
Del. OSVALDO CANHEO TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

APR 11 01 SET, 2016

VALDO SOVENTE  
COM O SELO DE  
AUTENTICIDADE

1038BA0754187

113456

OSVALDO CANHEO

TADÉU CARLOS SALES COSTA ESQR. AUT.  
EDMILSON NUNES DA SILVA ESQR. AUT.  
FRANCISCA DE PINHO GODOY ESQR. AUT.  
ANA CÉLIA DOURADO BATISTA ESQR. AUT.  
VINÍCIUS SANTANA RIBEIRO ESQR. AUT.  
VALDO PADO PELO ATO Nº 2.10

10:08:37  
15 09 16

Relações com Investidores; de 1 (um) até 4 (quatro) cargos de Diretor, sem destinação específica e até 4 (quatro) cargos de Diretor Adjunto, com as atribuições definidas neste Estatuto Social e as conferidas em reunião do Conselho de Administração.

Artigo 22. O mandato dos membros da Diretoria será de 03 (três) anos, podendo ser reconduzidos, e terminará na data de realização da Reunião do Conselho de Administração que suceder a terceira Assembléia Geral Ordinária subsequente à que os tiver eleito. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

§ 1º. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

§ 2º. Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

§ 3º. Os Diretores serão investidos em suas funções mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria, dispensada qualquer caução para garantia de sua gestão, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 23. A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais assim o exigirem, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Artigo 24. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Parágrafo Primeiro deste Artigo, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Edmarão



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil, em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Banco Central do Brasil, São Paulo  
1.527 967-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
Analista

**TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL**  
Estados Unidos, 435 - São Paulo / SP  
S. OSVALDO CANHEO TABELIÃO

**AUTENTICAÇÃO** Autêntico e presente  
esta reprodução que confere com o  
original apresentado, dou fé.

1038BA0754186

13456

07 SET. 2016

VALIDA SOMENTE  
COM O SELO DE  
AUTENTICAÇÃO

TADEU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
EDNILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
FRANCISCA DE PINHO EDSONO	ESCR. AUT.
ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
VINÍCIUS SANTANA ROBERTO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATÓR 2,10

DUCE SP  
15 09 16

§ 1º. No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a ser tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente.

§ 2º. No caso de ausência temporária do Diretor Presidente, suas atribuições serão exercidas por 1 (um) dos Diretores Vice-Presidentes eleitos, devendo o Diretor Presidente escolher qual dos Vice-Presidentes eleitos irá substituí-lo. Em havendo apenas 1 (um) Diretor Vice-Presidente eleito, este deverá automaticamente substituir o Diretor Presidente. Caso no momento da ausência temporária do Diretor Presidente não haja pelo menos 1 (um) Diretor Vice-Presidente eleito, então, as atribuições e poderes do Diretor Presidente serão exercidos por outro Diretor em exercício, a ser indicado pelo próprio Diretor Presidente.

§ 3º. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

§ 4º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria do Banco. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma Parágrafo Primeiro deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 25. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembléia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária

Eduardo



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
 • exame do Banco Central do Brasil em processo  
 • regular e a manifestação a respeito dos atos  
 • praticados consta de carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 • Residência Técnica em São Paulo :  
 • *[Assinatura]*  
 • 1.527.987-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 R. Estados Unidos, 435 - São Paulo / SP  
 Bel. OSVALDO CAHNHEO TABELÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autêntico a presente  
 cópia reprográfica que confere com o  
 original apresentado, dou fe.

SPRADO - 01 SET. 2010

1038BA0754185

13456

AUTENTICAÇÃO

VALDO SOMENTE  
 COMO SELO DE  
 AUTENTICIDADE

<input type="checkbox"/>	TADÉU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO OLIVEIRO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA OLIVEIRO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINÍCIUS SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

Artigo 26. Compete ao Diretor Presidente:

- (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores;
- (ii) estruturar os serviços do Banco e estabelecer as normas internas e operacionais;
- (iii) administrar as operações bancárias;
- (iv) estabelecer em conjunto com os demais Diretores, metas e objetivos para o Banco;
- (v) delegar poderes à Diretoria para a prática de atos administrativos de sua competência;
- (vi) submeter à Assembleia Geral Ordinária relatório sobre a gestão da Diretoria acompanhado de pareceres do Conselho Fiscal, quando convocado, e dos auditores independentes; e
- (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria.

- (i) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções;
- (ii) administrar e supervisionar as áreas que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração;
- (iii) substituir o Diretor Presidente em todas as suas funções e atividades, sempre que necessário.

(i) representar o Banco perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores em que o Banco tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável;

Eduardo

1º TABELÃO DE NOTIFICAÇÃO CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - 550 Pouqui / SP  
TABELAÇÃO  
Srl. OSVALDO CAHNEG  
AUTENTICAÇÃO AUTENTICA E GARANTIA  
cópia reprográfic que confere com o  
original apresentado, dou fé.

COLEÇÃO DE PASSAPORTE  
DO BRASIL  
113456  
AUTENTICAÇÃO  
1038BA0754153

SP/0000 0 1 SET. 2010

WALDO SOARES  
CANCER  
AUT.

☐ TADEU CARLOS SALES COSTA ESCR. AUT.  
☐ EDNILSON NUNES DA SILVA ESCR. AUT.  
☐ FRANCISCA DE PINHO EIZORIO ESCR. AUT.  
☐ ANA CÉLIA DOURADO BATISTA ESCR. AUT.  
☐ VINICIUS SANTANA RIBEIRO ESCR. AUT.

100 CR FINGO PELO ATO RS 1,10

ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil, em processo  
regular e a menção a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO,  
Secretaria Técnica em São Paulo

*[Assinatura]*

1.577.967-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
Analista

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
Del. OSVALDO CANHEO TABELÃO

AUTENTICAÇÃO Autêntico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fe.

SPH002P 01 SET. 2016

VALIDO SOMENTE  
COM O SELO DE  
AUTENTICIDADE

<input checked="" type="checkbox"/>	TADEU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	EDUARDO HUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO CIDORIO	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	VINICIUS SANTANA ROBERTO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

SP  
1038BA0754184  
AUTENTICAÇÃO  
13456  
BOLSA DE VALORES  
DE SÃO PAULO



DUCE SP  
15 09 16

- (ii) divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores em que o Banco tenha seus valores mobiliários negociados, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação, conforme política de divulgação aprovada pelo Conselho de Administração;
- (iii) prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central; a todas as bolsas de valores em que o Banco tenha seus valores mobiliários negociados e a todos os órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pelo Banco no mercado de valores mobiliários no Brasil ou no Exterior; e
- (iv) manter atualizado o registro de companhia aberta do Banco, em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

Artigo 29. Compete aos Diretores:

- (i) a prática de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência da Assembleia Geral, do Conselho de Administração ou de outro cargo da Diretoria;
- (ii) representar o Banco ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele perante órgãos e entidades públicas e privadas, na forma do Artigo 31 abaixo, podendo para tal fim, constituir procuradores com poderes específicos; e
- (iii) exercer as funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração, bem como cumprir as atribuições específicas que lhes forem outorgadas em reunião da Diretoria.

Artigo 30. Compete à Diretoria, como colegiado:

- (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

Eduardo



ATESTAMOS que este documento, ao submeter a  
 exame do Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta de carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 Gerência Técnica em São Paulo  
 1.527.967-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 R. Estados Unidos, 435 - São Paulo / SP  
 Bel. OSVALDO CANHEO TABELIÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autêntico a presente  
 cópia reprográfica que confere com o  
 original apresentado, dou fé.

1038BA0764183

113456

01 SET. 2010

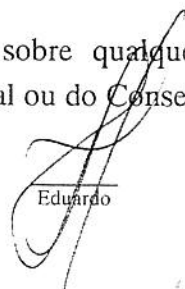
VALIDO SOVENTE  
 COM O SELLO DE  
 AUTENTICIDADE

<input type="checkbox"/>	TADEU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDNILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO LIZDORO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINICIUS SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 2,10

DUCE SP  
15 09 18

- (ii) deliberar sobre a abertura, mudança, encerramento ou alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações do Banco, em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as formalidades legais e estatutárias;
- (iii) submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no País ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior, em qualquer caso apenas em relação às sociedades de propósito específico que venham a ser formadas para fins exclusivamente de empreendimentos imobiliários nos quais o Banco venha a participar;
- (iv) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios e a estrutura organizacional do Banco;
- (v) praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos do Banco, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do presente Estatuto;
- (vi) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal do Banco;
- (vii) elaborar o plano de organização do Banco e emitir as normas correspondentes;
- (viii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; aprovar o plano de cargos e salários do Banco e seu regulamento;
- (ix) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (x) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria do Banco;
- (xi) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração; e

  
Eduardo



4º TABELIÃO DE NOTAS DO BRASIL  
R. Estados Unidos, 411 - São Paulo / SP  
Srl. OSVALDO CANNES TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO Autêntico a primeira  
cópia reprográica que contém o  
original apresentado, dou fé.

01 SET 2018

TADER CARLOS SALLES COSTA  
EDMILSON REYES DA SILVA  
FRANCISCA DE PINHO EIZEND  
ANA CELIA DOURADO BATISTA  
VINICIUS SANTOANA RIBEIRO  
VALOR PAGU PELO ATO R\$ 3,10

ESCR. AUT.  
ESCR. AUT.  
ESCR. AUT.  
ESCR. AUT.

ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Governo Federal em São Paulo.  
1.527.967-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
Analista

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
Del. OSVALDO CANHEO TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

UNIDP 01 SET. 2016

1038BA0754182  
118456  
AUTENTICAÇÃO

BOLETO N° 1038BA0754182  
DO BEM

VÁLIDO SOVENTE  
COMO SELO DE  
AUTENTICAÇÃO

<input type="checkbox"/>	DOU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO LIZDORO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINICIUS SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 2,10

- Artigo 31. O Banco será considerado obrigado ou exonerará terceiro de responsabilidade para com ele:

- (i) Nos contratos relativos à aquisição e alienação de bens imóveis ou móveis, nos contratos que envolvam ônus reais sobre o patrimônio do Banco, bem como na emissão de títulos de créditos de concessão e fiança, observando o disposto neste estatuto:

- (a) pelas assinaturas em conjunto de 2 (dois) Diretores, qualquer que seja a denominação ou cargo ocupado pelos mesmos; ou

- (b) pelas assinaturas em conjunto de um Diretor e um procurador.

- (ii) Nos demais contratos e negócios, além dos acima previstos, bem como nos procedimentos de rotina e atos de administração que não envolvam atos de gestão do Banco privativos de administradores cuja eleição tenha sido homologada pelo Banco Central do Brasil;

- (a) pelas assinaturas em conjunto de 2 (dois) Diretores, qualquer que seja a denominação ou cargo ocupado pelos mesmos; ou

- (b) pelas assinaturas em conjunto de um Diretor e um procurador; ou

- (c) pelas assinaturas em conjunto de dois procuradores.

§ 1º - As procurações serão outorgadas em nome do Banco pela assinatura de 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano.

§2º. Os contratos indicados no inciso (i) acima, que versarem exclusivamente sobre a alienação de bens imóveis e os demais atos relacionados com a alienação de bens imóveis do Banco poderão ser isoladamente assinados fora da sede do Banco por procurador assim constituído em instrumento de mandato que: (a) conte ao menos a assinatura do Diretor-Presidente ou a do Diretor Vice-Presidente, (b) atribua expressa,

Eduardo



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo  
*[Assinatura]*  
1.527.967-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
Analista

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
Del. OSVALDO CANHECO TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fe.

BRASIL 01 SET. 2016

VALDO SOBRINHO  
COMO SELO DE  
AUTENTICAÇÃO

1038BA0754181

173456

09/599 NOTAS DA  
DO BRASIL

<input type="checkbox"/>	TRISTE CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO ISIDORO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINÍCIUS SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAÇO PELO ATO R\$ 3,10

DUCESP  
15 09 16

inequívoca e especialmente os poderes necessários à representação do Banco naquele ato específico e (c) tenha prazo de validade não superior a 60 (sessenta) dias da data de sua emissão.

#### SEÇÃO IV- CONSELHO FISCAL

**Artigo 32.** O Banco terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, e terá de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

§ 1º. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei e a remuneração dos seus membros será fixada pela Assembléia Geral que os elegeu, respeitados os limites legais.

§ 2º. No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.

§ 3º. Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal, este órgão deverá convocar Assembléia Geral Extraordinária, com base na prerrogativa do Artigo 163, V da Lei das Sociedades por Ações, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.

§ 4º. As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal que participarem remotamente da reunião deverão expressar e formalizar seus votos, ou pareceres por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

§ 5º. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta dos votos, presente a maioria de seus membros.

§ 6º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros Fiscais fisicamente presentes à reunião, e posteriormente

Edmarco



4º TABELÃO DE NOTAS Wagner  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
TABELÃO  
Bel. OSVALDO CANHEO  
AUTENTICAÇÃO Autêntico e presente  
cópia reprográfica que contém o  
original apresentado, dou fé.

SP/ADP 01 SET 2016

Wagner  
TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO

TADIR CARLOS SALES COSTA  
EDMILSON NUNES DA SILVA  
FRANCISCA DE PINHO CECILIO  
ANA GELA DOURADO BATISTA  
VINÍCIUS SANTANA ROBERTO  
VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

ESCR. AUT.  
ESCR. AUT.  
ESCR. AUT.  
ESCR. AUT.  
ESCR. AUT.



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo

*[Assinatura]*

1.537.484-1 Benedito Barbosa Sobrinho

Analista



4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
Bai. OSVALDO CANNEO TASELÃO  
AUTENTICAÇÃO Ausentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

DATA: 01 SET. 2016

VALIDO SOMENTE  
COMO SELO DE  
AUTENTICAÇÃO

<input checked="" type="checkbox"/>	TADRU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	EDSELSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PRIMO CIDORO	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	ANA CELIA GOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	VINICIUS SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

DUCE SP  
15 09 18

transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal do Banco. Os votos ou pareceres manifestados pelos Conselheiros que participarem remotamente da reunião ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Quinto in fine deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto ou parecer do Conselheiro Fiscal, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

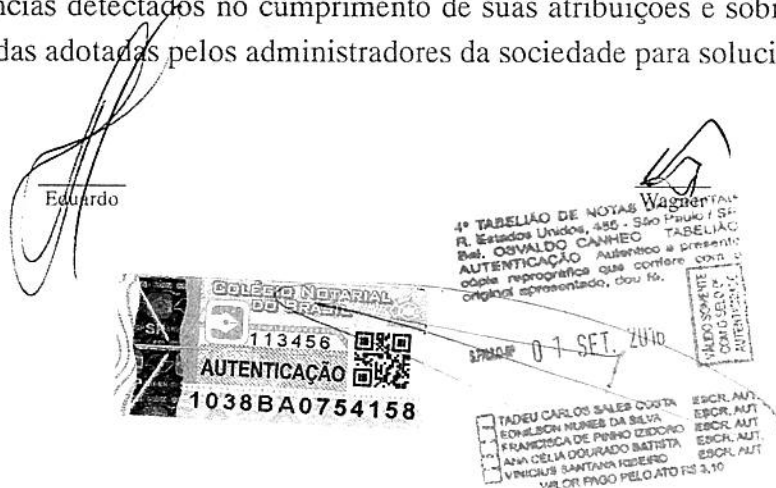
## SEÇÃO V – OUVIDORIA

Artigo 33. - A Ouvidoria, de funcionamento permanente, terá como atribuições:

- prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da sociedade;
- atuar como canal de comunicação entre a sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- informar ao Conselho de Administração da sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 34. - As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;
- manter o Conselho de Administração da sociedade, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da sociedade para solucioná-los; e



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
 exame do Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta de certa emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 Gerência Técnica em São Paulo

*[Assinatura]*

1.527.967-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista

SP TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
 Sr. OSVALDO CANHELO TABELÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autêntico a presente  
 cópia reprográfica que confere com o  
 original apresentado, dou fé.

SP 1038BA0754179  
 AUTENTICAÇÃO  
 113456

01 SET. 2010

VÁLIDO SOMENTE  
 COM SELO DE  
 AUTENTICAÇÃO

<input checked="" type="checkbox"/>	TADÉU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	EDMILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	FRANÇOIS DE PINHO LIZIDONO	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	VINÍCIUS SANTANA REBEIRO	ESCR. AUT.

VILOR PAQUÊLOATO R\$ 3,10

DUCE SP  
15 09 18

- e) elaborar e encaminhar à auditoria interna e ao Conselho de Administração da sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições

**Artigo 35.** A Sociedade terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, o qual será nomeado pela Diretoria dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato de 3 (três) anos.

**Parágrafo Único** - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor, caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 33 e 34, ou substituí-lo a qualquer tempo.

**Artigo 36.** Serão dadas à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

**Artigo 37.** A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

## SEÇÃO VI - COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

**Artigo 38.** O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) integrantes, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, que fixará sua remuneração e atuará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado").

§ 1º. O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 (cinco) anos, vedada a permanência de integrante no Comitê por prazo superior a 10 (dez) anos.

§ 2º. O Comitê de Remuneração deverá:



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
 exame do Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta da carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 Gerência Técnica em São Paulo  
 1.53.961-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista

SP  
 1038BA0754178  
 AUTENTICAÇÃO  
 13456  
 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 SECRETARIA DE FINANÇAS  
 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
 Sr. OSVALDO CANHEO TABELÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
 copia reprográfica que confere com o  
 original apresentado, dou fé.  
 01 SET 2016  
 VALDO SOARES  
 COMO SELO DE  
 AUTENTICAÇÃO  
 TADU CARLOS SALES COSTA ESCR. AUT.  
 EDILSON NUNES DA SILVA ESCR. AUT.  
 FRANCISCA DE PINHO EIDORO ESCR. AUT.  
 ANA CELIA DOURADO BATISTA ESCR. AUT.  
 VINCÍUS SANTANA RIBEIRO ESCR. AUT.  
 VALOR PAGO PELO ATO R\$ 2,10

DUCE SP  
15 09 16

- (i) reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;
- (ii) ter na sua composição pelo menos um membro não administrador do Banco;
- (iii) ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento sobre política de remuneração do Banco, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos.

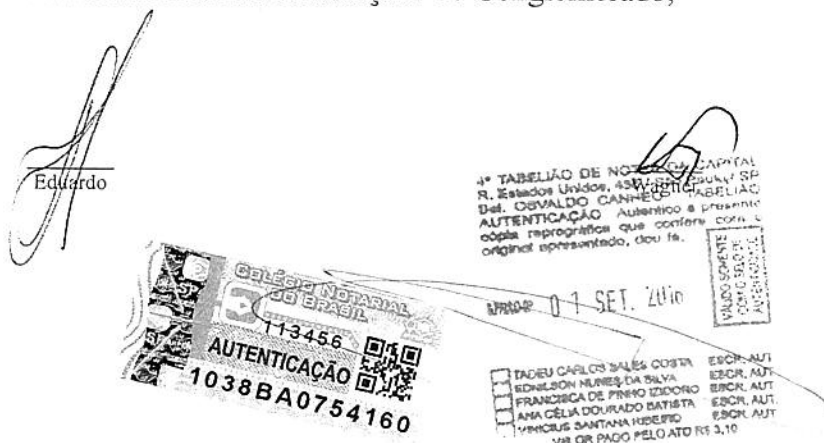
§ 3º. Cumprido o prazo máximo previsto no parágrafo 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão no Banco após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

§ 4º. Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê ficar reduzido a menos de 3 (três) membros, o Conselho de Administração deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído.

§ 5º. O Comitê de Remuneração reunir-se-á obrigatoriamente, uma vez ao ano, entre os meses de janeiro e março ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros.

Artigo 39. Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração:

- (i) Elaborar a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- (ii) Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado;



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
 ... exame do Banco Central do Brasil em processo  
 ... regular e a manifestação a respeito dos atos  
 ... praticados, consta de carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 ... Diretoria Técnica em São Paulo:  
 ...  
 1.577 987-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Anaitata

TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 Estado Unidos, 455 - São Paulo / SP  
 OSVALDO CANHEO TABELÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autêntico a presente  
 pela reprografia que confere com o  
 original apresentado, dou fé.

01 SET. 2010

VALDO SOUVENTE  
 COM O SELO DE  
 AUTENTICIDADE

1038 BA0764177

13456

GOVERNADOR DO ESTADO

TADEU CARLOS SALES COSTA ESCR. AUT.  
 EDNELSON NUNES DA SILVA ESCR. AUT.  
 FRANCISCA DE FREITAS GIDORO ESCR. AUT.  
 ANA CELIA DOUGLADO BATISTA ESCR. AUT.  
 VINÍCIUS BARTOLUCCI RIBEIRO ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10



DUCE SP  
15 09 16

(iii) Revisar anualmente a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;

(iv) Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976;

(v) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;

(vi) Analisar a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e

(vii) Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na regulamentação vigente.

**Artigo 40.** O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa) dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado “Relatório do Comitê de Remuneração”, o qual deverá ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO V – DO EXERCÍCIO FISCAL, DO BALANÇO E DOS LUCROS**

**Artigo 41.** O exercício social terá início em 1.º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 42.** Após o término de cada trimestre serão elaboradas as demonstrações financeiras e as demonstrações contábeis do Banco que deverão, obrigatoriamente, incluir as demonstrações dos fluxos de caixa, indicando, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos de operações, dos financiamentos e dos investimentos.



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo

*Benedito Barbosa Sobrinho*

15/06/2016 Benedito Barbosa Sobrinho  
Analista



4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 435 - São Paulo / SP  
Del. OSVALDO CANHEO TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO Autêntico e presente  
cópia reprográfica que contém com o  
original apresentado, dou fe.

0-1 SFT. 2016



<input checked="" type="checkbox"/>	TADEU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	EDNEISON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO ZIDORO	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	ANA CÉLIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	VINÍCIUS SANTANA MOREIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 2,10

DUCE SP  
15 09 16

§ 1º. Nas demonstrações financeiras padronizadas serão incluídas, em notas explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a informação, constante do relatório da administração, da vinculação à cláusula compromissória.

Artigo 43. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, incisos II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;
- d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e
- e) a parcela remanescente do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da “Reserva para Efetivação de Novos Investimentos”, observado o disposto no Artigo 194 Lei das Sociedades por Ações, que tem por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro do Banco, com vistas a permitir ao Banco a realização de novos investimentos, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, a reserva legal e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembléia

Edoardo



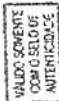
ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular de manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo

*[Assinatura]*  
557.600-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
Ata 10/10/16



4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
Del. OSVALDO CANHEO TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
cópia reprográfica que contém com o  
original apresentado, dou fé.

SP/007 01 SET. 2016



<input type="checkbox"/>	EDNEU CARLOS SALES COSTA	ESCK. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDILSON NUNES DA SILVA	ESCK. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO IZIDORO	ESCK. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCK. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINICIUS SANTANA FIDEI	ESCK. AUT.

VALOR PAÇO PELO ATO R\$ 2,10

OLUCEP  
15 09 16

Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Artigo 44. Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos aos acionistas juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9 da Lei n.º 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, os quais, uma vez distribuídos, poderão, após a dedução do imposto de renda na fonte, ser imputados aos dividendos obrigatórios ou intermediários.

Artigo 45. O Banco poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais e, com base nos mesmo, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

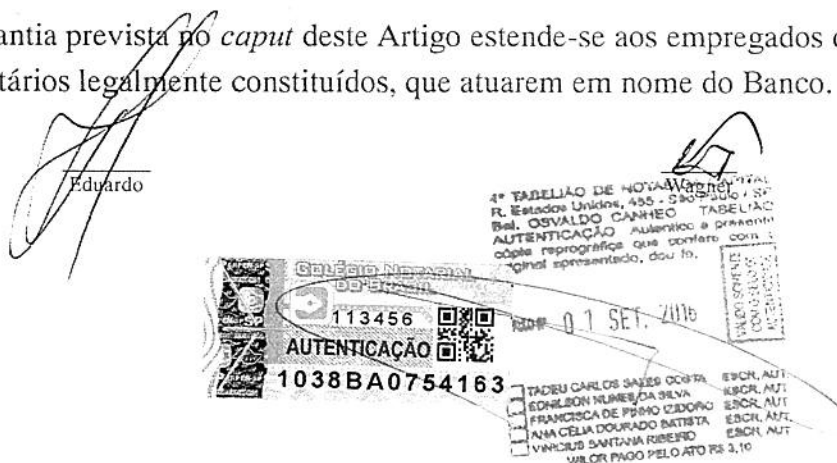
Parágrafo Único - Revertem em favor do Banco os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 03 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

## CAPÍTULO VI - DA RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

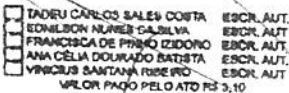
Artigo 46. Os administradores respondem perante o Banco e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei, do Regulamento do Nível 1 e do presente Estatuto.

Artigo 47. O Banco, nos casos em que não tomar o pólo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria, por meio de terceiros contratados, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra seus administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.

§ 1º. A garantia prevista no *caput* deste Artigo estende-se aos empregados do Banco e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuem em nome do Banco.



Analysts



DUCESP  
15 09 16

§ 2º. Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Diretor ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, baseada em violação de lei ou do estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, este deverá ressarcir o Banco de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

§ 3º. O Banco poderá, por deliberação do Conselho de Administração, contratar em favor dos membros do seu Conselho de Administração e de seus Diretores, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.

## CAPÍTULO VII - DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

Artigo 48. A alienação do controle acionário do Banco, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que (i) o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante, observado, ainda, o disposto no Artigo 5º, Parágrafo Terceiro, inciso “iii” deste Estatuto; e (ii) o Banco Central do Brasil anua expressamente com a alteração do controle, nos termos da Resolução nº 3.040, de 28 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil.

§ 1º. Para fins da oferta pública referida no *caput*, o acionista controlador alienante e o comprador deverão entregar imediatamente à BOVESPA declaração contendo o preço e as condições da operação de alienação de controle do Banco.

§ 2º. A oferta pública referida neste Artigo também deverá ser realizada nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações do Banco, que venha a resultar na alienação do controle do Banco.

§ 3º. A oferta pública de aquisição de ações referida neste Artigo será exigida em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle do Banco para terceiro. Nessa hipótese, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BOVESPA o valor atribuído ao Banco pela alienação do seu controle, anexando documentação que comprove esse valor.





ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
 Exame do Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta de carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 Gerência Técnica em São Paulo  
 1.597.860-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista



4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 R. Estados Unidos, 435 - São Paulo / SP  
 Bel. OSVALDO CANHEO TABELIÃO  
 AUTENTICAÇÃO Autêntico e presente  
 cópia reprográfico que confere com o  
 original apresentado, dou fé.

01 SET. 2016



<input type="checkbox"/>	TADU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDNILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO EZEQUIAS	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VIRGILUS SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

VILOR PAGO PELO ATO RS 3,10

BOVESPA  
15 09 16

**Artigo 49.** O acionista que possuir ações do Banco e que vier a adquirir o seu controle em razão de contrato particular celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) efetivar oferta pública nos termos do Artigo 48 deste Estatuto Social;
- (ii) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data da aquisição das ações representativas do controle do Banco, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago pelas ações representativas do controle e o valor pago em bolsa pelas ações do Banco neste período, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – IGP-M/FGV até o momento do pagamento; e
- (iii) tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações do Banco em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do controle, quando necessário.

**Artigo 50.** O Banco não registrará transferências de ações para o comprador ou os acionistas que vierem a deter o poder de controle, enquanto estes não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores ao Regulamento do Nível 1 e enquanto o Banco Central não tenha expressamente autorizado a respectiva alteração do controle.

**Parágrafo Único** Da mesma forma, nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede do Banco sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores referido no *caput* deste Artigo e tenha sido autorizado pelo Banco Central.

## **CAPÍTULO VIII – DA SAÍDA DO NÍVEL 1 DA BOVESPA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA**

**Artigo 51.** A saída do Banco do Nível 1 da BOVESPA estará condicionada à efetivação, pelo acionista controlador do Banco, de oferta pública de aquisição de ações por preço mínimo correspondente ao valor econômico apurado em laudo de avaliação.



ATTESTAMOS que este documento foi submetido a  
 exame do Banco Central do Brasil em processo  
 regular e a manifestação a respeito dos atos  
 praticados consta de carta emitida à parte  
 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
 Gerência Técnica em São Paulo  
 27 960-1 Benedito Barbosa Sobrinho  
 Analista

TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
 Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
 OSMALDO CANHELO TABELÃO

AUTENTICAÇÃO Autêntico a presente  
 pela reprografia que contém com o  
 original apresentado, dou fé.

01 SET. 2016

TADEU CARLOS SALES COSTA ESCR. AUT.  
 EDNELSON NUNES DA SILVA ESCR. AUT.  
 FRANCISCA DE PINHO IZIDORO ESCR. AUT.  
 ANA CELIA DOURADO BATISTA ESCR. AUT.  
 VINÍCIUS SANTANA RIBEIRO ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

1038BA0764172

BOVESPA  
15 09 16

§ 1º. A oferta pública prevista neste Artigo observará as regras aplicáveis previstas em lei, as regras de oferta pública de aquisição de ações emitidas CVM, bem como aquelas previstas no Regulamento do Nível 1.

§ 2º. Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem: (i) a descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 1 para que as ações do Banco passem a ter registro de negociação fora do Nível 1, (ii) a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida no Nível 1, ou (iii) a exclusão ou limitação do disposto neste artigo, bem como no Artigo 5º, Parágrafo Terceiro, inciso “iii”, Artigo 13, Parágrafos Segundo e Terceiro, 48, 49, 50 e 52 deste Estatuto Social, que resulte em prejuízo para os acionistas não detentores do poder de controle, exceto se referida exclusão ou limitação seja consequência de disposição legal ou regulamentação emanada da BOVESPA, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas do Banco, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico, apurado em laudo de avaliação referido no Artigo 52 abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 3º. O acionista controlador estará dispensado de proceder à oferta pública referida no *caput* deste Artigo 51 se o Banco tiver descontinuado as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 em razão da assinatura de contrato de participação do Banco no segmento especial da BOVESPA denominado Nível 2 ou Novo Mercado.

Artigo 52. O laudo de avaliação de que trata este Capítulo deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão do Banco, seus administradores e/ou acionista controlador, além de satisfazer os requisitos do Parágrafo Primeiro do Artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo sexto do mesmo Artigo.

§ 1º. A escolha da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação de que trata este Capítulo é de competência da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela assembléia, a qual, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo.

*[Assinatura]*  
Benedito Barbosa Sobrinho  
Analista

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 435 - São Paulo / SP  
Del. OSVALDO CANHECO TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO Autêntico e presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

SP/AG-07 01 SET. 2010

1038BA0754171  
AUTENTICAÇÃO  
118456  
OSVALDO CANHECO  
DEL. TABELÃO

VALIDO SOMENTE  
COM O SELO DE  
AUTENTICAÇÃO

<input type="checkbox"/>	TADEU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PAIVA EZEQUIAS	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA OLIVADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINÍCIUS SANTANA FORREIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

DUCESP  
15 09 16

que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Considera-se em circulação todas as ações emitidas pelo Banco, exceto as detidas pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos administradores do Banco e aquelas mantidas em tesouraria.

§ 2º. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão integralmente arcados pelo ofertante.

## CAPÍTULO IX - DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 53. O Banco será liquidado nos casos previstos em lei, sendo a Assembléia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

## CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 54. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 55. O Banco observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembléia Geral ou reunião do Conselho de Administração contrários aos termos de referidos Acordo de Acionistas

Parágrafo Único - Os Acordos de Acionistas que tenham por objeto regular o exercício do direito de voto e o poder de controle do Banco, deverão ser previamente submetidos à aprovação do Banco Central do Brasil.

## CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 56. As disposições deste Estatuto Social contidas especificamente referentes às regras procedimentais do Nível 1, inclusive (a) o Parágrafo Único do Artigo 1.o, (b) o Artigo 11, (c) o *caput* do Artigo 42; (d) os Capítulos VII e VIII; sem prejuízo das



ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta enviada à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo

*Benedito Barbosa Sobrinho*  
1.507 46 111 Benedito Barbosa Sobrinho  
Analista

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 435 - São Paulo / SP  
Del. OSVALDO CANHEO TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO Autenticamos a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.



SP/PAO-01 01 SET. 2010

VALIDO SOMENTE  
COM O SELO DE  
AUTENTICAÇÃO

<input type="checkbox"/>	TADREI CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	EDNILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PRIMO ISIDORO	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	ANA CELIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input type="checkbox"/>	VINICIUS SANTANA ROBERTO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10



DUCESP  
15 09 16

demais normas legais aplicáveis, somente terão eficácia a partir da data de admissão do Banco no segmento do Nível 1 da BOVESPA.

**ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO ATÉ A A.G.E. DE 10.06.2016.**

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**  
Eduardo Barcelos Guimarães  
Diretor de Relações com Investidores

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**  
Wagner Cesar Pavão  
Diretor Adjunto

Eduardo



4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 436 - São Paulo / SP  
Sel. OSWALDO CANHEO TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO Autêntico e presente  
cópia reprográfica que contém com o  
original apresentado, dou fé.

Wagner

TADEU CARLOS SALLES COSTA  
EDMILSON RIBEIRO DA SILVA  
FRANCISCA DE PABLO EDSON  
ANA CELIA GOURA DO NASCIMENTO  
WAGNER CESAR PAVÃO  
10/09/2016

ATESTAMOS que este documento foi submetido a  
exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta enviada à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo

*[Assinatura]*  
15.09.95 Bensedito Barbosa Sobrinho  
Analista

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo / SP  
S-M. OSVALDO CANHECO TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

COLEGIO NOTARIAL  
DO BRASIL  
113456  
AUTENTICAÇÃO  
1038BA0754169

01 SET 2010

VALIDO SOMENTE  
COM SELLO DE  
ATENDIMENTO

<input checked="" type="checkbox"/>	DEU CARLOS SALES COSTA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	EDNILSON NUNES DA SILVA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	FRANCISCA DE PINHO ZODORO	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	ANA CÉLIA DOURADO BATISTA	ESCR. AUT.
<input checked="" type="checkbox"/>	VINÍCIUS SANTANA RIBEIRO	ESCR. AUT.

VALOR PAGO PELO ATO R\$ 3,10

# BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 15994 /2016-BCB/Deorf/GTSP2  
Pt 1601617303

São Paulo,

16 AGO. 2016

Aos Senhores

Eduardo Barcelos Guimarães e Wagner Cesar Pavão  
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Adjunto  
Banco Industrial do Brasil S.A.  
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – Vila Nova Conceição  
04543-901 – São Paulo – SP

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou a Reforma Estatutária e consolidação do estatuto social, deliberadas pela Assembleia Geral Extraordinária, de 10 de junho de 2016, objeto do seu requerimento de 15 de junho de 2016.

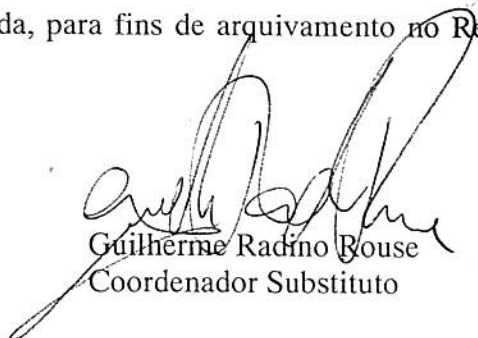
2. A propósito, lembramos a necessidade de serem atualizados, no estatuto social, os dados de endereço da sede dessa instituição, relativos ao bairro (Vila Nova Conceição) e ao CEP (04543-901), que poderão ser efetivados na próxima Reforma Estatutária que for realizada.

3. Ainda, na próxima alteração contratual que realizar, deverá essa sociedade ajustar a redação do parágrafo único do art. 35 do estatuto social, no tocante aos critérios a serem adotados para destituição do Ouvidor, visto que a expressão “ou substitui-lo a qualquer tempo” possibilita a interpretação de que a sua destituição possa ocorrer sem observação dos critérios definidos, o que se contrapõe ao disposto no inciso II do art. 9º da Resolução nº 4.433, de 23 de julho de 2015.

4. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,

  
Young Man To  
Gerente-Técnico

  
Guilherme Radino Rouse  
Coordenador Substituto

Anexo: 1 documento; 33 páginas.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)  
Gerência Técnica em São Paulo (GTSP2)  
Av. Paulista, 1.804 - 5º Andar - 01310-922 - São Paulo / SP  
Telefones: (11)3491-6415, (11)3491-6943  
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br



PRODUC  
A 00 21



JUCESP  
10 07 17

1

JUCESP PROTOCOLO  
0.662.478/17-4



**BANCO INDUSTRIAL DO BI**

CNPJ nº 31.895.683/0001-16  
NIRE 35300119339

## **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28.04.2017**

### **DATA:**

28 de abril de 2017, às 11:00 horas.

### **LOCAL:**

Sede Social, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - São Paulo-SP.

### **PRESENÇA:**

Totalidade dos membros do Conselho de Administração.

### **MESA:**

Presidente: Carlos Alberto Mansur.

Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães.

### **ORDEM DO DIA:**

- Deliberar sobre a eleição dos membros da diretoria, com a fixação de seus honorários e mandato.

### **DELIBERAÇÕES:**

Após amplos debates, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações:

1. Reeleger os membros da Diretoria, mantida a remuneração vigente:

#### **❖ DIRETOR PRESIDENTE:**

**CARLOS ALBERTO MANSUR,**

brasileiro, casado, empresário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 5.389.317-SSP-SP e do CPF nº 454.815.398-53;

#### **❖ DIRETOR VICE-PRESIDENTE:**

**ENRIQUE JOSÉ ZARAGOZA DUEÑA,**

brasileiro, casado, administrador de empresas, residente em Barueri-SP, com domicílio na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila



4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo-SP  
Bel. OSVALDO CANHELO - TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que contém com o  
original apresentado/dou fé.

30 JUN 2017

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA  
Escrevente Autorizado  
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

923000

71 70 01

ATESTAMOS que este documento foi submetido  
a exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Governo Federal em São Paulo - I

Márcia Kacua Nakuta  
ANALISTA

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

S. PAULO-SP

30 JUN. 2017

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA  
Escrivente Autorizado  
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



DUCESP

2

10 07 17

Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 5.143.941-SSP-SP e do CPF nº 610.216.288-91;

❖ **DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES:**

**EDUARDO BARCELOS GUIMARÃES,**

brasileiro, casado, administrador de empresas, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG nº 2.384.520-IFP-RJ e do CPF nº 178.560.607-78;

❖ **DIRETORES ADJUNTOS:**

**DANIEL GARGALHONE MORO,**

brasileiro, casado, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, portador da C.I.R.G. nº 26.436.279-2-SSP-SP e do CPF nº 249.043.398-94;

**WAGNER CESAR PAVÃO,**

brasileiro, casado, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 4.895.694-SSP-SP e do CPF nº 211.320.468-15;

**CARLOS GENISTRETTI NETO,**

brasileiro, casado, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, portador da C.I. CRE-SP nº 21.255 e do CPF nº 010.982.778-30;

❖ **DIRETORES (sem designação específica):**

**LUIZ CASTELLANI PEREZ,**

brasileiro, casado, administrador de empresas, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 8.209.108-0-SSP-SP e do CPF nº 030.634.508-04;

**MIGUEL ÂNGELO RÚBIO JÚNIOR,**

brasileiro, casado, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG nº 5.759.885-X-SSP-SP e do CPF nº 390.829.898-91.

- 1.1. O mandato dos diretores ora eleitos se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2020.





9230UC

71 70 01

ATESTAMOS que este documento foi submetido  
a exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manutenção e respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Geral em São Paulo - 1

Márcia K. S. Nakura  
ANALISTA

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que contém com o  
original apresentado, dou fe.

S. PAULO-SP

30 JUN. 2017

MARCO AURÉLIO DE SOUZA  
Escrevente Autorizada  
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



JUCESP  
10 07 17

3

- 1.2. Os diretores eleitos, apresentaram declaração de que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, as quais se encontram arquivadas na sede da Sociedade.
- 1.3. Foi esclarecido que os diretores ora eleitos apresentaram cópias do instrumento de declaração em conformidade com o artigo 2º, da Instrução CVM nº 367, de 29.05.02.

**ENCERRAMENTO:**

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada.

São Paulo, 28 de abril de 2017.

**ASSINATURAS:**

Presidente: **CARLOS ALBERTO MANSUR.**

Secretário: **EDUARDO BARCELOS GUIMARÃES.**

Membros: **CARLOS ALBERTO MANSUR;**  
**EDUARDO BARCELOS GUIMARÃES;**  
**FERNANDO FERRAZ MARCONDES DE SOUZA; e**  
**NELSON AMBRA CASTRO JÚNIOR.**

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

  
**CARLOS ALBERTO MANSUR**  
Presidente

  
**EDUARDO BARCELOS GUIMARÃES**  
Secretário



**JUCESP**



9230UC  
71 70 01

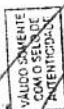
ATESTAMOS que este documento foi submetido  
a exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação e respeito aos atos  
praticados consta de carta enviada à parte.  
ENVIO DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMA FISCAL  
Escritório Técnica em São Paulo +1

Marcia K. de F. Silva  
ANALISTA

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

S. PAULO-SP 30 JUN. 2017

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA  
Escrevente Autorizado  
Valor pago pelo ato R\$ 3,50





# BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 9805  
Pt 1701629326

/2017-BCB/Deorf/GTSP2

São Paulo, 6 JUN. 2017

Ao  
Banco Industrial do Brasil S.A.  
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.703  
04543-901 São Paulo (SP)

A/C do Senhor  
Carlos Alberto Mansur - Diretor Presidente

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de abril de 2017:

- a) Eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2020:

CPF	Nome	Cargo
454.815.398-53	Carlos Alberto Mansur	Diretor Presidente
610.216.288-91	Enrique José Zaragoza Dueña	Diretor Vice-Presidente
010.982.778-30	Carlos Genistretti Neto	Diretor Adjunto
249.043.398-94	Daniel Gargalhoni Moro	
211.320.468-15	Wagner Cesar Pavão	
178.560.607-78	Eduardo Barcelos Guimarães	Diretor de Relações com Investidores
030.634.508-04	Luiz Castellani Perez	Diretor
390.829.898-91	Miguel Ângelo Rúbio Júnior	

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Sisorf 4.14.70 ([www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL](http://www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL)).

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)  
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)  
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo (SP)  
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725 – Telefax: (11) 3491-6383  
E-mail: [gtsp2.deorf@bcb.gov.br](mailto:gtsp2.deorf@bcb.gov.br)



## BANCO CENTRAL DO BRASIL

3. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do  
Comércio.

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro  
Gerência Técnica em São Paulo – II

  
Young Man To  
Gerente Técnico

  
Eduardo de Camargo Schell  
Coordenador

Anexo: 1 documento; 3 páginas.



# BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 9805  
Pt 1701629326

/2017-BCB/Deorf/GTSP2

São Paulo, 6 JUN. 2017

Ao  
Banco Industrial do Brasil S.A.  
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.703  
04543-901 São Paulo (SP)

A/C do Senhor  
Carlos Alberto Mansur - Diretor Presidente

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de abril de 2017:

- a) Eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2020:

CPF	Nome	Cargo
454.815.398-53	Carlos Alberto Mansur	Diretor Presidente
610.216.288-91	Enrique José Zaragoza Dueña	Diretor Vice-Presidente
010.982.778-30	Carlos Genistretti Neto	Diretor Adjunto
249.043.398-94	Daniel Gargalhoni Moro	
211.320.468-15	Wagner Cesar Pavão	
178.560.607-78	Eduardo Barcelos Guimarães	Diretor de Relações com Investidores
030.634.508-04	Luiz Castellani Perez	Diretor
390.829.898-91	Miguel Ângelo Rúbio Júnior	

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Sisorf 4.14.70 ([www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL](http://www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL)).

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)  
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)  
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo (SP)  
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725 – Telefax: (11) 3491-6383  
E-mail: [gtsp2.deorf@bcb.gov.br](mailto:gtsp2.deorf@bcb.gov.br)





## BANCO CENTRAL DO BRASIL

3. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro  
Gerência Técnica em São Paulo – II

  
Young Man To  
Gerente Técnico

  
Eduardo de Camargo Schell  
Coordenador

Anexo: 1 documento; 3 páginas.

JUCESP  
20 03 19

## BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 31.895.683/0001-16  
NIRE 35300119339

### ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06.12.2018

**DATA:**

06 de dezembro de 2018, às 11:00 horas.

**LOCAL:**

Sede Social, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - São Paulo-SP.

**PRESENÇA:**

Totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**MESA:**

Presidente: Carlos Alberto Mansur.

Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães.

**ORDEM DO DIA:**

- Deliberar sobre a eleição de membro da Diretoria, com a fixação de seus honorários e mandato

**DELIBERAÇÕES:**

Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o que segue:

1. Aprovar a eleição para o cargo de Diretor Adjunto, do Sr. **ARTHUR MARIANO COMIN**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Carlos Weber, nº 633 - apto. 141 A - Vila Leopoldina - CEP 05303-000, portador da C.I. RG nº 26.871.130-6-SSP-SP e do CPF nº 270.519.088-04, com remuneração definida na Assembleia Geral Ordinária de 25.04.2018.

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Del. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia réprográfica que confere com o  
original apresentado, deu fé.

S. PAULO-SP 26 FEV. 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA

Escrevente Autorizado

Valor pago pelo ato R\$





9230UC  
01 00 02

Atestação que o(a) subscritor(a) foi subscritor(a)  
e assinou o termo de compromisso em processo  
regulamentado e registrado e compareceu aos atos  
preliminares de abertura do processo de licitação  
na presença de testemunhas devidamente habilitadas  
de acordo com o Edital nº 001/2019.

\_\_\_\_\_  
Suplente do(a) Subscritor(a)

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

S. PAULO, 26 FEV, 2019

MARCO AURELIO DE  
Escritor(a) Autorizado(a)  
Valor pago pelo ato



JUCESP  
20 03 19

devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 279.767/18-3, em Sessão de 13.06.2018.

- 1.1. O mandato do Diretor ora eleito se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2020.
- 1.2. O Diretor eleito apresentou a declaração de que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, as quais se encontram arquivadas na sede do Banco.

#### ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada.

São Paulo, 06 de dezembro de 2018.

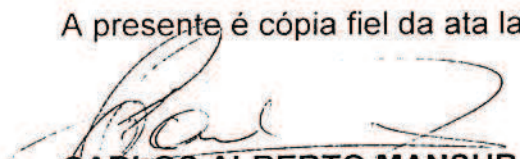
#### ASSINATURAS:

Presidente: Carlos Alberto Mansur.

Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães.

Membros: **CARLOS ALBERTO MANSUR;**  
**EDUARDO BARCELOS GUIMARÃES;**  
**FERNANDO FERRAZ MARCONDES DE SOUZA;**  
**NELSON AMBRA CASTRO JÚNIOR; e**  
**CARLOS ALBERTO MANSUR FILHO.**

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

  
**CARLOS ALBERTO MANSUR**  
Presidente

  
**EDUARDO BARCELOS GUIMARÃES**  
Secretário

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Del. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

S. PAULO-SP 26 FEV. 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA  
Escrivente Autorizado  
Valor pago pelo ato R\$



72300  
01 00 00

Atestamos que esta Autenticação foi elaborada  
e assinada pelo Tabelião de Notas em conformidade  
com o registro e a autenticação e contém os dados  
pertinentes à Ata que seria emitida e para  
servir como prova de sua autenticidade e validade.

Osvaldo Canheo da Silva



JUCESP

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Del. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

25 FEV. 2019

MARCO ANTONIO DE  
Escritor Autorizado  
Maior pago pelo ato





# BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 2015  
Processo 149549

/2019-BCB/Deorf/GTSP2

São Paulo, 1 FEV. 2019

Ao  
Banco Industrial do Brasil S.A.  
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1703  
04543-901 São Paulo (SP)

A/C do Senhor  
Carlos Alberto Mansur - Diretor Presidente

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 6.12.2018:

- a) Eleição de membro da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na(em) Reunião do Conselho de Administração que suceder à Assembleia Geral Ordinária de 2020:

CPF	Nome	Cargo
270.519.088-04	Arthur Mariano Comin	Diretor Adjunto

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Sisorf 4.14.70 (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/manualsisorf>).

3. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,

Young Man To  
Gerente-Técnico

Eduardo de Camargo Schell  
Coordenador

Anexo 1 documento; 2 páginas.

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

S. PAULO-SP 26 FEV. 2019

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)  
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)  
Av. Paulista, 1.804 - 5º andar - 01310-922 São Paulo, SP  
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-5581  
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br

42307  
91 50 02

EM BRANCO





# BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 9805  
Pt 1701629326

/2017-BCB/Deorf/GTSP2

São Paulo, 6 JUN. 2017

Ao  
Banco Industrial do Brasil S.A.  
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.703  
04543-901 São Paulo (SP)

A/C do Senhor  
Carlos Alberto Mansur - Diretor Presidente

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de abril de 2017:

- a) Eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2020:

CPF	Nome	Cargo
454.815.398-53	Carlos Alberto Mansur	Diretor Presidente
610.216.288-91	Enrique José Zaragoza Dueña	Diretor Vice-Presidente
010.982.778-30	Carlos Genistretti Neto	Diretor Adjunto
249.043.398-94	Daniel Gargalhoni Moro	
211.320.468-15	Wagner Cesar Pavão	
178.560.607-78	Eduardo Barcelos Guimarães	Diretor de Relações com Investidores
030.634.508-04	Luiz Castellani Perez	Diretor
390.829.898-91	Miguel Ângelo Rúbio Júnior	

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Sisorf 4.14.70 ([www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL](http://www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL)).

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)  
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)  
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo (SP)  
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725 – Telefax: (11) 3491-6383  
E-mail: [gtsp2.deorf@bcb.gov.br](mailto:gtsp2.deorf@bcb.gov.br)



## BANCO CENTRAL DO BRASIL

3. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro  
Gerência Técnica em São Paulo – II

  
Young Man To  
Gerente Técnico

  
Eduardo de Camargo Schell  
Coordenador

Anexo: 1 documento; 3 páginas.



JUCESP  
20 03 19

## BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 31.895.683/0001-16  
NIRE 35300119339

### ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06.12.2018

**DATA:**

06 de dezembro de 2018, às 11:00 horas.

**LOCAL:**

Sede Social, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - São Paulo-SP.

**PRESENÇA:**

Totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**MESA:**

Presidente: Carlos Alberto Mansur.

Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães.

**ORDEM DO DIA:**

- Deliberar sobre a eleição de membro da Diretoria, com a fixação de seus honorários e mandato

**DELIBERAÇÕES:**

Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o que segue:

1. Aprovar a eleição para o cargo de Diretor Adjunto, do Sr. **ARTHUR MARIANO COMIN**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Carlos Weber, nº 633 - apto. 141 A - Vila Leopoldina - CEP 05303-000, portador da C.I. RG nº 26.871.130-6-SSP-SP e do CPF nº 270.519.088-04, com remuneração definida na Assembleia Geral Ordinária de 25.04.2018.

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Del. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia réprográfica que confere com o  
original apresentado, deu fé.

S. PAULO-SP 26 FEV. 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA

Escrevente Autorizado

Valor pago pelo ato R\$





9230UC  
01 00 02

Atestamos que este documento foi autenticado  
e assinado por Osvaldo Canheo em processo  
regular e devidamente registrado em nome  
desta pessoa física de acordo com o artigo 6º parágrafo  
único da Lei nº 11.141/2005.

Osvaldo Canheo

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

S. PAULO, 26 FEV. 2019

MARCO AURELIO DE  
Escritor Autorizado  
Valor pago pelo ato



JUCESP  
30 03 19

devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 279.767/18-3, em Sessão de 13.06.2018.

- 1.1. O mandato do Diretor ora eleito se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2020.
- 1.2. O Diretor eleito apresentou a declaração de que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, as quais se encontram arquivadas na sede do Banco.

#### ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada.

São Paulo, 06 de dezembro de 2018.

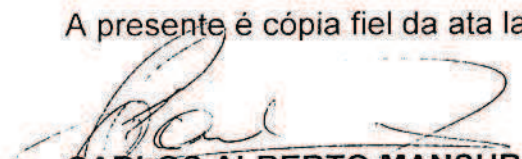
#### ASSINATURAS:

Presidente: Carlos Alberto Mansur.

Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães.

Membros: **CARLOS ALBERTO MANSUR;**  
**EDUARDO BARCELOS GUIMARÃES;**  
**FERNANDO FERRAZ MARCONDES DE SOUZA;**  
**NELSON AMBRA CASTRO JÚNIOR; e**  
**CARLOS ALBERTO MANSUR FILHO.**

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

  
**CARLOS ALBERTO MANSUR**  
Presidente

  
**EDUARDO BARCELOS GUIMARÃES**  
Secretário

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Del. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

S. PAULO-SP 26 FEV. 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA  
Escritor Autorizado  
Valor pago pelo ato R\$



723000  
01 00 00

Atestamos que esta Escritura foi elaborada  
e assinada pelo Tabelião Geral em conformidade  
com o registro e a autenticação e contém as  
partes assinadas e rubricadas em 05 de  
fevereiro de 2019.

Osvaldo Canheo

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Del. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

25 FEV. 2019

MARTO ANTÔNIO DE  
Escritor Autorizado  
Maior pago pelo ato



**JUCESP**  
20 MAR 2019  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - JUCESP  
GISELA SIMIEMA CESCHIN  
SECRETÁRIA GERAL  
165.871/19-2  
165.871/19-2

**JUCESP**



# BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 2015  
Processo 149549

/2019-BCB/Deorf/GTSP2

São Paulo,

1 FEV. 2019

Ao  
Banco Industrial do Brasil S.A.  
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1703  
04543-901 São Paulo (SP)

A/C do Senhor  
Carlos Alberto Mansur - Diretor Presidente

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 6.12.2018:

- a) Eleição de membro da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na(em) Reunião do Conselho de Administração que suceder à Assembleia Geral Ordinária de 2020:

CPF	Nome	Cargo
270.519.088-04	Arthur Mariano Comin	Diretor Adjunto

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Sisorf 4.14.70 (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/manualsisorf>).

3. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,

Young Man To  
Gerente-Técnico

Eduardo de Camargo Schell  
Coordenador

Anexo 1 documento; 2 páginas.

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP  
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELÃO  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
cópia reprográfica que confere com o  
original apresentado, dou fé.

S. PAULO-SP 26 FEV. 2019

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)

Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)

Av. Paulista, 1.804 - 5º andar - 01310-922 São Paulo, SP

Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-5581

E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br

AUTENTICAÇÃO  
AU1048BD0257590

423017  
91 50 02

EM BRANCO



**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**CERTIFICAMOS** QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35300119339	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 15/04/1988	INÍCIO DAS ATIVIDADES 17/03/1988	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES			
C.N.P.J. 31.895.683/0001-16	ENDEREÇO AVENIDA PRES. JUSCELINO KUBITSCHKE			NÚMERO 1703	COMPLEMENTO		
BAIRRO VL NOVA CONCEICAO	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 04543-901	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 372.222.709,46	

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS ARRENDAMENTO MERCANTIL OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS

PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2021							
NOME CARLOS ALBERTO MANSUR							
ENDEREÇO AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE				NÚMERO 1703	COMPLEMENTO		
BAIRRO VL NOVA CONCEICAO	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 04543-901	RG 5389317	
CPF 454.815.398-53	CARGO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2021					QUANTIDADE COTAS	

CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2021							
NOME CARLOS ALBERTO MANSUR FILHO							
ENDEREÇO AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE				NÚMERO 1703	COMPLEMENTO		
BAIRRO VL NOVA CONCEICAO	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 04543-901	RG 358028048	
CPF 322.988.748-40	CARGO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2021					QUANTIDADE COTAS	

CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2021							
NOME EDUARDO BARCELOS GUIMARAES							
ENDEREÇO				NÚMERO	COMPLEMENTO		

AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE		1703			
BAIRRO VL NOVA CONCEICAO	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 04543-901	RG 2384520
CPF 178.560.607-78	CARGO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2021				QUANTIDADE COTAS

CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2021					
NOME FERNANDO FERRAZ MARCONDES DE SOUZA					
ENDEREÇO AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE		NÚMERO 1703	COMPLEMENTO		
BAIRRO VL NOVA CONCEICAO	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 04543-901	RG 3143643
CPF 055.656.008-63	CARGO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2021				QUANTIDADE COTAS

CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2021					
NOME MIGUEL ANGELO RUBIO JUNIOR					
ENDEREÇO AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE		NÚMERO 1703	COMPLEMENTO		
BAIRRO VL NOVA CONCEICAO	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 04543-901	RG 5759885X
CPF 390.829.898-91	CARGO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2021				QUANTIDADE COTAS

FILIAIS				
NIRE 13900244306		CNPJ 31.895.683/0010-07		
ENDEREÇO AVENIDA CONSTANTINO NERY		NÚMERO 2776	COMPLEMENTO SALA 1309	
BAIRRO CHAPADA	MUNICÍPIO MANAUS		UF AM	CEP 69050-001
NIRE 33999059022		CNPJ		
ENDEREÇO AV.RIO BRANCO		NÚMERO 01	COMPLEMENTO CJ.708	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO		UF RJ	CEP 20090-003
NIRE 35902750827		CNPJ 31.895.683/0003-88		
ENDEREÇO AV SELMA PARADA		NÚMERO 201	COMPLEMENTO ED 2 SL 211	
BAIRRO JD MADALENA	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13091-904
NIRE		CNPJ		



41999067145			
ENDEREÇO ALAMEDA DOUTOR CARLOS DE CARVALHO	NÚMERO 555	COMPLEMENTO 9A.CJS.91/2/3	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR	CEP 80430-180
NIRE 41999066785	CNPJ		
ENDEREÇO AL. DR. CARLOS DE CARVALHO	NÚMERO 555	COMPLEMENTO	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR	CEP 80430-180
NIRE 33900654471	CNPJ 31.895.683/0002-05		
ENDEREÇO AVENIDA RIO BRANCO	NÚMERO 01	COMPLEMENTO SL 1602 16PAV	
BAIRRO CENTRO EMPRESARIAL	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ	CEP 20090-003
NIRE 15999013117	CNPJ		
ENDEREÇO RUA DOMINGOS MARREIROS	NÚMERO 49	COMPLEMENTO SL1109 TIPO B	
BAIRRO UMARIZAL	MUNICÍPIO BELEM	UF PA	CEP 66055-210
NIRE 53999025311	CNPJ		
ENDEREÇO SETOR HOTELEIRO SUL	NÚMERO	COMPLEMENTO QDR 06 CJ A	
BAIRRO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF	CEP 70322-915
NIRE 16999001756	CNPJ		
ENDEREÇO RUA GENERAL RONDON	NÚMERO 2151	COMPLEMENTO	
BAIRRO CENTRAL	MUNICÍPIO MACAPA	UF AP	CEP 68906-390
NIRE 52999049260	CNPJ		
ENDEREÇO RUA JOAO DE ABREU	NÚMERO 1155	COMPLEMENTO QD. F8 LT.24E	
BAIRRO SL. A73-A74, 7 PAV	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO	CEP 74120-110
NIRE 52900587965	CNPJ		
ENDEREÇO RUA JOAO DE ABREU	NÚMERO 1155	COMPLEMENTO QD. F8 LT.24E	
BAIRRO SL. A73-A74, 7 PAV	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO	CEP 74120-110



NIRE 35904475211	CNPJ		
ENDEREÇO SOUTH CHURCH STREET - HARBOUR PLACE-4TH	NÚMERO 103	COMPLEMENTO FLOOR-P.O1034	
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP 00011-102
NIRE 13999802888	CNPJ		
ENDEREÇO RUA 24 DE MAIO	NÚMERO 220	COMPLEMENTO SL 1112	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO MANAUS	UF AM	CEP 69010-080
NIRE 35905338501	CNPJ 31.895.683/0011-98		
ENDEREÇO UNIT 14-A, SECOND FLOOR, BAHAMAS FINANCI	NÚMERO	COMPLEMENTO NASSAU	
BAIRRO EAST SIDE CHARLOTTE	MUNICÍPIO STREET	UF	CEP

**ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO**

DATA	NÚMERO	
04/03/2020	123.103/20-4	
FOLHA DE SAO PAULO, DE 28/01/2020. PUBLICOU ATA EM : 31/12/2019. OBS: PUBLICACAO DAS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS EM 31.12.2019 E 2018, FOLHA SP, PAGINAS A17 A A19.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300119339  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/04/2020



Certidão Simplificada emitida para DALMO GOES : 02823525890. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 132868139, quarta-feira, 22 de abril de 2020 às 11:24:38.



## CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. (CNPJ 31.895.683/0001-16) encontra-se autorizado por esta Autarquia:

- a. a funcionar como banco múltiplo;
- b. a operar com a(s) carteira(s):
  - Carteira Comercial
  - Carteira de Crédito Financ. e Investimento
  - Carteira de Investimento
  - Carteira de Arrendamento Mercantil
- c. a realizar operações de:
  - Mercado de Câmbio

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 13:31:08 do dia 14/4/2020, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: sWtl8crKY8eM2KkoMBwN

Certidão emitida gratuitamente.



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 31.895.683

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 25552717

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 14/04/2020 13:39:24

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
**FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0131776 - 2020

**CPF/CNPJ Raiz:** 31.895.683/

**Contribuinte:** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

**Liberação:** 11/02/2020

**Validade:** 09/08/2020

**Tributos Abrangidos:**

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

CCM 9.521.318-0- Início atv :29/03/1988 (AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 01703 - CEP: 04543-901 )

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. Certifico que o contribuinte possui vários autos de infração com exigibilidade suspensa.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.  
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 10:01:29 horas do dia 11/02/2020 (hora e data de Brasília).

**Código de Autenticidade:** 7CA420E

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



São Paulo, 22 de abril de 2020

Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

**Assunto: Prorrogação de Tempo para o Peticionamento Eletrônico para a Renovação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT)**

O **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.895.683/0001-16, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – CEP 04543-001 Itaim Bibi, solicita prorrogação do prazo para a conclusão da Renovação do convênio junto ao INSS.

Tal pedido ocorre pela lentidão do site SEI essa semana e também a dificuldade encontrada devido a pandemia. As áreas e Diretorias estão em formato Home Office o que deixa mais lento o processo de análise e assinaturas de documentos e Ofícios.

São Paulo, 22 de abril de 2020

Atenciosamente,

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A**

WILSON VALÉRIO VIEIRA  
CPF: 283.426.018-46  
RG: 30.636.552-2

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424



## TERMO DE POSSE

Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio de 2014, os abaixo assinados, tomaram posse na Diretoria do **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, estabelecido na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, nos seguintes cargos: **DIRETOR PRESIDENTE: CARLOS ALBERTO MANSUR**; **DIRETOR VICE-PRESIDENTE: ENRIQUE JOSÉ ZARAGOZA DUEÑA**; **DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES: EDUARDO BARCELOS GUIMARÃES**; **DIRETORES ADJUNTOS: DANIEL GARGALHONE MORO; WAGNER CESAR PAVÃO e CARLOS GENISTRETTI NETO**; e **DIRETORES (sem designação específica): LUIZ CASTELLANI PEREZ**; e **MIGUEL ÂNGELO RÚBIO JÚNIOR**, todos com domicílio na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, eleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2014, devidamente homologada pelo Banco Central do Brasil, conforme seu Ofício nº 7374/2013-BCB/Deorf/GTSP2, de 19 de maio de 2014.

São Paulo, 19 de maio de 2014.



CARLOS ALBERTO MANSUR



ENRIQUE JOSÉ ZARAGOZA DUEÑA



EDUARDO BARCELOS GUIMARÃES



DANIEL GARGALHONE MORO



WAGNER CESAR PAVÃO



CARLOS GENISTRETTI NETO



LUIZ CASTELLANI PEREZ



MIGUEL ÂNGELO RÚBIO JÚNIOR

**Usuário Externo (signatário):** WILSON VALÉRIO VIEIRA  
**IP utilizado:** 10.42.41.71  
**Data e Horário:** 22/04/2020 18:51:57  
**Tipo de Peticionamento:** Intercorrente  
**Número do Processo:** 35014.082469/2020-36  
**Interessados:**

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Ofício 1.Ofício de manifestação de interesse	0694056
- CNPJ 2.Comprovante de Inscrição do CNPJ	0694057
- Estatuto 3.Estatuto Social	0694058
- Ata de 3.1 Ato que outorga competências	0694059
- Ofício 4. Ata que elegeu os dirigentes	0694060
- Ofício 5.Homologação do BACEN dos diretores	0694061
- Certidão 7.Certidão JUCESP Capital Social	0694062
- Certidão 9. Certidão do Banco Central do Brasil	0694063
- Certidão 14.1 CND Tributos Federais Dívida Ativa	0694064
- Certidão 14.2 CND Dívida Ativa Estadual	0694065
- Certidão 14.4 CND Dívida Ativa Municipal	0694066
- Certidão 14.5 CNDT-Certidão Negativa de Débitos T	0694067
- Certificado 14.6 Certificado de Regularidade do FGTS	0694068
- Certidão 14.7 Certidão Negativa de Licitantes Ini	0694069
- Certidão 14.8 Certidão Negativa de Licitantes Ini	0694070
- Certidão 14.8 Certidão Negativa de Licitantes Ini	0694071
- Certidão 14.9 Certidão Negativa do CNJ	0694072
- Certidão 14.11 Certidão do CADIN	0694073
- Certidão 14.12 Certidão do CEIS	0694074
- Certidão 14.13 Responsáveis com contas julgadas i	0694075
- Certidão 14.14 Inabilitados p Função Pública TCU	0694076
- Ofício Ofício Prorrogação	0694077
- Termo 6. Termo de posse	0694078

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

**Assunto: AUTODECLARAÇÃO DE MODALIDADE DE OPERAÇÃO, CONTA PARA REPASSE E CBC**

O **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.895.683/0001-16, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – CEP 04543-001 Itaim Bibi, por seus representantes designados conforme por seus representantes designados conforme artigo 31 do Estatuto Social, **AUTODECLARA** ao **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**, para fins de formalização de Acordo de Cooperação Técnica – ACT para operacionalização de empréstimos consignados e reservas de margem para cartão de crédito, as seguintes informações:

- CBC – Código de compensação – 604;
- Modalidade de operação: empréstimo consignado e cartão de crédito;
- Conta para recebimento do repasse de valores consignados:

Banco: 604

Agência: 001

Conta: 3922-7

ISPB: 31895683

Por ser expressa verdade, firmamos a presente declaração.

São Paulo, 22 de abril de 2020

Atenciosamente,



**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424



**13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança S/V Econômico a(s) firma(s) de  
LUIZ CASTELLANI PEREZ (502378), WAGNER CESAR PAVAO (502374).

SÃO PAULO, 05 de Maio de 2020. Em 12.ª da verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA - ESCRIVÃO Nº 0000/050520  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$12,90  
S21098AA516357



Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

**Assunto: AUTODECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA PERANTE A ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA**

O **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.895.683/0001-16, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – CEP 04543-001 Itaim Bibi, por seus representantes designados conforme por seus representantes designados conforme artigo 31 do Estatuto Social, **AUTODECLARA** ao **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS** que está regularizado com suas obrigações perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, Direta e Indireta, dos níveis federal, estadual, distrital e municipal.

O(s) signatário(s) declara(m) ainda estar(em) ciente(s) das sanções que poderão lhe(s) ser impostas, de acordo com o art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

São Paulo, 22 de abril de 2020

Atenciosamente,



**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424

**13.º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bot. AVELINO LUIS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança S/V Econômico a(s) firma(s) de  
LUIZ CASTELLANI PEREZ (502378), WAGNER CESAR PAVAO (502374).

SÃO PAULO, 05 de Maio de 2020. Em Test. da verdade  
RENATO CARLOS DE SOUZA ESCRIVÃO Nº 0000/050520  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$12,90  
S21098AA0516356





Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

Assunto: AUTODECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 18, III,  
Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008)

O **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.895.683/0001-16, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – CEP 04543-001 Itaim Bibi, por seus representantes designados conforme por seus representantes designados conforme artigo 31 do Estatuto Social, **AUTODECLARA** ao **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS** que possui qualificação técnica para efetivação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) ou que se compromete a realizar as adequações necessárias no prazo de conclusão do contrato com a empresa de tecnologia responsável a que se refere o inciso III do art. 18 da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008.

O(s) signatário(s) declara(m) ainda estar(em) ciente(s) das sanções que poderão lhe(s) ser impostas, de acordo com o art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

São Paulo, 22 de abril de 2020

Atenciosamente,



**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A**  
Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424

**13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7922

Reconheço Por Semelhança S/V Econômico a(s) firma(s) de:  
LUIZ CASTELLANI PEREZ (502378), WAGNER CESAR PAVAO (502374).

SÃO PAULO, 05 de Maio de 2020. Em Test. da verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA - ESCRIVÃO Nº 0000/050520  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$12,70  
S21098AA516355



Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

Assunto: **AUTODECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 18, III, Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008)**

O **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.895.683/0001-16, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – CEP 04543-001 Itaim Bibi, por seus representantes designados conforme por seus representantes designados conforme artigo 31 do Estatuto Social, **AUTODECLARA** ao **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS** que se compromete a observar, durante todo o período de vigência do Acordo de Cooperação Técnica com o INSS, o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, adiante transcrito: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)”.

O(s) signatário(s) declara(m) ainda estar(em) ciente(s) das sanções que poderão lhe(s) ser impostas, de acordo com o art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

São Paulo, 22 de abril de 2020

Atenciosamente,



**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424



**13.º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUIS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança O/V Econômico a(s) firma(s) de  
LUIZ CASTELLANI PEREZ (502378), WAGNER CESAR PAVAO (502374).

SÃO PAULO, 05 de Maio de 2020. Em Test. da verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA ESCHREVENHE Nº 0000/050520  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$12,90  
S21098AA516354





Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

Assunto: **AUTODECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL**

O **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.895.683/0001-16, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – CEP 04543-001 Itaim Bibi, por seus representantes designados conforme por seus representantes designados conforme artigo 31 do Estatuto Social, **AUTODECLARA** ao **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS** que possui capacidade técnica e operacional para efetivação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), especialmente no que se refere à capacidade técnica e operacional para executar a política pública de acesso ao crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS prevista no art. 6º da Lei N.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, bem como na Instrução Normativa INSS/PRES N.º 28/2008.

O(s) signatário(s) declara(m) ainda estar(em) ciente(s) das sanções que poderão lhe(s) ser impostas, de acordo com o art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

São Paulo, 22 de abril de 2020

Atenciosamente,



**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424

**13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04001-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança S/V Econômico a(s) firma(s) de  
LUIZ CASTELLANI PEREZ (502378), WAGNER CESAR PAVAO (502374).

SÃO PAULO, 05 de Maio de 2020. Em Test. da verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA - ESCRIVÃO Nº 0000/050520  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$12,90  
S21098AA516353



Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

Assunto: **AUTODECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Eu, LUIZ CASTELLANI PEREZ, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 1703, VILA NOVA CONCEICAO, SÃO PAULO-SP, portador do documento de identificação civil n.º 8.209.108-0 SSP-SP e do CPF/ME n.º 030.634.508-04, **AUTODECLARO**, sob as penas da lei, que não estou impedido, por lei, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou propriedade.

Por ser expressa verdade, firmamos a presente declaração.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Atenciosamente,



**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A**

**13.º TABELIAO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bof. AVELINO LUIS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança S/V Econômico a(s) firma(s) de  
LUIZ CASTELLANI PEREZ (52378).

SÃO PAULO, 05 de Maio de 2020. Em Test. da verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA - OSCRVEN - Nº 0000/050520

Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$ 45.  
S11098AB733034

isil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424





Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

**Assunto: AUTODECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Eu, WAGNER CESAR PAVÃO, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 1703, VILA NOVA CONCEICAO, SÃO PAULO-SP, portador do documento de identificação civil n.º 4.895.694 SSP-SP e do CPF/ME n.º 211.320.468-15, **AUTODECLARO**, sob as penas da lei, que não estou impedido, por lei, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou propriedade.

Por ser expressa verdade, firmamos a presente declaração.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Atenciosamente,



**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A**

**13.º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel AVELINO LUÍS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança S/V Econômico a(s) firma(s) de  
WAGNER CESAR PAVÃO (502374).

SÃO PAULO, 05 de Maio de 2020. Em Test. da verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA - ESCRIVÃO Nº 0000/030520  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$6,45  
S11098AB733033

Banco Industrial do Brasil S.A. - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424





Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 31.895.683/0001-16  
Razão Social: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 15/03/2021

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta

**Níveis cadastrados:**

Documento(s) assinalado(s) com "\*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

**I - Credenciamento (Possui Pendência)**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN	Validade:	11/10/2020
FGTS	Validade:	17/07/2020
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	19/10/2020

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

Receita Estadual/Distrital	Validade:	24/07/2020
Receita Municipal	Validade:	09/08/2020

**VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)**

Validade: 31/12/2019 (\*)

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 23/04/2020 09:33

1 de 1

CPF: 028.235.258-90 Nome: DALMO GOES

Ass: \_\_\_\_\_

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

WILSON VALERIO VIEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
 30636552 SSP/SP

CPF 283.426.018-46 DATA NASCIMENTO 28/01/1979

FILIAÇÃO  
 SEBASTIAO DANIEL VIEIR  
 A  
 ROSALINA GASETA VIEIRA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.  
 B

Nº REGISTRO 00603490236 VALIDADE 11/04/2023 1ª HABILITAÇÃO 11/03/1998

OBSERVAÇÕES

WILSON V. VIEIRA

LOCAL CARAPICUIBA, SP DATA EMISSÃO 13/04/2018

56884868400  
 SP896424324

MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA Diretor Presidente do Detran-SP  
 ASSINATURA DO EMISSOR

SÃO PAULO

DETRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1609081275

PROIBIDO PLASTIFICAR 1609081275



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome  
**WILSON VALERIO VIEIRA**

Nº de Inscrição  
**283426018-46**

Data do Nascimento  
**28/01/79**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT**

**8120-8**

**NOVO FLUORUOLANO**

**SIVA**

**4F2B474D**

**WILSON V. VIEIRA**

**SIGNATURA DO TITULAR**

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**TÍTULO ELEITORAL**

**NOOME DO ELEITOR**  
**WILSON VALERIO VIEIRA**

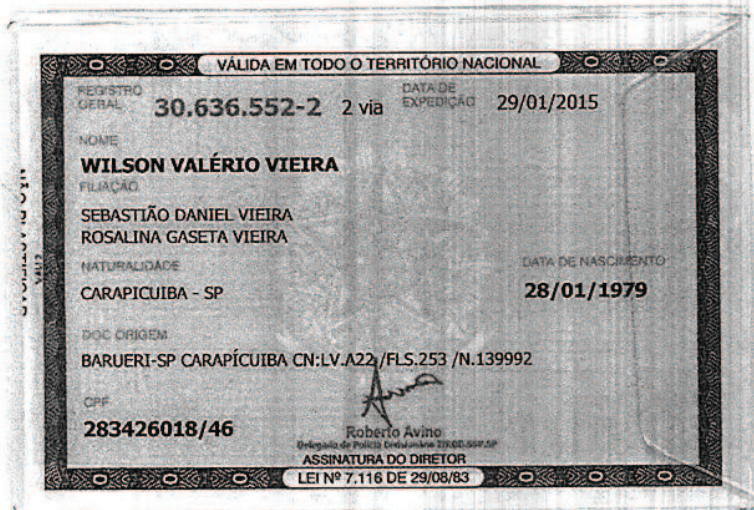
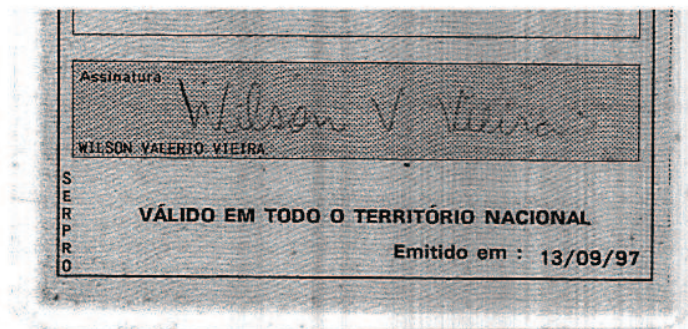
**DATA DE NASCIMENTO** **28/01/1979** **Nº INSCRIÇÃO** **2750960101/75** **DV** **303** **SEÇÃO** **0144**

**MUNICÍPIO / UF** **CARAPICUIBA / SP** **DATA DE EMISSÃO** **02/05/96**

**JUSTIÇA ELEITORAL**

**VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL**





<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>IP utilizado:</b>	10.42.41.71
<b>Data e Horário:</b>	07/05/2020 11:49:14
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Ofício Autodeclaração de Modalidade	0770633
- Ofício Autodeclaração de Adimplencia	0770634
- Ofício Autodeclaração de Qualificação Técnica 2	0770635
- Ofício Autodeclaração de Qualificação Técnica	0770637
- Ofício Autodeclaração de Capacidade Técnica	0770638
- Ofício Autodeclaração de desimpedimento - Caste	0770640
- Ofício Autodeclaração de desimpedimento - Wagne	0770641
- Declaração SICAF	0770642
- Documento Doctos Testemunha	0770643

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

NAO ENCONTRADO REGISTRO P/CGC= 31895683 - BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A  
SISBACEN 84102/0001-KARINA CAD. INF. CREDITOS NAO QUITADOS 29042020 12:02  
TRANSACAO PISP600 CONSULTAS MISP600

OPCAO	DESCRICAO	INFORME	OS	CAMPOS
----	-----	----	----	----
1	CONSULTA CGC/CPF INADIMPLENTE	X	X	
2	CONSULTA POR TERMO DO NOME			X
----	-----	----	----	----

OPCAO: 1    1- CGC...: 31895683  
             2- CPF...: \_\_\_\_\_  
             3- TERMO DO NOME: a) \_\_\_\_\_  
                                  b) \_\_\_\_\_  
                                  c) \_\_\_\_\_

OBS: Na opcao 2, sempre que possivel, informe mais de um TERMO DO NOME para tornar mais rapida a consulta.

ENTRA/ENTER=SEGUE  
PF1/13=S.O.S

PF3/15=RETORNA  
PF12/24=ENCERRA



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Certidão nº: 10723055/2020

Expedição: 12/05/2020, às 16:16:00

Validade: 07/11/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.895.683/0001-16**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 206/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 12 de abril de 2020.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br

Assunto: **Cumprimento de exigências - Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado**

Referência: Caso responda este Ofício, **indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.**

Prezados(as) Senhores(as),

1. Em atenção ao requerimento de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT para operacionalização de empréstimos consignados em benefícios previdenciários, segue abaixo a relação dos documentos necessários ao prosseguimento da análise, sem prejuízo da identificação posterior da necessidade de outros documentos ou de versões atualizadas de documentos já apresentados:

- 1.1. CND Estadual (atualizado);
- 1.2. CND Municipal Débitos Imobiliários;
- 1.3. Certidão do SICAF: regularizada nos níveis credenciamento (nível I) e qualificação econômico-financeira (nível V) ou apresentar justificativa para a pendência indicada;
- 1.4. Comprovante de Cadastramento *consumidor.gov.br*: (i) Comprovante de cadastro no site ou (ii) Termo de adesão e compromisso do fornecedor ou (iii) Formulário de adesão do fornecedor ou Termo de uso *consumidor.gov.br* (**obrigatório cadastramento na plataforma**);
- 1.5. Declaração de conhecimento e aprovação dos termos da minuta do ACT, bem como do respectivo Plano de Trabalho, constante da Portaria N.º 76 /DIRBEN/INSS, de 03 de fevereiro 2020;
- 1.6. Declaração se os Diretores, Luiz Castellani Perez e Wagner Cesar Pavão, aptos a assinar o Acordo permanecem no cargo que tomaram posse ou se ocorreram novas eleições dos membros da diretoria uma vez que o mandato é até 2020 e o art. 22 do Estatuto Social prevê mandato de 3 anos;

2. O não cumprimento integral das exigências no **prazo de 30 (trinta) dias** ensejará o arquivamento do requerimento e a rescisão do Acordo atual com a suspensão das operações para novas averbações.



3. Documentos deverão ser encaminhados através de peticionamento eletrônico via SEI-INSS, diretamente no processo informado acima, sendo que o peticionamento de cada documento deverá ser realizado individualmente pelo responsável para envio da documentação.

4. Eventual solicitação de prorrogação de prazo deverá ser apresentada, **antes do vencimento do prazo do item 2**, em ofício devidamente justificado peticionado no SEI-INSS diretamente no processo.

5. Por fim, informamos que somente após a aprovação da análise documental, bem como da Minuta do Termo do Acordo e do Plano de Trabalho pelo Diretor de Benefícios será disponibilizado *link* para assinatura do Acordo de forma eletrônica.

Atenciosamente,

**KARINA VIANA DE FREITAS**  
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 12/05/2020, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0798129** e o código CRC **A85651AF**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 0798129

**Data de Envio:**

12/05/2020 16:42:15

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Empréstimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

**Assunto:**

Cumprimento de exigências - ACT Empréstimo Consignado (OFICIO 206)

**Mensagem:**

Prezado(a),

Segue em anexo ofício de exigência com a documentação necessária para celebração de ACT de empréstimo consignado para prosseguimento da análise.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios-DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_0798129.html

Portaria\_0798611\_PORTARIA\_76\_DIRBEN\_INSS\_03.02.2020.pdf



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 31.895.683/0001-16  
Razão Social: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 15/03/2021

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta

**Níveis cadastrados:**

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

**I - Credenciamento (Possui Pendência)**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN	Validade:	11/10/2020
FGTS	Validade:	17/07/2020
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	19/10/2020

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

Receita Estadual/Distrital	Validade:	24/07/2020
Receita Municipal	Validade:	09/08/2020

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 31/12/2020

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 13/05/2020 15:14

CPF: 028.235.258-90 Nome: DALMO GOES

Ass: \_\_\_\_\_ Declaração SICAF atualizado (0809655) SET 35014.082469/2020-36 / pg. 152



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório de Ocorrências**

**Dados do Fornecedor**

---

CNPJ: 31.895.683/0001-16  
Razão Social: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

**Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.**



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar**

**Dados do Fornecedor**

---

CNPJ: 31.895.683/0001-16  
Razão Social: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

**Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.**



<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>IP utilizado:</b>	10.42.41.71
<b>Data e Horário:</b>	14/05/2020 10:40:59
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	
<b>Protocolos dos Documentos (Número SEI):</b>	
- Certidão SICAF atualizado	0809655

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.



# PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

## Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

**Certidão Número:** 0000384767-2020  
**Número do Contribuinte:** 299.027.0065-7  
**Nome do Contribuinte:** INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL  
**Local do Imóvel:** AV PRES JUSCELINO KUBITSCHKE, 01703, -  
CEP: 04543-901  
**Cep:** 04543-901  
**Liberação:** 10/05/2020  
**Validade:** 08/08/2020

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 14:15:36 horas do dia 13/05/2020 (hora e data de Brasília)

**Código de autenticidade:** 2194AA99

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 31.895.683

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 25722231

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 13/05/2020 13:09:47

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>IP utilizado:</b>	10.42.41.71
<b>Data e Horário:</b>	14/05/2020 10:43:54
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Certidão CND Municipal Débitos Imobiliários	0809703
- Certidão CND Estadual (atualizado)	0809704

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

Assunto: **DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA**

Por meio deste, o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.895.683/0001-16, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – CEP 04543-001 Itaim Bibi, por seus representantes designados conforme artigo 31 do Estatuto Social, declara que **APROVA** os termos e condições das minutas (i) do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado junto ao INSS e (ii) Plano de Trabalho do ACT constantes na Portaria nº 76/DIRBEN/INSS, de 03 de fevereiro 2020.

Por ser expressa verdade, firmamos a presente declaração.

São Paulo, 18 de maio de 2020.

Atenciosamente,



**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424



**13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança C/V Econômico a(s) firma(s) de  
LUIZ CASTELLANI PEREZ (502378), WAGNER CESAR PAVAO (365360).

SÃO PAULO, 26 de Maio de 2020. Em Test. da verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA, ESCRIVENTE Nº 0000/260520  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$19,70

C21098AB106967





Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco 'O', 8º andar, Brasília-DF  
CEP: 70.070-946  
e-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

Assunto: **DECLARAÇÃO DOS SIGNATÁRIOS DO ACORDO**

Por meio deste, o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.895.683/0001-16, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – CEP 04543-001 Itaim Bibi, por seus representantes designados conforme artigo 31 do Estatuto Social, declara que os Diretores indicados estão aptos a assinar o Acordo e que permanecem no cargo que tomaram posse.

São Paulo, 18 de maio de 2020.

Atenciosamente,



**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424

**13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUIS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04501-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança C/V Econômico a(s) firma(s) de  
LUIZ CASTELLANI PEREZ (502378), WAGNER CESAR PAVAO (365360).

SÃO PAULO, 26 de Maio de 2020. Em Teste da Verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA / ESCRIVÃO Nº 0000/260520  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$19,70  
C21098AB106968



<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>IP utilizado:</b>	10.42.239.221
<b>Data e Horário:</b>	29/05/2020 17:47:00
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Declaração Declaração de concordancia	0900193
- Declaração Declaração dos signatarios	0900194

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

**FORMULÁRIO DE ADESÃO DO FORNECEDOR**

Pelo preenchimento deste formulário, a empresa abaixo qualificada manifesta seu interesse em aderir à plataforma **Consumidor.gov.br** e declara neste ato, para os devidos fins de direito, ter pleno conhecimento de que o presente Formulário de Adesão do Fornecedor é o instrumento hábil pelo qual adere às condições do Termo de Adesão do Fornecedor e do Termo de Uso.

Para formalizar a adesão, é necessário o envio do presente instrumento à Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, com firma reconhecida em cartório extrajudicial, bem como dos documentos constitutivos da empresa.

**Razão Social**

Banco Industrial do Brasil S/A

**CNPJ**

31.895.683/0001-16

**Site**

www.bib.com.br

**Nome Fantasia**

Banco Industrial

**Nome Grupo Econômico (se aplicável)****CNAE****Endereço**

Av. Presidente Juscelino Kubitschek

**Nº**

1203

**Cidade**

São Paulo

**Bairro**

V. Nova Conceição

**UF**

SP

**CEP**

04543-901



Complemento	DDD	Telefone
	11	3049-9700

Endereço para correspondência	Nº
Av. Presidente Juscelino Kubitschek	1703

Cidade	Bairro	UF	CEP
São Paulo	V. Nova Conceição	SP	04543-901

Complemento

DDD	Telefone	DDD	Telefone

E-mail Institucional

E-mail para recebimento de notificações do sistema
falcones@bib.com.br

Informação do Responsável pela interlocução institucional sobre o Consumidor.gov.br junto à Senacon

Nome
Fabio Marques

Cargo/ Função
Gerente



Endereço para correspondência	Nº
Av. Presidente Juscelino Kubitschek	1.703

Cidade	Bairro	UF	CEP
São Paulo	V. Nova Conceição	SP	05413-901

Complemento

DDD	Telefone Celular	DDD	Telefone Fixo
		11	3049-9700

E-mail
joelconrass@kib.com.br

Informação do Técnico Responsável pela gestão das demandas e pelo vínculo de novos usuários ao cadastro da empresa no Consumidor.gov.br (Perfil: Administrador)

Nome*
Marcelo Ribeiro Pinto

CPF*
330.680.638-27

\*É necessário que a pessoa indicada acima realize seu cadastro pessoal no Consumidor.gov.br, para que seu CPF seja vinculado ao cadastro da empresa.



Responsável legal

Fabio Marques  
CPF: 106.482.178-70  
Procurador



### Termo de Adesão do Fornecedor

A **SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0100-18, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 5º andar, sala 538, Brasília-DF, CEP 70.064-900, doravante denominada **SENACON** e de outro lado o **ADERENTE**, pessoa jurídica qualificada no Formulário de Adesão, que constitui parte integrante deste instrumento, denominado de Termo de Adesão do Fornecedor, firmam o presente, nos termos da Portaria nº 1.184, de 1º de julho de 2014, que institui o sistema de solução alternativa de conflitos Consumidor.gov.br e do Termo de Uso, obedecendo à seguinte forma:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA-Do objeto**

O presente termo tem como objeto a adesão ao serviço **CONSUMIDOR.GOV.BR**, oferecido pelo Estado por meio de plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados, monitorada pelos Procons e pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Do formulário de adesão**

Integra este Termo de Adesão e Compromisso, o Formulário de Adesão e o Termo de Uso, cujas informações são de inteira responsabilidade da empresa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA- Do acesso ao serviço**

O acesso ao serviço permitirá:

- Receber e responder todas as reclamações registradas em seu nome junto ao site **www.consumidor.gov.br**;
- Interagir com o consumidor dentro do ambiente do sistema, sem prejuízo do contato por outros canais, desde que observados os prazos estabelecidos para tanto;
- Acompanhar o andamento de todas as reclamações registradas em seu nome, inclusive todas as interações realizadas pelo consumidor e as eventuais intervenções executadas pelos órgãos de defesa do consumidor;

**13.º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP** - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7022

Reconheço, Por Semelhança C/V Econômico, a(s) firma(s) de  
FABIO MARQUES (637950).

SÃO PAULO, 18 de Maio de 2020. Em Test. da verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA - ESCRITURANTE - Nº 0000/180520  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$9,85  
C11098AB364215



13º Tabelão de Notas  
Tabela Notarial  
de São Paulo  
111203  
FIRMA  
VALOR ECONÔMICO 1  
C11098AB0364215



- d. Requerer a recusa do registro da reclamação exclusivamente nos casos em que for comprovado que o serviço ou produto reclamado foi produzido, ofertado e/ou comercializado por outro fornecedor e que não há qualquer indício de solidariedade na relação de consumo mencionada ou em que o consumidor reclamante tenha feito uso indevido da ferramenta a partir de comprovado desrespeito aos termos de uso.

Parágrafo único: Não é permitida a recusa de atendimento nos casos em que a empresa pertença ao grupo econômico responsável pela produção, oferta e/ou comercialização do produto ou serviço.

#### **CLÁUSULA QUARTA - Das condições de uso**

Pelo **Termo de Adesão e Compromisso**, a empresa, acima qualificada por meio de seu representante legal que ora subscreve o presente, fica ciente e concorda integralmente com as seguintes condições:

- a. Cumprir todas as regras previstas no **Termo de Uso**, cujo conhecimento declara ciência neste ato de assinatura do **Termo de Adesão e Compromisso**;
- b. Manter atualizada junto à Senacon sua ficha cadastral, especialmente CNPJ, e-mail, endereço de correspondência, nome e dados de contato do responsável pela execução deste Termo, bem como as informações contidas no formulário de cadastro;
- c. Informar e manter atualizada qualquer alteração estatutária ou no contrato social, incorporação, fusão e cisão envolvendo o grupo econômico ou empresas ligadas ao mesmo;
- d. Acompanhar diariamente as reclamações recebidas por meio do site, analisá-las e respondê-las em até 10 (dez) dias, independentemente do recebimento de qualquer aviso. O tempo de resposta será contado a partir do registro da demanda;
- e. Investir esforços na efetiva resolução dos problemas apresentados pelos consumidores de forma desburocratizada, dentro do prazo estipulado, observados os princípios da dignidade, da boa-fé, da transparência, da eficiência, da eficácia, da celeridade e da cordialidade;
- f. Sempre que necessário, contatar o consumidor com objetivo de obter informações complementares à composição do problema relatado, dentro do prazo concedido para análise da reclamação, utilizando-se do próprio sistema ou outros contatos fornecidos

- pelo consumidor em seu cadastro. O prazo de resposta não será suspenso pela solicitação de informação complementar;
- g. Responder as demandas registradas e cumprir todas as propostas apresentadas pela empresa e aceitas pelo consumidor;
  - h. Comunicar imediatamente à Senacon a ocorrência de qualquer fato que possa gerar prejuízo ao bom funcionamento da ferramenta ou ainda prejudicar direitos ou danos a imagem ou privacidade de qualquer usuário do **CONSUMIDOR.GOV.BR**;
  - i. Incentivar, em âmbito da organização, que os dados e informações obtidos por meio de seus atendimentos no **CONSUMIDOR.GOV.BR** sejam empregados como subsídios de ações voltadas à adequação e aprimoramento de produtos, serviços e do atendimento ao consumidor;
  - j. Prestar aos consumidores informações e orientações sobre produtos, serviços e procedimentos para resolução de eventuais problemas a eles relacionados, com objetivo de prevenir conflitos de consumo;
  - k. Indicar formalmente um responsável para interlocução sobre as questões envolvendo o **CONSUMIDOR.GOV.BR** junto à Senacon. O profissional indicado receberá login e senha de acesso ao site **consumidor.gov.br** e será o representante habilitado a encaminhar dúvidas ou relatar problemas em nome da empresa.

**CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações gerais da Secretaria Nacional do Consumidor**

- a. Assegurar que o armazenamento das informações obedeça a padrões adequados de segurança, confidencialidade e integridade;
- b. Prestar suporte técnico e tecnológico para o adequado funcionamento da plataforma;
- c. Comunicar imediatamente eventuais fatos relevantes que impliquem na alteração do Termo de Adesão e Compromisso;
- d. Garantir a todos os fornecedores participantes o acesso contínuo e uniforme à plataforma, mediante senha individualizada.





**CLÁUSULA SEXTA- Das proibições**

Ao aderir ao presente Termo, a empresa, por seu representante legal, declara-se ciente das proibições abaixo listadas:

- a. Coletar, distribuir, utilizar, ceder, comercializar dados e informações pessoais dos usuários do **CONSUMIDOR.GOV.BR**;
- b. Utilizar os serviços do **CONSUMIDOR.GOV.BR** para fins diversos daqueles a que se destinam;
- c. Inserir no campo da resposta pública, informações pessoais ou outras quaisquer que, de algum modo, permitam a identificação do usuário, ou ainda, informações que tenham sido consideradas como sigilosas. Nos demais campos destinados à interação entre consumidor e empresa (campos em que a informação não é pública) a vedação mencionada não se aplica;
- d. Inserir no sistema informações falsas e/ou errôneas; usar endereços de computadores, de rede ou de correio eletrônico falsos; empregar informações parcialmente ou inteiramente falsas ou ainda, informações cuja procedência não possam ser verificadas;
- e. Nos campos destinados ao preenchimento de textos, utilizar-se de termos ou materiais ilegais, agressivos, caluniosos, abusivos, difamatórios, obscenos, invasivos à privacidade de terceiros, que atentem contra aos bons costumes, à moral ou que contrariem a ordem pública;
- f. Alterar, excluir e/ou corromper dados e informações do site, com o simples intuito de dificultar ou obstruir o registro e/ou solução da demanda;
- g. Utilizar ou reproduzir qualquer material relacionado ao **CONSUMIDOR.GOV.BR** com exceção das informações públicas disponibilizadas no site, sem a prévia autorização da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, órgão responsável pela gestão e manutenção da ferramenta;
- h. Utilizar, no campo destinado aos anexos, arquivos com vírus de computador, com conteúdo invasivo, destrutivo ou que causem dano temporário ou permanente nos equipamentos do destinatário e/ou do **consumidor.gov.br** ou ainda, materiais protegidos por propriedade intelectual ou sigilo comercial, excetuando-se os casos em que o realizador do carregamento seja o próprio detentor destes direitos;



- i. Anexar URLs, endereços de e-mail ou outra informação do site **consumidor.gov.br**, sem a expressa autorização da Senacon;
- j. Exigir do consumidor ou condicionar a resolução da demanda à apresentação de documentos considerados desnecessários ou de difícil obtenção, no intuito de criar óbice para a solução da demanda;
- k. **Valer-se da base de dados do CONSUMIDOR.GOV.BR para promover, oferecer e/ou disseminar publicidade, oferta de produtos ou serviços de qualquer natureza no site ou diretamente aos usuários.**

Parágrafo Único - O descumprimento às condições, termos e observações referentes ao Termo de Adesão e Compromisso permitirá à Senacon cancelar, suspender, excluir e/ou desativar temporária ou definitivamente o acesso do fornecedor, de forma fundamentada, sem prejuízo das cominações legais pertinentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Do foro

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Instrumento que porventura não tenham sido resolvidos administrativamente.

#### CLÁUSULA OITAVA - Das disposições finais

O **CONSUMIDOR.GOV.BR** é um serviço gratuito e de utilidade pública.

O presente Termo vigorará por tempo indeterminado ou durante o período em que o sistema estiver disponível via internet.

Ao assinar o presente Termo, a empresa aceita todas as regras e condições contidas no instrumento.



Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 **18 MAIO 2020**

\_\_\_\_\_  
Responsável legal

Fabio Marques  
CPF: 106.402.178-70  
Procurador

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa

**13.º TABELIAO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUIS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5044-7622

Reconheço Por Semelhança C/V Econômico a(s) firma(s) de  
FABIO MARQUES (637950).

SÃO PAULO, 18 de Maio de 2020. Em Test. da verdade.  
RENATO CARLOS DE SOUZA - ESCRIVÃO Nº 0000/180520  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$9,85





**13º TABELIÃO DE NOTAS**  
**SAO PAULO - SP**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**AVELINO LUÍS MARQUES**

**LIVRO 5192 – PÁG. 313 - GRAV.BANCO INDUSTRIAL – GERAL - 18/12/2019.-**  
**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.-**

SAIBAM quantos esta virem, que aos dezoito (18) dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e dezenove (2019), à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek n.º 1703, Itaim Bibi, CEP 04.543-000, perante mim, Escrevente, a chamado vim, **compareceu como outorgante, BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede nesta Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek n.º 1703, Itaim Bibi, CEP: 04.543-000, CNPJ/MF sob n.º 31.895.683/0001-16 ("OUTORGANTE"), NIRE nº 35.300.119.339, com seu Estatuto Social Consolidado datado de 10 de Junho de 2016, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o n.º 402.024/16-3, em sessão de 15 de Setembro de 2016, neste ato, nos termos dos artigos 21, artigo 29 e seu item (ii), artigo 31 item (ii) e suas alíneas e seu paragrafo primeiro, do mencionado estatuto, representado pelos Diretores, **WAGNER CÉSAR PAVÃO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 4.895.694 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 211.320.468-15; e **LUIZ CASTELLANI PEREZ**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade R.G. nº. 8.209.108-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 030.634.508-04; ambos com endereço comercial na sede do **OUTORGANTE**; reeleitos pela Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de Abril de 2017, cuja ata encontra-se devidamente registrada na JUCESP sob nº. 313.867/17-3, em sessão de 10 de Julho de 2017, de cujos atos uma cópia autenticada de cada fica arquivada nestas notas sob nº 1950/2017.- os presentes reconhecidos como os próprios conforme os documentos supra mencionados, e a mim, Escrevente, exibidos, do que dou fé.- E, pela **OUTORGANTE**, na forma como vem representado, me foi dito que, inexistem quaisquer outras alterações sociais, além das supra citadas, e, por este instrumento de procuração e nos melhores termos de direito, **nomeia e constitui os seguintes procuradores ("PROCURADORES CATEGORIA A"):**

PROCURADORES CATEGORIA A				
NOME	RG	CPF	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO
RENATO AUGUSTO DA PALMA GUIMARÃES	5.293.600-SSP-SP	852.792.428-53	CASADO	BANCÁRIO
THAIS HELENA OMAKI	11.007.114-SSP-SP	935.903.508-49	SOLTEIRA	ECONOMISTA
EDUARDO LYSIAS MAIA ABRAÃO	17.333.193-SSP/SP	075.887.818-40	CASADO	ADVOGADO
DALMO GOES	11.125.896-0-SSP-SP	028.235.258-90	CASADO	CONTADOR
MARIA DE LOS ANGELES DURÁN VALINAS	10.217.007-1	087.359.428-27	SEPARADA JUDICIALMENTE	PSICÓLOGA
MOACIR ELIAS	12.111.666-9 SSP-SP	051.559.158-05	CASADO	ADMINISTRADOR
FABIO MARQUES	19162559	106.492.178-70	CASADO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO



10982602015610.000720781-9

R Princesa Isabel 363 Brooklin Paulista - Sao Paulo - SP  
Fone: 11-5041-7622



Todos brasileiros com endereço comercial na sede da **OUTORGANTE**, aos quais confere poderes para, sempre em conjunto de dois procuradores DESTA MESMA CATEGORIA "A" entre si OU em conjunto com um dos procuradores da categoria "B", OU, ainda, em conjunto com um dos diretores da **OUTORGANTE**, independentemente da ordem de nomeação: 1) admitir, demitir empregados, fixando-lhes as atribuições e vencimentos, depositar verbas decorrentes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), abrindo, movimentando contas bancárias e assinando e requerendo o que preciso; 2) assinar: (a) com relação aos serviços e empregados da **OUTORGANTE**, documentos referentes às férias, exames radiográficos e médicos, estatísticas, relação de dois terços, relação de Imposto de Renda e demais exigidas pelas Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, e as anotações em Carteiras Profissionais, Guias de recolhimento ao Instituto nacional de previdência Social (INPS) e Associações de Classe, tais como: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e Sistema Financeiro da Habitação (SFH); e (b) contratos e os demais documentos e títulos de crédito a eles relacionados; 3) abrir contas bancárias; 4) contratar seguros em geral, endossando as apólices emitidas; 5) exercer todos os poderes ora concedidos aos procuradores da categoria "B"; e 6) em conjunto com um diretor da **OUTORGANTE**, constituir garantias e alienar bens móveis ou imóveis; O **OUTORGANTE** nomeia, ainda, e constitui os seguintes procuradores ("PROCURADORES CATEGORIA B"):

**PROCURADORES CATEGORIA B**

NOME	RG	CPF	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO
ALMIR ROBERTO PASTORELLI	9.214.682-SSP-SP	033.601.828-20	CASADO	ECONOMISTA
PAULA OLIVEIRA PEREIRA	26.223.867-6	256.280.938-66	DIVORCIADA	ADVOGADA
DANIELLA MARTINS DA SILVA	30.543.988-1	286.448.438-26	DIVORCIADA	ADVOGADA
MARCELO GAMA E SILVA DE OLIVEIRA	3017147327-SSPPC/RS	416.798.490-34	CASADO	ECONOMISTA
ELAINE CRISTINA DIAS MARCONDES MUNHOZ	28.930-278-X-SSP-SP	293.675.838-69	SOLTEIRA	ADVOGADA
CÉSAR AUGUSTO PADILHA	30.621.405-2	216.063.348-83	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
PRISCILA HARDER FERREIRA FRANCO DE CAMPOS	23.130.032-3	292.033.708-46	CASADA	ADVOGADA



**13º TABELIÃO DE NOTAS**  
**SAO PAULO - SP**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**AVELINO LUÍS MARQUES**

Todos brasileiros com endereço comercial na sede da OUTORGANTE, aos quais confere poderes para, **sempre em conjunto com um dos procuradores da categoria "A" OU, ainda, em conjunto com um dos diretores da OUTORGANTE, independentemente da ordem de nomeação:** 1) representar a OUTORGANTE: (a) na prática de atos de natureza administrativa ou civil; e (b) perante o Banco Central do Brasil S/A, os órgãos da administração pública; justiça do trabalho, delegacias do trabalho, Ministério da Previdência Social e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI); 2) assumir compromisso de depositário de bens entregues à sua guarda; 3) movimentar: (a) contas bancárias, endossando cheques para depósito em conta corrente, requisitando talões de cheques e autorizando débitos em conta corrente; e (b) contas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, prestando e requerendo informações; 4) contratar ou rescindir contratos em geral, inclusive de locação, assinando os documentos e títulos de crédito a eles relacionados; 5) dar quitação e liberar garantias; 6) assinar, sacar, emitir, aceitar, endossar, descontar, caucionar e protestar títulos de crédito e valores mobiliários; 7) celebrar operações com valores mobiliários e títulos de qualquer natureza, inclusive de dívida pública, tanto no mercado aberto como em aplicações a curto prazo, podendo assinar termos de transferência, boletins de subscrição e quaisquer outros documentos, receber e dar quitação; 8) receber, assinar e expedir correspondência, retirar encomendas e valores; 9) efetuar cobrança de notas de serviço; 10) assinar contratos interbancários, inclusive com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, "EXIMBANK" – EXPORT – IMPORT BANK OF THE UNITED STATES e entidades assemelhadas; e, enfim, 11) praticar quaisquer outros atos aqui não especificados que se tornem necessários ao fiel cumprimento do presente instrumento; Os procuradores **RENATO AUGUSTO DA PALMA GUIMARÃES, THAIS HELENA OMAKI, ALMIR ROBERTO PASTORELLI, MOACIR ELIAS, PAULA OLIVEIRA PEREIRA e DANIELLA MARTINS DA SILVA**, acima qualificados, poderão, ainda, **sempre em conjunto com um dos diretores da OUTORGANTE, independentemente da ordem de nomeação,** prestar fiança, inclusive, perante a B.3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão, requerendo e assinando tudo o que for necessário à defesa dos interesses do OUTORGANTE, assinando os documentos e títulos de crédito a eles relacionados. **O presente instrumento terá validade a partir de 09 de janeiro de 2020 até 09 de janeiro de 2021, sendo vedado o seu substabelecimento. Uma cópia da presente, será encaminhada dentro do prazo legal, a competente Junta Comercial, nos termos do provimento 42 do CNJ.** De como assim o disse, dou fé, me pediu e eu lhes lavrei o presente instrumento, o qual feito e lido sendo lido, acham conforme, aceitam, outorgam e assinam.- (Emolumentos: ao Tabelião R\$269,90; ao Estado R\$76,70; À Secretaria da Fazenda R\$52,48; I.S.S R\$5,76; M.P R\$12,96; R. Civil R\$14,20; Trib. Justiça R\$18,52, Santa Casa R\$2,70; TOTAL R\$453,22).- Eu, **Thais Leovergília Peaguda**, Escrevente, a lavrei.- Eu,



10982602015610.000720782-7

R Princesa Isabel 363 Brooklin Paulista - Sao Paulo - SP  
Fone: 11-5041-7622

Helen Fernanda da Silva Marques, Substituta do Tabelião, a subscrevo. SELO DIGITAL  
Nº:1112031PR0241124181219194.- (a.a.) /// WAGNER CÉSAR PAVÃO /// LUIZ CASTELLANI  
PEREZ /// HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES ///.- Nada mais dou fé.- Trasladata em  
seguida.- Eu, Wagner César Pavão, a conferi, subscrevo, dou fé e assino em público  
e raso.-

EM TESTº Wagner César Pavão DA VERDADE

Helen Fernanda da Silva Marques  
22130 Tabelião de Notas  
da Capital - SP  
HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES  
SUBSTITUTA DO TABELIÃO  
Rua Princesa Isabel, 363 - São Paulo - SP





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
FABIO MARQUES

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
19162559 SSP/SP

CPF  
106.492.178-70

DATA NASCIMENTO  
01/06/1970

FILIAÇÃO  
MARIO MARQUES  
SONIA ELIZABETH DA SILVA MARQUES

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
C

Nº REGISTRO  
02775328894

VALIDADE  
14/05/2020

1ª HABILITAÇÃO  
09/12/1988

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO  
14/05/2015

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN-SP (SAO PAULO)

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1071720284

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1071720284

COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL

111203

AUTENTICAÇÃO

1098AW187453

17 JUN. 2015

Esta cópia, apresentada pela parte, confere com o original. Dou fé.

MICHEL MENDES OLIVEIRA  
Escritor Autorizado  
Rua Princesa Isabel, 253 - Brooklin Paulista  
04601-001 - São Paulo - SP - Tel: 5041-7622  
CADA AUTENTICAÇÃO - R\$ 2,78



<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>IP utilizado:</b>	10.42.41.71
<b>Data e Horário:</b>	02/06/2020 13:05:04
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Comprovante Termo de Adesão	0916275
-------------------------------	---------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CPF/CNPJ: **31.895.683/0001-16**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:17:15 do dia 04/06/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 42FT040620171715

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUIZ CASTELLANI PEREZ**

CPF/CNPJ: **030.634.508-04**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:20:20 do dia 04/06/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 1K05040620172020

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

### **CERTIDÃO NEGATIVA**

#### **DE**

### **LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **WAGNER CESAR PAVAO**

CPF/CNPJ: **211.320.468-15**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:21:50 do dia 04/06/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: PXHK040620172150

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
CERTIDÃO NEGATIVA**

**DE**

**INABILITADOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUIZ CASTELLANI PEREZ**

CPF: **030.634.508-04**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:27:11 do dia 04/06/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: K3HF040620172711

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
CERTIDÃO NEGATIVA**

**DE**

**INABILITADOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **WAGNER CESAR PAVAO**

CPF: **211.320.468-15**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:28:44 do dia 04/06/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: BREL040620172844

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**  
CPF/CNPJ: **31.895.683/0001-16**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).**

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 17:33:54 do dia 04/06/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: 2BH9040620173354

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **LUIZ CASTELLANI PEREZ**  
CPF/CNPJ: **030.634.508-04**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).**

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 17:35:36 do dia 04/06/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: C5FX040620173536

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **WAGNER CESAR PAVAO**  
CPF/CNPJ: **211.320.468-15**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).**

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 17:36:29 do dia 04/06/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: Q8DD040620173629

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (04/06/2020 às 17:41) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 030.634.508-04.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5ED9.5C65.8814.2269 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)





# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (04/06/2020 às 17:43) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 211.320.468-15.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5ED9.5CEC.15A9.3404 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)

BRASIL

Já possui cadastro?

CPF / Login

Senha

Acessar

Recuperar login/senha | Cadastrar

IDENTIFIQUE A EMPRESA

Banco Industrial do Brasil (BIB)

Perfil do Fornecedor



30 Dias

6 Meses

2020

Todas

< Nova Consulta

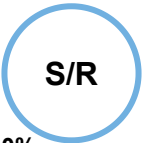
Registrar Reclamação

Banco Industrial do Brasil (BIB)

Total de Reclamações Finalizadas

0

Índice de Solução



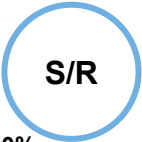
100%

Satisfação com o Atendimento



5

Reclamações Respondidas



100%

Prazo Médio de Respostas



15 dias

0 dia

**\*S/R: Sem Registros** Nota Metodológica



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -  
PFE/INSS - SEDE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE AUTARQUIAS SUL QUADRA 2 BLOCO O 3º ANDAR

**PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**

**NUP: 35000.000799/2006-12**

**INTERESSADOS: DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIO**

**ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.**

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I - Acordo de Cooperação Técnica. Operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

II - Observância: Arts. 6º e 6º-A, da Lei nº 10.820, de 2003; arts. 116, 27 e 29 da Lei nº 8.666, de 1993; IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

III - Necessidade de: 1) Certificação do interesse comum dos entes envolvidos em relação ao objeto a ser pactuado; 2) Certificação da Legitimidade da Acordante; 3) manifestação com as razões da propositura da parceria e seus objetivos, em face da interessada; 4) Viabilidade da execução da parceria, inclusive quanto ao alcance das metas estabelecidas, considerando as especificidades da interessada, inclusive quanto à regularidade de suas operações; 5) Gestão de risco; 6) comprovação de requisitos de Habilitação Jurídica, técnica e de regularidade fiscal e trabalhista; 7) Aprovação do Plano de Trabalho pelo Diretor de Benefícios;

IV - Recomendação para que seja adotado o presente parecer como PARECER REFERENCIAL, na forma da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, nos casos de celebração de Acordo de Cooperação Técnica que terá por finalidade formalizar ajustes que objetivem a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, na modalidade consignação e RMC. Necessidade de que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação e cumpre todos os requisitos ora apontados.

**1. DO CABIMENTO.**

1. Trata-se da elaboração de Parecer Referencial, em cumprimento aos requisitos estipulados na Orientação Normativa do Advogado-Geral da União nº 55, de 23 de maio de 2014 (ON AGU nº 55/2014), e na Portaria do Procurador-Geral Federal nº 262, de 5 de maio de 2017:

◦ ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 55/2014 :

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

◦ PORTARIA PGF Nº 262/2017:

*Art. 2º São requisitos para a elaboração de manifestação jurídica referencial:*

*I - o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes que acarrete sobrecarga de trabalho devidamente comprovada e venha a impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e*

*II - a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

*§ 1º As Orientações Normativas editadas pelo Advogado Geral da União e as orientações jurídicas firmadas pelo Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONSU e aprovadas pelo Procurador-Geral Federal deverão ser observadas previamente à elaboração da manifestação jurídica referencial.*

*§ 2º As Câmaras Permanentes e Provisórias auxiliarão o DEPCONSU na elaboração de suas orientações jurídicas a respeito de manifestações jurídicas referenciais.*

*§ 3º A manifestação jurídica referencial deverá conter capítulo específico destinado à demonstração dos requisitos enunciados no caput.*

2. Ao admitir a possibilidade de adoção de manifestação jurídica referencial, a ON AGU nº 55 e a Portaria PGF nº 262/2017 proporcionam o redimensionamento da atuação consultiva para análise das demandas e consultas jurídicas mais qualificadas, prestigiando o princípio da eficiência e excelência no exercício das atividades consultivas.
3. A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - PFE/INSS - SEDE, por meio desta Coordenação-Geral de Matéria Administrativa, no âmbito deste processo administrativo, já analisou proposta de Portaria que normatizou a padronização da instrução processual e atualizou as minutas-padrão de Acordo de Cooperação Técnica e de Plano de Trabalho destinadas a formalizar ajustes que objetivem a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.
4. A utilização de minuta-padrão para o caso de referência tem a finalidade de propiciar a otimização dos trabalhos dos órgãos desta Autarquia afetos ao tema, sem olvidar a segurança de que a regularidade jurídica do instrumento modelo foi previamente atestada pelo órgão jurídico competente.
5. Conforme se examina do Despacho SEI/INSS - 0003713 - Diretoria de Benefícios (Sequencial Sapiens 10 - outros 6), durante o curso desse processo foram repesados naquela Diretoria, tendo em vista o alcance de uma economia processual, com expectativa de emissão de minuta padrão e parecer referencial, 46 processos administrativos que objetivam a celebração de ajustes a que se refere esse opinativo. Examina-se, pois, a existência de um significativo número de processos, sem olvidar a expectativa de um número ainda maior, até o desenrolar final destes autos, o que demonstra ser elevado o impacto que gera nas atividades da Consultoria Jurídica.
6. Tais processos, quando utilizam minutas padronizadas, ostentam aspectos burocráticos de simples conferência de documentos e prazos, sem questões jurídicas relevantes. Destaca-se, também, que as conclusões das manifestações jurídicas ordinariamente são as mesmas em vários processos, inclusive com idênticas e reiteradas recomendações. Desse modo, não há dúvidas quanto à viabilidade em se adotar a presente peça como parecer referencial, dispensando-se a análise individualizada de tais processos por este órgão de consultoria jurídica, salvo a existência de dúvida jurídica - caso em que deverão os autos ser encaminhados para análise jurídica, observando-se o teor do art. 9º da Instrução Normativa Conjunta PGF/INSS nº 01, de 19 de março de 2010.
7. Dessa forma, salta ao olhos a necessidade de racionalizar o uso dos meios disponíveis na Administração Pública visando à maximização do atendimento das demandas existentes no âmbito desta PFE, posto que tais processos, quando submetidos à distribuição, em que pese sua baixa complexidade técnica, impactam a atuação dos procuradores lotados nas unidades envolvidas, visto que acabam por exigir a devida atenção, dificultando, assim, a maior dedicação de tais servidores no que se refere à orientação jurídica dos órgãos, seja por meio da análise de processos de maior complexidade jurídica, seja por meio da solução das dúvidas jurídicas que diariamente acometem os gestores e que devem ser sanadas com a maior brevidade possível.
8. Assim, a presente manifestação visa registrar os apontamentos que a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - PFE/INSS - emite em seus pareceres jurídicos acerca da celebração de Acordo de Cooperação Técnica que tem por finalidade formalizar ajustes que objetivem a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, dispensando-se o envio do processo para análise da PFE/INSS, conforme estabelecido na mencionada ON AGU nº 55.
9. Reforça-se o explicitado na parte final do inciso I da referida ON AGU nº 55, **compete ao órgão assessorado (é dizer, a autoridade competente para decidir o processo em questão), atestar, com respaldo em elementos objetivos demonstrados nos autos do processo, que o assunto em tela é o tratado na manifestação jurídica referencial**, por meio de despacho expresso, além de juntar aos autos uma lista de verificação dos itens arrolados no capítulo da instrução processual deste parecer referencial, bem como certificar expressamente o atendimento de todas as suas recomendações, para o fim de não encaminhar o processo à Procuradoria. Isso significa que não se deve adotar como praxe o encaminhamento dos processos para a PFE/INSS deliberar se a análise individualizada se faz necessária, ou não. É claro que dúvidas específicas podem ser submetidas à análise jurídica, mas o escopo da manifestação referencial é justamente eliminar esse trâmite.
10. Assim, deve ficar consignado que a propositura de parecer referencial não significa impedimento para a atuação consultiva pela Procuradoria Federal Especializada, por provocação do órgão assessorado, nas hipóteses em que o objeto do ajuste pretendido abranger matérias diversas da mera celebração de Acordo de Cooperação Técnica visando a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, casos em que **será necessário o encaminhamento do processo à Procuradoria**, para análise individualizada.
11. **Dessa forma, sempre que houver assunto referente a acordos de cooperação técnica deste tipo que não esteja abordado nesta manifestação, ou houver dúvida jurídica quanto a pontos específicos em um ajuste concreto, bem como alterações de reflexo jurídico (modificações, prorrogação), não se pode deixar de encaminhar o processo para esta Procuradoria, para apreciação e manifestação, com fundamento neste Parecer Referencial.**
12. Vale destacar, por fim, que o seguinte julgado do TCU manifestou-se favoravelmente à adoção de manifestação jurídica referencial, especificamente na situação em exame:

*"9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)*

13. Feita essa explanação, passa-se ao registro das orientações da PFE/INSS, nos casos do tipo.

## 2. FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO.

14. Esta consultoria jurídica esclarece que por não deter competências típicas de gestão ou de auditoria (art. 10 da Lei nº 10.480/02, art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993 e Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, Enunciado nº 7), esta manifestação referencial analisa apenas matérias



jurídicas inerentes à celebração de Acordo de Cooperação Técnica que terá por finalidade formalizar ajustes que objetivem a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, não apreciando os aspectos técnicos, econômicos, contábeis e financeiros existentes ao presente feito, porquanto próprios dos juízos de conveniência e oportunidade da Administração Pública ou da análise crítica advinda de servidores versados nos mesmos, **a ser realizada no âmbito de cada processo em concreto.**

15. É nosso dever salientar que as observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. No caso, **sua decisão deve ser expressamente fundamentada, conforme exige o art. 50, VII, da Lei 9.784, de 1999, e art. 2º e seguintes do Decreto nº 9.830, de 2019. O prosseguimento do feito sem a observância desses apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.**

16. **Registre-se, ainda, que a abrangência deste Parecer Referencial é restrita aos Acordos de Cooperação Técnica assinados com instituições financeiras ou entidades abertas ou fechadas de previdência complementar, nos termos admitidos pelo art. 6º e 6º-A, da Lei nº 10.820, de 2003, que utilizarem a minuta padrão (anexa a este Parecer Referencial), e destinada a operacionalização do disposto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito com o Acordante.**

17. Em reforço, é necessário que a Administração ateste, expressamente, em cada procedimento administrativo, que está deixando de enviar o processo a esta PFE-INSS-SEDE à vista do exame e verificação do preenchimento das condicionantes para tal. Recomenda-se que a área técnica ateste que se trata de situação idêntica e que a minuta de Acordo de cooperação técnica é a mesma aprovada por esta PFE e chancelada pela Diretoria de Benefícios (anexas a este Parecer com as respectivas alterações sugeridas e aprovadas).

18. Outrossim, como indicado na Portaria PGF nº 262/2017, a autorização para juntada da manifestação jurídica referencial ao invés de encaminhamento individualizado do processo para manifestação jurídica sustenta-se enquanto nenhuma dúvida jurídica específica surgir. Ou seja, na presença de dúvida jurídica relativa ao caso concreto, deixa de existir a prerrogativa da Administração de se valer da manifestação jurídica referencial como justificativa para o não encaminhamento dos autos a esta PFE/INSS-SEDE de forma individualizada.

### **3. LEGALIDADE DA INICIATIVA E ASPECTOS GERAIS DAS PARCERIAS A SEREM FIRMADAS.**

19. Conforme a minuta de Portaria e as minuta-padrão de Acordo de Cooperação Técnica e de Plano de Trabalho aprovadas por esta PFE e chanceladas pela Diretoria de Benefícios (anexas a este Parecer com as respectivas alterações sugeridas e aprovadas), examina-se que a parceria pretende permitir a operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme dispõe o art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, *verbis*:

Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social **poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretroatável, que a instituição financeira** na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS. (Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)

**§ 1º Para os fins do caput, fica o INSS autorizado a dispor, em ato próprio, sobre:**

- I - as formalidades para habilitação das instituições e sociedades referidas no art. 1º;
- II - os benefícios elegíveis, em função de sua natureza e forma de pagamento;
- III - as rotinas a serem observadas para a prestação aos titulares de benefícios em manutenção e às instituições consignatárias das informações necessárias à consecução do disposto nesta Lei;
- IV - os prazos para o início dos descontos autorizados e para o repasse das prestações às instituições consignatárias;
- V - o valor dos encargos a serem cobrados para ressarcimento dos custos operacionais a ele acarretados pelas operações; e
- VI - as demais normas que se fizerem necessárias.

**§ 2º** Em qualquer circunstância, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no **caput** deste artigo restringe-se à: (Redação dada pela Lei nº 10.953, de 2004)

I - retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e repasse à instituição consignatária nas operações de desconto, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado; e

II - manutenção dos pagamentos do titular do benefício na mesma instituição financeira enquanto houver saldo devedor nas operações em que for autorizada a retenção, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado.

**§ 3º** É vedado ao titular de benefício que realizar qualquer das operações referidas nesta Lei solicitar a alteração da instituição financeira pagadora, enquanto houver saldo devedor em amortização. (Redação dada pela Lei nº 10.953, de 2004)

**§ 4º** É facultada a transferência da consignação do empréstimo, financiamento ou arrendamento firmado pelo empregado na vigência do seu contrato de trabalho quando de sua aposentadoria, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

**§ 5º** Os descontos e as retenções mencionados no **caput** não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para: (Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou (Incluído pela Lei nº 13.172, de 2015)

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. (Incluído

pela Lei nº 13.172, de 2015)

§ 6º A instituição financeira que proceder à retenção de valor superior ao limite estabelecido no § 5º deste artigo perderá todas as garantias que lhe são conferidas por esta Lei. (Incluído pela Lei nº 10.953, de 2004)

Art. 6º-A Equiparam-se, para os fins do disposto nos arts. 1º e 6º, às operações neles referidas as que são realizadas com entidades abertas ou fechadas de previdência complementar pelos respectivos participantes ou assistidos. (Incluído pela Lei nº 13.183, de 2015)

20. Este INSS, enquanto intermediador da política pública de facilitação de acesso a crédito delineada na Lei, regulamentou, tal como admitido, a forma de execução para operacionalização do modelo consignado de pagamento junto aos benefícios previdenciários de alçada deste instituto por meio da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008.

21. Nesse norte, a IN INSS/PRES nº 28, de 2008, estabeleceu:

Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que:

I - **o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado Convênio e/ou Acordo com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, para esse fim;** (alterado pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018) (negrito nosso)

22. Assim sendo, pode-se concluir pela legalidade das parcerias a serem firmadas.

#### 4. DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

23. Tratando-se de ajuste que objetiva à conjunção de esforços para permitir a operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme dispõe o art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, a serem celebrados com entidades privadas com fins lucrativos, aplica-se o regime jurídico estabelecido pela Lei 8.666, de 1993, conforme a Conclusão DEPCONSU/PGF/AGU nº 54/2013, decorrente do Parecer nº 15/2013/CÁMARAPERMANENTECONVÊNIOS/DEPCONSU/PGF/AGU e atualizada pelo Parecer nº 00004/2016/DEPCONSU/CPCV/PGF/AGU, que estabelece o seguinte:

I - O **acordo de cooperação** é o instrumento jurídico hábil para a formalização, entre órgãos e/ou entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, de interesse na mútua cooperação técnica, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, **da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.**

II - A disciplina do Decreto nº 6.170/2007 e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 **não** se aplica ao acordo de cooperação, **incidindo:** (i) **nas relações estabelecidas entre órgãos e/ou entidades da Administração Pública ou destas com entidades privadas com fins lucrativos o disposto no art. 116, caput e §1º, da Lei nº 8.666/1993, no que couber;** e (ii) nas parcerias da Administração Pública com entidades privadas sem fins lucrativos o disposto na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto nº 8.726/2016.

III - **A celebração de acordo de cooperação deve ser precedida de adequada instrução processual, que deve necessariamente conter plano de trabalho que contemple as informações elencadas nos incisos I, II, III e VI do parágrafo 1º do art. 116 da Lei nº 8.666/1993 e nos incisos I a IV do art. 25 do Decreto nº 8.726/2016 - o qual constará obrigatoriamente como anexo do ajuste, integrando-o de forma indissociável - , bem como de análise técnica prévia e consistente, referente às razões de sua propositura, aos seus objetivos, à viabilidade de sua execução e a sua adequação à missão institucional dos órgãos e/ou entidades públicas ou privadas envolvidas, além da pertinência das obrigações estabelecidas e dos meios que serão utilizados para fiscalizar e avaliar a sua execução, esclarecendo, inclusive, o motivo pelo qual a Administração deixou de atender a algum dos requisitos estabelecidos no art. 116, §1º, da Lei nº 8.666/1993,** no art. 35, V, da Lei nº 13.019/2014 e/ou no art. 25 do Decreto nº 8.726/2016, se for o caso.

IV - A entidade privada sem fins lucrativos que venha a celebrar acordo de cooperação, sem prejuízo do atendimento de outros requisitos legais, deverá comprovar que possui: a) experiência prévia de, no mínimo, um ano na realização do objeto ou de natureza semelhante; e b) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e para o cumprimento das metas estabelecidas, demonstrando que possui condições materiais e instalações adequadas para a execução do objeto, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico.

V - É vedada a celebração de acordos de cooperação com entidades privadas que se enquadrem em alguma situação de impedimento prevista na legislação aplicável à espécie ou não atendam aos requisitos ali estabelecidos.

VI - Nas situações em que se verifique a possibilidade de que mais de uma entidade privada possa executar o objeto do acordo de cooperação que a Administração pretenda celebrar, **é recomendável que seja realizado prévio chamamento público ou credenciamento.**

VII - O acordo de cooperação deverá ser submetido à prévia apreciação dos órgãos jurídicos que atuam junto às entidades e/ou órgãos envolvidos, conforme previsto no art.

11, V, da Lei Complementar nº 73/1993 c/c o art. 10, §1º, da Lei nº 10.480/2002, no parágrafo único do art. 38 c/c o *caput* do art. 116, ambos da Lei nº 8.666/1993 e no art. 31, *caput*, do Decreto nº 8.726/2016, **salvo quando existir manifestação jurídica referencial editada nos termos da Orientação Normativa AGU nº 55/2014 ou nas hipóteses expressamente autorizadas em ato específico do Advogado-Geral da União.**

VIII – Observada a legislação específica, o **prazo de vigência** do acordo de cooperação deverá ser estipulado conforme a natureza e a complexidade do objeto, as metas estabelecidas e o tempo necessário para sua execução, não se admitindo a fixação de prazos desproporcionais ou irrazoáveis.

IX – É possível a **prorrogação do prazo de vigência** do acordo de cooperação, salvo disposição legal em contrário, além dos limites temporais estabelecidos nos incisos do aludido art. 57 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja prévia análise da efetividade no cumprimento do objeto do acordo de cooperação, bem como do cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho.

X – Caso venha a ser verificada a necessidade de repasse de recursos entre os partícipes, como forma de conferir efetividade ao acordo de cooperação anteriormente firmado, deverá ser celebrado instrumento específico para tanto, observando-se todos os requisitos legais para a transferência dos recursos.(g.n.)

24. Assim, o procedimento deve seguir os requisitos previstos na Lei 8.666, de 1993, no que couber, na Resolução INSS/PRES nº 708/2019 e na IN INSS/PRES nº 28, de 2008.

25. O art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, por sua vez, estabelece:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

26. Para a regularidade jurídica do processamento para celebração de Acordo de Cooperação Técnica visando a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, os autos **devem estar instruídos com a indicação da localização das folhas ou documentos SEI dos seguintes documentos:**

1. certificação do interesse comum dos entes envolvidos em relação ao objeto a ser pactuado:
  - a. Demonstração de interesse por parte do INSS em firmar ajuste com a pretensa acordante, mediante (i) avaliação da capacidade da entidade de atender a política pública de acesso ao crédito e (ii) avaliação do risco da celebração do acordo em cotejo com regularidade das operações efetuadas pela entidade a ser certificada em face das estatísticas de ocorrências de reclamações junto à órgãos de defesa do consumidor, especificamente nas operações de crédito (ou crédito consignado).
  - b. Carta ou ofício de manifestação de interesse da pretensa acordante.
2. Legitimidade da Acordante:
  - a. Certificação de que se trata de Instituição Financeira, entidade de previdência complementar aberta ou fechada, ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de benefícios de previdência complementar aberta;
  - b. Certificação de que as atividades institucionais da entidade se amoldam ao objeto da parceria;
3. Requisitos de Habilitação Jurídica:
  - a. cópia do ato que outorga ou delega competências ao representante legal para firmar o ajuste, caso a competência não esteja expressa no Regimento Interno;
  - b. cópia autenticada do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações;
  - c. relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com número de inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, para fins de verificação da autenticidade no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - d. Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
4. Requisitos de Habilitação técnica:
  - a. ateste de que a instituição Acordante atende a exigência do inciso III, do art. 18 da IN INSS/PRES nº 28/2008;
  - b. comprovação de que a entidade interessada possui experiência prévia de, no mínimo, um ano na operacionalização de crédito consignado;
  - c. comprovação de que a entidade interessada possui capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na

parceria e para o cumprimento das metas estabelecidas, demonstrando que possui corpo técnico e condições materiais e instalações adequadas para a execução do objeto, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico.

5. Requisitos de Habilitação de regularidade fiscal e trabalhista:

- a. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e com a Previdência Social, na forma da lei, devendo constar nos autos as consultas aos seguintes Sistemas/Órgãos: a) Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi; b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf; c) Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin; d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis; e) lista de responsáveis com contas julgadas irregulares, lista de licitantes inidôneos e lista de inabilitados para função pública, todas do Tribunal de Contas da União -TCU; f) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça - CNJ; e g) - certidão negativa de dívidas trabalhistas.
  - b. Certidão emitida pelo Banco Central que ateste a regularidade da interessada para funcionar como instituição financeira, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, ou certidão emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP que ateste o enquadramento como entidade aberta de previdência complementar, em funcionamento regular, previstas no artigo 6º-A da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003; ou certidão emitida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC que ateste o enquadramento como entidade fechada de previdência complementar, em funcionamento regular, previstas no artigo 6º-A da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.
6. Utilização das minutas de Plano de Trabalho e de Acordo de Cooperação Técnica padrão (anexas a esse parecer);
7. Nota Técnica da área interessada com exposição da motivação e do fundamento para celebração do Acordo de Cooperação Técnica, aprovada por Despacho do Diretor de Benefícios:
- a. as razões da propositura da parceria;
  - b. objetivos da parceria;
  - c. viabilidade da execução da parceria;
  - d. a pertinência das obrigações estabelecidas e dos meios que serão utilizados para fiscalizar e avaliar a sua execução;
  - e. análise quanto à regularidade nas operações da Instituição Financeira interessada e demais elementos referentes às estatísticas de ocorrências de reclamações em face da pretensa acordante junto à Ouvidoria Previdenciária, perante o Judiciário e/ou órgãos de defesa do consumidor, a exemplo do portal consumidor.gov, PROCON e demais elementos de que disponha ou possa obter para atestar a segurança da parceria.
  - f. gestão de riscos;

## 5. REQUISITOS LEGAIS A SEREM DEMONSTRADOS NOS CASOS CONCRETOS.

27. O presente capítulo destina-se a detalhar os requisitos listados no capítulo anterior, da Instrução Processual.

### 5.1 Do interesse recíproco:

28. Ao contrário do que ocorre nos contratos administrativos, nos termos de cooperação (assim como nos convênios), o objetivo há de ser comum às finalidades institucionais das entidades.
29. Nesse ponto, vale colacionar as lições trazidas por Pedro Durão:

"(...) nos contratos administrativos, há oposição de objetos, exteriorizados pela prestação e contraprestação que envolvem o liame contratual; nos convênios de cooperação, não há tal contraposição, e sim, uma convergência de esforços para o atingimento da meta final, que é a satisfação do interesse público." (DURÃO, Pedro. Convênio & Consórcios Administrativos: Gestão, Teoria e Prática. Curitiba: Juruá, 2004)

30. Inclusive, o Tribunal de Contas da União (Decisão nº 278/96, Plenário TCU. DOU, 17/06/1996) é firme no sentido de somente permitir a realização de convênios e ajustes congêneres, quando configurada essa convergência entre os signatários do acordo.

31. No tocante ao interesse do INSS, como já observado neste opinativo, a celebração de ACTs dessa natureza encontra fundamento legal expresso na Lei nº 10.820, de 2003 e tem o condão de instrumentalizar uma política pública definida em lei de facilitação de acesso ao crédito.

32. Tem-se, pois, que o interesse na execução do objeto de referência já foi previamente definido por Lei. Assim, no caso concreto se faz necessário demonstrar interesse em ajustar com a específica entidade interessada. Por essa razão, a demonstração de interesse por parte do INSS perpassa pela demonstração de interesse em firmar com a pretensa acordante.

33. Assim, a manifestação de interesse do INSS deve certificar que a entidade interessada detém os requisitos de legitimidade e de habilitação, bem como de que é capaz de atender a política pública de acesso de crédito em razão da regularidade de suas operações.

34. Por essa razão, recomenda-se que nos ajuste inaugurais (ou seja, quando não se tratar de renovação de ajuste) conste capítulo na análise técnica quanto a regularidade das operações da entidade, mediante cotejo com estatísticas (oficiais) de ocorrências de reclamações em face da pretensa acordante junto à órgãos de defesa do consumidor (ou órgãos reguladores das respectivas atuações), especificamente nas operações de crédito, a fim de avaliar, inclusive, o risco da parceria pretendida.

35. Caso se trate de renovação do ajuste, a análise de regularidade das operações deverá ser feita em cotejo também com as ocorrências de reclamações em face da pretensa acordante junto à órgãos de defesa do consumidor, especificamente em face das operações de crédito consignado realizadas no curso do ajuste a ser renovado (ou substituído).

36. **Importante esclarecer que a renovação do ajuste referenciada no parágrafo anterior não se confunde com a prorrogação do ajuste. A primeira se trata de um novo ajuste a ser celebrado com entidade que executou um ajuste anterior pelo prazo máximo permitido. A segunda se refere a um acréscimo de prazo de execução do ajuste no âmbito de um ajuste vigente. Esta última situação não é albergada pelas mínimas padões e tampouco por esse parecer referencial.**

37. A demonstração de interesse da pretensa acordante deve ser realizada por escrito e anexada aos autos. Nesse viés, além de afirmar o interesse na celebração do pacto, recomenda-se que a pretensa acordante busque demonstrar as razões de que a entidade se adéqua ao alcance da política de acesso de crédito almejada pela concretização do ajuste, bem como os requisitos de legitimidade e de habilitação.

## 5.2 Legitimidade da Acordante:

38. A Lei nº 10.820, de 2003, em seus arts. 6º e 6º-A, estabelece quem são as entidades legitimadas a ofertar crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, identificando, portanto quem são as entidades aptas a celebrar o ajuste de referência com INSS.

39. O tema já foi objeto de orientação jurídica consoante firmado no Despacho nº 833/2012/DLIC/CGMADM/PFE-INSS/PGF/AGU. Além disso, o tema também foi objeto de atualização, em razão da evolução legislativa, consoante manifestações realizadas pela NOTA n. 00058/2016/CGMADM/PFE-INSS/PGF/AGU aprovada pelo DESPACHO n. 00443/2016/CGMADM/PFE-INSS/PGF/AGU e pelo DESPACHO n. 00798/2016/SUBPROC/PFE-INSS/PGF/AGU, e pela NOTA n. 00016/2017/CGMADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU aprovada pelo DESPACHO n. 00140/2017/CGMADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU e pelo DESPACHO n. 00177/2017/GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, todos proferidos no âmbito do NUP: 00742.000158/2016-71.

40. Partindo de tais precedentes, bem como considerando o disposto no objeto da parceria e no art. 3º, § 6º, da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, **somente se admite figurar no ajuste, juntamente com esta Autarquia: (i) instituições financeiras, (ii) entidades fechadas de previdência complementar, (iii) entidades abertas de previdência complementar e (iv) sociedades seguradora autorizada a operar planos de benefícios de previdência complementar aberta.**

41. Registra-se, além disso, que as entidades fechadas e abertas de previdência complementar, assim como as sociedades seguradora autorizadas a operar planos de benefícios de previdência complementar aberta, somente podem operacionalizar o crédito consignado nos termos deste ajuste à pessoa física que aderir plano de benefício de previdência complementar ou a esta ou seu beneficiário, quando em gozo de benefício decorrente do plano aderido.

## 5.3 Dos requisitos de habilitação:

42. Por força do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, será aplicável aos Acordos de Cooperação Técnica firmados pelo INSS as exigências atinentes à habilitação, **naquilo que cabíveis**, elencadas no art. 27 e seguintes da Lei de Licitações, notadamente:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - **habilitação jurídica;**

II - **qualificação técnica;**

III - qualificação econômico-financeira;

IV - **regularidade fiscal e trabalhista;** (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

43. Especialmente no tocante a ajustes dessa natureza, o art. 18 da IN INSS/PRES nº 28/2008, exige o seguinte:

Art. 18. O convênio com o INSS/Dataprev será firmado e mantido com a instituição financeira que satisfaça, cumulativamente, as seguintes condições:

I - se enquadre no conceito de instituição financeira, na forma da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e esteja devidamente autorizada a funcionar como tal pelo Banco Central do Brasil;

II - não esteja em débito com as Fazendas Nacional, Estadual, Distrito Federal e Municipal, com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS, devendo manter sua regularidade comprovada por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI/SICAF, e não integrar o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN; e

III - esteja apta à troca de informações via arquivo magnético, conforme especificações técnicas constantes do Protocolo de Relacionamento em meio magnético CNAB - Febraban.

44. Assim, para a celebração do ACT em referência, a entidade interessada deverá demonstrar: **a)** habilitação jurídica; **b)** a qualificação técnica para executar o objeto do ajuste; **c)** a regularidade fiscal e trabalhista em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

45. No tocante à **habilitação jurídica**, deve-se juntar aos autos cópia autenticada do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações, cópia do ato que outorga ou delega competências ao representante legal para firmar o ajuste, caso a competência não esteja expressa no Estatuto ou Contrato Social, relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com número de inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas -CNPJ.

46. Registra-se que na manifestação técnica, faz-se necessário identificar o artigo do Estatuto Social, ou do ato específico, que estabelece a competência. Caso exista ato delegando a competência para firmar o ajuste, é necessário certificar se a delegação foi feita pelo representante competente para fazê-lo. Registra-se a necessidade de observar o procedimento previsto estatutariamente para o exercício da competência, ou da delegação, se houver disciplina específica a respeito.

47. Ademais, em cumprimento ao inciso I do art. 18 da IN INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, deve ser acostado aos autos a declaração/certidão emitida pelo Banco Central do Brasil que



atesta a regularidade da interessada para funcionar como instituição financeira, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Tal certidão deverá ter sua validade conferida junto ao sítio do Bacen (vide <<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao>>).

48. Por simetria com a regra destacada no inciso I do art. 18 da IN INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, quando se tratar de entidades abertas de previdência complementar, assim como sociedades seguradora autorizada a operar planos de benefícios de previdência complementar aberta, deve-se acostada aos autos certidão emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP que ateste o enquadramento como entidade aberta de previdência complementar, em funcionamento regular, previstas no artigo 6º-A da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

49. Além disso, quando se tratar de entidades fechadas de previdência complementar, deve-se exigir certidão emitida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC que ateste o enquadramento como entidade fechada de previdência complementar, em funcionamento regular, previstas no artigo 6º-A da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

50. Em relação à **qualificação técnica**, ainda que se trate de renovação de ajuste, **recomenda-se** que se ateste que a instituição Acordante atende a exigência do inciso III, do art. 18 da IN INSS/PRES nº 28/2008.

51. Além disso, tal como ementado pelo Parecer n.º 00004/2016/DEPCONSUC/PGF/AGU, recomenda-se que "A **entidade privada** que venha a celebrar acordo de cooperação, sem prejuízo do atendimento de outros requisitos legais, deverá comprovar que possui: a) experiência prévia de, no mínimo, um ano na realização do objeto ou de natureza semelhante; e b) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e para o cumprimento das metas estabelecidas, demonstrando que possui corpo técnico e condições materiais e instalações adequadas para a execução do objeto, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico".

52. Por essa razão, **recomenda-se que seja atestado que a entidade interessada tem experiência prévia de, no mínimo, um ano na operacionalização de crédito consignado, bem como que tem capacidade técnica e operacional para o alcance das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, em especial o que se refere a "ofertar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários mais atrativas que as praticadas no mercado"**.

53. Quanto à **regularidade fiscal**, a Lei nº 8.666/93 exige o seguinte:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

V - prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

54. Ressalte-se que a Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, também define em seu art. 6º, a **obrigatoriedade** de os órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta, **efetuarem prévia consulta ao CADIN** para a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos. Igualmente a IN nº 28/2008, em seu art. 18, igualmente exige que a instituição financeira comprove que não integra o CADIN. Desta feita, recomenda-se que a área técnica ateste o cumprimento desta exigência.

55. **Dessa forma, em alinhamento ao rol do art. 29 da Lei nº 8.666/93 e do inciso II do art. 18 da IN INSS/PRES nº 28/2008, necessário se faz acostar documentação atualizada, inclusive na data de assinatura do ajuste, que comprove: regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e com a Previdência Social, na forma da lei, devendo constar nos autos as consultas aos seguintes Sistemas/Órgãos: a) Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi; b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf; c) Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin; d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis; e) lista de responsáveis com contas julgadas irregulares, lista de licitantes inidôneos e lista de inabilitados para função pública, todas do Tribunal de Contas da União - TCU; f) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça - CNJ; e g) - certidão negativa de dívidas trabalhistas.**

#### **5.4 Nota Técnica da área interessada.**

56. Dos autos dos processos administrativos individualizados de cada uma das parcerias deve constar ainda manifestação técnica com os elementos indicados no item III da ementa da Conclusão DEPCONSUC/PGF/AGU nº 54/2013, supra colacionada, quais sejam: a) as razões da propositura da parceria, b) os seus objetivos, c) a viabilidade de sua execução e a sua adequação à missão institucional dos órgãos e/ou entidades públicas ou privadas envolvidas, d) a pertinência das obrigações estabelecidas e dos meios que serão utilizados para fiscalizar e avaliar a sua execução. Deve-se, ainda, esclarecer o motivo pelo qual a Administração deixou de atender a algum dos requisitos estabelecidos no art. 116, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, se for o caso.

57. Recomenda-se, ainda, que a entidade realize um procedimento de gestão de risco, considerando os aspectos individualizados da entidade interessada.

58. A respeito, cumpre destacar o que dispõe o atual artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, acrescido pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018:

**Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.** (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

**Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta** ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, **inclusive em face das possíveis alternativas.** (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Grifos nossos).

59. Em reforço a essa necessidade de se justificar as decisões administrativas, o Decreto nº 9.830/2019, ao regulamentar este artigo da LINDB, estabeleceu que a decisão precisa ser motivada com a contextualização dos fatos e com a indicação dos fundamentos de mérito, vejamos:

#### **Motivação e decisão**

Art. 2º A decisão será motivada com a contextualização dos fatos, quando cabível, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos.

§ 1º A motivação da decisão conterá os seus fundamentos e apresentará a congruência entre as normas e os fatos que a embasaram, de forma argumentativa.

§ 2º A motivação indicará as normas, a interpretação jurídica, a jurisprudência ou a doutrina que a embasaram.

§ 3º A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão.

#### **Motivação e decisão baseadas em valores jurídicos abstratos**

Art. 3º A decisão que se basear exclusivamente em valores jurídicos abstratos observará o disposto no art. 2º e as consequências práticas da decisão.

§ 1º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se valores jurídicos abstratos aqueles previstos em normas jurídicas com alto grau de indeterminação e abstração.

§ 2º Na indicação das consequências práticas da decisão, o decisor apresentará apenas aquelas consequências práticas que, no exercício diligente de sua atuação, consiga vislumbrar diante dos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos.

§ 3º A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e de razoabilidade.

60. Examina-se, pois, que a confecção de um mapa individualizado de gestão de riscos permitirá que a administração subsidie sua decisão de pactuar (ou não), sem olvidar as consequências práticas da decisão.

61. Em vista disso, e ante a necessidade de garantir maior segurança jurídica a esse tipo de ajuste, é necessário que a área técnica exare nos autos manifestação expressa, a fim de fazer constar análise quanto a regularidade nas operações relativas ao objeto da parceria realizadas pela entidade interessada.

62. Para tanto, reitera-se à Administração a recomendação no sentido de que subsidie os fatos com as estatísticas de ocorrências de reclamações em face da pretensa acordante junto a Ouvidoria Previdenciária, órgãos de defesa do consumidor ou órgãos de regulação da atividade principal da entidade, inclusive quanto ao índice de soluções administrativas. Recomenda-se, ainda, trazer aos autos as estatísticas de condenações judiciais por irregularidades nas operações de empréstimo consignado e com cartão de crédito, com vistas a devida gestão de risco. Além disso, é elementar que as mencionadas estatísticas sejam consideradas nas razões de conveniência e oportunidade administrativa relativa a celebração/renovação do ajuste com a Instituição Financeira interessada.

63. É importante registrar que a análise de conveniência e oportunidade administrativa para a celebração de ajustes dessa natureza deve conter elementos e eventuais dados e documentos que suportem a decisão do administrador, posto que esse exame minucioso é elementar para o efetivo filtro do que é harmonioso ao interesse público e ao da administração.

#### **5.5 Da minuta do Plano de trabalho e da Minuta do Termo de cooperação Técnica.**

64. Nos termos da Minuta de Portaria DIRBEN anexada aos autos no Sequencial Sapiens 10 - outros 9, para celebração de ajustes destinados a permitir a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, devem ser utilizadas as minutas-padrão veiculadas naquela portaria (anexadas aos autos no Sequencial Sapiens 10 - outros 7 e 8).

65. A par disto, destaca-se que a utilização do presente parecer referencial somente se legitimará se a Administração utilizar-se das minutas-padrão anexadas a esse parecer. A eventual edição da referida pretendida Portaria não obsta nem altera a necessidade de que, para os efeitos deste Parecer Referencial, somente podem ser utilizadas as minutas ora anexadas. Eventual publicação da Portaria em referência se prestará a dar publicidade e orientar a sua utilização, mas não altera as conclusões ora tecidas.

66. A referida portaria, até a presente data, não foi editada. Desse modo, a presente manifestação tomou por base a minuta aprovada por esta PFE e chancelada pela Diretora de Benefício, anexadas aos autos no Sequencial Sapiens 10 - OUTROS7, OUTROS8 e OUTROS9. Por essa razão, **a aplicabilidade deste opinativo será afastada em caso de a referida Portaria, e os respectivos anexos, serem editados de modo diverso do que fora encaminhado e aprovado nestes autos.**

67. **Destaca-se, nada obstante, que os modelos de minuta de portaria e de minutas-padrões encaminhados no Sequencial Sapiens 10 - outros 7, 8 e 9, não contemplaram, em sua totalidade, o disposto no Despacho SEI/INSS - 0003713, exarado em 12/11/2019 pela Diretora de Benefícios.**

68. **Para tanto, destaca-se que a minuta de portaria deverá excluir a menção aos anexos que se referem ao Acordo celebrado com bancos pagadores de benefícios (vide art. 1º, parágrafo único, incisos I e II). Ainda, a correção do art. 2º da portaria, tal como determinado pelo parágrafos 4º e 5º do Despacho SEI/INSS - 0003713.**

69. **A minuta-padrão de Acordo de Cooperação-Técnica, por seu turno, deve observar os parágrafos 6º e 7º do Despacho SEI/INSS - 0003713, bem como as sugestões realizadas pelo parágrafo 40 do PARECER n. 00063/2019/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU e acatadas pela Diretoria de Benefícios, conforme Despacho SEI/INSS - 0003713.**

70. **A minuta-padrão de plano de Trabalho, foi reformulada pela área técnica, no que consiste no aprimoramento das metas e das etapas de execução, tal como sugerido por esta PFE. Nada obstante, deixou de colocar uma meta da minuta analisada pelo PARECER n.**

00063/2019/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU e manteve a DATAPREV no feito - pontos que foram devidamente ajustados nos termos da minuta anexa. Ressalta-se que o Plano de Trabalho é documento eminentemente técnico específico da Administração. Nesse sentido, a minuta anexa trata apenas da minuta aprovada pela Diretoria de Benefícios, com sugestões de ajustes de redação. Caso entenda pertinente sua alteração, é possível desde que seja justificada, conforme art. 50 da Lei 9.784, de 1999, com a devida formalização para alteração da minuta anexa deste Parecer.

71. **A título de colaboração, procedemos às retificações indicadas e juntamos, como anexo a este Parecer, a minuta-padrão aprovada, a qual deve ser utilizada, por parte da Administração, para legitimar a aplicação deste Parecer Referencial.**

72. Nesses termos, à exceção das observações feitas nos quatro parágrafos anteriores, a Administração somente poderá alterar as minutas-padrão no que diz respeito aos fatores meramente discricionários (aqueles em que não há vinculação legal) que efetivamente merecem modificação diante da particularidade de cada ajuste específico como, p.ex., os nomes dos partícipes.

73. Assim, recomenda-se que como medida de cautela, a costumeira verificação da correta **qualificação dos partícipes**, com a verificação da condição de representante da autoridade que vai assinar em nome das partes. Cabendo, pois, à autoridade administrativa analisar o cumprimento de tais requisitos.

74. Havendo inclusão, supressão ou modificação de qualquer das cláusulas constantes das minutas-padrão, ainda que especificamente autorizado pelo Presidente do INSS, afasta-se a possibilidade de utilização deste Parecer Referencial, devendo, consequentemente, nesse caso, serem os autos respectivos encaminhados para análise jurídica específica por parte desta Procuradoria.

75. Vale ressaltar que, nos termos do §1º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, a celebração de Acordo de Cooperação técnica depende de aprovação do competente plano de trabalho pela autoridade competente.

76. O ainda vigente Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MDS nº 414/2017, estabelece:

Art. 6º Ao Presidente do INSS compete:

I - exercer a direção superior e o comando hierárquico no âmbito do INSS;

(...)

VIII - celebrar e rescindir contratos, convênios, acordos e ajustes, além de ordenar despesas;

Art. 8º **Aos Diretores**, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Geral, ao Corregedor-Geral, ao Subprocurador-Chefe, aos Coordenadores-Gerais, aos Superintendentes-Regionais, aos Gerentes-Executivos, aos Procuradores Regionais, aos Procuradores Seccionais, aos Auditores-Regionais, aos Corregedores-Regionais e aos Gerentes de APS incumbe ordenar despesas, autorizar pagamentos e **aprovar** projeto básico, **plano de trabalho** e termo de referência do INSS e do Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS, em suas áreas de atuação.

Art.9º **Aos Diretores**, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Geral, aos Superintendentes-Regionais, aos Procuradores-Regionais e aos Gerentes-Executivos incumbe **firmar e rescindir** contratos, convênios, **ajustes, acordos ou instrumentos congêneres do INSS** e do FRGPS, **em suas áreas de atuação**.

(...)

Art. 164. À Coordenação-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios compete:

I - normatizar, monitorar e gerenciar as atividades de manutenção de direitos, acordos de cooperação técnica/convênios de benefícios, **consignações em benefícios** e relacionamento com agentes pagadores de benefícios;

77. O Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, que aprova a atual Estrutura Regimental do INSS, estabelece, em seu Anexo I, o seguinte, *verbis*:

Art. 17. **Ao Presidente do INSS incumbe:**

I - exercer a direção superior e o comando hierárquico no âmbito do INSS;

(...)

IX - celebrar e rescindir contratos, convênios, acordos e ajustes e ordenar despesas; e

(...)

Art. 20. **Aos Diretores**, ao Procurador-Geral, ao Auditor-Geral, aos Superintendentes Regionais, aos Procuradores Regionais e aos Gerentes-Executivos **incumbe firmar e rescindir** contratos, convênios, **ajustes, acordos ou instrumentos congêneres do INSS** e do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, **em suas áreas de atuação**. (Grifos nossos).

(...)

Art. 14. À Diretoria de Benefícios compete:

I - gerenciar:

(...)

c) os procedimentos de compensação previdenciária e **de consignação em benefícios**;

78. **Examina-se, dessa forma, que a competência para aprovar o plano de trabalho é do Diretor de Benefícios. Enquanto a competência para firmar o ajuste, por parte do INSS, poderá ser exercida tanto pelo Diretor de Benefícios, quanto pelo Presidente do INSS.**

79. Com a edição, pelo Diretor de Benefícios, da portaria para veicular a minuta-padrão de

Plano de Trabalho, pode-se compreender que a minuta padrão estaria aprovada pela autoridade competente. Nada obstante, é preciso que o Diretor de Benefícios aprove, em cada processo administrativo, a adoção do plano de trabalho para o ajuste com a entidade interessada específica.

80. Dessa forma, mais uma vez, a adoção de modelos padronizados direcionam a preocupação com a entidade interessada na parceria. Eis, pois, a necessidade de aprovação da adoção do plano de trabalho para o caso concreto, levando-se em consideração os elementos apreciados na nota técnica que subsidiará a decisão pela celebração da parceria.

## 6. PUBLICIDADE:

81. Registra-se ser necessária, à luz do art. 116 c/c parágrafo único do art. 61, ambos da Lei nº 8.666/1993, a publicação resumida do termo de Acordo de Cooperação Técnica na imprensa oficial, por ser condição de eficácia do instrumento.

82. Além disso, de acordo com o art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011 c/c art. 7º, § 3º, V, do Decreto nº 7.724/2012, deverá haver disponibilização, no sítio oficial do ente na internet, de cópia integral do Acordo de Cooperação Técnica com seus anexos (e respectivos aditivos).

## 7. DESIGNAÇÃO DOS AGENTES COMPETENTES PARA O PRESENTE FEITO.

83. É juridicamente importante que constem no processo as publicações dos atos de nomeação ou designação dos agentes competentes para a atuação administrativa. Para se evitar maiores gastos e repetições, é juridicamente válida a mera citação destes atos, bem como dos atos normativos que estabelecem as competências da autoridade e dos demais agentes administrativos, a fim de que, em caso de futura auditoria, reste comprovado nos autos, desde já, que os atos processuais foram praticados por aqueles que efetivamente detinham as atribuições correspondentes.

## 8. CONCLUSÃO

84. Parecer Referencial proferido de forma a atender aos casos idênticos, como manifestação jurídica com natureza referencial e, a partir deste, o INSS poderá verificar o atendimento das recomendações usualmente feitas, ou a necessidade de justificar alguma delas, anexando-o aos autos e dispensando-se o envio de futuros processos para análise desta consultoria jurídica, conforme estabelecido na Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União, *in verbis*:

*I - OS PROCESSOS QUE SEJAM OBJETO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL, ISTO É, AQUELA QUE ANALISA TODAS AS QUESTÕES JURÍDICAS QUE ENVOLVAM MATÉRIAS IDÊNTICAS E RECORRENTES, ESTÃO DISPENSADOS DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELOS ÓRGÃOS CONSULTIVOS, DESDE QUE A ÁREA TÉCNICA ATESTE, DE FORMA EXPRESSA, QUE O CASO CONCRETO SE AMOLDA AOS TERMOS DA CITADA MANIFESTAÇÃO*

*II - PARA A ELABORAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTE REQUISITOS: A) O VOLUME DE PROCESSOS EM MATÉRIAS IDÊNTICAS E RECORRENTES IMPACTAR, JUSTIFICADAMENTE, A ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CONSULTIVO OU A CELERIDADE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS; E B) A ATIVIDADE JURÍDICA EXERCIDA SE RESTRINGIR À VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS A PARTIR DA SIMPLES CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS.*

85. Como esclarecido na referida Orientação, compete ao INSS atestar que o assunto do processo é o mesmo tratado por esta manifestação jurídica referencial (matéria idêntica), por meio de despacho fundamentado e contendo as informações necessárias e indicação das folhas ou número SEI dos documentos, para o fim de não encaminhar processos de casos futuros idênticos para a Procuradoria, isto é, a dispensa do envio de processos para exame individualizado pela Procuradoria fica condicionada ao pronunciamento expresso, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial ora exarada sobre o tema.

86. Assim, no caso específico de celebração de Acordo de Cooperação Técnica cujo objeto é a "operacionalização do disposto no art. 6º da Lei nº 10.830, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito com o acordante", a Administração poderá deixar de encaminhar outros processos idênticos para análise individualizada, desde que **certifique expressamente nos autos, que o mesmo se amolda ao parecer referencial ora emitido e encontra-se instruído com todas as orientações ora postas**, providenciando a juntada de cópia do presente Parecer, nos termos do parágrafo único do art. 38 da LLCA, para fins de dispensar o envio dos autos à Consultoria, salvo a existência de alguma especificidade, fato novo ou dúvida jurídica a ser questionada.

87. Ante todo o exposto, o Despacho a ser proferido pela administração nos autos, em resumo, no mínimo deve esclarecer e conter, na forma do exposto ao longo deste Parecer:

1. Ateste de que o assunto do caso concreto é o tratado na manifestação jurídica referencial;
2. Certificação do interesse comum dos entes envolvidos em relação ao objeto a ser pactuado;
3. Legitimidade da Acordante;
4. Razões da propositura da parceria e seus objetivos, em face da interessada;
5. Viabilidade da execução da parceria, inclusive quanto ao alcance das metas estabelecidas, considerando as especificidades da interessada, inclusive quanto à regularidade de suas operações;
6. Gestão de riscos;
7. Requisitos de Habilitação Jurídica, técnica e de regularidade fiscal e trabalhista;
8. Utilização das minutas-padrão de Plano de Trabalho e de Acordo de Cooperação Técnica padrão, aprovadas pela Portaria (tais minutas foram anexadas a essa manifestação);
9. Aprovação do Plano de Trabalho pelo Diretor de Benefícios;

88. Considerando todo o acima exposto e, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **caso sejam preenchidos todos os requisitos constantes deste Parecer Referencial, considera-se APROVADA a minuta de Acordo de Cooperação Técnica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93), desde que elaborada conforme minuta-padrão anexa a essa manifestação.**

89. Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, os processos administrativos



que guardarem relação inequívoca e direta com a abordagem aqui realizada poderão, de agora em diante, dispensar análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que a situação concreta se amolda aos termos desta manifestação.

90. Não sendo o caso, a persistência de dúvida de cunho jurídico deverá resultar na remessa do processo administrativo ao órgão de consultoria jurídica para exame individualizado, mediante formulação dos questionamentos jurídicos específicos, nos moldes da Portaria PGF nº 526/2013 e da Instrução Normativa Conjunta PGF/INSS nº 01, de 19 de março de 2010.

91. As orientações emanadas dos Pareceres Jurídicos, ainda que apenas opinativos, devem ser seguidas ou, caso contrário, justificadas no corpo do processo.

92. Não há, ademais, determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela PFE/INSS. Eis o teor do Enunciado nº 05 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU: "*Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas*".

93. Por fim, de acordo com o art. 4º da Portaria PGF nº 262/2017, as manifestações jurídicas referenciais aprovadas pelo chefe do órgão de execução deverão ser disponibilizadas na página do órgão de execução da PGF no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União; encaminhadas à autoridade assessorada, para que possa utilizá-las; e ao Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, para ciência.

94. À consideração superior.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

(assinado eletronicamente)  
**ANA VALESKA ESTEVÃO VALENTIM**  
PROCURADORA FEDERAL

(assinado eletronicamente)  
**IGOR CHAGAS DE CARVALHO**  
PROCURADOR FEDERAL

Recomendo a aprovação, com fundamento no disposto no Art. 3, § 1º, da Portaria/PGF n. 262, de 05 de maio de 2017, do **PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**, da lavra dos Drs. ANA VALESKA ESTEVÃO VALENTIM e IGOR CHAGAS DE CARVALHO, por seus próprios e jurídicos fundamentos, e anexa minuta-padrão de Acordo de Cooperação Técnica respectiva.

Destaca-se que o art. 37, X, da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016 erigiu a "realização de estudos para fins de uniformização de entendimentos" como verdadeiro princípio da Advocacia Pública, o que se busca efetivar com a pretendida manifestação jurídica referencial.

Remetem-se à consideração do Exmo. Sr. Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, para aprovação nos termos do art. 7º da Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009 combinado com art. 13 da Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013 e art. 3º, § 1º, da Portaria PGF nº 262, de 5 de maio de 2017, com sugestão, em caso de aprovação, de posterior encaminhamento à Diretoria de Benefícios do INSS e ao Departamento de Consultoria da Procuradoria Geral Federal, além do encaminhamento para disponibilização na página da PFE/INSS no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União, para os fins previstos no art. 4º da citada Portaria PGF nº 262, de 5 de maio de 2017, com a redação determinada pela Portaria PGF nº 338, de 4 de abril de 2019, bem como às Procuradorias e demais Chefias junto às Gerências Executivas e Superintendências Regionais, nos termos do art. 17 da Instrução Normativa Conjunta PGF/INSS nº 01, de 19 de março de 2010.

(assinado eletronicamente)  
**LUCAS HAYNE DANTAS BARRETO**  
PROCURADOR FEDERAL  
COORDENADOR-GERAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSS - SEDE NACIONAL

Aprovo, com fundamento no disposto no Art. 3, § 1º da Portaria PGF nº 262, de 05 de maio de 2017 o **PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU e a respectiva minuta-padrão de Acordo de Cooperação Técnica que lhe veio anexa**, conforme proposto no despacho supra.

Expeça-se Ofício-Circular à Diretoria de Benefícios do INSS e às Procuradorias e demais Chefias junto às Gerências Executivas e Superintendências Regionais, nos termos do art. 17 da Instrução Normativa Conjunta PGF/INSS nº 01, de 19 de março de 2010, dando ciência de que, nos termos do § 2º do art. 3º da Portaria PGF n. 262/2017, "*os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação*".

Deve ficar consignado que a aprovação de parecer referencial não significa impedimento para a atuação consultiva pela Procuradoria Federal Especializada, por provocação do órgão assessorado, quando houver dúvida jurídica ou for reputado relevante.

Ressalve-se, também, a possibilidade de atuação de Ofício da Procuradoria Federal Especializada, no âmbito das suas atividades de consultoria ou assessoramento, quando houver evolução de entendimentos adotados ou quando tomar ciência de questão que mereça recomendação específica

Encaminhe-se, também, via abertura de tarefa pelo Sistema SAPIENS, ao Departamento de Consultoria da Procuradoria Geral Federal, conforme previsto no art. 4º, II, da mesma Portaria, com a redação determinada pela Portaria PGF nº 338, de 4 de abril de 2019.

Por fim, publique-se na página da PFE/INSS no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União, para os fins previstos no art. 4º da citada Portaria PGF nº 262, de 5 de maio de 2017.

(assinado eletronicamente)



**ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES**

Procurador-Geral do INSS

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35000000799200612 e da chave de acesso c0349041

---

Documento assinado eletronicamente por ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 348416590 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES. Data e Hora: 17-12-2019 09:16. Número de Série: 13920089. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

Documento assinado eletronicamente por ANA VALESKA ESTEVAO VALENTIM, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 348416590 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANA VALESKA ESTEVAO VALENTIM. Data e Hora: 16-12-2019 17:12. Número de Série: 17350535. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

Documento assinado eletronicamente por IGOR CHAGAS DE CARVALHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 348416590 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): IGOR CHAGAS DE CARVALHO. Data e Hora: 16-12-2019 17:19. Número de Série: 13937216. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

Documento assinado eletronicamente por LUCAS HAYNE DANTAS BARRETO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 348416590 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LUCAS HAYNE DANTAS BARRETO. Data e Hora: 16-12-2019 17:28. Número de Série: 17137116. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO  
SOCIAL E O ACORDANTE, PARA REALIZAÇÃO DE  
CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE  
EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO  
DE CRÉDITO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE  
APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL  
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, doravante denominado **INSS**, Autarquia Federal, vinculado ao Ministério da Economia, instituído na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, criado pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, e reestruturado pelo Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco “O”, Brasília/DF, CEP 70070-946, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, neste ato representado por seu Presidente, **[NOME DO PRESIDENTE EM NEGRITO]**, CPF nº [ nº do CPF], no uso das atribuições que lhe confere o art. 17 do Anexo I do Decreto nº 9.746, de 2019; e o **[NOME DO ACORDANTE EM NEGRITO]**, doravante denominado **ACORDANTE**, com sede [endereço completo do Acordante com CEP], CNPJ nº [nº do CNPJ], neste ato representado por seu [nome do cargo do representante legal do Acordante], **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO ACORDANTE EM NEGRITO]**, CPF nº [ nº do CPF], no uso das atribuições que lhes confere o [citar dispositivo do Estatuto Social ou Regimento Interno que confere poderes ao signatário] do Acordante, celebram este Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado **ACORDO**, em conformidade com as disposições contidas no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003; na Instrução Normativa INSS/PRES nº 28 de 16 de maio de 2008; e ao processo NUP: 35000.000799/2006-12, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este **ACORDO** tem por objeto a operacionalização do disposto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito com o Acordante.

Parágrafo único. Para realização das operações de crédito de que trata o *caput*, os beneficiários deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada, na forma da legislação em vigor.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO**

O Acordante, desde que observadas as normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e política de concessão de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou cartão de crédito aos titulares de benefícios, nos termos estabelecidos na Instrução Normativa – IN INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, alterada pela IN INSS/PRES nº 100, de 28 de dezembro de 2018 ou outra que venha a substituí-la.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

#### **§ 1º Das obrigações do INSS:**

I - repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários, em favor do Acordante, por meio de depósito em conta corrente indicada ou transferência para a conta “reserva bancária” definida, via Sistema de Transferência de Reservas – STR, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;

II - proceder a suspensão da consignação ou constituição de RMC no sistema de benefícios caso inexista autorização ou o Acordante não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la;

III – reativar, na forma do art.3º, parágrafo único da Resolução INSS Nº 321, de 11/07/2013, no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de RMC suspensa, na forma do art. 47, inciso I, da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, quando da apresentação pelo Acordante de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício, caracterizando assim a consignação como procedente. Esta reativação deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias da data do recebimento dos referidos documentos pela DIRBEN;

IV - consignar os valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito autorizados pelos titulares de benefícios e repassar ao Acordante, no prazo estabelecido no inciso I deste parágrafo, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO;

V – Verificada a irregularidade da consignação, caso a acordante não tenha procedido conforme inciso XXXIII §2 da Cláusula Terceira deste ACORDO a consignação será excluída;

VI– verificar, trimestralmente, a situação de regularidade das instituições financeiras no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como se não integram o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, oficiando à CGOFC, em caso de pendências, suspendendo o repasse dos valores consignados até a efetiva regularização, com a suspensão de novas averbações da instituição financeira se a pendência não for regularizada no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação da ocorrência, em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 38 da IN INSS/PRES nº 28/2008;

VII – exigir que toda Instituição Financeira autorizada a realizar operação de empréstimo

consignado, conforme disposto na Lei nº 10.820/03, efetue seu cadastramento na plataforma Consumidor.gov.br na condição de fornecedor (empresa previamente cadastrada para receber, responder e resolver reclamações de consumidores no sistema);

VIII – incentivar a capacitação dos prestadores destes serviços, principalmente aqueles designados a apresentar resposta na plataforma Consumidor.gov.br, nos cursos a distância da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), no sítio ead.consumidor.gov.br, que versam sobre proteção e defesa do consumidor;

IX – acompanhar as reclamações cadastradas pelos beneficiários do INSS na plataforma Consumidor.gov.br contra as Instituições Financeiras que operam nas modalidades previstas pela Lei 10.820/2003, e autorizadas pelo INSS, monitorando e analisando periodicamente os registros realizados, focando na qualidade das informações produzidas, inclusive adotando como ferramenta de avaliação para a celebração de novos Acordos de Cooperação Técnica, bem como para a renovação dos vigentes; e

X – orientar os beneficiários do INSS a buscar atendimento junto aos Programas de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCONs quando não obtiverem êxito na resolução da reclamação efetuada na plataforma Consumidor.gov.br, bem como facilitar seu acesso aos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

#### § 2º Das obrigações do Acordante:

I - divulgar as regras deste ACORDO aos titulares de benefícios que autorizaram as consignações ou constituição de Reserva de Margem Consignável (RMC) diretamente em seus benefícios, obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas constantes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos arts. 37 e 52;

II - para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamento dos benefícios do mês corrente, deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a empresa de tecnologia responsável arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimo pessoal ou operações com cartão de crédito – RMC em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na renda mensal do benefício de aposentadoria ou pensão por morte de que é titular e pré-autorizaram, na forma disciplinada pela IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, o uso dos dados pessoais repassados, observado o leiaute do “Protocolo de integração estabelecido entre a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e o INSS, em conjunto com empresa de tecnologia responsável”;

III - as operações de consignação realizadas por cartão de crédito deverão ser enviadas à empresa de tecnologia, de forma consolidada em um único valor por mês, a partir do dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, até o segundo dia útil do mês seguinte;

IV - informar à empresa de tecnologia responsável, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou operação com cartão de crédito firmado entre o titular do benefício e o Acordante, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;

V - encaminhar à empresa de tecnologia responsável, nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de RMC;

VI - conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício, utilizando:

- a) a autorização de consignação disposta como Anexo da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la;
- b) o contrato firmado de empréstimo; ou
- c) a operação com cartão de crédito que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário ou a constituição de RMC;

VII - cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria;

VIII - prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO, quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, e legislação em vigor;

IX - indicar formalmente um responsável e seu substituto eventual para interlocução sobre as questões referentes à operacionalização deste ACORDO junto à Divisão de Consignações em Benefícios – DCONB, com criação de caixa postal eletrônica (e-mail) institucional e disponibilização de canal telefônico, com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o INSS, comunicando eventuais alterações com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

X - manter, durante a execução deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua celebração;

XI - informar ao INSS, no prazo máximo de cinco dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na sua estrutura ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;

XII - providenciar toda a infraestrutura e logística necessárias para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela empresa de tecnologia responsável; e integrar seus canais de atendimento à plataforma disponibilizada pela empresa de tecnologia, de modo que as interações e tratamento de manifestações do beneficiário sejam realizadas de forma eletrônica;

XIII – No caso da pré-autorização, a instituição financeira obriga-se a utilizar os dados coletados somente nos fins específicos a que a autorização se refere;

XIV - encaminhar, mensalmente, aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor e local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para solução de dúvidas;

XV - liberar o valor contratado no prazo limite de dois dias úteis, contados da confirmação do registro da consignação solicitada;

XVI - informar ao titular do benefício, no prazo descrito no inciso XV deste parágrafo, o local e data em que o valor do empréstimo ou do saque será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;



XVII - se responsabilizará pela informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre o Acordante e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto;

XVIII- - prestar as informações aos titulares dos benefícios, bem como realizar os acertos que se fizerem necessários quanto às operações de consignação realizadas;

XIX - adequar seus procedimentos de operacionalização, tais como formulários de autorização de descontos, material publicitário, entre outros, aos termos das normas expedidas pelo INSS e da legislação em vigor sobre a matéria, independente de aditamento deste Termo, respeitadas as operações já realizadas e o objeto deste ACORDO;

XX - não coletar, distribuir, disponibilizar, ceder, comercializar informações dos beneficiários do INSS;

XXI – não firmar contrato de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, ou qualquer outro meio que não requeira autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício;

XXII - não realizar qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer o beneficiário do INSS a celebrar contratos de empréstimo pessoal e cartão de crédito, com pagamento mediante consignação em benefício, antes do decurso de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da respectiva Data do Despacho do Benefício – DDB;

XXIII não utilizar os símbolos de identificação do INSS para qualquer finalidade e valer-se do ACORDO para se apresentar como servidor, funcionário, prestador de serviços, procurador, correspondente, intermediário ou preposto do INSS para ofertar seus produtos ou serviços;

XXIV – verificar, no caso de operações realizadas pelo representante legal, se este possui autorização judicial, para permitir o desconto no respectivo benefício de seu tutelado ou curatelado, sob pena de nulidade do contrato;

XXV - cancelar imediatamente o cartão de crédito, quando solicitado pelo beneficiário, devendo enviar o comando de exclusão da Reserva de Margem Consignável - RMC, à empresa de tecnologia responsável, no prazo máximo de cinco dias úteis da data da liquidação do saldo devedor;

XXVI - disponibilizar, em até cinco dias úteis, ao beneficiário que solicitar a quitação antecipada do seu contrato o boleto para pagamento, débito em conta ou transferência bancária, discriminando o valor total antecipado, o valor do desconto e o valor líquido a pagar, além da planilha demonstrativa do cálculo do saldo devedor;

XXVII - Efetuar o cadastro na plataforma Consumidor.gov.br na condição de fornecedor (empresa previamente cadastrada para receber, responder e resolver reclamações de consumidores no sistema), em conformidade com os atos normativos emitidos pela Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, para responder às reclamações relativas ao objeto do ACORDO, que deverá ser mantido inclusive após o término de sua vigência, enquanto existirem contratos de empréstimos ativos, sob pena de suspensão dos repasses dos valores consignados até a efetiva regularização, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

XXVIII – assegurar que os prestadores de serviço designados a apresentar resposta na plataforma Consumidor.gov.br realizem os cursos a distância disponíveis na ENDC virtual, no sítio ead.consumidor.gov.br, que versam sobre proteção e defesa do consumidor;

XXIX - acompanhar diariamente as reclamações recebidas na plataforma Consumidor.gov.br, analisá-las e respondê-las em até 10 (dez) dias, de forma clara, objetiva e concisa, anexando os documentos aptos a comprovar a autorização da consignação, constituição de RMC ou emissão do cartão de crédito, comprovante da devolução dos valores, independentemente do recebimento de qualquer aviso, contados a partir do registro da demanda;

XXX – responsabilizar-se, integralmente, perante os beneficiários e o INSS, pela autenticidade das informações prestadas e documentos apresentados destinados a efetivação de consignação, constituição de RMC, emissão de cartão de crédito e resolução das reclamações cadastradas na plataforma Consumidor.gov.br;

XXXI – contatar o reclamante, sempre que necessário, com objetivo de obter informações complementares à composição do problema relatado, dentro do prazo concedido para análise da reclamação, utilizando-se da própria plataforma Consumidor.gov.br ou outros contatos fornecidos pelo consumidor em seu cadastro. O prazo da resposta não será suspenso ou interrompido pela solicitação de informação complementar;

XXXII – responder todas as reclamações cadastradas na plataforma Consumidor.gov.br relativas ao objeto do ACORDO, mantendo um índice de solução igual ou superior a 80% (oitenta por cento), sob pena de rescisão do ACORDO;

XXXIII – Constatada a irregularidade do contrato deverá enviar, à empresa de tecnologia responsável, os dados referentes ao contrato, para exclusão bem como a liberação da margem consignável.

XXXIV - devolver o valor consignado/retido indevidamente, no prazo máximo de dois dias úteis, quando comprovada irregularidade na contratação de operações de crédito, corrigido com base na variação da SELIC, desde a data de vencimento da parcela referente ao desconto indevido em folha, até o dia útil anterior ao da efetiva devolução, observada a forma disposta no § 5º desta Cláusula, enviando comprovante à empresa de tecnologia responsável;

§ 3º Havendo rejeição de valores das consignações efetuadas nos termos do inciso I do §1º, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados pelo Acordante em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS, o repasse somente ocorrerá na competência seguinte à regularização do cadastro.

§ 4º Os valores referidos no inciso XV do § 2º desta Cláusula, deverão ser creditados:

I - diretamente na conta corrente bancária do beneficiário contratante, pela qual recebe o benefício previdenciário, sempre que esta seja a modalidade pela qual o benefício é pago;

II - para os beneficiários que recebem seus benefícios na modalidade de cartão magnético, o depósito deverá ser feito em conta corrente ou poupança, expressamente designada pelo titular do benefício e que ele seja o responsável ou por meio de ordem de pagamento, preferencialmente na agência/banco onde ele recebe o seu benefício mensalmente; e

III - obrigatoriamente na conta bancária da empresa credenciada autorizada pelo Ministério do Turismo, onde o beneficiário tenha adquirido o pacote turístico "Viagem Mais - Melhor Idade", devendo incluir o código de identificação do programa na rotina de averbação, conforme previsto no protocolo de integração;

§ 5º O envio dos contratos e demais instrumentos de formalização, que se refere o inciso V do § 2º desta Cláusula se dará de forma automatizada, por meio de integração entre a empresa de tecnologia responsável e as instituições financeiras.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES**

O Acordante responsabilizar-se-á, integralmente, perante os beneficiários e o INSS, pela autenticidade das informações relacionadas no arquivo enviado à empresa de tecnologia responsável, na forma prevista no inciso II do § 2º da Cláusula Terceira, que deverá conter:

I - autorização para efetivação da consignação ou constituição de RMC valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, ou seu representante legal autorizado por decisão judicial, nos termos admitidos pelo art. 3º da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

II - o valor do contrato, o número de parcelas do contrato, o valor das parcelas, número do contrato, CNPJ da agência bancária ou do correspondente bancário que realizou a contratação;

III – termo de pré-autorização;

IV – Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, nos casos de contrato de cartão de crédito com Reserva de Margem Consignável.

§1º A inexatidão ou irregularidade das informações prestadas acarretarão a devolução dos valores consignados indevidamente pela instituição financeira que encaminhou o arquivo magnético a que se refere o inciso II do §2º da Cláusula Terceira, bem como as penalidades previstas no art. 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

§ 2º Até o integral pagamento do empréstimo ou da operação com cartão de crédito, a autorização da consignação ou constituição de RMC somente poderá ser cancelada mediante prévia autorização do Acordante, ou caso este não atenda o contido no inciso V do § 2º da Cláusula Terceira.

§ 3º Havendo utilização do meio eletrônico para receber a autorização expressa do titular do benefício, esta somente poderá ocorrer quando garantir a integridade da informação, titularidade e não repúdio, de forma que possa atender ao disposto no inciso VI do § 2º da Cláusula Terceira.

§ 4º A autorização do titular do benefício para consignação do empréstimo ou constituição de RMC não poderá ser feita por ligação telefônica, não sendo permitido como meio de comprovação de autorização expressa do titular do benefício a gravação de voz, bem como por qualquer outro meio que não requeira autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício;

§ 5º A autorização para a consignação dos valores de empréstimos e/ou a constituição de RMC no benefício previdenciário, deverá conter a assinatura por escrito do titular ou por meio eletrônico:

I - no contrato de empréstimo que conste cláusula autorizativa para consignação, desde que contenha todos os dados pessoais do beneficiário; ou

II – na pré autorização, quando utilizada pela instituição financeira conveniente para coleta dos dados necessários à formalização da operação financeira de referência; e

III – no Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, para os contratos de RMC.

§ 6º A instituição financeira, independentemente da modalidade de crédito adotada, somente encaminhará o arquivo para averbação de crédito após a devida assinatura do contrato por parte do beneficiário contratante, ainda que realizada por meio eletrônico.

§ 7º A inobservância do disposto no parágrafo anterior implicará total responsabilidade da instituição financeira envolvida e, em caso de ilegalidade constatada pelo INSS, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação/RMC.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES**

Será de exclusiva responsabilidade do Acordante as operações contratadas de empréstimo e cartão de crédito, bem como a informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre o Acordante e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto.

§ 1º Qualquer desconto em desacordo com as disposições deste ACORDO, ou na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados ou retidos indevidamente no benefício previdenciário, será de responsabilidade do Acordante, que deverá corrigir os valores e restituí-los nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, sem prejuízo das providências quanto à responsabilização civil e criminal.

§ 2º A empresa de tecnologia responsável é incumbida da segurança da rotina de envio das informações de créditos em favor do Acordante em atenção ao art. 29 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008.

§ 3º Ocorrendo o não processamento integral das consignações devidas nos benefícios previdenciários, em decorrência de falha operacional da empresa de tecnologia encarregada, será a ela imputado o pagamento do mesmo valor apurado do custo que envolve o processamento das parcelas de consignação, de cada parcela consignável não processada.

§ 4º Os custos, a que se refere o § 3º desta Cláusula, deverão ser repassados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, mediante crédito em conta corrente a ser fornecida pelo Acordante.

§ 5º O Acordante e a empresa de tecnologia responsável responderão, civil, penal e administrativamente:

I - na hipótese de prestação de informações e/ou documentos falsos;

II - por falhas e erros de quaisquer natureza que acarretem prejuízo ao INSS, ao beneficiário ou a ambas as partes, no procedimento adotado na execução dos serviços acordados; e

III - pelo uso indevido das informações do INSS e do beneficiário que venham a ter acesso, bem como pela inobservância do seu sigilo.

§ 6º Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações descritas na Cláusula Primeira se restringe a consignar os valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito, autorizados pelos titulares de benefícios e repasse ao Acordante, no prazo estabelecido no inciso I do § 1º da Cláusula Terceira, não cabendo ao INSS responsabilidade

solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, salvo se a ocorrência tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO.

§ 7º O previsto nesta cláusula ensejará ampla defesa ao Acordante, nos termos descritos pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

§ 8º O descumprimento de cláusula acordada ensejará a suspensão ou rescisão deste ACORDO, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES**

O Plano de Trabalho que integra este ACORDO para todos os fins de direito, conterà os procedimentos operacionais necessários à execução do objeto.

§ 1º A troca de informações entre a empresa de tecnologia responsável e o Acordante será disciplinada entre a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e a empresa de tecnologia responsável, devendo formalizar ajuste bem como realizar adequações necessárias nos sistemas no prazo máximo de 90 dias da publicação deste ACORDO sob pena de rescisão.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS E PROCEDIMENTOS GERAIS**

Não há repasse orçamentário entre os Acordantes, havendo, no entanto, ressarcimento devido ao INSS dos custos operacionais envolvendo o crédito consignado. O contrato firmado entre a acordante e a empresa de tecnologia responsável disporá sobre o custo operacional devido a esta, nos limites dispostos pelos §§5º e 8º desta cláusula, além das disposições da IN INSS/PRES nº 28, de 2008.

§ 1º O INSS realizará levantamento anual dos custos operacionais a ele acarretados pelas operações de crédito consignado contratadas.

§ 2º O custo operacional referido no § 1º do *caput* será fixado em ato próprio do INSS, publicado anualmente, para fins de cobrança às instituições financeiras.

§ 3º O valor apurado deverá ser cobrado às instituições financeiras e no exercício financeiro seguinte ao objeto ano da apuração, calculadas proporcionalmente ao quantitativo de contratos de empréstimos e cartões de crédito por ocasião do repasse dos recursos referentes às consignações respectivas.

§ 4º Os custos específicos, relativos às operações de tecnologia da informação, serão cobrados diretamente pela empresa de tecnologia responsável às instituições financeiras e sendo objeto de



tratativa entre a empresa de tecnologia responsável e a instituição financeira ou entidade equiparada, sem interveniência do INSS.

§ 5º Os valores do ressarcimento deverão corresponder exclusivamente aos custos de desenvolvimento, manutenção e alteração das rotinas, procedimentos e sistemas que envolvem o crédito consignado no INSS.

§ 6º Caso o Acordante não efetive o ressarcimento nos termos desta Cláusula, no prazo a ser definido pelo ato referido no § 2º desta Cláusula, sobre este incidirá atualização monetária entre o dia do vencimento e o do efetivo pagamento, tendo como base o índice correspondente à variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, ocorrido entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento, *pro rata die*.

§ 7º O INSS poderá, a qualquer momento, solicitar a apresentação de contratos das operações de crédito ou mesmo a devolução de importâncias, atualizadas pela Taxa Referencial de Títulos Federais - Remuneração (SELIC), cobradas a maior ou em desacordo com o previsto na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la.

§ 8º O não ressarcimento dos valores apurados pelo INSS, no prazo definido, importará na retenção do montante devido do crédito a ser repassado à Instituição Financeira, eventual débito remanescente será objeto de inscrição no Cadastro Informativo de Crédito não Quitados no Setor Público Federal – CADIN ou na Dívida Ativa da União, nos termos e na forma da legislação aplicável.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

Este ACORDO vigorará pelo prazo de cinco anos, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante permissão das autoridades superiores do INSS, por uma única vez e pelo período de doze meses, mediante Termo Aditivo.

§ 1º Condiciona-se a renovação deste Ajuste à prévia análise da efetividade no cumprimento do objeto deste ACORDO, inclusive quanto à regularidade nas operações da Instituição Financeira interessada e demais elementos referentes às estatísticas de ocorrências de reclamações em face da acordante junto à Ouvidoria Previdenciária e/ou órgãos de defesa do consumidor, bem como do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de trabalho, que conclua pela sua manutenção.

§ 2º O INSS poderá avaliar a qualquer tempo a efetividade do cumprimento deste ACORDO e das metas estabelecidas no plano de trabalho, utilizando-se de dados obtidos junto à empresa de tecnologia responsável, à Ouvidoria Previdenciária, à Plataforma Consumidor.Gov, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, dentre outros, a fim de deliberar sobre a possibilidade de rescisão do Acordo, nos termos da cláusula nona, sem prejuízo da possibilidade de apuração de responsabilidade da Acordante pelo descumprimento de obrigações na execução deste Acordo.

## **CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO**

Este ACORDO poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio e escrito, com antecedência mínima de trinta dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia. Deverão, contudo, permanecer até a data da liquidação do último contrato firmado por força deste ACORDO as obrigações e responsabilidades do INSS e do Acordante ou seus sucessores, conforme ajustados neste ato, relativamente aos empréstimos e às operações com cartão de crédito já concedidos.

§ 1º O presente ACORDO será suspenso, por determinação do INSS, na ocorrência de hipótese prevista nos incisos I a IV do artigo 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, com redação alterada pela IN INSS/PRES nº 100, de 2018, ou outra que venha a substituí-la.

§ 2º O presente ACORDO será rescindido nas hipóteses previstas nos incisos V, do artigo 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, bem como em razão do não repasse dos custos operacionais previstos §1º da Cláusula Sétima.

§ 3º Para os casos previstos no § 2º desta Cláusula, além da rescisão prevista também haverá proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos.

§ 4º A suspensão do ACORDO pelos motivos discriminados no § 1º desta Cláusula poderá ter a penalidade cancelada, caso o INSS constate que os motivos determinantes foram sanados, ou o ACORDO poderá ser rescindido, caso o Acordante apresente reiteradamente registros de irregularidades, não observando o contido nas cláusulas deste ACORDO ou normas expedidas pela Autarquia.

§ 5º Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as penalidades previstas nos §§ 1º e 2º desta Cláusula após garantido o devido processo legal, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º Uma vez identificada qualquer irregularidade, o INSS enviará notificação com a descrição da conduta alegada irregular ao Acordante, para apresentação de defesa no prazo de dez dias, contados a partir do recebimento da notificação, em observância ao devido processo legal.

§ 7º O ACORDO será suspenso no caso de desativação temporária da Instituição Financeira da plataforma Consumidor.gov.br e será rescindido na hipótese de desativação definitiva.

§ 8º O ACORDO será suspenso se o prazo médio de respostas às reclamações cadastradas na plataforma Consumidor.gov.br, conforme apurado pela própria plataforma, for superior ao prazo estabelecido no inciso XXIX do § 2º da Cláusula Terceira ou se o índice de solução for inferior a 80% (oitenta por cento) e igual ou superior a 70% (setenta por cento).

§ 9º O ACORDO será rescindido se o prazo médio de respostas às reclamações mencionadas no parágrafo anterior, conforme apurado pela própria plataforma, não se adequar ao prazo estabelecido no inciso XXIX do § 2º da Cláusula Terceira a contar do início da suspensão ou se índice de solução for inferior a 70% (setenta por cento).

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização e a aplicação de procedimentos, sanções ou penalidades seguirão a cargo do INSS, conforme os normativos vigentes, a partir da disponibilização de dados das operações pela empresa de tecnologia responsável e pela plataforma Consumidor.Gov.

§1º A empresa de tecnologia responsável disponibilizará mensalmente em sistema de informações próprio ao INSS os dados, em nível gerencial e operacional, das operações de crédito consignado, bem como dos registros pormenorizados e os dados relacionados aos contratos.

§2º Quando solicitado, a acordante terá que disponibilizar por meio da empresa de tecnologia, os documentos que subsidiaram a formalização da consignação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação deste ACORDO será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste ACORDO.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam este ACORDO, em três vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das testemunhas, identificadas e qualificadas, as quais também assinam, para que surta os efeitos jurídicos.

Brasília/DF,                      de                      de 20                      .

**[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO ACORDANTE]**

[Nome do cargo do representante legal do Acordante]

**[NOME DO PRESIDENTE EM NEGRITO]**

Nome do cargo do representante legal do INSS

TESTEMUNHAS

INSS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF n°: \_\_\_\_\_

Acordante:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF n°: \_\_\_\_\_

## MINUTA DO PLANO DE TRABALHO

**PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E O [NOME DO ACORDANTE], PARA REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

[NOME DO ACORDANTE]– Acordante
<b>Endereço:</b> [endereço completo com CEP]
<b>Telefone:</b> [nº telefônico com código de área]
E-mail:

<b>Instituto Nacional do Seguro Social – INSS</b>
<b>Endereço:</b> Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco “O”, 8º Andar, Brasília/DF, CEP 70070-946
Telefone: <b>(61) 3313-4520</b>
E-mail: <b>dconb@inss.gov.br</b>

### 1. DO OBJETO:

Operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme previsto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

### 2. DAS METAS:

2.1 Consignar na renda mensal dos benefícios previdenciários o valor para pagamento de operações de empréstimos e de cartão de crédito contraído pelos titulares de benefícios previdenciários perante o Acordante.

2.2 Repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para o Acordante.

2.3 Ofertar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários mais atrativas que as praticadas no mercado.



2.4 Que nenhum consignado seja comandado ou alterado sem autorização prévia do beneficiário, nos termos do ACORDO.

### 3. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das consignações;	Após publicação do ACORDO.
3.2 Consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito autorizados pelos titulares de benefícios pelo INSS;	Conforme cronograma da folha de pagamento (maciça);
3.3 Repasse dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários, em parcela única, em favor do Acordante, por meio de depósito em conta corrente indicada ou transferência para a conta “reserva bancária” definida, pelo INSS ao Acordante;	Quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício.
3.4 A Acordante deverá informar ao INSS qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na sua estrutura seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;	Prazo de cinco dias úteis,
3.5 Repasse ao INSS, pela Acordante, dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo o crédito consignado;	O ressarcimento relativo ao exercício financeiro anterior, será objeto de apuração do INSS, devendo ser recolhido no prazo de 30 dias, a partir da notificação a Acordante;
3.6 As operações relativas às atividades de tecnologia da informação serão objeto de tratativa entre a empresa de tecnologia responsável e a instituição financeira ou entidade equiparada, sem interveniência do INSS;	As tratativas para celebração do contrato com a empresa de tecnologia deverão ser iniciadas em até 45 dias após a publicação, em diário oficial, do Acordo com o INSS;
3.7 Início das operações de empréstimo ou cartão de crédito pela Acordante;	Após a formalização do contrato com a empresa de tecnologia;
3.8 Prazo máximo para início das operações de empréstimo ou cartão de crédito pela Acordante;	Três meses após a formalização do contrato com a empresa de tecnologia;

#### **4. DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:**

4.1 As consignações dos descontos para pagamento dos empréstimos e de operações com cartão de crédito não poderão exceder, no momento da contratação o limite previsto na Lei nº 10.820, de 2003, bem como nas Instruções Normativas que regulamentem o assunto.

4.2 Na hipótese de coexistência dos descontos de consignações de empréstimos e cartões de crédito com os descontos compulsórios relativos a: I - contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social; II - pagamento de benefícios além do devido; III - imposto de renda retido na fonte; e IV - pensão alimentícia fixada formalmente estabelecida, prevalecerão os obrigatórios.

4.3 A consignação ou retenção recairá somente sobre as parcelas mensais fixas integrais e o eventual saldo devedor deverá ser objeto de acerto entre a instituição financeira e o beneficiário.

4.4 A contratação de empréstimo ou cartão de crédito constitui uma operação entre instituição financeira e beneficiário, cabendo, unicamente às partes, zelar pelo seu cumprimento. Eventuais necessidades de acertos de valores sobre retenções/consignações pagas ou contratadas deverão ser objeto de ajuste entre o beneficiário e a Acordante;

#### **5. DOS CUSTOS:**

Não há repasse orçamentário entre os Acordantes, sendo que o ressarcimento de todos os custos operacionais será realizado nos termos da Cláusula Sétima do Acordo.

#### **6. DO INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO:**

A execução do objeto do ACORDO terá início após o cumprimento estabelecido no item 3.1, ficando a vigência e a prorrogação vinculadas aos prazos estabelecidos no ACORDO.

Brasília, de de 20 .

**[NOME DO COORDENADOR EM NEGRITO]**

Coordenador-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios do INSS

**[NOME DO REPRESENTANTE DO ACORDANTE]**

[Nome do cargo do representante do Acordante]

**PORTARIA Nº        /DIRBEN/INSS, DE        DE NOVEMBRO DE 2019**

Aprova as minutas-padrão dos Acordos de Cooperação Técnica a serem celebrados para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003; e

Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES, de 16 de maio de 2008.

A **DIRETORA DE BENEFÍCIOS DO INSS**, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017 e amparando-se nos pareceres jurídicos, despachos 00063/2019/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU e 00780/2019/cgmad/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, ambos constantes no processo NUP: 35000.000799/2006-12;

**RESOLVEM:**

Art. 1º Ficam aprovadas as minutas-padrão dos Acordos de Cooperação Técnica – ACT e respectivos Planos de Trabalho, que deverão ser obrigatoriamente adotadas pelos dirigentes e agentes públicos do INSS para formalização dos ajustes que objetivem operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma dos Anexos desta Portaria.

Parágrafo único. Compõem os Anexos desta Portaria as seguintes minutas:

I - Anexo I: ACT a ser celebrado com bancos não pagadores de benefícios;

II - Anexo II: Plano de Trabalho do ACT a ser celebrado com não bancos pagadores de benefícios;

Art. 2º Os ACT a serem celebrados, nos termos desta Portaria Conjunta, devem ser regularmente instruídos, possuindo processo administrativo correspondente, atribuído Número Único de Protocolo – NUP, e contendo manifestação expressa de interesse dos partícipes.

§ 1º À celebração do ACT deve corresponder adequada instrução processual preceituada nas Leis nºs 8.666, de 1993.

§ 2º Para efetivação dos ACT de que dispõe este Ato, deve-se juntar aos autos:

I - cópia do ato que outorga ou delega competências ao representante legal para

firmar o ajuste, caso a competência não esteja expressa no Regimento Interno;

II - cópia autenticada do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações;

III - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com número de inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, para fins de verificação da autenticidade no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

V - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e com a Previdência Social, na forma da lei, devendo constar nos autos as consultas aos seguintes Sistemas/Órgãos:

a) Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi;

b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf;

c) Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin;

d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis;

e) lista de responsáveis com contas julgadas irregulares, lista de licitantes inidôneos e lista de inabilitados para função pública, todas do Tribunal de Contas da União – TCU; e

f) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; e

VI - certidão negativa de dívidas trabalhistas.

VII – certidão emitida pelo Banco Central que ateste a regularidade da interessada para funcionar como instituição financeira, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, ou

VIII – certidão emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP que ateste o enquadramento como entidade aberta de previdência complementar, em funcionamento regular, previstas no artigo 6º- A da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003; ou

IX - certidão emitida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC que ateste o enquadramento como entidade fechada de previdência complementar, em funcionamento regular, previstas no artigo 6º- A da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

X - Declaração, firmada pelo representante legal para firmar o ajuste, atestando que a entidade possui qualificação técnica ou comprometendo-se a realizar as adequações necessárias no prazo de conclusão do contrato com a empresa de tecnologia responsável, a que se refere o inciso III, do art. 18 da INS INSS/PRES nº 28, de 2008.

§ 3º Em caso de celebração ou de renovação do ajuste, a área técnica competente do INSS deverá instruir o processo com Nota Técnica contendo análise quanto à regularidade nas operações da Instituição Financeira interessada e demais elementos referentes às estatísticas de ocorrências de reclamações em face da pretensa acordante junto à Ouvidoria Previdenciária e/ou órgãos de defesa do consumidor;

Art. 3º Quanto aos procedimentos necessários à elaboração e operacionalização do ACT, caberá ao INSS, além das atribuições constantes no ACT e no Plano de Trabalho, cumprir os procedimentos necessários à formalização do ACT e, uma vez concluídos, providenciar a sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 4º Caberá à Diretoria de Benefícios – DIRBEN, observadas suas atribuições e competências, estabelecer diretrizes gerais para desenvolvimento e acompanhamento dos ACT.

§ 1º As minutas-padrão serão disponibilizadas na rede interna do INSS, sob a responsabilidade da Divisão de Consignações em Benefícios da Coordenação-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios da DIRBEN.

§ 2º Não poderão ser incluídas, suprimidas ou modificadas Cláusulas constantes das minutas-padrão aprovadas por este Ato, salvo quando se tratar de simples atualização normativa decorrente de revogação ou alteração de lei, decreto ou qualquer outra norma citada no Acordo, ou quando especificamente autorizado pelo Presidente do INSS.

§ 3º A utilização de uma das minutas-padrão, como regra, não afasta a necessidade da análise prévia do instrumento e de seus anexos, por parte do órgão de assessoramento jurídico do respectivo ente, em respeito à Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e às Leis nºs 8.666, de 1993, e 10.480, de 2 de julho de 2002.

§ 4º A análise jurídica do ajuste que se pretende firmar só será dispensada quando existir Manifestação Jurídica Referencial – MJR, editada nos termos da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, ou nas hipóteses expressamente autorizadas em ato específico do Advogado-Geral da União.

§ 5º Caberá à área técnica atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da MJR já aprovada e juntar ao processo sua cópia elaborada, a fim de motivar a dispensa da análise jurídica individualizada do ajuste que se pretende firmar.

Art. 5º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCIA ELIZA DE SOUZA**  
Diretora de Benefícios





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -  
PFE/INSS - SEDE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE AUTARQUIAS SUL QUADRA 2 BLOCO O 3º ANDAR

**OFÍCIO-CIRCULAR n. 00016/2019/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**

Brasília, 17 de dezembro de 2019.

Aos Chefes das Procuradorias Regionais da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Chefes das Procuradorias Seccionais da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e aos Dirigentes máximos da Diretoria de Benefício, DGPA e Diretoria de Integridade, Governança e Gestão de Riscos do INSS.

**NUP: 35000.000799/2006-12**

**INTERESSADOS: DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIO**

**ASSUNTOS:** Aprovação de Parecer Referencial sobre Acordo de Cooperação Técnica para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

Considerando-se a aprovação do **PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**, acerca de Acordo de Cooperação Técnica para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

Considerando o teor do art. 4º da citada Portaria PGF nº 262, de 5 de maio de 2017, com a redação determinada pela Portaria PGF nº 338, de 4 de abril de 2019.1.

1. Divulga-se o anexo **PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**, assim ementado:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I - Acordo de Cooperação Técnica. Operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

II - Observância: Arts. 6º e 6º-A, da Lei nº 10.820, de 2003; arts. 116, 27 e 29 da Lei nº 8.666, de 1993; IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

III - Necessidade de: 1) Certificação do interesse comum dos entes envolvidos em relação ao objeto a ser pactuado; 2) Certificação da Legitimidade da Acordante; 3) manifestação com as razões da propositura da parceria e seus objetivos, em face da interessada; 4) Viabilidade da execução da parceria, inclusive quanto ao alcance das metas estabelecidas, considerando as especificidades da interessada, inclusive quanto à regularidade de suas operações; 5) Gestão de risco; 6) comprovação de requisitos de Habilitação Jurídica, técnica e de regularidade fiscal e trabalhista; 7) Aprovação do Plano de Trabalho pelo Diretor de Benefícios;

IV - Recomendação para que seja adotado o presente parecer como PARECER REFERENCIAL, na forma da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, nos casos de celebração de Acordo de Cooperação Técnica que terá por finalidade formalizar ajustes que objetivem a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, na modalidade consignação e RMC. Necessidade de que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação e cumpre todos os requisitos ora apontados.

2. Destaca-se que, nos termos do § 2º do art. 3º da Portaria PGF n. 262/2017, "os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, **desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação**".

3. Deve ficar consignado que a aprovação de parecer referencial não significa impedimento para a atuação consultiva pela Procuradoria Federal Especializada, por provocação do órgão assessorado, quando houver dúvida jurídica ou for reputado relevante.

4. Ressalva-se, também, a possibilidade de atuação de ofício desta Procuradoria Federal Especializada, no âmbito das suas atividades de consultoria ou assessoramento, quando houver evolução de entendimentos adotados ou quando tomar ciência de questão que mereça recomendação

específica.

5. **Registre-se que a realização de Acordos de Cooperação Técnicas com instituições financeiras para fins de operacionalização de empréstimos consignados é restrita à Direção Central do INSS.**

6. Informa-se, ademais, que a íntegra dos autos no bojo dos quais foi prolatado o referido parecer referencial encontra-se disponível no Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS, que pode ser consultado a partir do Número Único de Protocolo (NUP) **35000.000799/2006-12**.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*  
**ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES**  
**Procurador-Geral do INSS**

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35000000799200612 e da chave de acesso c0349041

---

Documento assinado eletronicamente por ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 358892045 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES. Data e Hora: 17-12-2019 18:53. Número de Série: 13920089. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -  
PFE/INSS - SEDE  
DIVISÃO DE ANÁLISE DE ATOS ADMINISTRATIVOS

**PARECER n. 00002/2020/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**

**NUP: 35000.000799/2006-12**

**INTERESSADOS: DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIO**

**ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**

EMENTA: Direito Administrativo. Minuta de Portaria que altera parcialmente a Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019, mediante reprodução integral em novo texto. Minuta-padrão dos Acordos de Cooperação Técnica a serem celebrados para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social. Aprovação da minuta, desde que observadas as recomendações formuladas.

Senhor Coordenador-Geral de Matéria Administrativa,

**1. RELATÓRIO**

1. Cuida-se de análise jurídica de minuta de Portaria que tem por finalidade aprovar minuta-padrão dos Acordos de Cooperação Técnica a serem celebrados para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, bem como revogar Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019, publicada em 23 de dezembro de 2019.

2. Conforme se examina do Despacho SEI/INSS - 0211870 emitido pela Divisão de Consignações em Benefícios (sequencial sapiens 37), a presente proposta tem a finalidade de realizar ajustes na redação da portaria, bem como da minuta-padrão, com o fim de adequar alguns termos do ajuste, em atenção às sugestões realizadas pelas associações da entidades Bancárias, Associação Brasileira dos Bancos-ABBC e Federação Brasileira dos Bancos-FEBRABAN.

3. Nesses termos, e em complemento ao Despacho SEI/INSS - 0234065, a Diretora de Benefícios, consignou a redação final proposta (sequencial sapiens 38) e destacou os artigos da Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019 que sofrerão alteração, bem como da minuta-padrão anexa à Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019.

4. No que é pertinente para esta análise, os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

- o PARECER n. 00063/2019/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU e DESPACHO n. 00780/2019/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, que analisou a Minuta de Portaria que culminou na publicação da Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019 (sequencial sapiens 4 e 9);
- o PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (sequencial sapiens 15);
- o Despacho SEI/INSS - 0138524, emitido pela Divisão de Consignações em Benefícios (sequencial sapiens 30);
- o Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019 (sequencial sapiens 35)
- o Despacho SEI/INSS - 0211870, emitido pela Divisão de Consignações em Benefícios (sequencial sapiens 37);
- o Minuta de portaria com respectivo anexo que contempla minuta-padrão de Acordo de cooperação a ser celebrado para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social (sequencial sapiens 38);
- o Despacho SEI/INSS - 0234065, emitido pela Diretora de Benefícios (sequencial sapiens 39).

5. É o relatório, passa-se ao exame.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

6. Trata-se, então, de análise jurídica de minuta de Portaria Conjunta e seus anexos que contemplam minuta padrão de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado com bancos pagadores de benefícios e respectivo plano de trabalho, e minuta padrão de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado com bancos não pagadores de benefícios e respectivos plano de trabalho.

7. Deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes do Sistema Sapiens até a presente data (que conta até o sequencial 39), e que, em face do que dispõe o art. 131 da Constituição Federal de 1988 – CF/88, o artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o artigo 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, incumbe a este órgão de execução consultivo manifestação sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise de aspectos de conveniência e oportunidade, nem analisar elementos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou financeira.

8. **Quanto a forma do ato**, o art. 20 da Resolução nº 708 /PRES/INSS, de 6 de novembro de 2019, que estabelece diretrizes para elaboração, redação, alteração e revogação dos atos administrativos no âmbito do INSS, dispõe:

Art. 20. Considera-se ato constitutivo:

I - Portaria: é o ato administrativo de autoridade competente, no âmbito de suas atribuições regimentais, que:

- a) contém recomendações de caráter técnico e específico;
- b) **define, cria e institui normas de execução de serviço e procedimentais;**
- c) constitui grupos de trabalho, comitês e comissão;
- d) aprova manuais, guias, cartilhas e minutas padrão;
- e) efetiva nomeações, exonerações, designações, dispensas, punições, delegação e subdelegação; ou
- f) dispõe sobre qualquer outra matéria relativa à gestão administrativa e ao funcionamento das unidades e Diretorias do INSS;

9. O Decreto 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, cuja vigência se inicia em 03 de fevereiro de 2020, destaca:

Art. 2º A partir da entrada em vigor deste Decreto os atos normativos inferiores a decreto serão editados sob a forma de:

- I - portarias - atos normativos editados por uma ou mais autoridades singulares;
- II - resoluções - atos normativos editados por colegiados; ou
- III - instruções normativas - atos normativos que, sem inovar, orientem a execução das normas vigentes pelos agentes públicos.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não afasta a possibilidade de:

- I - uso excepcional de outras denominações de atos normativos por força de exigência legal; e
- II - edição de portarias ou resoluções conjuntas.

10. A partir do conceito supramencionado, constata-se que a minuta proposta está adequada, no tocante à **forma**, posto que o normativo será utilizado para uniformizar procedimentos que se repetem rotineiramente, em atenção aos princípios da eficiência e da razoabilidade.

11. Em tal medida, a norma sob análise busca revogar Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019, publicada em 23 de dezembro de 2019, com o fim de proceder a alterações no texto da portaria a ser revogada e no respectivo anexo, em atenção ao que dispõe o art. 10, inciso I, da Resolução nº 708 /PRES/INSS, de 6 de novembro de 2019, *verbis*:

Art. 10. A alteração dos atos de que tratam o inciso I e alínea "a" do inciso IV, ambos do art. 2º, far-se-á mediante:

- I - reprodução integral do dispositivo em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;
- II - revogação parcial; ou
- III - substituição, supressão ou acréscimo de dispositivo.

12. Quanto à **competência**, as alíneas "c" e "e", do inciso III do art. 14 do Anexo I do Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, que aprovou a Estrutura Regimental do INSS, prevê como competência da Diretoria de Benefícios "normatizar, orientar e uniformizar os procedimentos de" "consignações em benefícios" e de "convênios com empresas, entidades representativas e órgãos públicos referentes a sua área de atuação".

13. No que se refere à **motivação e à finalidade**, o Despacho SEI/INSS - 0211870, emitido pela Divisão de Consignações em Benefícios (sequencial sapiens 37), consignou o seguinte:

Diante da publicação da Portaria nº 69, de 2019, no DOU nº 247 em 23/12/2019, foi realizada reunião entre a Diretoria de Benefícios-DIRBEN do INSS, a Associação Brasileira dos Bancos-ABBC e Federação Brasileira dos Bancos-FEBRABAN em que estas apresentaram à DIRBEN sugestões para revisão das cláusulas objetivando ajuste de alguns termos do Acordo. Além dos pontos trazidos pelas instituições financeiras, na oportunidade, a Divisão de Consignações em Benefícios-DCBEN também identificou a necessidade de promover algumas alterações nos documentos citados objeto da reunião.

14. Quanto a minuta apresentada, conforme se examina do Despacho SEI/INSS - 0234065, emitido pela Diretoria de Benefícios (sequencial sapiens 39), as alterações proferidas na redação da Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019, se limitam aos seguintes artigos/cláusulas: art. 1º, parágrafo único, inciso I e II, e art. 2º, inciso III, todos da Portaria. E no anexo I da Portaria, referente a minuta-padrão do Acordo de Cooperação Técnica, procedeu-se alterações nos seguintes itens: Cláusula terceira, parágrafo segundo, incisos XX, XXII, XXIX, XXXII, Cláusula Quarta, parágrafo 5º, Cláusula Oitava, parágrafos 8º, 9º, 10 e 11.

15. Dessa forma, os demais artigos/ cláusulas, constantes da Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019, serão mantidos.

16. Conforme se examina do Despacho SEI/INSS - 0138524, emitido pela Divisão de Consignações em Benefícios (sequencial sapiens 30), após a emissão do PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (sequencial sapiens 15), a área técnica publicou a Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019, com a inclusão de parágrafo 5º à Cláusula Quarta do Anexo I da Portaria de referência, bem como substituiu o Termo ouvidoria Previdenciária pelo termo Ouvidoria Geral na redação da portaria.

17. Infere-se, dessa forma, que à exceção das alterações referenciadas no Despacho SEI/INSS – 0138524, a proposta de portaria, que culminou na Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019 foi analisada por esta Especializada, por meio do PARECER n. 00063/2019/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU aprovado pelo DESPACHO n. 00780/2019/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (sequencial sapiens 4 e 9).

18. Diante disso, a análise da minuta se restringirá aos itens cuja redação foram modificadas, consoante destacado pelo Despacho SEI/INSS – 0234065. Assim, examina-se que a Minuta de portaria com respectivo anexo que contempla minuta-padrão de Acordo de cooperação a ser celebrado para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social (sequencial sapiens 38), no geral, não detém óbices para sua utilização pela Administração. Sugere-se, a seu respeito, de toda forma, os seguintes ajustes redacionais:

- o Na cláusula Terceira, inciso XXIX, o Despacho SEI/INSS – 0211870 aduziu que a alteração proposta se deve em razão da necessidade de especificar a modalidade crédito consignado, bem como esclarecer que a anexação de documentos à resposta deverá ser feito quanto pertinente. O Despacho SEI/INSS – 0234065, em complemento, excluiu a obrigação de acompanhar e responder tendo em vista que o percentual fixado de 80% em relação ao índice de solução foi excluído. Nada obstante, observa-se que na cláusula nona, §§ 8º e 9º, foi mantida a causa de suspensão e de rescisão relativa ao não atendimento do prazo médio de respostas descrito nesta cláusula Terceira, inciso XXIX. Em vista disso, recomenda-se que seja mantida a descrição clara de acompanhamento diário, do prazo de resposta, que ao fim consiste, também em obrigação de acompanhar, analisar e responder. Dessa feita sugere-se a seguinte redação:

XXIX - acompanhar diariamente as reclamações recebidas na plataforma consumidor.gov.br pertinentes à modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS, analisá-las e respondê-las em até dez(10)dias, de forma clara, objetiva e concisa, anexando os documentos pertinentes, a exemplo da autorização da consignação, constituição de RMC ou emissão do cartão de crédito e de comprovante da devolução dos valores, independentemente do recebimento de qualquer aviso, contados a partir do registro da demanda;



- o Na cláusula Nona, sugere-se a correção da grafia dos §§ 10 e 11, ou invés de §§10º e 11º, em atenção a técnica legislativa que indica a numeração ordinal até o nono e cardinal a partir do décimo.
- o Ainda na Cláusula nona, nos §§ 5º e 10, sugere-se a remissão expressa a adoção do devido processo legal descrito pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

#### Cláusula Nona (...)

§5º Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as penalidades previstas nos §§ 1º e 2º desta Cláusula, caso apurada a responsabilidade da acordante, após garantido o devido processo legal, respeitados o contraditório e a ampla defesa, tal como descrito pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

(...)

§10 Caso o índice de solução de reclamações apurado na plataforma consumidor.gov.br esteja abaixo de 40% (quarenta por cento) na modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS, o presente Acordo poderá ser cautelarmente suspenso por 30 (trinta dias), prorrogável por igual período, para apuração, mediante procedimento em contraditório, respeitada a ampla defesa, tal como descrito pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

- o No plano de trabalho, reitera-se o que foi pontuado no parágrafo 70 do PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (sequencial sapiens 15), recomendando-se a inclusão da meta "Que nenhum consignado seja comandado ou alterado sem autorização prévia do beneficiário, nos termos do ACORDO", bem como a substituição da referência a Dataprev para "empresa de tecnologia competente".

19. As alterações sugeridas na cláusula segunda, inciso XX e a revogação do §5º da Cláusula Quarta, são ajustes necessários para adequação às disposições legais e à jurisprudência pátria, respectivamente.

20. A alteração sugerida na cláusula segunda, inciso XXII, consiste tão somente em uma alteração da forma de dispor a obrigação, que atualmente se dá pela descrição expressa do prazo da proibição e a alteração sugere a remissão à norma interna do INSS. Trata-se, pois, de questão de mérito administrativo.

21. A alteração do caput da cláusula quarta teve o condão de esclarecer a responsabilidade pela autenticidade dos documentos listados nos incisos, em adequação ao disposto na IN INSS/PRES nº 28, de 2008. Já as alterações nos parágrafos 8º e 9º da cláusula nona e acréscimo dos parágrafos 10 e 11 da mesma cláusula, consiste em adequações necessárias em razão dos atuais indicadores disponíveis no Portal do Consumidor.

22. Quanto a possibilidade de utilização do PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (sequencial sapiens 15) para a minuta-padrão de Acordo de cooperação a ser celebrado para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social contemplada na minuta proposta no sequencial sapiens 38, não examina óbices. Cita-se, aliás, que algumas alterações sugeridas melhor se adaptaram à instrução processual descrita no PARECER REFERENCIAL, a exemplo do tópico relativo a legitimidade da acordante.

23. Observa-se que a utilização de minuta-padrão é requisito essencial para confecção/utilização de Parecer Referencial, por essa razão as minutas-padrão devem ser devidamente pacificadas para que seja dispensada a análise individualizada dos processos por este órgão de consultoria jurídica, posto que a premissa é de que se tratam de processos que ostentam aspectos burocráticos de simples conferência de documentos e prazos, sem questões jurídicas relevantes.

24. Assim, feitas a análise jurídica das alterações propostas, entende-se pela regularidade jurídica da minuta-padrão.

### 3. CONCLUSÃO

25. Diante de todo o exposto, e ressalvado o juízo de mérito/discrecionalidade da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise jurídica deste órgão de consultoria, **opina-se pela viabilidade jurídico-formal da Minuta de Portaria apresentada no sequencial sapiens 38, desde que atendido o disposto nos parágrafos 18.**

26. Conclui-se ainda pela possibilidade de aplicação do PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (sequencial sapiens 15), desde que haja a utilização da minuta-padrão de Acordo de cooperação a ser celebrado para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e

pensionistas do Regime Geral de Previdência Social contemplada na minuta proposta no sequencial sapiens 38, com as alterações sugeridas no parágrafo 18 desta manifestação.

27. É o parecer, elaborado através do Sistema AGU de Inteligência Jurídica – SAPIENS.

À consideração superior.

Brasília, 27 de janeiro de 2020.

(assinado eletronicamente)  
**ANA VALESKA ESTEVÃO VALENTIM**  
PROCURADORA FEDERAL

De acordo com a manifestação jurídica supra, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Tratando-se de análise de ato a ser subscrito pelo Sr. Presidente do INSS, remetam-se à consideração do Exmo. Sr. Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, para apreciação nos termos do art. 7º da Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009 combinado com art. 13 da Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013.

(assinado eletronicamente)  
**LUCAS HAYNE DANTAS BARRETO**  
PROCURADOR FEDERAL  
COORDENADOR-GERAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSS - SEDE NACIONAL

Aprovo, nos termos do art. 7º da Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009 combinado com art. 13 da Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013, a manifestação jurídica supra, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

(assinado eletronicamente)  
**ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES**  
*Procurador-Geral do INSS*

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35000000799200612 e da chave de acesso c0349041

---

Documento assinado eletronicamente por ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 370244908 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES. Data e Hora: 30-01-2020 20:25. Número de Série: 13920089. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

Documento assinado eletronicamente por LUCAS HAYNE DANTAS BARRETO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 370244908 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LUCAS HAYNE DANTAS BARRETO. Data e Hora: 29-01-2020 16:27. Número de Série: 17137116. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

---

Documento assinado eletronicamente por ANA VALESKA ESTEVAO VALENTIM, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 370244908 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANA VALESKA ESTEVAO VALENTIM. Data e Hora: 29-01-2020 14:59. Número de Série: 17350535. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**PORTARIA Nº 76/DIRBEN/INSS, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020**

Aprova a minuta-padrão dos Acordos de Cooperação Técnica a serem celebrados para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

**A DIRETORA DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS** das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 08 de abril de 2019, amparando-se nos pareceres jurídicos, Despachos n. 00063/2019/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU e 00780/2019/CGMAD/PFE-INSSSEDE/PGF/AGU, e considerando o constante nos autos do processo NUP 35000.000799/2006-12;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a minuta-padrão dos Acordos de Cooperação Técnica – ACT e respectivo Plano de Trabalho, que deverão ser obrigatoriamente adotadas pelos dirigentes e agentes públicos do INSS para formalização dos ajustes que objetivem operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do INSS, na forma dos Anexos desta Portaria.

Parágrafo único. Compõem os Anexos desta Portaria as seguintes minutas:

I - Anexo I: ACT a ser celebrado com instituições financeiras e equiparadas para operação de empréstimo consignado;

II - Anexo II: Plano de Trabalho do ACT a ser celebrado com instituições financeiras e equiparadas para operação de empréstimo consignado;

Art. 2º Os ACT a serem celebrados, nos termos desta Portaria Conjunta, devem ser regularmente instruídos, possuindo processo administrativo correspondente, atribuído Número Único de Protocolo – NUP, e contendo manifestação expressa de interesse dos partícipes.

§ 1º À celebração do ACT deve corresponder adequada instrução processual preceituada na Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º Para efetivação dos ACT de que dispõe este Ato, deve-se juntar aos autos:

I - cópia do ato que outorga ou delega competências ao representante legal para firmar o ajuste, caso a competência não esteja expressa no Regimento Interno;

II - cópia autenticada do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações;

III - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com número de inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, para fins de verificação da autenticidade no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, constando a indicação do artigo do estatuto social, ou do ato específico, ou do ato de delegação que estabelece a competência para firmar o Acordo;

IV - prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

V - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e com a Previdência Social, na forma da lei, devendo constar nos autos as consultas aos seguintes Sistemas/Órgãos:

- a) Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- c) Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- e) lista de responsáveis com contas julgadas irregulares, lista de licitantes inidôneos e

lista de inabilitados para função pública, todas do Tribunal de Contas da União – TCU; e

f) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

VI - certidão negativa de dívidas trabalhistas.

VII – certidão emitida pelo Banco Central que ateste a regularidade da interessada para funcionar como instituição financeira, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, ou

VIII – certidão emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP que ateste o enquadramento como entidade aberta de previdência complementar, em funcionamento regular, prevista no artigo 6º-A da Lei nº 10.820, de 2003; ou

IX - certidão emitida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC que ateste o enquadramento como entidade fechada de previdência complementar, em funcionamento regular, prevista no artigo 6º-A da Lei nº 10.820, de 2003.

X - Declaração, firmada pelo representante legal para firmar o ajuste, atestando que a entidade possui qualificação técnica ou comprometendo-se a realizar as adequações necessárias no prazo de conclusão do contrato com a empresa de tecnologia responsável, a que se refere o inciso III, do art. 18 da INS INSS/PRES nº 28, de 2008.

§ 3º Em caso de celebração ou de renovação do ajuste, a área técnica competente do INSS deverá instruir o processo com Nota Técnica contendo análise quanto à regularidade nas operações da Instituição Financeira interessada e demais elementos referentes às estatísticas de ocorrências de reclamações em face da pretensa acordante junto à Ouvidoria Geral e/ou órgãos de defesa do consumidor;

Art. 3º Quanto aos procedimentos necessários à elaboração e operacionalização do ACT, caberá ao INSS, além das atribuições constantes no ACT e no Plano de Trabalho, cumprir os procedimentos necessários à formalização do ACT e, uma vez concluídos, providenciar a sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 4º Caberá à Diretoria de Benefícios – DIRBEN, observadas suas atribuições e competências, estabelecer diretrizes gerais para desenvolvimento e acompanhamento dos ACT.

§ 1º As minutas-padrão serão disponibilizadas na rede interna do INSS, sob a responsabilidade da Divisão de Consignações em Benefícios da Coordenação-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários da Diretoria de Benefícios.

§ 2º Não poderão ser incluídas, suprimidas ou modificadas cláusulas constantes da minuta-padrão aprovada por este Ato, salvo quando se tratar de simples atualização normativa decorrente de revogação ou alteração de lei, decreto ou qualquer outra norma citada no Acordo, ou quando especificamente autorizado pelo Presidente do INSS.

§ 3º A utilização da minuta-padrão, como regra, não afasta a necessidade da análise prévia do instrumento e de seus anexos, por parte do órgão de assessoramento jurídico do respectivo ente, em respeito à Lei Complementar nº 73, de 1993, e às Leis nºs 8.666, de 1993, e 10.480, de 2002.

§ 4º A análise jurídica do ajuste que se pretende firmar só será dispensada quando existir Manifestação Jurídica Referencial – MJR, editada nos termos da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, ou nas hipóteses expressamente autorizadas em ato específico do Advogado-Geral da União.

§ 5º Caberá à área técnica atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da MJR já aprovada e juntar ao processo sua cópia elaborada, a fim de motivar a dispensa da análise jurídica individualizada do ajuste que se pretende firmar.

Art. 5º Revoga-se a Portaria nº 69/DIRBEN/INSS, de 20 de dezembro de 2019, publicada em 23 de dezembro de 2019.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCIA ELIZA DE SOUZA**  
Diretora de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ELIZA DE SOUZA, Diretor(a)**, em 03/02/2020, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0290484** e o código CRC **4F1AA0DF**.



ACORDO  
DE  
COOPERAÇÃO  
TÉCNICA  
QUE  
CELEBRAM  
O  
INSTITUTO  
NACIONAL  
DO SEGURO  
SOCIAL  
E  
O  
ACORDANTE,  
PARA  
REALIZAÇÃO  
DE  
CONSIGNAÇÕES  
DECORRENTES  
DE EMPRÉSTIMOS  
E  
DE  
OPERAÇÕES  
COM  
CARTÃO  
DE  
CRÉDITO  
AOS  
TITULARES  
DE  
BENEFÍCIOS  
DE  
APOSENTADORIA  
E  
PENSÃO  
DO  
REGIME  
GERAL  
DE  
PREVIDÊNCIA  
SOCIAL.

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, doravante denominado **INSS**, Autarquia Federal, vinculado ao Ministério da Economia, instituído na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, criado pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, e reestruturado pelo Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco “O”, Brasília/DF, CEP 70070-946, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, neste ato representado por sua Diretora, **[NOME DO REPRESENTANTE DO INSS EM NEGRITO]**, CPF nº [nº do CPF], no uso das atribuições que lhe confere o art. 17 do Anexo I do Decreto nº 9.746, de 2019; e o **[NOME DO ACORDANTE EM NEGRITO]**, doravante denominado ACORDANTE, com sede [endereço completo do Acordante com CEP], CNPJ nº [nº do CNPJ], neste ato representado por seu [nome do cargo do representante legal do Acordante], **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO ACORDANTE EM NEGRITO]**, CPF nº [nº do CPF], no uso das atribuições que lhes confere o [citar dispositivo do Estatuto Social ou Regimento Interno que confere poderes ao signatário] do Acordante, celebram este Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado ACORDO, em conformidade com as disposições contidas no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003; na Instrução Normativa INSS/PRES nº 28 de 16 de maio de 2008; e ao processo NUP: 35000.000799/2006-12, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este ACORDO tem por objeto a operacionalização do disposto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito com o Acordante.

Parágrafo único. Para realização das operações de crédito de que trata o caput, os beneficiários deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações

decorrentes da operação contratada, na forma da legislação em vigor.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO**

O Acordante, desde que observadas as normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e política de concessão de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou cartão de crédito aos titulares de benefícios, nos termos estabelecidos na Instrução Normativa – IN INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, alterada pela IN INSS/PRES nº 100, de 28 de dezembro de 2018 ou outra que venha a substituí-la.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **§ 1º Das obrigações do INSS:**

I - repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários, em favor do Acordante, por meio de depósito em conta corrente indicada ou transferência para a conta “reserva bancária” definida, via Sistema de Transferência de Reservas – STR, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;

II - proceder a suspensão da consignação ou constituição de RMC no sistema de benefícios caso inexista autorização ou o Acordante não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la;

III – reativar, na forma do art.3º, parágrafo único da Resolução INSS Nº 321, de 11/07/2013, no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de RMC suspensa, na forma do art. 47, inciso I, da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, quando da apresentação pelo Acordante de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício, caracterizando assim a consignação como procedente. Esta reativação deverá ocorrer no prazo máximo de (10) dez dias da data do recebimento dos referidos documentos pela DIRBEN;

IV - consignar os valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito autorizados pelos titulares de benefícios e repassar ao Acordante, no prazo estabelecido no inciso I deste parágrafo, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO;

V - verificada a irregularidade da consignação, caso a Acordante não tenha procedido conforme inciso XXXIII §2º da Cláusula Terceira deste ACORDO a consignação será excluída;

VI - verificar, trimestralmente, a situação de regularidade das instituições financeiras no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como se não integram o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, oficiando à Coordenação-Geral de Orçamentos, Finanças e Contabilidade-CGOFC, em caso de pendências, suspendendo o repasse dos valores consignados até a efetiva regularização, com a suspensão de novas averbações da instituição financeira se a pendência não for regularizada no prazo de quinze (15) dias contados da comunicação da ocorrência, em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 38 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

VII - exigir que toda Instituição Financeira autorizada a realizar operação de empréstimo consignado, conforme disposto na Lei nº 10.820, de 2003, efetue seu cadastramento na plataforma consumidor.gov.br na condição de fornecedor (empresa previamente cadastrada para receber, responder e resolver reclamações de consumidores no sistema);

VIII - incentivar a capacitação dos prestadores destes serviços, principalmente aqueles designados a apresentar resposta na plataforma consumidor.gov.br, nos cursos a distância da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), no sítio ead.consumidor.gov.br, que versam sobre proteção e defesa do consumidor;

IX - acompanhar as reclamações cadastradas pelos beneficiários do INSS na plataforma consumidor.gov.br contra as Instituições Financeiras que operam nas modalidades previstas pela Lei 10.820, de 2003, e autorizadas pelo INSS, monitorando e analisando periodicamente os registros realizados, focando na qualidade das informações produzidas, inclusive adotando como ferramenta de avaliação para a celebração de novos Acordos de Cooperação Técnica, bem como para a renovação dos vigentes; e

X - orientar os beneficiários do INSS a buscar atendimento junto aos Programas de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON quando não obtiverem êxito na resolução da reclamação efetuada na plataforma consumidor.gov.br, bem como facilitar seu acesso aos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

### **§ 2º Das obrigações do Acordante:**

I - divulgar as regras deste ACORDO aos titulares de benefícios que autorizaram as consignações ou constituição de Reserva de Margem Consignável-RMC diretamente em seus benefícios, obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas constantes da Lei nº

8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos arts. 37 e 52;

II - para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamento dos benefícios do mês corrente, deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a empresa de tecnologia responsável arquivo contendo as informações dos contratos de empréstimo pessoal ou operações com cartão de crédito – RMC em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na renda mensal do benefício de aposentadoria ou pensão por morte de que é titular e pré-autorizaram, na forma disciplinada pela IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, o uso dos dados pessoais repassados, observado o leiaute do “Protocolo de Integração” estabelecido entre a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e o INSS, em conjunto com empresa de tecnologia responsável;

III - as operações de consignação realizadas por cartão de crédito deverão ser enviadas à empresa de tecnologia, de forma consolidada em um único valor por mês, a partir do dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, até o segundo dia útil do mês seguinte;

IV - informar à empresa de tecnologia responsável, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou operação com cartão de crédito firmado entre o titular do benefício e o Acordante, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;

V - encaminhar à empresa de tecnologia responsável, nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de RMC;

VI - conservar, pelo prazo de cinco (05) anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício, utilizando:

a) a autorização de consignação disposta como Anexo da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la;

b) o contrato firmado de empréstimo; ou

c) a operação com cartão de crédito que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário ou a constituição de RMC;

VII - cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria;

VIII - prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO, quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, e legislação em vigor;

IX - indicar formalmente um responsável e seu substituto eventual para interlocução sobre as questões referentes à operacionalização deste ACORDO junto à Divisão de Consignações em Benefícios, com criação de caixa postal eletrônica (e-mail) institucional e disponibilização de canal telefônico, com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o INSS, comunicando eventuais alterações com antecedência mínima de dez (10) dias;

X - manter, durante a execução deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua celebração;

XI - informar ao INSS, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na sua estrutura ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;

XII - providenciar toda a infraestrutura e logística necessárias para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela empresa de tecnologia responsável; e integrar seus canais de atendimento à plataforma disponibilizada pela empresa de tecnologia, de modo que as interações e tratamento de manifestações do beneficiário sejam realizadas de forma eletrônica;

XIII - no caso da pré-autorização, a instituição financeira obriga-se a utilizar os dados coletados somente nos fins específicos a que a autorização se refere;

XIV - encaminhar, mensalmente, aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor e local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para solução de dúvidas;

XV - liberar o valor contratado no prazo limite de dois (02) dias úteis, contados da confirmação do registro da consignação solicitada;

XVI - informar ao titular do benefício, no prazo descrito no inciso XV deste parágrafo, o local e data em que o valor do empréstimo ou do saque será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;

XVII - se responsabilizará pela informação dos valores a serem consignados, que

deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre o Acordante e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto;

XVIII - prestar as informações aos titulares dos benefícios, bem como realizar os acertos que se fizerem necessários quanto às operações de consignação realizadas;

XIX - adequar seus procedimentos de operacionalização, tais como formulários de autorização de descontos, material publicitário, entre outros, aos termos das normas expedidas pelo INSS e da legislação em vigor sobre a matéria, independente de aditamento deste Termo, respeitadas as operações já realizadas e o objeto deste ACORDO;

XX - não coletar, distribuir, disponibilizar, ceder, comercializar informações dos beneficiários do INSS nos limites da legislação vigente, salvo nos casos previstos na legislação em vigor;

XXI - não firmar contrato de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, ou qualquer outro meio que não requeira autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício;

XXII - não realizar qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário do INSS, salvo nos casos admitidos em norma interna do INSS;

XXIII - não utilizar os símbolos de identificação do INSS para qualquer finalidade e valer-se do ACORDO para se apresentar como servidor, funcionário, prestador de serviços, procurador, correspondente, intermediário ou preposto do INSS para ofertar seus produtos ou serviços;

XXIV - verificar, no caso de operações realizadas pelo representante legal, se este possui autorização judicial, para permitir o desconto no respectivo benefício de seu tutelado ou curatelado, sob pena de nulidade do contrato;

XXV - cancelar imediatamente o cartão de crédito, quando solicitado pelo beneficiário, devendo enviar o comando de exclusão da Reserva de Margem Consignável - RMC, à empresa de tecnologia responsável, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis da data da liquidação do saldo devedor;

XXVI - disponibilizar, em até cinco (05) dias úteis, ao beneficiário que solicitar a quitação antecipada do seu contrato o boleto para pagamento, débito em conta ou transferência bancária, discriminando o valor total antecipado, o valor do desconto e o valor líquido a pagar, além da planilha demonstrativa do cálculo do saldo devedor;

XXVII - efetuar o cadastro na plataforma consumidor.gov.br na condição de fornecedor (empresa previamente cadastrada para receber, responder e resolver reclamações de consumidores no sistema), em conformidade com os atos normativos emitidos pela Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, para responder às reclamações relativas ao objeto do ACORDO, que deverá ser mantido inclusive após o término de sua vigência, enquanto existirem contratos de empréstimos ativos, sob pena de suspensão dos repasses dos valores consignados até a efetiva regularização, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

XXVIII - assegurar que os prestadores de serviço designados a apresentar resposta na plataforma consumidor.gov.br realizem os cursos a distância disponíveis na ENDC virtual, no sítio ead.consumidor.gov.br, que versam sobre proteção e defesa do consumidor;

XXIX - acompanhar diariamente as reclamações recebidas na plataforma consumidor.gov.br pertinentes à modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS, analisá-las e respondê-las em até dez (10) dias, de forma clara, objetiva e concisa, anexando os documentos pertinentes, a exemplo da autorização da consignação, constituição de RMC ou emissão do cartão de crédito e de comprovante da devolução dos valores, independentemente do recebimento de qualquer aviso, contados a partir do registro da demanda;

XXX - responsabilizar-se, integralmente, perante os beneficiários e o INSS, pela autenticidade das informações prestadas e documentos apresentados destinados a efetivação de consignação, constituição de RMC, emissão de cartão de crédito e resolução das reclamações cadastradas na plataforma consumidor.gov.br;

XXXI - contatar o reclamante, sempre que necessário, com objetivo de obter informações complementares à composição do problema relatado, dentro do prazo concedido para análise da reclamação, utilizando-se da própria plataforma consumidor.gov.br ou outros contatos fornecidos pelo consumidor em seu cadastro. O prazo da resposta não será suspenso ou interrompido pela solicitação de informação complementar;

XXXII - constatada a irregularidade do contrato deverá enviar, à empresa de tecnologia responsável, os dados referentes ao contrato, para exclusão bem como a liberação da margem consignável.

XXXIII - devolver o valor consignado/retido indevidamente, no prazo máximo de dois (02) dias úteis, quando comprovada irregularidade na contratação de operações de crédito, corrigido com base na variação da SELIC, desde a data de vencimento da parcela referente ao desconto indevido em folha, até o dia útil anterior ao da efetiva devolução, observada a forma disposta no § 5º desta Cláusula, enviando comprovante à empresa de tecnologia responsável;

§ 3º Havendo rejeição de valores das consignações efetuadas nos termos do inciso I do

§1º, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados pelo Acordante em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS, o repasse somente ocorrerá na competência seguinte à regularização do cadastro.

§ 4º Os valores referidos no inciso XV do § 2º desta Cláusula, deverão ser creditados:

I - diretamente na conta corrente bancária do beneficiário contratante, pela qual recebe o benefício previdenciário, sempre que esta seja a modalidade pela qual o benefício é pago;

II - para os beneficiários que recebem seus benefícios na modalidade de cartão magnético, o depósito deverá ser feito em conta corrente ou poupança, expressamente designada pelo titular do benefício e que ele seja o responsável ou por meio de ordem de pagamento, preferencialmente na agência/banco onde ele recebe o seu benefício mensalmente; e

III - obrigatoriamente na conta bancária da empresa credenciada autorizada pelo Ministério do Turismo, onde o beneficiário tenha adquirido o pacote turístico "Viagem Mais - Melhor Idade", devendo incluir o código de identificação do programa na rotina de averbação, conforme previsto no protocolo de integração;

§ 5º O envio dos contratos e demais instrumentos de formalização, que se refere o inciso V do § 2º desta Cláusula se dará de forma automatizada, por meio de integração entre a empresa de tecnologia responsável e as instituições financeiras.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES

O Acordante responsabilizar-se-á, integralmente, perante os beneficiários e o INSS, pela autenticidade das informações relacionadas no arquivo enviado à empresa de tecnologia responsável, na forma prevista no inciso II do § 2º da Cláusula Terceira, bem como pela autenticidade dos seguintes documentos e informações:

I - autorização para efetivação da consignação ou constituição de RMC valerá enquanto subscreta pelo titular do benefício, ou seu representante legal autorizado por decisão judicial, nos termos admitidos pelo art. 3º da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

II - o valor do contrato, o número de parcelas do contrato, o valor das parcelas, número do contrato, CNPJ da agência bancária ou do correspondente bancário que realizou a contratação;

III – termo de pré-autorização;

IV – Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, nos casos de contrato de cartão de crédito com Reserva de Margem Consignável.

§ 1º A inexatidão ou irregularidade das informações prestadas acarretarão a devolução dos valores consignados indevidamente pela instituição financeira que encaminhou o arquivo magnético a que se refere o inciso II do §2º da Cláusula Terceira, bem como as penalidades previstas no art. 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

§ 2º Até o integral pagamento do empréstimo ou da operação com cartão de crédito, a autorização da consignação ou constituição de RMC somente poderá ser cancelada mediante prévia autorização do Acordante, ou caso este não atenda o contido no inciso V do § 2º da Cláusula Terceira.

§ 3º Havendo utilização do meio eletrônico para receber a autorização expressa do titular do benefício, esta somente poderá ocorrer quando garantir a integridade da informação, titularidade e não repúdio, de forma que possa atender ao disposto no inciso VI do § 2º da Cláusula Terceira.

§ 4º A autorização do titular do benefício para consignação do empréstimo ou constituição de RMC não poderá ser feita por ligação telefônica, não sendo permitido como meio de comprovação de autorização expressa do titular do benefício a gravação de voz, bem como por qualquer outro meio que não requeira autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício;

§ 5º A autorização para a consignação dos valores de empréstimos e/ou a constituição de RMC no benefício previdenciário, deverá conter a assinatura por escrito do titular ou por meio eletrônico:

I - no contrato de empréstimo que conste cláusula autorizativa para consignação, desde que contenha todos os dados pessoais do beneficiário; ou

II - na pré autorização, quando utilizada pela instituição financeira conveniente para coleta dos dados necessários à formalização da operação financeira de referência; e

III - no Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, para os contratos de RMC.

§ 6º A instituição financeira, independentemente da modalidade de crédito adotada, somente encaminhará o arquivo para averbação de crédito após a devida assinatura do contrato por parte do beneficiário contratante, ainda que realizada por meio eletrônico.

§ 7º A inobservância do disposto no parágrafo anterior implicará total responsabilidade da instituição financeira envolvida e, em caso de ilegalidade constatada pelo INSS, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação/RMC.



## **CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES**

Será de exclusiva responsabilidade do Acordante as operações contratadas de empréstimo e cartão de crédito, bem como a informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre o Acordante e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto.

§ 1º Qualquer desconto em desacordo com as disposições deste ACORDO, ou na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados ou retidos indevidamente no benefício previdenciário, será de responsabilidade do Acordante, que deverá corrigir os valores e restituí-los nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, sem prejuízo das providências quanto à responsabilização civil e criminal.

§ 2º A empresa de tecnologia responsável é incumbida da segurança da rotina de envio das informações de créditos em favor do Acordante em atenção ao art. 29 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008.

§ 3º Ocorrendo o não processamento integral das consignações devidas nos benefícios previdenciários, em decorrência de falha operacional da empresa de tecnologia encarregada, será a ela imputado o pagamento do mesmo valor apurado do custo que envolve o processamento das parcelas de consignação, de cada parcela consignável não processada.

§ 4º Os custos, a que se refere o § 3º desta Cláusula, deverão ser repassados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, mediante crédito em conta corrente a ser fornecida pelo Acordante.

§ 5º O Acordante e a empresa de tecnologia responsável responderão, civil, penal e administrativamente:

I - na hipótese de prestação de informações e/ou documentos falsos;

II - por falhas e erros de qualquer natureza que acarretem prejuízo ao INSS, ao beneficiário ou a ambas as partes, no procedimento adotado na execução dos serviços acordados; e

III - pelo uso indevido das informações do INSS e do beneficiário que venham a ter acesso, bem como pela inobservância do seu sigilo.

§ 6º Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações descritas na Cláusula Primeira se restringe a consignar os valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito, autorizados pelos titulares de benefícios e repasse ao Acordante, no prazo estabelecido no inciso I do § 1º da Cláusula Terceira, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, salvo se a ocorrência tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO.

§ 7º O previsto nesta cláusula ensejará ampla defesa ao Acordante, nos termos descritos pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo. § 8º O descumprimento de cláusula acordada ensejará a suspensão ou rescisão deste ACORDO, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES**

O Plano de Trabalho que integra este ACORDO para todos os fins de direito, conterà os procedimentos operacionais necessários à execução do objeto. § 1º A troca de informações entre a empresa de tecnologia responsável e o Acordante será disciplinada entre a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e a empresa de tecnologia responsável, devendo formalizar ajuste bem como realizar adequações necessárias nos sistemas no prazo máximo de noventa (90) dias da publicação deste ACORDO sob pena de rescisão.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS E PROCEDIMENTOS GERAIS**

Não há repasse orçamentário entre os Acordantes, havendo, no entanto, ressarcimento devido ao INSS dos custos operacionais envolvendo o crédito consignado. O contrato firmado entre a acordante e a empresa de tecnologia responsável disporá sobre o custo operacional devido a esta, nos limites dispostos pelos §§5º e 8º desta cláusula, além das disposições da IN INSS/PRES nº 28, de 2008.

§ 1º O INSS realizará levantamento anual dos custos operacionais a ele acarretados pelas operações de crédito consignado contratadas.

§ 2º O custo operacional referido no § 1º do caput será fixado em ato próprio do INSS, publicado anualmente, para fins de cobrança às instituições financeiras.

§ 3º O valor apurado deverá ser cobrado às instituições financeiras e no exercício financeiro seguinte ao objeto ano da apuração, calculadas proporcionalmente ao quantitativo de

contratos de empréstimos e cartões de crédito por ocasião do repasse dos recursos referentes às consignações respectivas.

§ 4º Os custos específicos, relativos às operações de tecnologia da informação, serão cobrados diretamente pela empresa de tecnologia responsável às instituições financeiras e sendo objeto de tratativa entre a empresa de tecnologia responsável e a instituição financeira ou entidade equiparada, sem interveniência do INSS.

§ 5º Os valores do ressarcimento deverão corresponder exclusivamente aos custos de desenvolvimento, manutenção e alteração das rotinas, procedimentos e sistemas que envolvem o crédito consignado no INSS.

§ 6º Caso o Acordante não efetive o ressarcimento nos termos desta Cláusula, no prazo a ser definido pelo ato referido no § 2º desta Cláusula, sobre este incidirá atualização monetária entre o dia do vencimento e o do efetivo pagamento, tendo como base o índice correspondente à variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, ocorrido entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento, pro rata die.

§ 7º O INSS poderá, a qualquer momento, solicitar a apresentação de contratos das operações de crédito ou mesmo a devolução de importâncias, atualizadas pela Taxa Referencial de Títulos Federais - Remuneração (SELIC), cobradas a maior ou em desacordo com o previsto na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la.

§ 8º O não ressarcimento dos valores apurados pelo INSS, no prazo definido, importará na retenção do montante devido do crédito a ser repassado à Instituição Financeira, eventual débito remanescente será objeto de inscrição no Cadastro Informativo de Crédito não Quitados no Setor Público Federal – CADIN ou na Dívida Ativa da União, nos termos e na forma da legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

Este ACORDO vigorará pelo prazo de cinco anos, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante permissão das autoridades superiores do INSS, por uma única vez e pelo período de doze meses, mediante Termo Aditivo.

§ 1º Condiciona-se a renovação deste Ajuste à prévia análise da efetividade no cumprimento do objeto deste ACORDO, inclusive quanto à regularidade nas operações da Instituição Financeira interessada e demais elementos referentes às estatísticas de ocorrências de reclamações em face da acordante junto à Ouvidoria Geral e/ou órgãos de defesa do consumidor, bem como do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de trabalho, que conclua pela sua manutenção.

§ 2º O INSS poderá avaliar a qualquer tempo a efetividade do cumprimento deste ACORDO e das metas estabelecidas no plano de trabalho, utilizando-se de dados obtidos junto à empresa de tecnologia responsável, à Ouvidoria Geral, à Plataforma consumidor.gov.br, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, dentre outros, a fim de deliberar sobre a possibilidade de rescisão do Acordo, nos termos da cláusula nona, sem prejuízo da possibilidade de apuração de responsabilidade da Acordante pelo descumprimento de obrigações na execução deste Acordo.

#### **CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO**

Este ACORDO poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio e escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia. Deverão, contudo, permanecer até a data da liquidação do último contrato firmado por força deste ACORDO as obrigações e responsabilidades do INSS e do Acordante ou seus sucessores, conforme ajustados neste ato, relativamente aos empréstimos e às operações com cartão de crédito já concedidos.

§ 1º O presente ACORDO será suspenso, por determinação do INSS, na ocorrência de hipótese prevista nos incisos I a IV do artigo 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, com redação alterada pela IN INSS/PRES nº 100, de 2018, ou outra que venha a substituí-la.

§ 2º O presente ACORDO será rescindido nas hipóteses previstas nos incisos V, do artigo 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, bem como em razão do não repasse dos custos operacionais previstos §1º da Cláusula Sétima.

§ 3º Para os casos previstos no § 2º desta Cláusula, além da rescisão prevista também haverá proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos.

§ 4º A suspensão do ACORDO pelos motivos discriminados no § 1º desta Cláusula poderá ter a penalidade cancelada, caso o INSS constate que os motivos determinantes foram sanados, ou o ACORDO poderá ser rescindido, caso o Acordante apresente reiteradamente registros de irregularidades, não observando o contido nas cláusulas deste ACORDO ou normas expedidas pela Autarquia.

§ 5º Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as penalidades previstas nos §§

1º e 2º desta Cláusula, caso apurada a responsabilidade da acordante após garantido o devido processo legal, respeitados o contraditório e a ampla defesa, tal como descrito pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

§ 6º Uma vez identificada qualquer irregularidade, o INSS enviará notificação com a descrição da conduta alegada irregular ao Acordante, para apresentação de defesa no prazo de dez (10) dias, contados a partir do recebimento da notificação, em observância ao devido processo legal.

§ 7º O ACORDO será suspenso no caso de desativação temporária da Instituição Financeira da plataforma consumidor.gov.br e será rescindido na hipótese de desativação definitiva.

§ 8º O ACORDO será suspenso se prazo médio de resposta às reclamações na modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS cadastradas na plataforma consumidor.gov.br for superior ao prazo estabelecido no inciso XXIX do §2º da Cláusula Terceira.

§ 9º O ACORDO será rescindido se o prazo médio de resposta às reclamações mencionadas no parágrafo anterior, conforme apurado pela própria plataforma, não se adequar ao prazo estabelecido no inciso XXIX do §2º da Cláusula Terceira, no prazo de 30 (trinta) dias da suspensão;

§ 10 Caso o índice de solução de reclamações apurado na plataforma consumidor.gov.br esteja abaixo de 40% (quarenta por cento) na modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS, o presente Acordo poderá ser cautelarmente suspenso por 30 (trinta dias), prorrogável por igual período, para apuração, mediante procedimento em contraditório, respeitada a ampla defesa, tal como descrito pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

§ 11 Caso as justificativas apresentadas para o baixo índice de solução, na forma do parágrafo anterior, não sejam acolhidas, o acordo será rescindido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização e a aplicação de procedimentos, sanções ou penalidades seguirão a cargo do INSS, conforme os normativos vigentes, a partir da disponibilização de dados das operações pela empresa de tecnologia responsável e pela plataforma consumidor.gov.br.

§1º A empresa de tecnologia responsável disponibilizará mensalmente em sistema de informações próprio ao INSS os dados, em nível gerencial e operacional, das operações de crédito consignado, bem como dos registros pormenorizados e os dados relacionados aos contratos.

§2º Quando solicitado, a Acordante terá que disponibilizar por meio da empresa de tecnologia, os documentos que subsidiaram a formalização da consignação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação deste ACORDO será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste ACORDO. E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam este ACORDO, em três vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das testemunhas, identificadas e qualificadas, as quais também assinam, para que surta os efeitos jurídicos.

Brasília, de de 20\_\_.

**[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO ACORDANTE]**  
[Nome do cargo do representante legal do Acordante]

**[NOME DA DIRETORA EM NEGRITO]**  
[Nome do cargo do representante legal do INSS]

TESTEMUNHAS:

INSS
Nome:
CPF nº:
Acordante
Nome:
CPF nº:

ANEXO II

PLANO  
DE  
TRABALHO  
DO  
ACORDO  
DE  
COOPERAÇÃO  
TÉCNICA  
QUE  
CELEBRAM  
O  
INSTITUTO  
NACIONAL  
DO  
SEGURO  
SOCIAL  
E  
O  
[NOME  
DO  
ACORDANTE],  
PARA  
REALIZAÇÃO  
DE  
CONSIGNAÇÕES  
DECORRENTES  
DE  
EMPRÉSTIMOS  
E  
DE  
OPERAÇÕES  
COM  
CARTÃO  
DE  
CRÉDITO AOS  
TITULARES  
DE  
BENEFÍCIOS  
DE  
APOSENTADORIA  
E  
PENSÃO  
DO  
REGIME  
GERAL  
DE  
PREVIDÊNCIA  
SOCIAL.

[NOME DO ACORDANTE]: Acordante
--------------------------------

Endereço: [endereço completo com CEP]
Telefone: [nº telefônico com código de área]
E-mail: [caixa postal institucional]

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco "O", 8º Andar, Brasília-DF, CEP 70070-946
Telefone: (61) 3313-3946
E-mail: acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br

## 1. DO OBJETO:

Operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme previsto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

## 2. DAS METAS:

2.1 Consignar na renda mensal dos benefícios previdenciários o valor para pagamento de operações de empréstimos e de cartão de crédito contraído pelos titulares de benefícios previdenciários perante o Acordante.

2.2 Repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para o Acordante.

2.3 Ofertar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários mais atrativas que as praticadas no mercado.

2.4 Regularizar a relação contratual entre o beneficiário do INSS e a Instituição Financeira e entidade equiparada.

2.5 Impedir o comando ou alteração de qualquer operação de consignação de empréstimos e de cartão de crédito sem a autorização prévia do beneficiário, nos termos do ACORDO.

## 3. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das consignações;	Após publicação do ACORDO.
3.2 Consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito autorizados pelos titulares de benefícios pelo INSS;	Conforme cronograma da folha de pagamento (maciça);
3.3 Repasse dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários, em parcela única, em favor do Acordante, por meio de depósito em conta corrente indicada ou transferência para a conta "reserva bancária" definida, pelo INSS ao Acordante;	Quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício.
3.4 A Acordante deverá informar ao INSS qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na sua estrutura seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;	Prazo de cinco (05) dias úteis,
3.5 Repasse ao INSS, pela Acordante, dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo o crédito consignado;	O ressarcimento relativo ao exercício financeiro anterior, será objeto de apuração do INSS, devendo ser recolhido no prazo de 30 dias, a partir da notificação a Acordante;
3.6 As operações relativas às operações de tecnologia da informação serão objeto de tratativa entre a empresa de tecnologia responsável e a instituição financeira ou entidade equiparada, sem interveniência do INSS;	As tratativas para celebração do contrato com a empresa de tecnologia competente deverão ser iniciadas em até 45 dias após a publicação, em diário oficial, do Acordo com o INSS;



3.7 Início das operações de empréstimo ou cartão de crédito pela Acordante;	Após a formalização do contrato com a empresa de tecnologia competente;
3.8 Prazo máximo para início das operações de empréstimo ou cartão de crédito pela Acordante;	Noventa (90) dias após a formalização do contrato com a empresa de tecnologia competente;

#### 4. DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:

4.1 As consignações dos descontos para pagamento dos empréstimos e de operações com cartão de crédito não poderão exceder, no momento da contratação o limite previsto na Lei nº 10.820, de 2003, bem como nas Instruções Normativas que regulamentem o assunto.

4.2 Na hipótese de coexistência dos descontos de consignações de empréstimos e cartões de crédito com os descontos compulsórios relativos a:

I - contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social;

II - pagamento de benefícios além do devido;

III - imposto de renda retido na fonte; e

IV - pensão alimentícia fixada formalmente estabelecida, prevalecerão os obrigatórios.

4.3 A consignação ou retenção recairá somente sobre as parcelas mensais fixas integrais e o eventual saldo devedor deverá ser objeto de acerto entre a instituição financeira e o beneficiário.

4.4 A contratação de empréstimo ou cartão de crédito constitui uma operação entre instituição financeira e beneficiário, cabendo, unicamente às partes, zelar pelo seu cumprimento. Eventuais necessidades de acertos de valores sobre retenções/consignações pagas ou contratadas deverão ser objeto de ajuste entre o beneficiário e a Acordante;

#### 5. DOS CUSTOS:

Não há repasse orçamentário entre os Acordantes, sendo que o ressarcimento de todos os custos operacionais será realizado nos termos da Cláusula Sétima do Acordo.

#### 6. DO INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO:

A execução do objeto do ACORDO terá início após o cumprimento estabelecido no item 3.1, ficando a vigência e a prorrogação vinculadas aos prazos estabelecidos no ACORDO.

Brasília, de de 20\_\_.

**[NOME DO REPRESENTANTE DO INSS EM NEGRITO]**

[Nome do cargo do representante do INSS]

**[NOME DO REPRESENTANTE DO ACORDANTE]**

[Nome do cargo do representante do Acordante]



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo nº 35014.082469/2020-36

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
QUE CELEBRAM O INSTITUTO  
NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E  
A ACORDANTE PARA REALIZAÇÃO DE  
CONSIGNAÇÕES DECORRENTES  
DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES  
COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS  
TITULARES DE BENEFÍCIOS DE  
APOSENTADORIA E PENSÃO DO  
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA  
SOCIAL.**

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, doravante denominado **INSS**, Autarquia Federal, vinculado ao Ministério da Economia, instituído na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, criado pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, e reestruturado pelo Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco “O”, Brasília/DF, CEP 70070-946, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, neste ato representado por seu Diretor de Benefícios, **ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**, CPF nº 155.332.248-74, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 do Anexo I do Decreto nº 9.746, de 2019 e o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, doravante denominado **ACORDANTE**, com sede em Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.543-901, inscrita no CNPJ sob o nº 31.895.683/0001-16, doravante denominada **REQUERENTE**, neste ato representado por seus Diretores **LUIZ CASTELLANI PEREZ**, CPF nº 030.634.508-04 e **WAGNER CESAR PAVÃO**, CPF nº 211.320.468-15, no uso das atribuições que lhes confere o art. 31, inciso II, alínea 'a' do Estatuto Social do Acordante, celebram este **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, doravante denominado **ACORDO**, em conformidade com as disposições contidas no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003; na Instrução Normativa INSS/PRES nº 28 de 16 de maio de 2008 e ao processo NUP nº 35000.000799/2006-12, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este **ACORDO** tem por objeto a operacionalização do disposto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha

contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito com o Acordante.

Parágrafo único. Para realização das operações de crédito de que trata o caput, os beneficiários deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada, na forma da legislação em vigor.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO**

O Acordante, desde que observadas as normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e política de concessão de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou cartão de crédito aos titulares de benefícios, nos termos estabelecidos na Instrução Normativa – IN INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, alterada pela IN INSS/PRES nº 100, de 28 de dezembro de 2018 ou outra que venha a substituí-la.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **§ 1º Das obrigações do INSS:**

I - repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários, em favor do Acordante, por meio de depósito em conta corrente indicada ou transferência para a conta “reserva bancária” definida, via Sistema de Transferência de Reservas – STR, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;

II - proceder a suspensão da consignação ou constituição de RMC no sistema de benefícios caso inexistir autorização ou o Acordante não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la;

III – reativar, na forma do art.3º, parágrafo único da Resolução INSS Nº 321, de 11/07/2013, no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de RMC suspensa, na forma do art. 47, inciso I, da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, quando da apresentação pelo Acordante de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício, caracterizando assim a consignação como procedente. Esta reativação deverá ocorrer no prazo máximo de (10) dez dias da data do recebimento dos referidos documentos pela DIRBEN;

IV - consignar os valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito autorizados pelos titulares de benefícios e repassar ao Acordante, no prazo estabelecido no inciso I deste parágrafo, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO;

V - verificada a irregularidade da consignação, caso o Acordante não tenha procedido conforme inciso XXXIII §2º da Cláusula Terceira deste ACORDO a consignação será excluída;

VI - verificar, trimestralmente, a situação de regularidade das instituições financeiras no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como se não integram o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, oficiando à Coordenação-Geral de Orçamentos, Finanças e Contabilidade-CGOFC, em caso de pendências, suspendendo o repasse dos valores consignados até a efetiva regularização, com a suspensão de novas averbações da instituição financeira se a pendência não for regularizada no prazo de quinze (15) dias contados da comunicação da ocorrência, em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 38 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

VII - exigir que toda Instituição Financeira autorizada a realizar operação de empréstimo consignado, conforme disposto na Lei nº 10.820, de 2003, efetue seu cadastramento na plataforma consumidor.gov.br na condição de fornecedor (empresa previamente cadastrada para receber, responder e resolver reclamações de consumidores no sistema);

VIII - incentivar a capacitação dos prestadores destes serviços, principalmente aqueles designados a apresentar resposta na plataforma consumidor.gov.br, nos cursos a distância da Escola

Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), no sítio ead.consumidor.gov.br, que versam sobre proteção e defesa do consumidor;

IX - acompanhar as reclamações cadastradas pelos beneficiários do INSS na plataforma consumidor.gov.br contra as Instituições Financeiras que operam nas modalidades previstas pela Lei 10.820, de 2003, e autorizadas pelo INSS, monitorando e analisando periodicamente os registros realizados, focando na qualidade das informações produzidas, inclusive adotando como ferramenta de avaliação para a celebração de novos Acordos de Cooperação Técnica, bem como para a renovação dos vigentes; e

X - orientar os beneficiários do INSS a buscar atendimento junto aos Programas de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON quando não obtiverem êxito na resolução da reclamação efetuada na plataforma consumidor.gov.br, bem como facilitar seu acesso aos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

#### § 2º Das obrigações do Acordante:

I - divulgar as regras deste ACORDO aos titulares de benefícios que autorizaram as consignações ou constituição de Reserva de Margem Consignável-RMC diretamente em seus benefícios, obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas constantes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos arts. 37 e 52;

II - para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamento dos benefícios do mês corrente, deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a empresa de tecnologia responsável arquivo contendo as informações dos contratos de empréstimo pessoal ou operações com cartão de crédito – RMC em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na renda mensal do benefício de aposentadoria ou pensão por morte de que é titular e pré-autorizaram, na forma disciplinada pela IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, o uso dos dados pessoais repassados, observado o leiaute do “Protocolo de Integração” estabelecido entre a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e o INSS, em conjunto com empresa de tecnologia responsável;

III - as operações de consignação realizadas por cartão de crédito deverão ser enviadas à empresa de tecnologia, de forma consolidada em um único valor por mês, a partir do dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, até o segundo dia útil do mês seguinte;

IV - informar à empresa de tecnologia responsável, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou operação com cartão de crédito firmado entre o titular do benefício e o Acordante, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;

V - encaminhar à empresa de tecnologia responsável, nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de RMC;

VI - conservar, pelo prazo de cinco (05) anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício, utilizando:

a) a autorização de consignação disposta como Anexo da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la;

b) o contrato firmado de empréstimo; ou

c) a operação com cartão de crédito que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário ou a constituição de RMC;

VII - cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria;

VIII - prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO, quando

solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, e legislação em vigor;

IX - indicar formalmente um responsável e seu substituto eventual para interlocução sobre as questões referentes à operacionalização deste ACORDO junto à Divisão de Consignações em Benefícios, com criação de caixa postal eletrônica (e-mail) institucional e disponibilização de canal telefônico, com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o INSS, comunicando eventuais alterações com antecedência mínima de dez (10) dias;

X - manter, durante a execução deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua celebração;

XI - informar ao INSS, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na sua estrutura ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;

XII - providenciar toda a infraestrutura e logística necessárias para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela empresa de tecnologia responsável; e integrar seus canais de atendimento à plataforma disponibilizada pela empresa de tecnologia, de modo que as interações e tratamento de manifestações do beneficiário sejam realizadas de forma eletrônica;

XIII - no caso da pré-autorização, a instituição financeira obriga-se a utilizar os dados coletados somente nos fins específicos a que a autorização se refere;

XIV - encaminhar, mensalmente, aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor e local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para solução de dúvidas;

XV - liberar o valor contratado no prazo limite de dois (02) dias úteis, contados da confirmação do registro da consignação solicitada;

XVI - informar ao titular do benefício, no prazo descrito no inciso XV deste parágrafo, o local e data em que o valor do empréstimo ou do saque será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;

XVII - se responsabilizará pela informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre o Acordante e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto;

XVIII - prestar as informações aos titulares dos benefícios, bem como realizar os acertos que se fizerem necessários quanto às operações de consignação realizadas;

XIX - adequar seus procedimentos de operacionalização, tais como formulários de autorização de descontos, material publicitário, entre outros, aos termos das normas expedidas pelo INSS e da legislação em vigor sobre a matéria, independente de aditamento deste Termo, respeitadas as operações já realizadas e o objeto deste ACORDO;

XX - não coletar, distribuir, disponibilizar, ceder, comercializar informações dos beneficiários do INSS nos limites da legislação vigente, salvo nos casos previstos na legislação em vigor;

XXI - não firmar contrato de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, ou qualquer outro meio que não requeira autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício;

XXII - não realizar qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário do INSS, salvo nos casos admitidos em norma interna do INSS;

XXIII - não utilizar os símbolos de identificação do INSS para qualquer finalidade e valer-se do ACORDO para se apresentar como servidor, funcionário, prestador de serviços, procurador, correspondente, intermediário ou preposto do INSS para ofertar seus produtos ou serviços;

XXIV - verificar, no caso de operações realizadas pelo representante legal, se este possui autorização judicial, para permitir o desconto no respectivo benefício de seu tutelado ou curatelado, sob pena de nulidade do contrato;



XXV - cancelar imediatamente o cartão de crédito, quando solicitado pelo beneficiário, devendo enviar o comando de exclusão da Reserva de Margem Consignável - RMC, à empresa de tecnologia responsável, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis da data da liquidação do saldo devedor;

XXVI - disponibilizar, em até cinco (05) dias úteis, ao beneficiário que solicitar a quitação antecipada do seu contrato o boleto para pagamento, débito em conta ou transferência bancária, discriminando o valor total antecipado, o valor do desconto e o valor líquido a pagar, além da planilha demonstrativa do cálculo do saldo devedor;

XXVII - efetuar o cadastro na plataforma consumidor.gov.br na condição de fornecedor (empresa previamente cadastrada para receber, responder e resolver reclamações de consumidores no sistema), em conformidade com os atos normativos emitidos pela Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, para responder às reclamações relativas ao objeto do ACORDO, que deverá ser mantido inclusive após o término de sua vigência, enquanto existirem contratos de empréstimos ativos, sob pena de suspensão dos repasses dos valores consignados até a efetiva regularização, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

XXVIII - assegurar que os prestadores de serviço designados a apresentar resposta na plataforma consumidor.gov.br realizem os cursos a distância disponíveis na ENDC virtual, no sítio ead.consumidor.gov.br, que versam sobre proteção e defesa do consumidor;

XXIX - acompanhar diariamente as reclamações recebidas na plataforma consumidor.gov.br pertinentes à modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS, analisá-las e respondê-las em até dez (10) dias, de forma clara, objetiva e concisa, anexando os documentos pertinentes, a exemplo da autorização da consignação, constituição de RMC ou emissão do cartão de crédito e de comprovante da devolução dos valores, independentemente do recebimento de qualquer aviso, contados a partir do registro da demanda;

XXX - responsabilizar-se, integralmente, perante os beneficiários e o INSS, pela autenticidade das informações prestadas e documentos apresentados destinados a efetivação de consignação, constituição de RMC, emissão de cartão de crédito e resolução das reclamações cadastradas na plataforma consumidor.gov.br;

XXXI - contatar o reclamante, sempre que necessário, com objetivo de obter informações complementares à composição do problema relatado, dentro do prazo concedido para análise da reclamação, utilizando-se da própria plataforma consumidor.gov.br ou outros contatos fornecidos pelo consumidor em seu cadastro. O prazo da resposta não será suspenso ou interrompido pela solicitação de informação complementar;

XXXII - constatada a irregularidade do contrato deverá enviar, à empresa de tecnologia responsável, os dados referentes ao contrato, para exclusão bem como a liberação da margem consignável.

XXXIII - devolver o valor consignado/retido indevidamente, no prazo máximo de dois (02) dias úteis, quando comprovada irregularidade na contratação de operações de crédito, corrigido com base na variação da SELIC, desde a data de vencimento da parcela referente ao desconto indevido em folha, até o dia útil anterior ao da efetiva devolução, observada a forma disposta no § 5º desta Cláusula, enviando comprovante à empresa de tecnologia responsável;

§ 3º Havendo rejeição de valores das consignações efetuadas nos termos do inciso I do §1º, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados pelo Acordante em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS, o repasse somente ocorrerá na competência seguinte à regularização do cadastro.

§ 4º Os valores referidos no inciso XV do § 2º desta Cláusula, deverão ser creditados:

I - diretamente na conta corrente bancária do beneficiário contratante, pela qual recebe o benefício previdenciário, sempre que esta seja a modalidade pela qual o benefício é pago;

II - para os beneficiários que recebem seus benefícios na modalidade de cartão magnético, o depósito deverá ser feito em conta corrente ou poupança, expressamente designada pelo titular do benefício e que ele seja o responsável ou por meio de ordem de pagamento, preferencialmente na agência/banco onde ele recebe o seu benefício mensalmente; e

III - obrigatoriamente na conta bancária da empresa credenciada autorizada pelo Ministério

do Turismo, onde o beneficiário tenha adquirido o pacote turístico "Viagem Mais - Melhor Idade", devendo incluir o código de identificação do programa na rotina de averbação, conforme previsto no protocolo de integração;

§ 5º O envio dos contratos e demais instrumentos de formalização, que se refere o inciso V do § 2º desta Cláusula se dará de forma automatizada, por meio de integração entre a empresa de tecnologia responsável e as instituições financeiras.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES**

O Acordante responsabilizar-se-á, integralmente, perante os beneficiários e o INSS, pela autenticidade das informações relacionadas no arquivo enviado à empresa de tecnologia responsável, na forma prevista no inciso II do § 2º da Cláusula Terceira, bem como pela autenticidade dos seguintes documentos e informações:

I - autorização para efetivação da consignação ou constituição de RMC valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, ou seu representante legal autorizado por decisão judicial, nos termos admitidos pelo art. 3º da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

II - o valor do contrato, o número de parcelas do contrato, o valor das parcelas, número do contrato, CNPJ da agência bancária ou do correspondente bancário que realizou a contratação;

III – termo de pré-autorização;

IV – Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, nos casos de contrato de cartão de crédito com Reserva de Margem Consignável.

§ 1º A inexatidão ou irregularidade das informações prestadas acarretarão a devolução dos valores consignados indevidamente pela instituição financeira que encaminhou o arquivo magnético a que se refere o inciso II do §2º da Cláusula Terceira, bem como as penalidades previstas no art. 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

§ 2º Até o integral pagamento do empréstimo ou da operação com cartão de crédito, a autorização da consignação ou constituição de RMC somente poderá ser cancelada mediante prévia autorização do Acordante, ou caso este não atenda o contido no inciso V do § 2º da Cláusula Terceira.

§ 3º Havendo utilização do meio eletrônico para receber a autorização expressa do titular do benefício, esta somente poderá ocorrer quando garantir a integridade da informação, titularidade e não repúdio, de forma que possa atender ao disposto no inciso VI do § 2º da Cláusula Terceira.

§ 4º A autorização do titular do benefício para consignação do empréstimo ou constituição de RMC não poderá ser feita por ligação telefônica, não sendo permitido como meio de comprovação de autorização expressa do titular do benefício a gravação de voz, bem como por qualquer outro meio que não requeira autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício;

§ 5º A autorização para a consignação dos valores de empréstimos e/ou a constituição de RMC no benefício previdenciário, deverá conter a assinatura por escrito do titular ou por meio eletrônico:

I - no contrato de empréstimo que conste cláusula autorizativa para consignação, desde que contenha todos os dados pessoais do beneficiário; ou

II - na pré autorização, quando utilizada pela instituição financeira conveniente para coleta dos dados necessários à formalização da operação financeira de referência; e

III - no Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, para os contratos de RMC.

§ 6º A instituição financeira, independentemente da modalidade de crédito adotada, somente encaminhará o arquivo para averbação de crédito após a devida assinatura do contrato por parte do beneficiário contratante, ainda que realizada por meio eletrônico.

§ 7º A inobservância do disposto no parágrafo anterior implicará total responsabilidade da instituição financeira envolvida e, em caso de ilegalidade constatada pelo INSS, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação/RMC.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES**

Será de exclusiva responsabilidade do Acordante as operações contratadas de empréstimo e cartão de crédito, bem como a informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre o Acordante e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto.

§ 1º Qualquer desconto em desacordo com as disposições deste ACORDO, ou na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados ou retidos indevidamente no benefício previdenciário, será de responsabilidade do Acordante, que deverá corrigir os valores e restituí-los nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, sem prejuízo das providências quanto à responsabilização civil e criminal.

§ 2º A empresa de tecnologia responsável é incumbida da segurança da rotina de envio das informações de créditos em favor do Acordante em atenção ao art. 29 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008.

§ 3º Ocorrendo o não processamento integral das consignações devidas nos benefícios previdenciários, em decorrência de falha operacional da empresa de tecnologia encarregada, será a ela imputado o pagamento do mesmo valor apurado do custo que envolve o processamento das parcelas de consignação, de cada parcela consignável não processada.

§ 4º Os custos, a que se refere o § 3º desta Cláusula, deverão ser repassados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, mediante crédito em conta corrente a ser fornecida pelo Acordante.

§ 5º O Acordante e a empresa de tecnologia responsável responderão, civil, penal e administrativamente:

I - na hipótese de prestação de informações e/ou documentos falsos;

II - por falhas e erros de qualquer natureza que acarretem prejuízo ao INSS, ao beneficiário ou a ambas as partes, no procedimento adotado na execução dos serviços acordados; e

III - pelo uso indevido das informações do INSS e do beneficiário que venham a ter acesso, bem como pela inobservância do seu sigilo.

§ 6º Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações descritas na Cláusula Primeira se restringe a consignar os valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito, autorizados pelos titulares de benefícios e repasse ao Acordante, no prazo estabelecido no inciso I do § 1º da Cláusula Terceira, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, salvo se a ocorrência tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO.

§ 7º O previsto nesta cláusula ensejará ampla defesa ao Acordante, nos termos descritos pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo. § 8º O descumprimento de cláusula acordada ensejará a suspensão ou rescisão deste ACORDO, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES**

O Plano de Trabalho que integra este ACORDO para todos os fins de direito, conterá os procedimentos operacionais necessários à execução do objeto.

§ 1º A troca de informações entre a empresa de tecnologia responsável e o Acordante será disciplinada entre a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e a empresa de tecnologia responsável, devendo formalizar ajuste bem como realizar adequações necessárias nos sistemas no prazo máximo de noventa (90) dias da publicação deste ACORDO sob pena de rescisão.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS E PROCEDIMENTOS GERAIS**

Não há repasse orçamentário entre os Acordantes, havendo, no entanto, ressarcimento devido ao INSS dos custos operacionais envolvendo o crédito consignado. O contrato firmado entre a acordante e a empresa de tecnologia responsável disporá sobre o custo operacional devido a esta, nos limites dispostos pelos §§5º e 8º desta cláusula, além das disposições da IN INSS/PRES nº 28, de 2008.

§ 1º O INSS realizará levantamento anual dos custos operacionais a ele acarretados pelas operações de crédito consignado contratadas.

§ 2º O custo operacional referido no § 1º do caput será fixado em ato próprio do INSS, publicado anualmente, para fins de cobrança às instituições financeiras.

§ 3º O valor apurado deverá ser cobrado às instituições financeiras e no exercício financeiro seguinte ao objeto ano da apuração, calculadas proporcionalmente ao quantitativo de contratos de empréstimos e cartões de crédito por ocasião do repasse dos recursos referentes às consignações respectivas.

§ 4º Os custos específicos, relativos às operações de tecnologia da informação, serão cobrados diretamente pela empresa de tecnologia responsável às instituições financeiras e sendo objeto de tratativa entre a empresa de tecnologia responsável e a instituição financeira ou entidade equiparada, sem interveniência do INSS.

§ 5º Os valores do ressarcimento deverão corresponder exclusivamente aos custos de desenvolvimento, manutenção e alteração das rotinas, procedimentos e sistemas que envolvem o crédito consignado no INSS.

§ 6º Caso o Acordante não efetive o ressarcimento nos termos desta Cláusula, no prazo a ser definido pelo ato referido no § 2º desta Cláusula, sobre este incidirá atualização monetária entre o dia do vencimento e o do efetivo pagamento, tendo como base o índice correspondente à variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, ocorrido entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento, pro rata die.

§ 7º O INSS poderá, a qualquer momento, solicitar a apresentação de contratos das operações de crédito ou mesmo a devolução de importâncias, atualizadas pela Taxa Referencial de Títulos Federais - Remuneração (SELIC), cobradas a maior ou em desacordo com o previsto na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la.

§ 8º O não ressarcimento dos valores apurados pelo INSS, no prazo definido, importará na retenção do montante devido do crédito a ser repassado à Instituição Financeira, eventual débito remanescente será objeto de inscrição no Cadastro Informativo de Crédito não Quitados no Setor Público Federal – CADIN ou na Dívida Ativa da União, nos termos e na forma da legislação aplicável.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

Este ACORDO vigorará pelo prazo de cinco anos, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante permissão das autoridades superiores do INSS, por uma única vez e pelo período de doze meses, mediante Termo Aditivo.

§ 1º Condiciona-se a renovação deste Ajuste à prévia análise da efetividade no cumprimento do objeto deste ACORDO, inclusive quanto à regularidade nas operações da Instituição Financeira interessada e demais elementos referentes às estatísticas de ocorrências de reclamações em face da acordante junto à Ouvidoria Geral e/ou órgãos de defesa do consumidor, bem como do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de trabalho, que conclua pela sua manutenção.

§ 2º O INSS poderá avaliar a qualquer tempo a efetividade do cumprimento deste ACORDO e das metas estabelecidas no plano de trabalho, utilizando-se de dados obtidos junto à empresa de tecnologia responsável, à Ouvidoria Geral, à Plataforma consumidor.gov.br, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, dentre outros, a fim de deliberar sobre a possibilidade de rescisão do Acordo, nos termos da cláusula nona, sem prejuízo da possibilidade de apuração de responsabilidade da Acordante pelo

descumprimento de obrigações na execução deste Acordo.

## **CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO**

Este ACORDO poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio e escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia. Deverão, contudo, permanecer até a data da liquidação do último contrato firmado por força deste ACORDO as obrigações e responsabilidades do INSS e do Acordante ou seus sucessores, conforme ajustados neste ato, relativamente aos empréstimos e às operações com cartão de crédito já concedidos.

§ 1º O presente ACORDO será suspenso, por determinação do INSS, na ocorrência de hipótese prevista nos incisos I a IV do artigo 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, com redação alterada pela IN INSS/PRES nº 100, de 2018, ou outra que venha a substituí-la.

§ 2º O presente ACORDO será rescindido nas hipóteses previstas nos incisos V, do artigo 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, bem como em razão do não repasse dos custos operacionais previstos §1º da Cláusula Sétima.

§ 3º Para os casos previstos no § 2º desta Cláusula, além da rescisão prevista também haverá proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos.

§ 4º A suspensão do ACORDO pelos motivos discriminados no § 1º desta Cláusula poderá ter a penalidade cancelada, caso o INSS constate que os motivos determinantes foram sanados, ou o ACORDO poderá ser rescindido, caso o Acordante apresente reiteradamente registros de irregularidades, não observando o contido nas cláusulas deste ACORDO ou normas expedidas pela Autarquia.

§ 5º Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as penalidades previstas nos §§ 1º e 2º desta Cláusula, caso apurada a responsabilidade da acordante após garantido o devido processo legal, respeitados o contraditório e a ampla defesa, tal como descrito pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

§ 6º Uma vez identificada qualquer irregularidade, o INSS enviará notificação com a descrição da conduta alegada irregular ao Acordante, para apresentação de defesa no prazo de dez (10) dias, contados a partir do recebimento da notificação, em observância ao devido processo legal.

§ 7º O ACORDO será suspenso no caso de desativação temporária da Instituição Financeira da plataforma consumidor.gov.br e será rescindido na hipótese de desativação definitiva.

§ 8º O ACORDO será suspenso se prazo médio de resposta às reclamações na modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS cadastradas na plataforma consumidor.gov.br for superior ao prazo estabelecido no inciso XXIX do §2º da Cláusula Terceira.

§ 9º O ACORDO será rescindido se o prazo médio de resposta às reclamações mencionadas no parágrafo anterior, conforme apurado pela própria plataforma, não se adequar ao prazo estabelecido no inciso XXIX do §2º da Cláusula Terceira, no prazo de 30 (trinta) dias da suspensão;

§ 10 Caso o índice de solução de reclamações apurado na plataforma consumidor.gov.br esteja abaixo de 40% (quarenta por cento) na modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS, o presente Acordo poderá ser cautelarmente suspenso por 30 (trinta dias), prorrogável por igual período, para apuração, mediante procedimento em contraditório, respeitada a ampla defesa, tal como descrito pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

§ 11 Caso as justificativas apresentadas para o baixo índice de solução, na forma do parágrafo anterior, não sejam acolhidas, o acordo será rescindido.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**



A fiscalização e a aplicação de procedimentos, sanções ou penalidades seguirão a cargo do INSS, conforme os normativos vigentes, a partir da disponibilização de dados das operações pela empresa de tecnologia responsável e pela plataforma consumidor.gov.br.

§1º A empresa de tecnologia responsável disponibilizará mensalmente em sistema de informações próprio ao INSS os dados, em nível gerencial e operacional, das operações de crédito consignado, bem como dos registros pormenorizados e os dados relacionados aos contratos.

§2º Quando solicitado, a Acordante terá que disponibilizar por meio da empresa de tecnologia, os documentos que subsidiaram a formalização da consignação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação deste ACORDO será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste ACORDO. E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam este ACORDO é assinado eletronicamente pelas partes, na presença das testemunhas, identificadas e qualificadas, as quais também assinam, para que surta os efeitos jurídicos.

Brasília, de junho de 2020.

**ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**

Diretor de Benefícios do INSS

**LUIZ CASTELLANI PEREZ**

Diretor da Acordante

**WAGNER CESAR PAVÃO**

Diretor da Acordante

<b>Testemunha INSS</b>
Nome: Karina Viana de Freitas
CPF nº:118.894.107-05
<b>Testemunha Acordante</b>
Nome: Wilson Valério Vieira
CPF nº: 283.426.018-46



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 04/06/2020, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0945102** e o código CRC **EE71A007**.

## ANEXO I

### **PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E A ACORDANTE PARA REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

Banco Industrial do Brasil S.A.
CNPJ: 31.895.683/0001-16
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.543-901
telefone: (11) 3049-9700
e-mail: implantacao@bib.com.br

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
CNPJ: 29.979.036/0001-40
Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco O, 8º Andar, Brasília/DF, CEP 70070-946
telefone: (61) 3313-3946
e-mail: acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br

#### **1. DO OBJETO:**

Operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme previsto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

#### **2. DAS METAS:**

2.1 Consignar na renda mensal dos benefícios previdenciários o valor para pagamento de operações de empréstimos e de cartão de crédito contraído pelos titulares de benefícios previdenciários perante o Acordante.

2.2 Repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para o Acordante.

2.3 Ofertar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários mais atrativas que as praticadas no mercado.

2.4 Regulamentar a relação contratual entre o beneficiário do INSS e a Instituição Financeira e entidade equiparada.

2.5 Impedir o comando ou alteração de qualquer operação de consignação de empréstimos e de cartão de crédito sem a autorização prévia do beneficiário, nos termos do ACORDO.

### 3. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das consignações;	Após publicação do ACORDO.
3.2 Consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito autorizados pelos titulares de benefícios pelo INSS;	Conforme cronograma da folha de pagamento (maciça);
3.3 Repasse dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários, em parcela única, em favor do Acordante, por meio de depósito em conta corrente indicada ou transferência para a conta “reserva bancária” definida, pelo INSS ao Acordante;	Quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício.
3.4 A Acordante deverá informar ao INSS qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na sua estrutura seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;	Prazo de cinco (05) dias úteis,
3.5 Repasse ao INSS, pela Acordante, dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo o crédito consignado;	O ressarcimento relativo ao exercício financeiro anterior, será objeto de apuração do INSS, devendo ser recolhido no prazo de 30 dias, a partir da notificação a Acordante;
3.6 As operações relativas às operações de tecnologia da informação serão objeto de tratativa entre a empresa de tecnologia responsável e a instituição financeira ou entidade equiparada, sem interveniência do INSS;	As tratativas para celebração do contrato com a empresa de tecnologia competente deverão ser iniciadas em até 45 dias após a publicação, em diário oficial, do Acordo com o INSS;
3.7 Início das operações de empréstimo ou cartão de crédito pela Acordante;	Após a formalização do contrato com a empresa de tecnologia competente;
3.8 Prazo máximo para início das operações de empréstimo ou cartão de crédito pela Acordante;	Noventa (90) dias após a formalização do contrato com a empresa de tecnologia competente;

### 4. DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:

4.1 As consignações dos descontos para pagamento dos empréstimos e de operações com cartão de crédito não poderão exceder, no momento da contratação o limite previsto na Lei nº 10.820, de 2003, bem como nas Instruções Normativas que regulamentem o assunto.

4.2 Na hipótese de coexistência dos descontos de consignações de empréstimos e cartões de crédito com os descontos compulsórios relativos a:

I - contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social;

II - pagamento de benefícios além do devido;

III - imposto de renda retido na fonte; e

IV - pensão alimentícia fixada formalmente estabelecida, prevalecerão os obrigatórios.

4.3 A consignação ou retenção recairá somente sobre as parcelas mensais fixas integrais e o eventual saldo devedor deverá ser objeto de acerto entre a instituição financeira e o beneficiário.

4.4 A contratação de empréstimo ou cartão de crédito constitui uma operação entre instituição financeira e beneficiário, cabendo, unicamente às partes, zelar pelo seu cumprimento. Eventuais necessidades de acertos de valores sobre retenções/consignações pagas ou contratadas deverão ser objeto de ajuste entre o beneficiário e a Acordante;

## 5. DOS CUSTOS:

Não há repasse orçamentário entre os Acordantes, sendo que o ressarcimento de todos os custos operacionais será realizado nos termos da Cláusula Sétima do Acordo.

## 6. DO INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO:

A execução do objeto do ACORDO terá início após o cumprimento estabelecido no item 3.1, ficando a vigência e a prorrogação vinculadas aos prazos estabelecidos no ACORDO.

Brasília, de junho de 2020.

**ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**

Diretor de Benefícios do INSS

**LUIZ CASTELLANI PEREZ**

Diretor da Acordante

**WAGNER CESAR PAVÃO**

Diretor Adjunto da Acordante

<b>Testemunha INSS</b>
Nome: Karina Viana de Freitas
CPF nº: 118.894.107-05
<b>Testemunha Acordante</b>
Nome: Wilson Valério Vieira
CPF nº: 283.426.018-46



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

NOTA TÉCNICA Nº 32/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN

PROCESSO Nº 35014.082469/2020-36

INTERESSADO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. - BIB

Proposta de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para Operacionalização de Consignações de Empréstimos em Benefícios Previdenciários

Trata-se análise técnica elaborada em atendimento ao art. 2º, § 3º, da Portaria nº 76 /DIRBEN/INSS, de 03 de fevereiro de 2020, que aprova as minutas-padrão do **Acordos de Cooperação Técnica-ACT** a serem celebrados para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, com o intuito de registrar a análise referentes à formalização do processo do Acordo cadastrado sob o NUP nº 35000.002872/2019-13, entre o **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS** e o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, com sede a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.543-901, inscrita no **CNPJ sob o nº 31.895.683/0001-16**, doravante denominada **REQUERENTE**, para fins de operacionalização de empréstimos com descontos na renda mensal de benefícios previdenciários.

## 1. I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

1.1. Processo constituído em formato eletrônico em razão da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito do INSS, nos termos da Portaria Conjunta nº 1/DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019.

1.2. A adoção do instrumento “Acordo de Cooperação Técnica” fundamenta-se no estabelecido no art. 20 da Resolução nº 708 /PRES/INSS, de 06 de novembro de 2019, considerando que não há transferência de recursos entre a Instituição Financeira Requerente e o INSS:

“Art. 20. ....(omissis).....”

II - Acordo de Cooperação Técnica - instrumento por meio do qual o INSS firma com outros órgãos públicos, entidades da Administração Pública ou com entidades privadas, a execução de projeto, atividade ou serviço de interesse comum dos participantes, que não envolva a transferência de recursos financeiros;”

1.3. A elaboração da presente tem por base o contido no PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (0945070), exarado originalmente no processo SEI nº 35000.000799/2006-12 (alteração de minuta de ACT de empréstimo consignado), sob a condição de **Manifestação Jurídica Referencial-MJR**, bem como a Portaria nº 76 /DIRBEN/INSS, de 3 de fevereiro de 2020 (0798611), publicada após a expedição do PARECER n. 00002/2020/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (0945093), no processo citado.

1.4. A MJR supracitada aprovou a minuta-padrão de ACT e o respectivo Plano de Trabalho a serem adotadas nos processos de Acordo celebrados entre o INSS e as Instituições Financeiras e equiparadas autorizadas a operacionalizar contratos de empréstimo bancário e de reserva de margem de cartão de crédito (RMC) com desconto na renda mensal de benefícios pagamento, conforme arts. 6º e 6º-A da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento de trabalhadores sob o regime celetista e de beneficiários do INSS, bem como Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito contraídos nos benefícios previdenciários.

1.5. A requerente encontra-se autorizada a operacionalizar o empréstimo consignado junto ao INSS através do ACT publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 75 de 22/04/2015, seção 3, fl. 62, conforme Processo nº 35000.000175/2015-96 (0586315), e, assim, requer **RENOVAÇÃO do Acordo**, sendo convalidados todos os atos operados até a publicação do novo Acordo.

1.6. Na análise dos documentos que satisfazem os requisitos de habilitação jurídica, técnica e de regularidade fiscal e trabalhista, além dos demais anexados ao processo, que estiverem em multiplicidade, será considerado o que contém a data de emissão mais recente, que substitui o(s) anterior(es) da mesma natureza, com exceção as Atas de Assembleia Geral Extraordinária que serão consideradas todas apresentadas.

## 2. II. CERTIFICAÇÃO DE INTERESSE COMUM DOS ENTES ENVOLVIDOS EM RELAÇÃO AO OBJETO A SER PACTUADO

2.1. A celebração de ACT com instituições financeiras para fins de operacionalização de contratos de empréstimo e de Reserva de Margem de Cartão de Crédito-RMC com descontos na renda mensal de benefícios previdenciários encontra fundamento exposto na **Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003** e tem o condão de instrumentalizar a **política pública** para facilitação de acesso ao crédito dos beneficiários do INSS, à medida que possibilita a oferta aos titulares de benefícios previdenciários com taxas de juros mais atrativas que as praticadas, estando o INSS na condição de intermediador da operacionalização da política pública citada.

2.2. Observado o teor do *caput* do art. 6º da mencionada lei, nota-se claramente a intenção do legislador de conceder **direito subjetivo** aos beneficiários do INSS o acesso ao crédito na modalidade consignado, sendo uma faculdade estabelecida pela lei. Assim, é **direito legalmente garantido** aos titulares autorizar o INSS a efetuar descontos de empréstimos consignados e reserva de margem para cartão de crédito nos respectivos benefícios previdenciários, satisfeitas as condições legais e as definidas em ato próprio editado pelo INSS, publicado através da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008.

“Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder

aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretirável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS. (Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)

2.3. Estabelece a IN Nº 28, de 2008 “redução dos juros praticados por instituições financeiras conveniadas (...)”, o que se considera mais benéfico para o beneficiário do INSS, na medida em que as taxas de juros praticadas na concessão do “crédito pessoal não consignado” são superiores àquelas praticadas na concessão do “crédito consignado”. Conforme informação do Banco Central do Brasil – BACEN, em outubro de 2017, as taxas de juros dos empréstimos não consignados foram em média cinco vezes maiores do que as taxas dos empréstimos consignados (fonte: [https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/art7\\_emprestimo\\_consignado.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf); consulta em 22/01/2020).

2.4. As taxas de juros mensais do “crédito consignado” são, atualmente, de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) para empréstimos bancários (art. 13, II da IN 28/2008), e 2,70% (dois inteiros e setenta por cento) para cartões de crédito (art. 16, III da IN 28/2008), definido em atendimento à Instrução Normativa nº 106, de 18 de março de 2020, através da Resolução nº 1.338, de 17 de março de 2020, após deliberação do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS. Ambos os casos, as taxas devem expressar o custo efetivo da operação.

2.5. Além da concessão de crédito sob taxas de juros menores, o crédito na modalidade consignado na folha de pagamento do INSS possibilita redução da insolvência de forma que a precificação do empréstimo é diretamente proporcional ao risco de inadimplência. Da mesma forma, esta modalidade possibilita que o débito seja dividido em número de parcelas superior em comparação à modalidade 'não consignado'. O empréstimo consignado, para os beneficiários do INSS, poderá ser quitado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas conforme prevê o art. 13, inciso I, da IN nº 28, de 2008 alterado pela IN 106, de 2020.

2.6. Atualmente, a folha de pagamento que o INSS administra supera 35 (trinta e cinco) milhões de benefícios ativos. Destes, cerca de 29 (vinte e nove reais) milhões são elegíveis para contratação de empréstimos consignado (extração Suibe em jan/2020), sendo as espécies elegíveis para contratações de empréstimo as aposentadorias, de qualquer natureza, e pensões por morte (art. 1º, IN Nº 28/2008).

2.7. Considerando o número de beneficiários distribuído em todo o território nacional, o interesse do INSS na formalização do Acordo com instituições financeiras possui como objetivo precípuo possibilitar o acesso ao crédito, como **política pública**, nas localidades mais remotas de um país de tamanho continental, problema suprido pela capilaridade da rede bancária.

2.8. Considera-se que o aumento no quantitativo de instituições autorizadas a operacionalizar empréstimo junto ao INSS estimula a concorrência entre as consignatárias tendendo a possibilitar a diminuição das taxas de juros praticadas, já delimitada pela IN nº 28, de 2008, em atendimento ao Conselho Nacional de Previdência Social, vinculado ao Ministério da Economia-ME. Em sentido contrário, a redução das instituições aptas e autorizadas a operacionalizar o empréstimo consignado, implicará no aumento das taxa de juros praticada tendendo a se aproximar do limite normativamente estabelecido.

2.9. Pelo exposto, resta claro que o INSS é agente que viabiliza a execução da política pública de acesso facilitado ao crédito, sendo responsável pela operacionalização do processo que permite a relação entre as Instituições Financeiras e o beneficiário. Deste modo, o interesse do INSS é garantir o cumprimento do dispositivo legal.

2.10. Quanto à certificação de **interesse da Requerente** em formalizar o ACT com o INSS, foi apresentado requerimento contendo manifestação expressa para operacionalização de empréstimo com desconto mensal em benefícios previdenciários em 20/04/2020, onde constavam todos os requisitos do Acordo pretendido, em observância ao art. 2º, *caput*, da Portaria nº 76/2020.

### 3. III. ANÁLISE QUANTO À REGULARIDADE DAS OPERAÇÕES DA REQUERENTE.

3.1. Quanto à avaliação de risco da parceria pretendida para celebração do Acordo, constante no PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019, limitamos a análise aos registros de reclamações às operações relacionados ao empréstimo pelos beneficiário. Deste modo, a Requerente realizou operações de empréstimo consignado perante o INSS, sendo necessário, portanto, tecer considerações relativas ao histórico das ocorrências das reclamações em face da pretensa acordante cadastradas no período da vigência do ACT ou que esteve em operação.

3.2. Registre-se que as reclamações pelos beneficiários relativas ao empréstimo consignado junto ao INSS eram tratadas pela Ouvidoria-Geral, atualmente vinculada ao Ministério da Economia – ME, através do Sistema *Souweb*, sendo migrado para a plataforma *consumidor.gov.br* em setembro/2019 em decorrência da celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria do Consumidor-SENACON e o INSS. Ainda, o sistema da Ouvidoria (*Souweb*) somente tem registros das reclamações a partir do exercício 2014.

3.3. A partir de 24/09/2019, mediante o ACT nº 05/2019, publicado no DOU nº 144, de 29/07/2019, seção 3 (processo nº 08012.001977/2019-35), as reclamações de beneficiários do INSS relativas ao empréstimo consignado passaram a ser tratadas na plataforma *consumidor.gov.br*, serviço público e gratuito que permite a interlocução direta entre os beneficiários do INSS e as Instituições Acordantes, para solução dos conflitos de relação de consumo, sob gestão da SENACON, objetivando o fortalecimento da proteção dos direitos dos beneficiários consumidores.

3.4. Ainda, com a publicação do Decreto nº 10.197, de 02 de janeiro de 2020, que alterou o Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015, o portal *consumidor.gov.br* passou a ser a plataforma oficial da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para autocomposição nas controvérsias em relações de consumo. Não obstante, a plataforma não substitui o serviço prestado pelos Órgãos de Defesa do Consumidor, e, portanto, registra-se, ainda, a utilização, pelos beneficiários do INSS, dos Procons Estaduais e Municipais, órgãos igualmente vinculados ao MJSP, como canais de reclamações em suas relações de consumo mantidas com as instituições financeiras (art. 44, *caput*, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor).

3.5. Além dos canais institucionais para registro de reclamação, há previsão legal para que cada Instituição conveniada possua canais próprios para recebimento e tratamento de reclamações (art. 26, § 2º, I, e art. 107, *caput*, Lei nº 8.078/90), como o “Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC” ou a “Ouvidoria” própria de cada instituição.

3.6. Feitas estas considerações, segue dados com as reclamações registradas pelos beneficiários na Ouvidoria-Geral e Portal do Consumidor:

TABELA 1

#### RECLAMAÇÃO REGISTRADAS PELOS BENEFICIÁRIOS

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Sistema Souweb	-	14	9	7	9	0	-	39
TOTAL INSS	-	52.450	60.866	63.403	75.530	56.379	-	300.030
<i>consumidor.gov.br</i>	-	-	-	-	-	0*	0**	0

\*dados: set a dez/2019  
\*\*dados: jan e maio/2020



3.6.1. Na extração contendo os dados da Ouvidoria-Geral/ME trata das reclamações efetuadas pelos beneficiários do INSS em desfavor da Requerente no período de 2015 a 2019, que totalizaram 39 (trinta e nove) registros. O período inicial se refere aos dados oficiais disponibilizados pelo ME com a vigência do ACT e a competência final é o limite para registro devido a transferência para outro sistema. No comparativo com o total de reclamações das IF equivale a 0,01% (um décimo por cento).

3.6.2. Na extração contendo os dados da plataforma *consumidor.gov.br* constam reclamações efetuadas pelos beneficiários do INSS em desfavor da Requerente. Especificamente para o assunto "crédito consignado/ cartão de crédito consignado/ RMC (para beneficiários do INSS)", no período de set/2019 a maio/2020 não há registros. O período inicial se refere a competência os dados oficiais disponibilizados pelo ME. Além disso, com dados não exclusivos da temática (assunto) "crédito consignado para beneficiários do INSS", observa-se que o cumprimento do prazo médio de respostas, bem como o índice de das reclamações respondidas não puderam ser aferidos por não haver reclamações registradas, conforme consulta\* à plataforma adotando o parâmetro "Todas" (documento SEI nº 0945001). Assim, verifica-se atendimento as regras previstas nos art. 47, inciso III da IN nº 28/2008.

\*consulta realizada em *consumidor.gov.br* em 04/06/2020.

3.7. Cabe registro que o número de contratos administrados pela Requerente totalizaram:

TABELA 2				
CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS				
2014	2015	2016	2017	2018
-	66.679	54.694	51.289	46.139

3.8. Em que pese a previsão da IN nº 28, de 2008, em relação aos processos judiciais objetivando a apuração de irregularidades nas operações de empréstimo consignado em face da Requerente, decorrentes de órgãos judiciais (Justiça Comum, Justiça Federal, Ministério Público) durante o período de vigência do ACT anterior, as informações não estão disponíveis no momento, conforme Nota n.º 00015/2020/DAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (NUP 35000.000799/2006-12). Havendo disponibilidade dessas informações, poderá ser aditado o presente Acordo para ajuste.

3.9. Desta forma, até que seja adotado mecanismo de acesso à informação que a própria Procuradoria Federal junto ao INSS, área que defende esta Autarquia, informou não possuir, a análise estará adstrita aos processos administrativos.

3.10. Em relação aos processos administrativos que têm como objeto a apuração de irregularidades nas operações de empréstimo consignado decorrentes de denúncias de Procons Estaduais e Municipais, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias de Defesa do Consumidor e Organizações Cíveis de defesa do consumidor em face da Requerente, durante o período de vigência do ACT anterior, não há registros de demandas instauradas ou concluídas para a Requerente.

3.11. Da análise dos quesitos acima, constitui-se, salvo melhor juízo, em razoável indicador de **regularidade das operações** efetuadas pela Requerente em sua carteira de crédito.

#### 4. IV. LEGITIMIDADE DA REQUERENTE.

4.1. Para fins de comprovação de legitimidade, foi acostado aos autos Certidão expedida pelo BACEN, em que atesta que a Instituição Financeira encontra-se na situação **autorizada a funcionar como banco múltiplo** e operar, dentre outras, as carteiras comercial e crédito financiamento e investimento, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie, atendendo o art. 6º, *caput*, da Lei nº 10.820, de 2003 c/c art. 18, inciso I, da IN nº 28, de 2008 de forma que as atividades institucionais da entidade requerente se amoldam ao objeto da parceria pretendida na forma de ACT.

#### 5. V. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA.

5.1. Quanto ao atendimento do requisito habilitação jurídica, no requerimento de formalização de ACT informou o nome responsáveis pela assinatura do acordo e ainda o nome da testemunha:

TABELA 3						
RELAÇÃO NOMINAL/CPF DOS DIRIGENTES E TESTEMUNHA						
Seq	Nome	Documentos (CPF)	Cargo	Função no ACT	Normativo	Localização (SEI)
1	Luiz Castellani Perez	030.634.508-04	Diretor	representante legal	Art. 31, item 'ii', alínea 'a' do Estatuto Social e Ata de Assembleia realizada em 28/04/2017	0694060; 0694059. fl. 03; 0694062
2	Wagner Cesar Pavão	211.320.468-15	Diretor Adjunto	representante legal	Art. 31, item 'ii', alínea 'a' do Estatuto Social e Ata de Assembleia realizada em 28/04/2017	0694060; 0694059. fl. 03; 0694062
3	Wilson Valério Vieira	283.426.018-46	-	testemunha	ofício de manifestação de interesse	0694056; 0694062

5.2. Estabelece o art. 31, item 'ii', alínea 'a' do Estatuto Social que o Banco será considerado obrigado: "(ii) nos contratos demais contratos e negócios, além dos acima previstos, bem como nos procedimentos de rotina e atos de administração que não envolvam atos de gestão do banco privativo de administradores cuja eleição tenha sido homologada pelo Banco Central do Brasil: (a) pelas assinaturas em conjunto de dois Diretores, qualquer que seja a denominação ou cargo ocupado pelos mesmos."

5.3. Ainda, apresentou os seguintes documentos comprobatórios constantes na Portaria nº 76/2020 e solicitados através de ofícios de exigência acostados aos autos, em cópia:

TABELA 4			
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA			
Seq	Documento	Detalhamento	Localização (SEI)
1	Comprovante de inscrição e de situação cadastral	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ: situação cadastral “ativa”	0694057
2	Estatuto Social	Atualizado até a Assembleia Geral de 10/06/2016	0694058; fls. 07/68
3	Ata de Assembleia	Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 10/06/2016 - reforma do estatuto social	0694058; fls. 01/06
4	Ata de Reunião	Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/04/2017 - eleição de membros da Diretoria: Luiz Castellani Perez e Wagner Cesar Pavão	0694059
5	Ata de Reunião	Reunião do Conselho de Administração realizada em 06/12/2018 - eleição do Diretor	0694061; fls. 03/05
6	Termo de Posse	Termos de Posse da Diretoria eleita em 19/05/2014	0694078

7	Ofício nº 9805/2018-BCB/Deorf/GTSP2	aprovação pelo BACEN das deliberações do Conselho de Administração de 28/04/2017 - eleição de membros da Diretoria mandato até 2020 - datado de 06/06/2017 (Luiz Castellani Perez e Wagner Cesar Pavão)	0694060
8	Ofício nº 2015/2019-BCB/Deorf/GTSP2	aprovação pelo BACEN das deliberações do Conselho de Administração de 06/12/2018 - eleição de membros da Diretoria mandato até 2020 - datado de 01/02/2019	0694061; fl. 7
9	Documentos pessoais	Cópia dos documentos de identificação (RG e CPF) dos representantes aptos assinar do ACT e testemunha	0770643
10	Certidão Junta Comercial	Certidão simplificada JUCESP - data da última atualização da base de dados: 21/04/2020	0694062

5.4. A análise técnica dos **requisitos de habilitação jurídica** apresentados permite concluir que a Requerente **apresentou** todos os documentos relativos à habilitação jurídica necessários à formalização do ACT.

## 6. VI. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA.

6.1. Quanto ao atendimento dos requisitos de habilitação técnica, a Requerente apresentou o Ofício de 20/04/2020 com nova manifestação de interesse em celebrar o ACT no qual informa: a.razões da propositura do acordo; b. rede de atendimento; c. viabilidade de executar o acordo e adequação a missão institucional da requerente; d. capacidade em atender a política pública de acesso ao crédito consignado; e. indicação do capital social.

6.2. Na referida manifestação a Requerente indica interesse em firmar Acordo para operacionalização de empréstimo com desconto mensal em benefícios previdenciários nas modalidades: **consignado e cartão de crédito**.

6.3. A Requerente apresentou declaração de ciência e concordância aos termos da nova minuta do ACT e do respectivo Plano de Trabalho anexos a Portaria nº 76, de 2020, elaborada em adequação à IN nº 28, de 2008, conforme alterações introduzidas pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 100, de 28 de dezembro de 2018.

6.4. Ainda, apresentou os seguintes documentos necessários a celebração do Acordo:

TABELA 5			
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA			
Seq	Documento	Detalhamento	Localização (SEI)
1	Ofício de interesse	manifestação de interesse em celebrar o Acordo	0694056
2	Autodeclaração de Desimpedimento	autodeclaração que atesta desimpedimento para exercer administração da sociedade de: Luiz Castellani Perez e Wagner Cesar Pavão	0770640; 0770641
3	Autodeclaração de capacidade técnica e operacional	autodeclaração que atesta a <i>capacidade técnica e operacional</i> da Requerente em cumprir o objeto do ACT requerido (corpo técnico, condições materiais, instalações adequadas, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço);	0770638
4	Autodeclaração de Qualificação Técnica	autodeclaração que atesta qualificação técnica do art. 18, III, da IN INSS/PRES nº 28/2008;	0770635
5	Autodeclaração de atendimento art. 7º, CF	autodeclaração de compromisso em observar o art. 7º, inciso XXXIII, CF;	0770637
6	Autodeclaração de adimplência perante a Administração Pública	autodeclaração de adimplência perante a Administração Pública;	0770634
7	Autodeclaração de modalidade de Operação	autodeclaração com indicação de modalidade de operação, conta para repasse e CBC (604) Agência 001; Conta 3922-7 ISPB: 31895683	0770633
8	Declaração de Concordância	aprovação dos termos e condições da minuta-padrão do ACT e do Plano de Trabalho do ACT constante na Portaria nº 76/2019	0900193
9	Comprovante de Cadastramento <i>consumidor.gov.br</i>	Comprovante de cadastro no site ou Termo de adesão e compromisso do fornecedor ou Formulário de adesão do fornecedor ou Termo de uso <i>consumidor.gov.br</i>	0916275

6.5. Considerando, neste caso, que a Requerente encontra-se autorizada a operar o empréstimo consignado junto ao INSS desde 2014, resta comprovado o requisito de experiência mínima de 01 (um) ano na operacionalização de “crédito consignado” ou “crédito pessoal não consignado”, conforme recomendação do **PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019**.

6.6. Registre-se ainda, que para comprovação da capacidade de executar o objeto do ajuste, foi considerado o **capital social** atual declarado de R\$ 367.222.709,46 (trezentos e sessenta e sete milhões, duzentos e vinte e dois mil setecentos e nove reais e quarenta e seis centavos), dividido em 171.317.301 (cento e setenta e um milhões, trezentos e dezessete mil trezentos e um) ações, conforme Estatuto Social, devidamente aprovado pelo BACEN, sendo indicativo de sua **capacidade econômico-financeira-contábil** de executar o ajuste, atendendo a política pública estabelecida na lei de acesso ao crédito consignado, inclusive no que se refere à oferta de crédito a beneficiários condições de contratação sob taxas de juros mais atrativas.

6.7. Para fins de comprovação de capacidade técnica e operacional, foi solicitado à Requerente a apresentação da **autodeclaração** que ateste o requisito citado, o que foi devidamente atendido. Neste ponto, impende registrar que o Sistema Financeiro Nacional – SFN possui seus mecanismos próprios de regulação e de autorregulação conforme art. 1º, II e V, art. 9º, art. 10, VI, IX e X, art. 11, VII, art. 12, art. 18 e art. 46, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

6.8. Ainda, quanto ao atendimento do requisito referente a capacidade técnica e operacional, conforme recomendação constante no Parecer Referencial, especificamente no tocante à necessidade de comprovação da aptidão para “*ofertar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários mais atrativas que as praticadas no mercado*”, registra-se que, é possível verificar as taxas de juros praticadas através de consulta no sítio eletrônico do BACEN\* onde constam os valores das instituições acordantes e que manifestam interesse pela renovação do Acordo. Para as instituições com interesse em celebrar o Acordo pela primeira vez caberá obrigatoriamente apresentação da autodeclaração em que ateste sua capacidade técnica e operacional e se comprometa a respeitar todos as condições estipuladas na legislação e propostas no respectivo ACT.

\*Consulta ao endereço [beb.gov.br](http://beb.gov.br) > home > estatísticas > taxas de juros > taxas pré-fixadas > pessoa física - crédito pessoal consignado INSS.

6.9. Quanto as legislação vigente, observa-se que a matéria é regida pela Lei nº 10.820/03 (art. 6º, §1º, VI), *verbis*:

“Art. 6º (omissis)

§ 1º Para os fins do **caput**, fica o INSS autorizado a dispor, em ato próprio, sobre:

(...)

VI - as demais normas que se fizerem necessárias. (...)”

6.10. Em atendimento ao art. 6º, §1º, VI, da citada Lei, esta Autarquia expediu a Instrução Normativa PRES/INSS nº 28, de 2008, que dentre as regras previstas,

estabeleceu o limite das taxa de juros que deve ser praticado nas respectivas modalidades de empréstimo requeridas. Caso o INSS tenha conhecimento da prática de taxas de juros superiores àquelas estabelecidas na norma, serão tomadas as devidas providências, bem como o caso será informado à SENACON, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, conforme o Acordo de Cooperação Técnica nº 05/2019 (Processo nº 08012.001977/2019-35), firmado entre a citada entidade e o INSS.

6.11. Registre-se que no ofício de manifestação de interesse em firmar este Acordo, a Requerente declara expressamente, devidamente assinada pelos representantes legais: “*Declaramos conhecer os termos da Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, e nos comprometemos a respeitar, sem restrições, todas as condições estipuladas na Lei n.º 10.820/03, no citado ato normativo interno, bem como no Acordo de Cooperação Técnica e no respectivo Plano de Trabalho.*”

6.12. Quanto a recomendação do Parecer-Referencial para o ateste do cumprimento da capacidade técnica objeto do Acordo, relevante acrescentar que, cabe ao INSS a intermediação da política pública instituída pela Lei nº 10.820, de 2003. Ademais, não há utilidade para a finalidade da celebração do ACT obter este levantamento ante a ausência de metas mínimas quantificáveis de operações para a instituição acordante, conforme o conteúdo das minutas de ACT e de Plano de Trabalho aprovadas pela PFE-INSS (Anexos I e II da Portaria nº 76/2020). Senão vejamos o teor do item 2 (“DAS METAS”) do Plano de Trabalho constante no Anexo II da Portaria nº 76, de 2020:

“2. DAS METAS:

2.1 Consignar na renda mensal dos benefícios previdenciários o valor para pagamento de operações de empréstimos e de cartão de crédito contraído pelos titulares de benefícios previdenciários perante o Acordante.

2.2 Repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para o Acordante.

2.3 Ofertar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários mais atrativas que as praticadas no mercado.

2.4 Regularizar a relação contratual entre o beneficiário do INSS e a Instituição Financeira e entidade equiparada.

2.5 Impedir o comando ou alteração de qualquer operação de consignação de empréstimos e de cartão de crédito sem a autorização prévia do beneficiário, nos termos do ACORDO.”

6.13. Ademais, pelo já disposto na Portaria nº 414, de 28 de setembro de 2017, que aprovou o atual Regimento Interno do INSS, e no Decreto nº 9.746, de 08 de abril de 2019, que aprovou a Estrutura Regimental, entende-se que esta atribuição não encontra guarida dentre as funções institucionais da Autarquia.

6.14. Ainda, em relação ao cumprimento do requisito que trata da capacidade técnica e operacional, relevante mencionar a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei de Liberdade Econômica), em especial o art. 2º, III, c/c art. 4º e incisos, que expressamente prevê a intervenção subsidiária e excepcional do estado sobre o exercício de atividades econômicas e dá garantias de livre iniciativa, tais como a vedação ao abuso do poder regulatório, de maneira a evitar atos indevidos (criação de reserva de mercado; o favorecimento de grupos econômicos, em prejuízo de concorrentes; a redação de enunciados que impeçam a entrada de competidores no mercado; a redação de enunciados que impeçam ou retardem processos ou modelos de negócios; a criação de demanda artificial ou compulsória de produto, serviço ou atividade; a introdução de limites à livre formação de sociedades ou atividades econômicas; e, em especial, a exigência de especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado - art. 4º, III).

6.15. Em suma, o diploma legal garante o respeito à livre atuação da iniciativa privada, propugnada pelo Estado Democrático de Direito. Desse modo, em sendo possível o livre exercício de atividade econômica, com permissão legal, não é dado ao INSS se opor indistintamente à realização dessas operações no que se refere à autorização para realização de consignações em benefícios previdenciários para pagamento de empréstimo, sob pena de indevida ingerência na ordem econômico-financeira e na livre iniciativa, constitucionalmente resguardadas (art. 170, IV, e § único).

6.16. Quanto ao requisito previsto no art. 18, inciso III, da IN nº 28, de 2008 em que estabelece a comprovação da aptidão de troca de informações como qualificação técnica. Trata-se de matéria de competência da empresa de tecnologia da informação responsável, enquanto que o presente requerimento tem por escopo a formalização de **acordo bipartite** (apenas entre INSS e Requerente). Ademais, reputa-se não ser razoável exigir o cumprimento em momento anterior à pactuação, tendo em vista possível onerosidade envolvida para os requerentes do ACT para empréstimos consignados. Em atendimento a exigência a Requerente apresentou a **autodeclaração da capacidade** em que atesta sua qualificação técnica conforme exigência (Tabela 5).

6.17. Não obstante, registre-se que, após a formalização do ACT, a instituição Requerente terá o prazo de 90 (noventa) dias para efetuar as adequações de sistema necessárias, sob pena de rescisão, conforme Cláusula Sexta, parágrafo primeiro, da minuta-padrão de ACT que consta no Anexo II da Portaria nº 76, de 2020. Ademais, conforme art. 57 da IN nº 28, de 2008, caso instituição financeira que, após firmar ACT com o INSS, permanecer por 3 (três) meses consecutivos sem realizar operações de empréstimo ou cartão de crédito, terá seu Acordo formalmente rescindido.

6.18. Na análise técnica dos requisitos de **habilitação técnica** apresentados permite concluir que a Requerente **apresentou** todos os documentos relativos à habilitação técnica necessários à formalização do ACT.

## 7. VII. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.

7.1. Quanto ao atendimento dos requisitos de habilitação de regularidade fiscal e trabalhista, a postulante apresentou os seguintes documentos:

TABELA 6			
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA			
Seq	Documento	Detalhamento	Localização (SEI)
1	Certidão BACEN	autorização pelo BACEN para <b>funcionar como banco múltiplo</b> e operar as carteiras comercial e crédito financiamento e investimento;	0694063
2	CND Tributos Federais e Dívida Ativa da União	certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - situação: pendência - <b>validade: 11/10/2020</b>	0694064
3	CND Tributos Estaduais	certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - situação: nada consta - <b>validade: 13/06/2020</b>	0809704
4	CND Tributos Municipal Mobiliários	certidão emitida pela Prefeitura do Município de São Paulo - situação: nada consta - <b>validade: 09/08/2020</b>	0694066
5	CND Tributos Municipal Imobiliários	certidão emitida pela Prefeitura do Município de São Paulo - situação: sem débito - <b>validade: 08/08/2020</b>	
6	CNDT Débitos Trabalhista	certidão emitida pela Justiça do Trabalho - situação: nada consta - <b>validade: 07/11/2020</b>	0798317
7	Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	certificado emitido pela Caixa Econômica Federal - situação: regular - <b>validade: 17/07/2020</b>	0694068
8	Certidão do SICAF	emitido pelo Ministério da Economia relatório de ocorrências e impedimentos de licitar: nada consta	0809655
9	CN de Licitantes Inidôneos – CNPJ	emitida pelo TCU consulta CNPJ - situação: nada consta - <b>validade: 04/07/2020</b>	0944596
10	CN de Licitantes Inidôneos – CPF	emitida pelo TCU consulta CPF - situação: nada consta - <b>validade: 04/07/2020</b>	0944596
11	CN Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNPJ	emitida pelo CNJ consulta CNPJ - situação: nada consta; <b>emissão: 14/04/2020</b>	0694072
12	CN Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CPF	emitida pelo CNJ consulta CPF: situação: nada consta; <b>emissão: 04/06/2020</b>	0944894
13	Certidão do CADIN	situação: nada consta; consulta 29/02/2020	0798239

14	Certidão do CADIN Municipal	situação: nada consta; consulta 22/04/2020	0694073
15	Certidão do CEIS	situação: sem registro; emitida em 22/04/2020;	0694074
16	CN de contas julgadas irregulares - CNPJ	emitida pelo TCU consulta CNPJ - situação: nada consta - <b>validade: 04/07/2020</b>	0944798
17	CN de contas julgadas irregulares - CPF	emitida pelo TCU consulta CPF - situação: nada consta - <b>validade: 04/07/2020</b>	0944798
18	Certidão de Inabilitados para Função Pública	emitida pelo TCU consulta CPF - situação: nada consta - <b>validade: 04/07/2020</b>	0944666

7.1.1. De modo incidental, anota-se que a Certidão Negativa de Débitos perante a Previdência Social (INSS) não mais consta do rol de documentos para habilitação da Requerente, pois está abrangida pela CND de Tributos Federais e Dívida Ativa da União conforme Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014. Esta Certidão, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, abrange as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991

7.1.2. Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União tem os mesmos efeitos da certidão negativa. A consulta resultou em registros que determinam sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal tais sejam: (i) constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e (ii) constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

7.1.3. Pelo exposto, entendemos pelo prosseguimento da análise dos documentos para renovação do Acordo, porém a assinatura do termo ficará pendente da apresentação do documento em questão.

7.2. Também consta anexada aos autos Declaração proveniente do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (sistema eletrônico de informações através do qual os fornecedores se cadastram gratuitamente, com a finalidade de fornecer materiais ou prestar serviços para os órgãos da Administração Pública Federal Direta, Autarquias e Fundações), emitida pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, e pela Secretaria de Gestão, do Ministério da Economia - ME. Consta da referida declaração a situação “credenciado” para a Requerente. Vejamos abaixo:

TABELA 7	
REQUISITO DE HABILITAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF	
REQUISITO	VALIDADE
<b>I - Credenciamento (PENDÊNCIA)</b>	<b>15/03/2021</b>
<b>II - Habilitação Jurídica</b>	
<b>III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal</b>	
Receita Federal e PGFN	<b>11/10/2020</b>
FGTS	<b>17/07/2020</b>
Trabalhista	<b>19/10/2020</b>
<b>IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal</b>	
Receita Estadual/Distrital	<b>24/07/2020</b>
Receita Municipal	<b>09/08/2020</b>
<b>V - Qualificação Econômico-Financeira</b>	<b>31/12/2020</b>

7.3. A análise técnica dos **requisitos de habilitação de regularidade fiscal e trabalhista** apresentados permite concluir que a Requerente **apresentou** todos os documentos relativos à habilitação de regularidade fiscal e trabalhista necessários à formalização do ACT. Verificada a expiração do prazo de validade de algumas certidões no curso da análise dos documentos deste processo, a assinatura do Acordo será condicionada a apresentação documentos devidamente atualizados.

## 8. VIII. ANÁLISE TÉCNICA.

8.1. O **PARECER REFERENCIAL** n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGE/AGU reforça a necessidade de que a presente NT contenha manifestação acerca dos elementos indicados no item III da ementa da Conclusão DEPCONS/PGE/AGU nº 54/2013 e outros itens, ante a necessidade, inclusive, de se garantir maior segurança jurídica na celebração do pacto, a saber:

TABELA 8		
NOTA TÉCNICA DO INSS		
Seq	REQUISITOS	ATENDIMENTO
1	<b>razões</b> da propositura do ACT	atendido
2	<b>objetivos</b> do ACT	atendido
3	<b>viabilidade</b> da execução do ACT e sua <b>adequação</b> à missão institucional do INSS e da Requerente	atendido
4	pertinência das <b>obrigações</b> e dos <b>meios para fiscalizar e avaliar</b> a execução do ACT	atendido
5	análise quanto à regularidade das operações da Requerente, elementos estatísticos e outros de que o INSS disponha ou possa obter para atestar a <b>segurança do ACT</b>	atendido
6	<b>gestão de riscos</b>	atendido
7	<b>motivo</b> pelo qual o INSS deixou de atender a algum requisito do art. 116, §1º, da Lei nº 8.666/93 (se for o caso)	não se aplica

8.2. Quanto às **razões da propositura do ACT**, em cumprimento a exigência, a Requerente apresentou ofício informando manifestar *"o intuito de manter o convênio de empréstimo consignado aos beneficiários do INSS"*.

8.3. Registre-se que a celebração de ACT para operacionalização de empréstimo consignado para descontos na renda mensal de benefícios permite a livre concorrência prevista no art. 170, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, objetivando, como consequência, facilitação de acesso ao crédito por parte de beneficiários, na medida em que a modalidade permite a existência de taxas de juros mais atrativas, capaz de atender a política pública de acesso de crédito. Ao INSS cabe o papel de intermediador de política pública definida na Lei nº 10.820, de 2003. Além disso, considera-se ser direito subjetivo do beneficiário do INSS autorizá-lo a proceder aos descontos para pagamento de parcelas de contratos de empréstimo e RMC/cartão de crédito como forma de obter crédito mais vantajoso no mercado.

8.4. Em relação a **capilaridade da rede de atendimento**, vale ressaltar que a multiplicidade de conveniados autorizados a operacionalizar o empréstimo

consignado possibilitará o atendimento da política pública de acesso ao crédito pelo beneficiário diante da *capilaridade* da localização territorial das diversas instituições requerentes. Este cenário viabilizaria a redução dos juros praticados, já limitados pela IN Nº 28, de 2008 em razão da autorregulação própria do mercado.

8.5. Quanto aos **objetivos do ACT**, possibilita “a operacionalização do disposto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito”, sendo que “para realização das operações de crédito de que trata o caput, os beneficiários deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada, na forma da legislação em vigor”, conforme consta na minuta de ACT aprovada pela PFE/INSS por meio do PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU e referendada pela Diretoria de Benefícios através da publicação da Portaria Nº 76, de 2020. Em última análise, o objetivo do ACT é atender, no âmbito do INSS, a política pública definida na Lei nº 10.820, de 2003.

8.6. Quanto ao requisito de **viabilidade da execução do ACT e sua adequação à missão institucional do INSS e da Requerente**, em cumprimento a exigência, a Requerente apresentou ofício garantido que irá “fornecer soluções, produtos e serviços financeiros e de seguros com agilidade e competência por meio da inclusão bancária e da promoção da mobilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção de relacionamentos duradouros para a criação de valor aos acionistas e a toda sociedade.” Este assunto está contemplado no Plano de Trabalho aprovado pela MJR citada.

8.7. Quanto ao requisito da **pertinência das obrigações e dos meios para fiscalizar e avaliar a execução do ACT**, o INSS fiscalizará, em periodicidade trimestral, a manutenção de requisitos de habilitação fiscal, considerando que existe previsão expressa na IN nº 28, de 2008 de fiscalização desta natureza das instituições financeiras durante a manutenção do ajuste, senão vejamos:

“Art. 38. A Dirben verificará, trimestralmente, a situação de regularidade das instituições financeiras no SIAFI/SICAF, bem como se não integram o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, oficiando à CGOFC, em caso de pendências.

§ 1º Na existência de pendência registrada, o repasse dos valores consignados ficará suspenso até a efetiva regularização.

§ 2º Se a pendência não for regularizada no prazo de quinze dias contados da comunicação da ocorrência, a Dirben suspenderá o recebimento de novas averbações da instituição financeira até a efetiva regularização.”

8.8. Registre-se, ainda, que, na fiscalização da execução do ACT, caberá ao INSS adotar as devidas providências em caso de recebimento de denúncias quanto à existência de indícios de irregularidades cometidos, e, caso confirmado, aplicará as penalidades previstas na IN nº 28, de 2008.

8.9. Quanto ao **atesto da segurança do ACT, após análise quanto à regularidade das operações da Requerente, de elementos estatísticos e de outros elementos de que o INSS disponha ou possa obter e gestão de riscos**, remeta-se ao disposto no Capítulo III desta Nota, sob o título “Análise Quanto à Regularidade das Operações da Requerente”, no qual a referida análise foi realizada para se aferir a certificação de interesse em celebrar o ACT pretendido. Realizada **análise estratégica** quanto à regularidade das operações da Requerente, referentes ao objeto do ACT pretendido, e outros elementos de que o INSS disponha para atestar a segurança do ACT. Concluiu, ao fim, que as informações obtidas constituem-se em **razoável indicador de regularidade das operações efetuadas** pela Requerente em sua carteira de crédito preexistente.

8.10. Assim, a Requerente demonstrou capacidade de atendimento da política pública de acesso ao crédito consignado, conforme “Autodeclaração de Capacidade Técnica e Operacional” e da “Autodeclaração de Qualificação Técnica (art. 18, III, Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008)” apresentadas, e ainda em razão de sua *capacidade econômico-financeira* demonstrada e da *regularidade de suas operações preexistentes*.

8.11. Pelo exposto, a Requerente **demonstrou o cumprimento** dos requisitos de **legitimidade, habilitação jurídica, habilitação técnica e habilitação fiscal e trabalhista**. Ainda que, sua capacidade econômico-financeira é indicador de sua *capacidade técnica e operacional* de atender a política pública estabelecida na Lei nº 10.820, de 2003, ofertando ao beneficiário do INSS condições de contratação mais benéficas. Portanto, o INSS demonstra interesse do INSS em realizar a parceria requerida.

8.12. Assim, a Requerente demonstrou capacidade de atendimento da política pública de acesso ao crédito consignado, conforme “Autodeclaração de Capacidade Técnica e Operacional” e da “Autodeclaração de Qualificação Técnica (art. 18, III, Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008)” apresentadas, e ainda em razão de sua *capacidade econômico-financeira* demonstrada e da *regularidade de suas operações preexistentes*.

8.13. Como forma de controle quanto ao atendimento dos requisitos e documentos exigidos pela Lei n.º 10.820, de 2003, e pela IN nº 28, de 2008, bem como das recomendações feitas pela PFE na MJR tem por base o contido no PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, segue manifestação quanto ao atendimento destes requisitos e documentos na Tabela abaixo:

TABELA 9		
CERTIFICAÇÃO DE INTERESSE DO INSS NO CASO CONCRETO		
SEQ	REQUISITOS	STATUS
1	Legitimidade	atendido
2	Habilitação Jurídica	atendido
3	Habilitação Técnica	atendido
4	Habilitação Fiscal e Trabalhista	atendido
5	Ateste de Segurança do ACT	atendido
6	Capacidade de atender a política pública do crédito consignado	atendido

8.14. Por fim, em atendimento ao PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, à vista do exame e verificação do preenchimento de condicionantes para celebração do ACT pretendido, e considerando, ademais, que o presente requerimento formulado se subsume à situação abstrata descrita na MJR citada (art. 4º, §5º, Portaria n.º 76 /DIRBEN/INSS, de 2020), fica dispensado o envio do presente processo à PFE-INSS-SEDE para análise jurídica individualizada do presente requerimento de ACT (art. 4º, §§ 4º e 5º, Portaria N.º 76 /DIRBEN/INSS, de 2020). Ademais, a minuta de ACT é a mesma aprovada pela PFE na MJR citada e validada por ato da Diretoria de Benefícios, por meio da Portaria nº 76 /DIRBEN/INSS/2020.

8.15. Do exposto, a presente Nota Técnica que **APROVA** a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o **INSS** e o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.** para celebração de empréstimos consignados e a submetemos para avaliação da Diretoria de Benefícios, a quem compete a aprovação da Minuta do Acordo proposta e do Plano de Trabalho, conforme previsto no art. 8º do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MDS nº 414/2017 e art. 19 e 20 do Decreto nº 9.746, de 08 de abril de 2019.

8.16. Convém ressaltar que a presente Nota Técnica se baseou, exclusivamente, nos elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

8.17. Pelo exposto, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários-CGPGSP para ciência e aprovação, se de acordo, encaminhar à Diretoria de Benefícios – DIRBEN para ciência e aprovação do Plano de Trabalho documento SEI nº 0945102 em atendimento ao item 8. 15. Após, devolver a esta Divisão de Consignações em Benefícios para disponibilização da minuta do ACT e Plano de Trabalho para assinatura eletrônica pela Requerente.

**KARINA VIANA DE FREITAS**  
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 04/06/2020, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0795395** e o código CRC **DD536C72**.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários

**DESPACHO**

**Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários, em 09/06/2020.**

**Ref.: Processo nº 35014.082469/2020-36**

**Int.: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. - BIB**

**Ass.: Nota Técnica nº 32/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN**

1. Ciente e de acordo.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios na forma proposta.

**SAULO MILHOMEM DOS SANTOS**

Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários



Documento assinado eletronicamente por **SAULO MILHOMEM DOS SANTOS, Coordenador(a) Geral**, em 09/06/2020, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0973650** e o código CRC **54959F22**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 0973650



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios

**DESPACHO**

**Diretoria De Benefícios, em 09/06/2020.**

**Ref.:** Processo  
nº 35014.021463/2020-92

**Int.:** BANCO  
INDUSTRIAL DO  
BRASIL S.A. - BIB

**Ass.:** Proposta de Acordo  
de Cooperação Técnica  
(ACT) para  
Operacionalização de  
Consignações de  
Empréstimos em  
Benefícios Previdenciários

1. Ciente da NOTA TÉCNICA Nº 32/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN (SEI nº 0795395).
2. Aprovo a Minuta de Acordo de Cooperação Técnica DCBEN (SEI nº 0945102).
3. Restitua-se à Divisão de Consignações em Benefícios - DCBEN para providências.

**ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**

Diretor de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**, **Diretor(a)**, em 09/06/2020, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0976036** e o código CRC **FB0965CB**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 0976036



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 262/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 09 de junho de 2020.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br

Assunto: **Aprovação - Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado**

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.

Prezado(a) Senhor(a),

1. Em atenção ao requerimento de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT para operacionalização de empréstimos consignados em benefícios previdenciários, informamos a aprovação d a **NOTA TÉCNICA Nº 32/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN** e a Minuta de Acordo e respectivo Plano de Trabalho em anexo.

2. Desta forma, para disponibilização do **TERMO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** p a r a assinatura eletrônica dos dirigentes autorizados pelo Estatuto Social e testemunha, solicitamos a realização do cadastramento de usuário externo através do link [SEI EXTERNO](#) dos indicados abaixo:

- Luiz Castellani Perez;
- Wagner Cesar Pavão;

3. Os documentos pessoais referente ao cadastramento (Declaração de Concordância e Veracidade e comprovante de endereço) devem ser anexados diretamente no SEI-INSS.

4. Por fim, somente após efetuadas as assinaturas eletrônicas dos representantes do requerente, o termo será encaminhado ao representante do INSS para assinatura e, posterior, publicação.

Anexos: I - Nota Técnica (Sei nº 0795395)

II - Minuta do Acordo e Plano de Trabalho (Sei nº 0945102)

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS**  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 09/06/2020, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0977966** e o código CRC **570FE72B**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 0977966

**Data de Envio:**

09/06/2020 17:25:49

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Empréstimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

**Assunto:**

Aprovação - ACT Empréstimo Consignado (OFICIO 262)

**Mensagem:**

Prezado(a),

Segue em anexo ofício de comunicação de aprovação da celebração de ACT de empréstimo consignado com orientação para assinatura eletrônica.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios-DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_0977966.html

Minuta\_de\_Acordo\_de\_Cooperacao\_Tecnica\_0945102.html

Nota\_Tecnica\_0795395.html



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI-INSS

Nome completo e sem abreviaturas: <b>WAGNER CESAR PAVÃO</b>	
Registro Geral (Identidade): <b>4.895.694</b>	Órgão Expedidor: <b>SSP - SP</b>
CPF: <b>211.320.468-15</b>	Telefones com DDD: <b>(11) 3049-9864</b>
Endereço eletrônico (e-mail): <b>refinanciamento@bib.com.br</b>	

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o **sigilo da senha de acesso**, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II - a **conformidade entre os dados informados**, no preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;

III - a **inclusão dos documentos digitais** em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;

IV - a **conservação dos originais em papel de documentos digitalizados** enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao INSS para qualquer tipo de conferência;

V - a **verificação**, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento dos documentos transmitidos eletronicamente;

VI - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-INSS, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;

VII - as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e

São Paulo, 22 de Junho de 2020.

Assinatura do Usuário

**OBS: Anexar cópia do registro geral (identidade), cpf e comprovante de residência.**

**Wagner Cesar Pavão**  
CPF: 211.320.468-15  
Diretor





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI-INSS

Nome completo e sem abreviaturas: <b>LUIZ CASTELLANI PEREZ</b>	
Registro Geral (Identidade): <b>8.209.108-0</b>	Órgão Expedidor: <b>SSP - SP</b>
CPF: <b>030.634.508-04</b>	Telefones com DDD: <b>(11) 3049-9864</b>
Endereço eletrônico (e-mail): <b>implantacao@bib.com.br</b>	

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o **sigilo da senha de acesso**, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II - a **conformidade entre os dados informados**, no preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;

III - a **inclusão dos documentos digitais** em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;

IV - a **conservação dos originais em papel de documentos digitalizados** enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao INSS para qualquer tipo de conferência;

V - a **verificação**, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento dos documentos transmitidos eletronicamente;

VI - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-INSS, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;

VII - as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e

São Paulo, 22 de Junho de 2020.

Assinatura do Usuário

**OBS: Anexar cópia do registro geral (identidade), cpf e comprovante de residência.**

LUIZ Castellani Perez  
CPF: 030.634.508-04  
Diretor

**Dados do Cliente/Unidade Consumidora**

Nº DA INSTALAÇÃO 202092862 Nº DO CLIENTE 12326478

CPF/CNPJ: 030.634.508-04 INSC. EST: ISENTO

**LUIZ CASTELLANI PEREZ**

R BR DO TRIUNFO 1677 CS 21  
CEP: 04602-006 - SAO PAULO/SP

**Classificação da Unidade Consumidora**

Grupo B Subgrupo B1 Classe RESIDENCIAL

Subclasse RESIDENCIAL

Tipo de fornecimento Trifásico Modalidade Tarifária Convencional

**Dados da Conta**

VENCIMENTO 27 DEZ 2019 TOTAL A PAGAR (R\$) 582,60

CONTA REFERENTE A DEZ 2019

**Dados de Medição**

Nº do medidor 14099064

Leitura anterior 04 NOV 40.619

Leitura atual 03 DEZ 41.340

Próxima leitura 03 JAN

Fator multiplicador 1,00000

Consumo do mês (kWh) 721,0

Número de dias 29

**Histórico de Faturamento**

Mês/Ano	kWh	Dias
dez/19	721	29
nov/19	908	32
out/19	700	30
set/19	530	32
ago/19	476	31
jul/19	442	28
jun/19	578	32
mai/19	607	30
abr/19	767	28
mar/19	1395	28
fev/19	710	30
jan/19	1355	32
dez/18	645	30

**Reservado ao Fisco** 933A F875 R046 F743 EBA4 8583 898E 5721

Data de emissão	Nº Nota fiscal	Série	Base de cálculo	Alíquota	ICMS
03 DEZ 2019	175799355	B	573,09	25%	143,27

CFOP 5258: Venda de en. elétrica a não contribuinte

**Descrição de Faturamento** **Bandeira(s) Tarifária(s) aplicada(s) no mês VERMELHA PATAMAR I AMARELA**

CCI	DESCRIÇÃO	QTD kWh	TARIFA C/ICMS	BASE ICMS	ALIQ ICMS	ICMS	VALOR
0605	USO SIST. DISTR. (TUSD)	721,000	0,35280	254,37	25%	63,59	254,37
0601	ENERGIA (TE)	721,000	0,34760	250,62	25%	62,66	250,62
0698	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA	0,000	0,00000	1,35	25%	0,33	1,35
0698	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA	0,000	0,00000	36,58	25%	9,14	36,58
0699	PIS/PASEP (0,94%)			5,37	25%	1,34	5,37
0699	COFINS (4,33%)			24,80	25%	6,21	24,80
0807	COSIP - SÃO PAULO - MUNICIPAL						9,51

**Tarifas aplicadas (sem impostos)**

CONVENCIONAL-RESIDENCIAL 0,25971 (TUSD) 0,25588 (TE)

Valor dos Tributos: R\$ 173,44

**Mensagens**

Segunda Via.  
Considerar esta conta quitada somente após o débito em sua conta corrente.  
- Sua conta com vencimento em 27/11/2019 no valor de 701,83 foi quitada através de Débito Automático.  
Débito Automático BANCO ITAU S.A.  
Se por algum motivo de seu conhecimento não ocorrer o débito automático, pague esta conta em qualquer banco autorizado.

**Notificação/Reaviso de Contas Vencidas**

Cadastre sua conta em débito automático. Utilize este código: 100159800281

Prezado cliente, para quitar esta conta de energia, verifique a próxima página deste documento.

Comprovante Comprovate reidencia\_Castellani (1126106)

SEI 35014.082469/2020-36 / pg. 271





**Dados do Cliente/Unidade Consumidora**

Nº DA INSTALAÇÃO 200789462 Nº DO CLIENTE 12561433

CPF/CNPJ: 211.320.468-15 INSC. EST: ISENTO

**WAGNER CESAR PAVAO**

R AZEVEDO SOARES 2315 AP 172 TOR B

CEP: 03322-002 - SAO PAULO/SP

**Classificação da Unidade Consumidora**

Grupo B Subgrupo B1 Classe RESIDENCIAL

Subclasse RESIDENCIAL

Tipo de fornecimento Trifásico Modalidade Tarifária Convencional

**Dados da Conta**

VENCIMENTO 17 JAN 2020 TOTAL A PAGAR (R\$) 193,63

CONTA REFERENTE A DEZ 2019

**Dados de Medição**

Nº do medidor 12469385

Leitura anterior 19 NOV 25.478

Leitura atual 18 DEZ 25.716

Próxima leitura 17 JAN

Fator multiplicador 1,00000

Consumo do mês (kWh) 238,0

Número de dias 29

**Histórico de Faturamento**

Mês/Ano	kWh	Dias
dez/19	238	29
nov/19	294	32
out/19	303	30
set/19	291	30
ago/19	219	31
jul/19	322	30
jun/19	310	30
mai/19	342	32
abr/19	306	29
mar/19	331	30
fev/19	360	32
jan/19	357	30
dez/18	275	29

**Reservado ao Fisco** 1068.C429.5817.818C.DF8.9ED9.95E4.1C36

Data de emissão	Nº Nota fiscal	Série	Base de cálculo	Alíquota	ICMS
18 DEZ 2019	180056555	B	184,12	25%	46,02

CFOP 5258: Venda de en. elétrica a não contribuinte

**Descrição de Faturamento** **Bandeira(s) Tarifária(s) aplicada(s) no mês VERMELHA PATAMAR I AMARELA**

CCI	DESCRIÇÃO	QTD kWh	TARIFA C/ICMS	BASE ICMS	ALIQ ICMS	ICMS	VALOR
0605	USO SIST. DISTR. (TUSD)	238,000	0,35273	83,95	25%	20,98	83,95
0601	ENERGIA (TE)	238,000	0,34756	82,72	25%	20,67	82,72
0698	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA	0,000	0,00000	2,68	25%	0,66	2,68
0698	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA	0,000	0,00000	5,09	25%	1,27	5,09
0699	PIS/PASEP (0,94%)			1,72	25%	0,44	1,72
0699	COFINS (4,33%)			7,96	25%	2,00	7,96
0807	COSIP - SÃO PAULO - MUNICIPAL						9,51

Tarifas aplicadas (sem impostos)

CONVENCIONAL-RESIDENCIAL

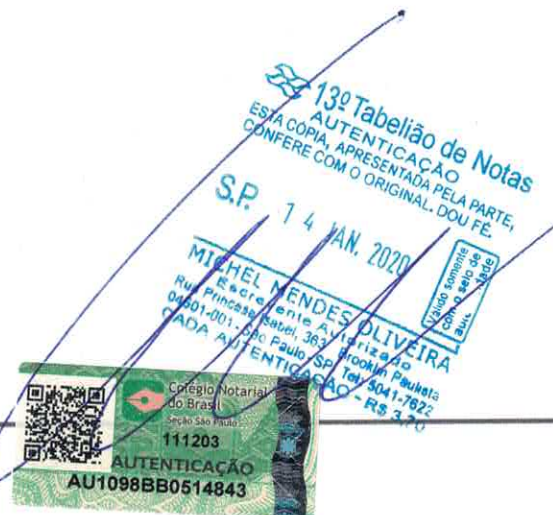
0,25971 (TUSD)

0,25588 (TE)

Valor dos Tributos: R\$ 55,70

**Mensagens**

Segunda Via.  
Cadastre sua conta em Débito Automático através do código 100098876615



**Notificação/Reaviso de Contas Vencidas**

Cadastre sua conta em débito automático. Utilize este código: 100098876615

Prezado cliente, para quitar esta conta de energia, verifique a próxima página deste documento. 05/05/2020 14:08:46 00000036 / pg. 272

**Usuário Externo (signatário):** WILSON VALÉRIO VIEIRA  
**IP utilizado:** 10.42.239.221  
**Data e Horário:** 24/06/2020 16:57:48  
**Tipo de Peticionamento:** Intercorrente  
**Número do Processo:** 35014.082469/2020-36  
**Interessados:**

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Declaração Declatracao de concordancia_Wagner	1126104
- Declaração Declatracao de concordancia-Castellani	1126105
- Comprovante Comprovate reidencia_Castellani	1126106
- Comprovante Comprovate residencia_Wagner	1126107

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 31.895.683

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 26011255

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 24/06/2020 17:10:29

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>IP utilizado:</b>	10.42.41.71
<b>Data e Horário:</b>	24/06/2020 17:11:55
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Certidão CND Estadual (atualizado)	1126250
--------------------------------------	---------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios

Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 71/2020

Processo nº 35014.082469/2020-36

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
QUE CELEBRAM O INSTITUTO  
NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E  
A ACORDANTE PARA REALIZAÇÃO DE  
CONSIGNAÇÕES DECORRENTES  
DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES  
COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS  
TITULARES DE BENEFÍCIOS DE  
APOSENTADORIA E PENSÃO DO  
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA  
SOCIAL.**

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, doravante denominado **INSS**, Autarquia Federal, vinculado ao Ministério da Economia, instituído na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, criado pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, e reestruturado pelo Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco “O”, Brasília/DF, CEP 70070-946, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, neste ato representado por seu Diretor de Benefícios, **ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**, CPF nº 155.332.248-74, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 do Anexo I do Decreto nº 9.746, de 2019 e o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, doravante denominado **ACORDANTE**, com sede em Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.543-901, inscrita no CNPJ sob o nº 31.895.683/0001-16, doravante denominada **REQUERENTE**, neste ato representado por seus Diretores **LUIZ CASTELLANI PEREZ**, CPF nº 030.634.508-04 e **WAGNER CESAR PAVÃO**, CPF nº 211.320.468-15, no uso das atribuições que lhes confere o art. 31, inciso II, alínea 'a' do Estatuto Social do Acordante, celebram este **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, doravante denominado **ACORDO**, em conformidade com as disposições contidas no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003; na Instrução Normativa INSS/PRES nº 28 de 16 de maio de 2008 e ao processo NUP nº 35000.000799/2006-12, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este ACORDO tem por objeto a operacionalização do disposto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito com o Acordante.

Parágrafo único. Para realização das operações de crédito de que trata o caput, os beneficiários deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada, na forma da legislação em vigor.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO**

O Acordante, desde que observadas as normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e política de concessão de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou cartão de crédito aos titulares de benefícios, nos termos estabelecidos na Instrução Normativa – IN INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, alterada pela IN INSS/PRES nº 100, de 28 de dezembro de 2018 ou outra que venha a substituí-la.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **§ 1º Das obrigações do INSS:**

I - repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários, em favor do Acordante, por meio de depósito em conta corrente indicada ou transferência para a conta “reserva bancária” definida, via Sistema de Transferência de Reservas – STR, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;

II - proceder a suspensão da consignação ou constituição de RMC no sistema de benefícios caso inexista autorização ou o Acordante não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la;

III – reativar, na forma do art.3º, parágrafo único da Resolução INSS Nº 321, de 11/07/2013, no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de RMC suspensa, na forma do art. 47, inciso I, da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, quando da apresentação pelo Acordante de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício, caracterizando assim a consignação como procedente. Esta reativação deverá ocorrer no prazo máximo de (10) dez dias da data do recebimento dos referidos documentos pela DIRBEN;

IV - consignar os valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito autorizados pelos titulares de benefícios e repassar ao Acordante, no prazo estabelecido no inciso I deste parágrafo, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO;

V - verificada a irregularidade da consignação, caso a Acordante não tenha procedido conforme inciso XXXIII §2º da Cláusula Terceira deste ACORDO a consignação será excluída;

VI - verificar, trimestralmente, a situação de regularidade das instituições financeiras no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como se não integram o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, oficiando à Coordenação-Geral de Orçamentos, Finanças e Contabilidade-CGOFC, em caso de pendências, suspendendo o repasse dos valores consignados até a efetiva regularização, com a suspensão de novas averbações da instituição financeira se a pendência não for regularizada no prazo de quinze (15) dias contados da comunicação da ocorrência, em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 38 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

VII - exigir que toda Instituição Financeira autorizada a realizar operação de empréstimo consignado, conforme disposto na Lei nº 10.820, de 2003, efetue seu cadastramento na plataforma consumidor.gov.br na condição de fornecedor (empresa previamente cadastrada para receber, responder e resolver reclamações de consumidores no sistema);

VIII - incentivar a capacitação dos prestadores destes serviços, principalmente aqueles designados a apresentar resposta na plataforma consumidor.gov.br, nos cursos a distância da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), no sítio ead.consumidor.gov.br, que versam sobre proteção e defesa do consumidor;

IX - acompanhar as reclamações cadastradas pelos beneficiários do INSS na plataforma consumidor.gov.br contra as Instituições Financeiras que operam nas modalidades previstas pela Lei 10.820, de 2003, e autorizadas pelo INSS, monitorando e analisando periodicamente os registros realizados, focando na qualidade das informações produzidas, inclusive adotando como ferramenta de avaliação para a celebração de novos Acordos de Cooperação Técnica, bem como para a renovação dos vigentes; e

X - orientar os beneficiários do INSS a buscar atendimento junto aos Programas de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON quando não obtiverem êxito na resolução da reclamação efetuada na plataforma consumidor.gov.br, bem como facilitar seu acesso aos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

#### § 2º Das obrigações do Acordante:

I - divulgar as regras deste ACORDO aos titulares de benefícios que autorizaram as consignações ou constituição de Reserva de Margem Consignável-RMC diretamente em seus benefícios, obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas constantes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos arts. 37 e 52;

II - para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamento dos benefícios do mês corrente, deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a empresa de tecnologia responsável arquivo contendo as informações dos contratos de empréstimo pessoal ou operações com cartão de crédito – RMC em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na renda mensal do benefício de aposentadoria ou pensão por morte de que é titular e pré-autorizaram, na forma disciplinada pela IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, o uso dos dados pessoais repassados, observado o leiaute do “Protocolo de Integração” estabelecido entre a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e o INSS, em conjunto com empresa de tecnologia responsável;

III - as operações de consignação realizadas por cartão de crédito deverão ser enviadas à empresa de tecnologia, de forma consolidada em um único valor por mês, a partir do dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, até o segundo dia útil do mês seguinte;

IV - informar à empresa de tecnologia responsável, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou operação com cartão de crédito firmado entre o titular do benefício e o Acordante, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;

V - encaminhar à empresa de tecnologia responsável, nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de RMC;

VI - conservar, pelo prazo de cinco (05) anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício, utilizando:

a) a autorização de consignação disposta como Anexo da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la;

b) o contrato firmado de empréstimo; ou

c) a operação com cartão de crédito que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário ou a constituição de RMC;

VII - cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre

a matéria;

VIII - prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO, quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, e legislação em vigor;

IX - indicar formalmente um responsável e seu substituto eventual para interlocução sobre as questões referentes à operacionalização deste ACORDO junto à Divisão de Consignações em Benefícios, com criação de caixa postal eletrônica (e-mail) institucional e disponibilização de canal telefônico, com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o INSS, comunicando eventuais alterações com antecedência mínima de dez (10) dias;

X - manter, durante a execução deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua celebração;

XI - informar ao INSS, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na sua estrutura ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;

XII - providenciar toda a infraestrutura e logística necessárias para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela empresa de tecnologia responsável; e integrar seus canais de atendimento à plataforma disponibilizada pela empresa de tecnologia, de modo que as interações e tratamento de manifestações do beneficiário sejam realizadas de forma eletrônica;

XIII - no caso da pré-autorização, a instituição financeira obriga-se a utilizar os dados coletados somente nos fins específicos a que a autorização se refere;

XIV - encaminhar, mensalmente, aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor e local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para solução de dúvidas;

XV - liberar o valor contratado no prazo limite de dois (02) dias úteis, contados da confirmação do registro da consignação solicitada;

XVI - informar ao titular do benefício, no prazo descrito no inciso XV deste parágrafo, o local e data em que o valor do empréstimo ou do saque será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;

XVII - se responsabilizará pela informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre o Acordante e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto;

XVIII - prestar as informações aos titulares dos benefícios, bem como realizar os acertos que se fizerem necessários quanto às operações de consignação realizadas;

XIX - adequar seus procedimentos de operacionalização, tais como formulários de autorização de descontos, material publicitário, entre outros, aos termos das normas expedidas pelo INSS e da legislação em vigor sobre a matéria, independente de aditamento deste Termo, respeitadas as operações já realizadas e o objeto deste ACORDO;

XX - não coletar, distribuir, disponibilizar, ceder, comercializar informações dos beneficiários do INSS nos limites da legislação vigente, salvo nos casos previstos na legislação em vigor;

XXI - não firmar contrato de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, ou qualquer outro meio que não requeira autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício;

XXII - não realizar qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário do INSS, salvo nos casos admitidos em norma interna do INSS;

XXIII - não utilizar os símbolos de identificação do INSS para qualquer finalidade e valer-se do ACORDO para se apresentar como servidor, funcionário, prestador de serviços, procurador, correspondente, intermediário ou preposto do INSS para ofertar seus produtos ou serviços;

XXIV - verificar, no caso de operações realizadas pelo representante legal, se este possui

autorização judicial, para permitir o desconto no respectivo benefício de seu tutelado ou curatelado, sob pena de nulidade do contrato;

XXV - cancelar imediatamente o cartão de crédito, quando solicitado pelo beneficiário, devendo enviar o comando de exclusão da Reserva de Margem Consignável - RMC, à empresa de tecnologia responsável, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis da data da liquidação do saldo devedor;

XXVI - disponibilizar, em até cinco (05) dias úteis, ao beneficiário que solicitar a quitação antecipada do seu contrato o boleto para pagamento, débito em conta ou transferência bancária, discriminando o valor total antecipado, o valor do desconto e o valor líquido a pagar, além da planilha demonstrativa do cálculo do saldo devedor;

XXVII - efetuar o cadastro na plataforma consumidor.gov.br na condição de fornecedor (empresa previamente cadastrada para receber, responder e resolver reclamações de consumidores no sistema), em conformidade com os atos normativos emitidos pela Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, para responder às reclamações relativas ao objeto do ACORDO, que deverá ser mantido inclusive após o término de sua vigência, enquanto existirem contratos de empréstimos ativos, sob pena de suspensão dos repasses dos valores consignados até a efetiva regularização, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

XXVIII - assegurar que os prestadores de serviço designados a apresentar resposta na plataforma consumidor.gov.br realizem os cursos a distância disponíveis na ENDC virtual, no sítio ead.consumidor.gov.br, que versam sobre proteção e defesa do consumidor;

XXIX - acompanhar diariamente as reclamações recebidas na plataforma consumidor.gov.br pertinentes à modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS, analisá-las e respondê-las em até dez (10) dias, de forma clara, objetiva e concisa, anexando os documentos pertinentes, a exemplo da autorização da consignação, constituição de RMC ou emissão do cartão de crédito e de comprovante da devolução dos valores, independentemente do recebimento de qualquer aviso, contados a partir do registro da demanda;

XXX - responsabilizar-se, integralmente, perante os beneficiários e o INSS, pela autenticidade das informações prestadas e documentos apresentados destinados a efetivação de consignação, constituição de RMC, emissão de cartão de crédito e resolução das reclamações cadastradas na plataforma consumidor.gov.br;

XXXI - contatar o reclamante, sempre que necessário, com objetivo de obter informações complementares à composição do problema relatado, dentro do prazo concedido para análise da reclamação, utilizando-se da própria plataforma consumidor.gov.br ou outros contatos fornecidos pelo consumidor em seu cadastro. O prazo da resposta não será suspenso ou interrompido pela solicitação de informação complementar;

XXXII - constatada a irregularidade do contrato deverá enviar, à empresa de tecnologia responsável, os dados referentes ao contrato, para exclusão bem como a liberação da margem consignável.

XXXIII - devolver o valor consignado/retido indevidamente, no prazo máximo de dois (02) dias úteis, quando comprovada irregularidade na contratação de operações de crédito, corrigido com base na variação da SELIC, desde a data de vencimento da parcela referente ao desconto indevido em folha, até o dia útil anterior ao da efetiva devolução, observada a forma disposta no § 5º desta Cláusula, enviando comprovante à empresa de tecnologia responsável;

§ 3º Havendo rejeição de valores das consignações efetuadas nos termos do inciso I do §1º, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados pelo Acordante em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS, o repasse somente ocorrerá na competência seguinte à regularização do cadastro.

§ 4º Os valores referidos no inciso XV do § 2º desta Cláusula, deverão ser creditados:

I - diretamente na conta corrente bancária do beneficiário contratante, pela qual recebe o benefício previdenciário, sempre que esta seja a modalidade pela qual o benefício é pago;

II - para os beneficiários que recebem seus benefícios na modalidade de cartão magnético, o depósito deverá ser feito em conta corrente ou poupança, expressamente designada pelo titular do benefício e que ele seja o responsável ou por meio de ordem de pagamento, preferencialmente na

agência/banco onde ele recebe o seu benefício mensalmente; e

III - obrigatoriamente na conta bancária da empresa credenciada autorizada pelo Ministério do Turismo, onde o beneficiário tenha adquirido o pacote turístico "Viagem Mais - Melhor Idade", devendo incluir o código de identificação do programa na rotina de averbação, conforme previsto no protocolo de integração;

§ 5º O envio dos contratos e demais instrumentos de formalização, que se refere o inciso V do § 2º desta Cláusula se dará de forma automatizada, por meio de integração entre a empresa de tecnologia responsável e as instituições financeiras.

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES**

O Acordante responsabilizar-se-á, integralmente, perante os beneficiários e o INSS, pela autenticidade das informações relacionadas no arquivo enviado à empresa de tecnologia responsável, na forma prevista no inciso II do § 2º da Cláusula Terceira, bem como pela autenticidade dos seguintes documentos e informações:

I - autorização para efetivação da consignação ou constituição de RMC valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, ou seu representante legal autorizado por decisão judicial, nos termos admitidos pelo art. 3º da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

II - o valor do contrato, o número de parcelas do contrato, o valor das parcelas, número do contrato, CNPJ da agência bancária ou do correspondente bancário que realizou a contratação;

III – termo de pré-autorização;

IV – Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, nos casos de contrato de cartão de crédito com Reserva de Margem Consignável.

§ 1º A inexatidão ou irregularidade das informações prestadas acarretarão a devolução dos valores consignados indevidamente pela instituição financeira que encaminhou o arquivo magnético a que se refere o inciso II do §2º da Cláusula Terceira, bem como as penalidades previstas no art. 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008;

§ 2º Até o integral pagamento do empréstimo ou da operação com cartão de crédito, a autorização da consignação ou constituição de RMC somente poderá ser cancelada mediante prévia autorização do Acordante, ou caso este não atenda o contido no inciso V do § 2º da Cláusula Terceira.

§ 3º Havendo utilização do meio eletrônico para receber a autorização expressa do titular do benefício, esta somente poderá ocorrer quando garantir a integridade da informação, titularidade e não repúdio, de forma que possa atender ao disposto no inciso VI do § 2º da Cláusula Terceira.

§ 4º A autorização do titular do benefício para consignação do empréstimo ou constituição de RMC não poderá ser feita por ligação telefônica, não sendo permitido como meio de comprovação de autorização expressa do titular do benefício a gravação de voz, bem como por qualquer outro meio que não requeira autorização firmada por escrito, ou por meio eletrônico, pelo titular do benefício;

§ 5º A autorização para a consignação dos valores de empréstimos e/ou a constituição de RMC no benefício previdenciário, deverá conter a assinatura por escrito do titular ou por meio eletrônico:

I - no contrato de empréstimo que conste cláusula autorizativa para consignação, desde que contenha todos os dados pessoais do beneficiário; ou

II - na pré autorização, quando utilizada pela instituição financeira conveniente para coleta dos dados necessários à formalização da operação financeira de referência; e

III - no Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, para os contratos de RMC.

§ 6º A instituição financeira, independentemente da modalidade de crédito adotada, somente encaminhará o arquivo para averbação de crédito após a devida assinatura do contrato por parte do beneficiário contratante, ainda que realizada por meio eletrônico.

§ 7º A inobservância do disposto no parágrafo anterior implicará total responsabilidade da



instituição financeira envolvida e, em caso de ilegalidade constatada pelo INSS, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação/RMC.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES**

Será de exclusiva responsabilidade do Acordante as operações contratadas de empréstimo e cartão de crédito, bem como a informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre o Acordante e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto.

§ 1º Qualquer desconto em desacordo com as disposições deste ACORDO, ou na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados ou retidos indevidamente no benefício previdenciário, será de responsabilidade do Acordante, que deverá corrigir os valores e restituí-los nos prazos e formas fixados na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, sem prejuízo das providências quanto à responsabilização civil e criminal.

§ 2º A empresa de tecnologia responsável é incumbida da segurança da rotina de envio das informações de créditos em favor do Acordante em atenção ao art. 29 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008.

§ 3º Ocorrendo o não processamento integral das consignações devidas nos benefícios previdenciários, em decorrência de falha operacional da empresa de tecnologia encarregada, será a ela imputado o pagamento do mesmo valor apurado do custo que envolve o processamento das parcelas de consignação, de cada parcela consignável não processada.

§ 4º Os custos, a que se refere o § 3º desta Cláusula, deverão ser repassados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, mediante crédito em conta corrente a ser fornecida pelo Acordante.

§ 5º O Acordante e a empresa de tecnologia responsável responderão, civil, penal e administrativamente:

I - na hipótese de prestação de informações e/ou documentos falsos;

II - por falhas e erros de qualquer natureza que acarretem prejuízo ao INSS, ao beneficiário ou a ambas as partes, no procedimento adotado na execução dos serviços acordados; e

III - pelo uso indevido das informações do INSS e do beneficiário que venham a ter acesso, bem como pela inobservância do seu sigilo.

§ 6º Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações descritas na Cláusula Primeira se restringe a consignar os valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito, autorizados pelos titulares de benefícios e repasse ao Acordante, no prazo estabelecido no inciso I do § 1º da Cláusula Terceira, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, salvo se a ocorrência tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO.

§ 7º O previsto nesta cláusula ensejará ampla defesa ao Acordante, nos termos descritos pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo. § 8º O descumprimento de cláusula acordada ensejará a suspensão ou rescisão deste ACORDO, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES**

O Plano de Trabalho que integra este ACORDO para todos os fins de direito, conterà os procedimentos operacionais necessários à execução do objeto.

§ 1º A troca de informações entre a empresa de tecnologia responsável e o Acordante será disciplinada entre a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e a empresa de tecnologia responsável, devendo formalizar ajuste bem como realizar adequações necessárias nos sistemas no prazo

máximo de noventa (90) dias da publicação deste ACORDO sob pena de rescisão.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS E PROCEDIMENTOS GERAIS**

Não há repasse orçamentário entre os Acordantes, havendo, no entanto, ressarcimento devido ao INSS dos custos operacionais envolvendo o crédito consignado. O contrato firmado entre a acordante e a empresa de tecnologia responsável disporá sobre o custo operacional devido a esta, nos limites dispostos pelos §§5º e 8º desta cláusula, além das disposições da IN INSS/PRES nº 28, de 2008.

§ 1º O INSS realizará levantamento anual dos custos operacionais a ele acarretados pelas operações de crédito consignado contratadas.

§ 2º O custo operacional referido no § 1º do caput será fixado em ato próprio do INSS, publicado anualmente, para fins de cobrança às instituições financeiras.

§ 3º O valor apurado deverá ser cobrado às instituições financeiras e no exercício financeiro seguinte ao objeto ano da apuração, calculadas proporcionalmente ao quantitativo de contratos de empréstimos e cartões de crédito por ocasião do repasse dos recursos referentes às consignações respectivas.

§ 4º Os custos específicos, relativos às operações de tecnologia da informação, serão cobrados diretamente pela empresa de tecnologia responsável às instituições financeiras e sendo objeto de tratativa entre a empresa de tecnologia responsável e a instituição financeira ou entidade equiparada, sem interveniência do INSS.

§ 5º Os valores do ressarcimento deverão corresponder exclusivamente aos custos de desenvolvimento, manutenção e alteração das rotinas, procedimentos e sistemas que envolvem o crédito consignado no INSS.

§ 6º Caso o Acordante não efetive o ressarcimento nos termos desta Cláusula, no prazo a ser definido pelo ato referido no § 2º desta Cláusula, sobre este incidirá atualização monetária entre o dia do vencimento e o do efetivo pagamento, tendo como base o índice correspondente à variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, ocorrido entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento, pro rata die.

§ 7º O INSS poderá, a qualquer momento, solicitar a apresentação de contratos das operações de crédito ou mesmo a devolução de importâncias, atualizadas pela Taxa Referencial de Títulos Federais - Remuneração (SELIC), cobradas a maior ou em desacordo com o previsto na IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la.

§ 8º O não ressarcimento dos valores apurados pelo INSS, no prazo definido, importará na retenção do montante devido do crédito a ser repassado à Instituição Financeira, eventual débito remanescente será objeto de inscrição no Cadastro Informativo de Crédito não Quitados no Setor Público Federal – CADIN ou na Dívida Ativa da União, nos termos e na forma da legislação aplicável.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

Este ACORDO vigorará pelo prazo de cinco anos, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante permissão das autoridades superiores do INSS, por uma única vez e pelo período de doze meses, mediante Termo Aditivo.

§ 1º Condiciona-se a renovação deste Ajuste à prévia análise da efetividade no cumprimento do objeto deste ACORDO, inclusive quanto à regularidade nas operações da Instituição Financeira interessada e demais elementos referentes às estatísticas de ocorrências de reclamações em face da acordante junto à Ouvidoria Geral e/ou órgãos de defesa do consumidor, bem como do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de trabalho, que conclua pela sua manutenção.

§ 2º O INSS poderá avaliar a qualquer tempo a efetividade do cumprimento deste ACORDO e das metas estabelecidas no plano de trabalho, utilizando-se de dados obtidos junto à empresa

de tecnologia responsável, à Ouvidoria Geral, à Plataforma consumidor.gov.br, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, dentre outros, a fim de deliberar sobre a possibilidade de rescisão do Acordo, nos termos da cláusula nona, sem prejuízo da possibilidade de apuração de responsabilidade da Acordante pelo descumprimento de obrigações na execução deste Acordo.

## **CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO**

Este ACORDO poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio e escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia. Deverão, contudo, permanecer até a data da liquidação do último contrato firmado por força deste ACORDO as obrigações e responsabilidades do INSS e do Acordante ou seus sucessores, conforme ajustados neste ato, relativamente aos empréstimos e às operações com cartão de crédito já concedidos.

§ 1º O presente ACORDO será suspenso, por determinação do INSS, na ocorrência de hipótese prevista nos incisos I a IV do artigo 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, com redação alterada pela IN INSS/PRES nº 100, de 2018, ou outra que venha a substituí-la.

§ 2º O presente ACORDO será rescindido nas hipóteses previstas nos incisos V, do artigo 52 da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou outra que venha a substituí-la, bem como em razão do não repasse dos custos operacionais previstos §1º da Cláusula Sétima.

§ 3º Para os casos previstos no § 2º desta Cláusula, além da rescisão prevista também haverá proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos.

§ 4º A suspensão do ACORDO pelos motivos discriminados no § 1º desta Cláusula poderá ter a penalidade cancelada, caso o INSS constate que os motivos determinantes foram sanados, ou o ACORDO poderá ser rescindido, caso o Acordante apresente reiteradamente registros de irregularidades, não observando o contido nas cláusulas deste ACORDO ou normas expedidas pela Autarquia.

§ 5º Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as penalidades previstas nos §§ 1º e 2º desta Cláusula, caso apurada a responsabilidade da acordante após garantido o devido processo legal, respeitados o contraditório e a ampla defesa, tal como descrito pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

§ 6º Uma vez identificada qualquer irregularidade, o INSS enviará notificação com a descrição da conduta alegada irregular ao Acordante, para apresentação de defesa no prazo de dez (10) dias, contados a partir do recebimento da notificação, em observância ao devido processo legal.

§ 7º O ACORDO será suspenso no caso de desativação temporária da Instituição Financeira da plataforma consumidor.gov.br e será rescindido na hipótese de desativação definitiva.

§ 8º O ACORDO será suspenso se prazo médio de resposta às reclamações na modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS cadastradas na plataforma consumidor.gov.br for superior ao prazo estabelecido no inciso XXIX do §2º da Cláusula Terceira.

§ 9º O ACORDO será rescindido se o prazo médio de resposta às reclamações mencionadas no parágrafo anterior, conforme apurado pela própria plataforma, não se adequar ao prazo estabelecido no inciso XXIX do §2º da Cláusula Terceira, no prazo de 30 (trinta) dias da suspensão;

§ 10 Caso o índice de solução de reclamações apurado na plataforma consumidor.gov.br esteja abaixo de 40% (quarenta por cento) na modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS, o presente Acordo poderá ser cautelarmente suspenso por 30 (trinta dias), prorrogável por igual período, para apuração, mediante procedimento em contraditório, respeitada a ampla defesa, tal como descrito pelo art. 52-A da IN INSS/PRES nº 28, de 2008, ou de outro que venha a substituí-lo.

§ 11 Caso as justificativas apresentadas para o baixo índice de solução, na forma do parágrafo anterior, não sejam acolhidas, o acordo será rescindido.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização e a aplicação de procedimentos, sanções ou penalidades seguirão a cargo do INSS, conforme os normativos vigentes, a partir da disponibilização de dados das operações pela empresa de tecnologia responsável e pela plataforma consumidor.gov.br.

§1º A empresa de tecnologia responsável disponibilizará mensalmente em sistema de informações próprio ao INSS os dados, em nível gerencial e operacional, das operações de crédito consignado, bem como dos registros pormenorizados e os dados relacionados aos contratos.

§2º Quando solicitado, a Acordante terá que disponibilizar por meio da empresa de tecnologia, os documentos que subsidiaram a formalização da consignação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação deste ACORDO será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste ACORDO. E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam este ACORDO é assinado eletronicamente pelas partes, na presença das testemunhas, identificadas e qualificadas, as quais também assinam, para que surta os efeitos jurídicos.

Brasília, 25 de junho de 2020.

**ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**  
Diretor de Benefícios do INSS

**LUIZ CASTELLANI PEREZ**  
Diretor da Acordante

**WAGNER CESAR PAVÃO**  
Diretor da Acordante

<b>Testemunha INSS</b>
Nome: Karina Viana de Freitas
CPF nº:118.894.107-05
<b>Testemunha Acordante</b>
Nome: Wilson Valério Vieira
CPF nº: 283.426.018-46



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CASTELLANI PEREZ, Usuário Externo**, em 29/06/2020, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER CESAR PAVÃO, Usuário Externo**, em 29/06/2020, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 30/06/2020, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON VALÉRIO VIEIRA, Usuário Externo**, em 30/06/2020, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO, Diretor(a)**, em 02/07/2020, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1126381** e o código CRC **9E0D632A**.

## ANEXO I

**PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E A ACORDANTE PARA REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

Banco Industrial do Brasil S.A.
CNPJ: 31.895.683/0001-16
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.543-901
telefone: (11) 3049-9700
e-mail: implantacao@bib.com.br

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
CNPJ: 29.979.036/0001-40
Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco O, 8º Andar, Brasília/DF, CEP 70070-946
telefone: (61) 3313-3946
e-mail: acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br

### 1. DO OBJETO:

Operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para

pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme previsto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

## 2. DAS METAS:

2.1 Consignar na renda mensal dos benefícios previdenciários o valor para pagamento de operações de empréstimos e de cartão de crédito contraído pelos titulares de benefícios previdenciários perante o Acordante.

2.2 Repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para o Acordante.

2.3 Ofertar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários mais atrativas que as praticadas no mercado.

2.4 Regulamentar a relação contratual entre o beneficiário do INSS e a Instituição Financeira e entidade equiparada.

2.5 Impedir o comando ou alteração de qualquer operação de consignação de empréstimos e de cartão de crédito sem a autorização prévia do beneficiário, nos termos do ACORDO.

## 3. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das consignações;	Após publicação do ACORDO.
3.2 Consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito autorizados pelos titulares de benefícios pelo INSS;	Conforme cronograma da folha de pagamento (maciça);
3.3 Repasse dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários, em parcela única, em favor do Acordante, por meio de depósito em conta corrente indicada ou transferência para a conta “reserva bancária” definida, pelo INSS ao Acordante;	Quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício.
3.4 A Acordante deverá informar ao INSS qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na sua estrutura seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;	Prazo de cinco (05) dias úteis,
3.5 Repasse ao INSS, pela Acordante, dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo o crédito consignado;	O ressarcimento relativo ao exercício financeiro anterior, será objeto de apuração do INSS, devendo ser recolhido no prazo de 30 dias, a partir da notificação a Acordante;
3.6 As operações relativas às operações de tecnologia da informação serão objeto de tratativa entre a empresa de tecnologia responsável e a instituição financeira ou entidade equiparada, sem interveniência do INSS;	As tratativas para celebração do contrato com a empresa de tecnologia competente deverão ser iniciadas em até 45 dias após a publicação, em diário oficial, do Acordo com o INSS;



3.7 Início das operações de empréstimo ou cartão de crédito pela Acordante;	Após a formalização do contrato com a empresa de tecnologia competente;
3.8 Prazo máximo para início das operações de empréstimo ou cartão de crédito pela Acordante;	Noventa (90) dias após a formalização do contrato com a empresa de tecnologia competente;

#### **4. DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:**

4.1 As consignações dos descontos para pagamento dos empréstimos e de operações com cartão de crédito não poderão exceder, no momento da contratação o limite previsto na Lei nº 10.820, de 2003, bem como nas Instruções Normativas que regulamentem o assunto.

4.2 Na hipótese de coexistência dos descontos de consignações de empréstimos e cartões de crédito com os descontos compulsórios relativos a:

I - contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social;

II - pagamento de benefícios além do devido;

III - imposto de renda retido na fonte; e

IV - pensão alimentícia fixada formalmente estabelecida, prevalecerão os obrigatórios.

4.3 A consignação ou retenção recairá somente sobre as parcelas mensais fixas integrais e o eventual saldo devedor deverá ser objeto de acerto entre a instituição financeira e o beneficiário.

4.4 A contratação de empréstimo ou cartão de crédito constitui uma operação entre instituição financeira e beneficiário, cabendo, unicamente às partes, zelar pelo seu cumprimento. Eventuais necessidades de acertos de valores sobre retenções/consignações pagas ou contratadas deverão ser objeto de ajuste entre o beneficiário e a Acordante;

#### **5. DOS CUSTOS:**

Não há repasse orçamentário entre os Acordantes, sendo que o ressarcimento de todos os custos operacionais será realizado nos termos da Cláusula Sétima do Acordo.

#### **6. DO INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO:**

A execução do objeto do ACORDO terá início após o cumprimento estabelecido no item 3.1, ficando a vigência e a prorrogação vinculadas aos prazos estabelecidos no ACORDO.

Brasília, 25 de junho de 2020.

**ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**  
Diretor de Benefícios do INSS

**LUIZ CASTELLANI PEREZ**  
Diretor da Acordante

**WAGNER CESAR PAVÃO**  
Diretor Adjunto da Acordante

<b>Testemunha INSS</b>
Nome: Karina Viana de Freitas
CPF nº:118.894.107-05
<b>Testemunha Acordante</b>
Nome: Wilson Valério Vieira
CPF nº: 283.426.018-46

---

**Referência:** Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1126381

NAO ENCONTRADO REGISTRO P/CGC= 31895683 - BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A  
SISBACEN 84102/0001-KARINA CAD. INF. CREDITOS NAO QUITADOS 25062020 11:10  
TRANSACAO PISP600 CONSULTAS MISP600

OPCAO	DESCRICAO	INFORME	OS	CAMPOS
----	-----	----	----	----
1	CONSULTA CGC/CPF INADIMPLENTE	X	X	
2	CONSULTA POR TERMO DO NOME			X
----	-----	----	----	----

OPCAO: 1

- 1- CGC...: 31895683
- 2- CPF...: \_\_\_\_\_
- 3- TERMO DO NOME: a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_

OBS: Na opcao 2, sempre que possivel, informe mais de um TERMO DO NOME para tornar mais rapida a consulta.

ENTRA/ENTER=SEGUE  
PF1/13=S.O.S

PF3/15=RETORNA  
PF12/24=ENCERRA



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**Minuta de Extrato**

**[Extrato de ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 71/2020]**

**INSTRUMENTO:** Processo nº 35014.082469/2020-36. **ESPÉCIE:** Acordo de Cooperação Técnica. **PARTES:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. **OBJETO:** Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pelas Leis nº 10.953, de 27 de setembro de 2004; nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; nº 13.172, de 21 de outubro de 2015; nº 13.183, de 4 de novembro de 2015 e nº 13.313, de 14 de julho de 2016, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº. 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. **DATA DA ASSINATURA :** 30/06/2020. **SIGNATÁRIOS:** pelo INSS: ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO, Diretor de Benefícios e pela Instituição Financeira: LUIZ CASTELLANI PEREZ e WAGNER CESAR PAVÃO, Diretores. **VIGÊNCIA:** 05 (cinco) anos a contar da publicação.

**ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**

Diretor de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS**, **Chefe de Divisão**, em 30/06/2020, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1130824** e o código CRC **5E747F03**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1130824



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, em 30/06/2020.**

**Ref.:** Processo  
nº 35014.082469/2020-36

**Int.:** BANCO  
INDUSTRIAL DO  
BRASIL S.A.

**A s s . :** Acordo de  
Cooperação Técnica -  
Empréstimo Consignado

1. Informamos que diante da aprovação da **NOTA TÉCNICA Nº 32/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN (0795395)** foi disponibilizado o Termo do **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 71/2020** e respectivo Plano de Trabalho (1126381) para assinatura eletrônica dos representantes e testemunha indicada pela Requerente.
2. Os documentos encontram-se devidamente assinados.
3. Registre-se que foram atualizadas as certidões expiradas no decorrer da análise deste processo conforme registrado na Nota Técnica, conforme a seguir:
  - CADIN : 1130809
  - CND Estadual: 1126250
4. Pelo exposto, disponibilizamos o Termo do ACT e Plano de Trabalho no bloco de assinatura nº 12003 para assinatura do Diretor de Benefícios, bem como segue Minuta do Extrato (1130824) para apreciação, assinatura e envio ao Serviço de Publicidade Legal - SEPL para publicação do Extrato.
5. Pelo exposto, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários-CGPGSP para ciência e, posterior encaminhamento à Diretoria de Benefícios – DIRBEN para atendimento ao item 4 e posterior devolução a esta Divisão de Consignações em Benefícios-DCBEN.

**KARINA VIANA DE FREITAS**  
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 30/06/2020, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1130918** e o código CRC **3BB5B227**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1130918





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários

**DESPACHO**

**Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários, em 30/06/2020.**

**Ref.:** Processo nº 35014.082469/2020-36

**Int.:** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Ass.:** Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado

1. Diante da aprovação da **NOTA TÉCNICA Nº 32/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN (0795395)** foi disponibilizado o Termo do **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 71/2020** e respectivo Plano de Trabalho (1126381) para assinatura eletrônica dos representantes e testemunha indicada pela Requerente.

2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para avaliação.

**SAULO MILHOMEM DOS SANTOS**

Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários



Documento assinado eletronicamente por **SAULO MILHOMEM DOS SANTOS, Coordenador(a) Geral**, em 30/06/2020, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1170601** e o código CRC **0EB4273C**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1170601



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios

**Extrato de ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 71/2020**

**INSTRUMENTO:** Processo nº 35014.082469/2020-36. **ESPÉCIE:** Acordo de Cooperação Técnica. **PARTES:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. **OBJETO:** Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pelas Leis nº 10.953, de 27 de setembro de 2004; nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; nº 13.172, de 21 de outubro de 2015; nº 13.183, de 4 de novembro de 2015 e nº 13.313, de 14 de julho de 2016, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº. 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. **DATA DA ASSINATURA :** 02/07/2020. **SIGNATÁRIOS:** pelo INSS: ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO, Diretor de Benefícios e pela Instituição Financeira: LUIZ CASTELLANI PEREZ e WAGNER CESAR PAVÃO, Diretores. **VIGÊNCIA:** 05 (cinco) anos a contar da publicação.

**ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**

Diretor de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**, **Diretor(a)**, em 02/07/2020, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1184141** e o código CRC **42C32F4B**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1184141



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios

**DESPACHO**

**Diretoria De Benefícios, em 02/07/2020.**

**Ref.:** Processo  
nº 35014.082469/2020-36

**Int.:** BANCO  
INDUSTRIAL DO  
BRASIL S.A.

**A s s . :** Extrato de  
ACORDO DE  
COOPERAÇÃO  
TÉCNICA 71/2020

1. Trata-se de Extrato de ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 71/2020.
2. De ordem do Diretor de Benefícios, encaminhe-se ao Serviço de Publicidade Legal - SEPL para publicação do Extrato.

**ALINE TOFETI NAVES**

Assessora Técnica



Documento assinado eletronicamente por **ALINE TOFETI NAVES**, Analista do Seguro Social, em 02/07/2020, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1187234** e o código CRC **B242D6EB**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1187234



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Assessoria De Comunicação Social  
Coordenação De Comunicação Social  
Serviço De Publicidade Legal

**DESPACHO**

**Serviço De Publicidade Legal, em 02/07/2020.**

1. O Extrato de Acordo nº 71 foi encaminhado para o Diário Oficial da União de 03.07.2020.
2. Restitua-se para as devidas providências.

**DANIELA MIRANDA DA SILVA OLIVEIRA**

Chefe do Serviço de Publicidade Legal do INSS - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA MIRANDA DA SILVA OLIVEIRA**, **Chefe de Serviço Substituto(a)**, em 02/07/2020, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1187850** e o código CRC **2C21517C**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1187850

8. As pessoas físicas e as demais pessoas jurídicas poderão participar da oferta de que trata este comunicado, por intermédio das instituições referidas no parágrafo primeiro.

9. A presente oferta pública será realizada exclusivamente pelo módulo Ofpub, previsto no Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE  
Chefe

COMUNICADO Nº 35.884, DE 1º DE JULHO DE 2020

Divulga as condições de oferta pública para a realização de operações de swap para fins de rolagem do vencimento de 03/08/2020.

O Banco Central do Brasil, tendo em vista o disposto na Resolução 2.939 e na Circular 3.099, ambas de 26 de março de 2002, torna público que, das 11:30 às 11:40 horas do dia 2 de julho de 2020, acolherá propostas das instituições financeiras participantes do módulo Oferta Pública (Ofpub) para a realização de operações de swap a serem registradas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A., nos termos do "Contrato de Swap Cambial com Ajuste Periódico Baseado em Operações Compromissadas de Um Dia - SCS" daquela bolsa, com as seguintes características:

Data de Início	Data de Vencimento	Posição assumida pelo Banco Central	Posição assumida pelas inst. financeiras	Quantidade de contratos
03/08/2020	03/11/2020	compradora	vendedora	até 12.000
03/08/2020	01/03/2021	compradora	vendedora	até 12.000

2. Serão aceitos no máximo até 12.000 contratos a serem distribuídos a critério do Banco Central do Brasil, entre os vencimentos acima mencionados.
3. Na formulação das propostas, limitadas a cinco por instituição, deverão ser informadas a quantidade de contratos e a respectiva taxa de juros representativa de cupom cambial, expressa como taxa linear anual, base 360 dias corridos, com três casas decimais.
4. Na apuração da presente oferta pública será utilizado o critério de preço único, acatando-se todas as propostas com taxa igual ou inferior à taxa máxima aceita pelo Banco Central do Brasil, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras.
5. O resultado desta oferta pública será divulgado após apuração realizada pelo Banco Central do Brasil.
6. Após a divulgação do resultado, o Banco Central do Brasil enviará à B3 a relação das instituições contempladas, a quantidade de contratos aceita para cada uma e a taxa de juros apurada no leilão.
7. Conforme previsto em ofício-circular da B3, as instituições que tiverem suas propostas aceitas deverão eleger uma corretora associada àquela bolsa para que proceda ao pré-registro das operações de swap de que se trata.
8. As pessoas físicas e as demais pessoas jurídicas poderão participar da oferta de que trata este comunicado, por intermédio das instituições referidas no parágrafo primeiro.
9. A presente oferta pública será realizada exclusivamente pelo módulo Ofpub, previsto no Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE  
Chefe

COMUNICADO Nº 35.881 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Divulga condições para a realização de operações compromissadas com instituições financeiras participantes do módulo Oferta Pública (Ofpub).

O Banco Central do Brasil, com base no disposto no artigo 10, inciso XII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no art. 1º da Circular nº 2.884, de 6 de maio de 1999, torna público que, das 12:00 às 12:30 horas do dia 1º de julho de 2020, acolherá propostas das instituições financeiras participantes do módulo Ofpub para a realização de operações de venda de títulos públicos com compromisso de revenda assumido pela instituição financeira compradora, admitida a livre movimentação dos títulos, com as seguintes características:

I - títulos:

a) Letras do Tesouro Nacional (LTN): vencimentos em 1º/4/2021, 1º/7/2021, 1º/10/2021, 1º/1/2022, 1º/4/2022, 1º/7/2022, 1º/7/2023 e 1º/01/2024;

b) Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B): vencimentos em 15/5/2021, 15/8/2022, 15/5/2023, 15/8/2024, 15/05/2025, 15/8/2026, 15/8/2028, 15/8/2030, 15/5/2035, 15/8/2040, 15/5/2045, 15/8/2050 e 15/5/2055; e

c) Notas do Tesouro Nacional, Série F (NTN-F): vencimentos em 1º/1/2023, 1º/1/2025, 1º/1/2027, 1º/1/2029 e 1º/1/2031;

II - valor financeiro máximo desta oferta: R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), observado que, de um mesmo título/vencimento, cada instituição financeira poderá adquirir até 100% do valor de sua(s) proposta(s) aceita(s);

III - preços unitários de venda: os informados pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), às 11h30 de 01/07/2020, na página do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) na internet (www.selic.rtm);

IV - divulgação do resultado: 01/07/2020, a partir das 12h30;

V - data de liquidação da venda: 02/07/2020; e

VI - data de liquidação da revenda: 31/12/2020.

2. Na formulação das propostas, limitadas a três por instituição, deverão ser informados o percentual, com quatro casas decimais, a ser aplicado sobre o fator diário da taxa Selic deduzido de uma unidade e o valor financeiro, em milhares de reais.

3. As propostas deverão ter curso no módulo Ofpub/Ofdealer do Selic, opção "Lançamento" do submenu "Operações Compromissadas".

4. O resultado será apurado pelo critério de percentual único, acatando-se todas as propostas com percentual igual ou inferior ao percentual máximo aceito pelo Banco Central do Brasil, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras.

5. A instituição com proposta aceita deverá informar ao Demab, até as 16:00 horas de 01/07/2020, o vencimento e o valor financeiro de cada um dos títulos objeto de sua compra, utilizando o módulo "Lastro" do Selic.

6. O preço unitário da revenda será calculado com a seguinte fórmula:

$$PU_{revenda} = PU_{venda} \times P \left\{ \left[ \left( \frac{fk}{100} - 1 \right) \times \frac{S}{100} \right] + 1 \right\} - CJ1 \times P \left\{ \left[ \left( \frac{fk}{100} - 1 \right) \times \frac{S}{100} \right] + 1 \right\} - CJ2 \times P \left\{ \left[ \left( \frac{fk}{100} - 1 \right) \times \frac{S}{100} \right] + 1 \right\}$$

em que:

I - PU<sub>revenda</sub> corresponde ao preço unitário de revenda do título ao Banco Central do Brasil na data do compromisso, arredondado na oitava casa decimal;

II - PU<sub>venda</sub> corresponde ao preço unitário de venda do título pelo Banco Central do Brasil, conforme definido no primeiro parágrafo, inciso III;

III - f corresponde ao fator diário da taxa Selic, divulgado pelo Banco Central do Brasil, relativo ao k-ésimo dia útil;

IV - S corresponde ao percentual definido no quarto parágrafo;

V - n corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de liquidação da venda, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VI - CJ1 corresponde ao primeiro cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

VII - m corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VIII - CJ2 corresponde ao segundo cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

IX - q corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do segundo cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive; e

X - P corresponde ao produtório.

7. Não havendo pagamento de cupom de juros durante a vigência do compromisso, os valores "CJ1" e "CJ2" contidos na fórmula definida no sexto parágrafo serão iguais a zero.

8. As operações de que tratam este Comunicado devem ser registradas no Selic sob o código 1047.

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE  
Chefe

COMUNICADO Nº 35.885, DE 2 DE JULHO DE 2020

Divulga as Taxas Básicas Financeiras (TBF), os Redutores "R" e as Taxas Referenciais (TR) relativos a 1 de julho de 2020.

De acordo com o que determina a Resolução nº 4.624, de 18.1.2018, comunicamos que as Taxas Básicas Financeiras (TBF), os Redutores "R" e as Taxas Referenciais (TR) relativos aos períodos abaixo especificados são:

I - Taxas Básicas Financeiras (TBF):

a) de 1.7.2020 a 31.7.2020: 0,1646% (mil, seiscentos e quarenta e seis décimos de milésimo por cento);

b) de 1.7.2020 a 1.8.2020: 0,1721% (mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimo por cento);

II - Redutores "R":

a) de 1.7.2020 a 31.7.2020: 1,0054 (um inteiro e cinquenta e quatro décimos de milésimo);

b) de 1.7.2020 a 1.8.2020: 1,0054 (um inteiro e cinquenta e quatro décimos de milésimo); e

III - Taxas Referenciais (TR):

a) de 1.7.2020 a 31.7.2020: 0,0000% (zero por cento); b) de 1.7.2020 a 1.8.2020: 0,0000% (zero por cento).

ANDRE DE OLIVEIRA AMANTE  
Chefe

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 71/2020

INSTRUMENTO: Processo nº 35014.082469/2020-36. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. PARTES: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. OBJETO: Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pelas Leis nº 10.953, de 27 de setembro de 2004; nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; nº 13.172, de 21 de outubro de 2015; nº 13.183, de 4 de novembro de 2015 e nº 13.313, de 14 de julho de 2016, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº. 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. DATA DA ASSINATURA: 02/07/2020. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO, Diretor de Benefícios e pela Instituição Financeira: LUIZ CASTELLANI PEREZ e WAGNER CESAR PAVÃO, Diretores. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da publicação.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Considerando a inexistência de endereços definidos ou atendidos pelos serviços dos Correios, constantes nos sistemas utilizados pela Administração, nos termos do art. 26 da Lei 9.784/99, faculta-se o comparecimento no prazo legal para atender convocação (30 dias), apresentar defesa (30 ou 60 dias conforme o caso), interpor recurso (30 dias) ou ressarcir ao erário (60 dias), que será contado à partir do primeiro dia útil após o prazo de quinze dias contados da publicação deste edital. O interessado poderá apresentar os documentos pelos canais de atendimento eletrônico ou nas Agências da Previdência Social (APS) mediante agendamento.

GEX Curitiba. Recurso: 0631142029 Elza da Silva Ferreira; GEX Fortaleza. Recurso: 1200333257 Maria Vandete Siqueira Silva; GEX Maceió. Recurso: 5178701336 Lourival Valdevino de Andrade; 5498086233 Maria de Lourdes Lima Lira; GEX Manaus. Recurso: 5239958307 Mathilde do Amaral; 5355961920 Gloria da Silva Soares; 5195253672 Luzia Rodrigues da Silva; GEX Mossoró. Recurso: 0404323197 Matilde Bezerra da Silva; 0711194203 Jose Lourivi de Goes; GEX Natal. Recurso: 1747800608 CPF 06583401401 Michele Pereira Ramos; Cobrança: 1618305252 Maria Salete da Conceicao; GEX Ouro Preto. Recurso: 1347198170 Marcos Antonio Correa da Rocha; GEX Palmas. Recurso: 1336787314 Deniza Gomes de Oliveira; GEX Petrolina. Recurso: 7015660939 CPF 04037149664 Jane Alves da Silva Souza; 1024507529 Jose Antonio; 5325304948 Janaina Alves de Araujo; GEX São Paulo Centro. Recurso: 1358953764 Edith Maria; GEX Vitória da Conquista. Recurso: 5333716788 Joao Pereira de Sousa; 1171207481 Francinete Silva dos Santos; 7018478953 Joana Darc Barbosa; 0804651949 Atacilio Ribeiro Vieira; 5323909060 CPF 74457675172 Paula Oliveira Silva;

ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO  
Diretor de Benefícios

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - UASG 512006

Nº Processo: 35014002093202094. Objeto: Contratação de serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de área e prestação de primeiros socorros por meio de Brigada de Incêndio para a Administração Central do INSS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 03/07/2020 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Sas Quadra 02 Bloco o Sala 413, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/512006-5-00003-2020. Entrega das Propostas: a partir de 03/07/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/07/2020 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

EDU SANTOS SILVA  
Analisa do Seguro Social - Pregoeiro

(SIASGnet - 01/07/2020) 512006-57202-2020NE800009





# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/07/2020 | Edição: 126 | Seção: 3 | Página: 43

Órgão: Ministério da Economia/Instituto Nacional do Seguro Social/Diretoria de Benefícios

## EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 71/2020

INSTRUMENTO: Processo nº 35014.082469/2020-36. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. PARTES: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. OBJETO: Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pelas Leis nº 10.953, de 27 de setembro de 2004; nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; nº 13.172, de 21 de outubro de 2015; nº 13.183, de 4 de novembro de 2015 e nº 13.313, de 14 de julho de 2016, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº. 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. DATA DA ASSINATURA: 02/07/2020. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO, Diretor de Benefícios e pela Instituição Financeira: LUIZ CASTELLANI PEREZ e WAGNER CESAR PAVÃO, Diretores. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da publicação.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 302/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 09 de julho de 2020.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br

**Assunto: Publicação - Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado**

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.

Prezado(a) Senhor(a),

1. Em atenção ao requerimento de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT para operacionalização de empréstimos consignados em benefícios previdenciários, informamos a **publicação no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020**, conforme anexo.
2. Segue anexo o Termo do **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 71/2020** devidamente assinado.
3. Esclarecemos que a Requerente deverá informar a Dataprev da publicação do ACT para realizar os procedimentos necessários para efetivação das operações de empréstimo, bem como assinatura do contrato com a empresa de tecnologia responsável.
4. A Instituição Financeira que desejar, poderá manifestar interesse para renovação deste Acordo e manutenção das operações, através de ofício encaminhado ao INSS através da Divisão de Consignações em Benefícios-DCBEN, no prazo de 90 (noventa) dias antes do término da vigência do atual Acordo. A não manifestação no prazo estabelecido ensejará o encerramento das novas operações de empréstimo após o fim da vigência.

Anexos: I - Acordo de Cooperação Técnica (SEI nº 1126381).  
II - Publicação DOU (SEI nº 1232189).

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS**



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 09/07/2020, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1232207** e o código CRC **793EADBF**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1232207

**Data de Envio:**  
09/07/2020 12:21:41

**De:**  
INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Empréstimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**  
inss@bancoindustrial.com.br  
wilson.vieira@bib.com.br

**Assunto:**  
Publicação - ACT Empréstimo Consignado (OFICIO 203)

**Mensagem:**  
Prezado(a),

Segue em anexo ofício de comunicação de aprovação da celebração de ACT de empréstimo consignado com orientação para assinatura eletrônica.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício.

Atenciosamente,  
Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**  
Oficio\_SEI\_1232207.html  
Publicacao\_1232189\_Extrato\_de\_ACORDO\_DE\_COOPERACAO\_TECNICA\_N\_\_71\_2020\_\_\_Extrato\_de\_ACORDO\_DE\_COOPERACAO\_TECNICA\_N\_\_71\_2020\_\_\_DOU\_\_\_Imprensa.  
Acordo\_de\_Cooperacao\_Tecnica\_1126381.html



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 303/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 09 de julho de 2020.

À

**DATAPREV - EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA**

Departamento de Gestão de Contratos com Clientes - DECC/SUFI/DAP

Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco E/F, Via L2 Sul - Asa Sul - Brasília - DF

CEP: 70070-931

e-mail: digc@dataprev.gov.br; atendimento.consignado@dataprev.gov.br; tamara.kinupp@dataprev.gov.br;  
mauricio.moreira@dataprev.gov.br

Assunto: **Publicação - Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado - Banco Industrial do Brasil S.A (CBC 604).**

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.

Prezado(a) Senhor(a),

1. Informamos a celebração de Acordo de Cooperação Técnica para operacionalização de empréstimos consignados em benefícios previdenciários entre o INSS e o Banco Digio S.A, conforme **publicação no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020** em anexo.
2. Segue o Termo do **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 71/2020** devidamente assinado.
3. Esclarecemos que a Requerente declarou possuir qualificação técnica para efetivação do Acordo ou que se compromete a realizar as adequações necessárias no prazo estabelecido em cumprimento ao art. 18, inciso III da IN nº 28, de 2008.
4. Ainda, a Cláusula Sexta deste ACT estabelece o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação, para iniciar os procedimentos para implementação das consignações sob pena de rescisão do Acordo.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES**

O Plano de Trabalho que integra este ACORDO para todos os fins de direito, conterà os procedimentos operacionais necessários à execução do objeto. § 1º A troca de informações entre a empresa de tecnologia responsável e o Acordante será disciplinada entre a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e a empresa de tecnologia responsável, devendo formalizar ajuste bem como realizar adequações necessárias nos sistemas no prazo máximo de noventa (90) dias da publicação deste ACORDO sob pena de rescisão.

5. A Dataprev deverá comunicar ao INSS o descumprimento dos termos previstos na Cláusula Sexta pela Instituição Financeira Acordante para adotar os procedimentos necessários.

Anexos: I - Publicação DOU (SEI nº 1232189)  
II - Acordo de Cooperação Técnica (SEI nº 1126381)

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS**  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 09/07/2020, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1232689** e o código CRC **6930D70C**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1232689

**Data de Envio:**  
09/07/2020 13:23:08

**De:**  
INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Empréstimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**  
digc@dataprev.gov.br  
atendimento.consignado@dataprev.gov.br  
tamara.kinupp@dataprev.gov.br  
mauricio.moreira@dataprev.gov.br

**Assunto:**  
Publicação - ACT Empréstimo Consignado (OFICIO 303)

**Mensagem:**  
Prezado(a),

Segue em anexo ofício de comunicação de publicação da celebração de Acordo de Cooperação Técnico de empréstimo consignado entre o INSS e o Banco Industrial do Brasil para providências.

Atenciosamente,  
Divisão de Consignações em Benefícios-DCBEN

**Anexos:**  
Publicacao\_1232189\_Extrato\_de\_ACORDO\_DE\_COOPERACAO\_TECNICA\_N\_\_71\_2020\_\_\_Extrato\_de\_ACORDO\_DE\_COOPERACAO\_TECNICA\_N\_\_71\_2020\_\_\_DOU\_\_\_Imprensa\_Acordo\_de\_Cooperacao\_Tecnica\_1126381.html





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, em 10/07/2020.**

**Ref.:** Processo  
nº 35014.082469/2020-  
36

**Int.:** BANCO  
INDUSTRIAL DO  
BRASIL S/A

**A s s . :** Acordo de  
Cooperação Técnica  
- Empréstimo  
Consignado

1. Informamos a celebração do **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 71/2020** (1126381) para operacionalização de empréstimos consignados em benefícios previdenciários junto ao INSS, conforme **publicação no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020** (1232189).

2. Seguem os dados bancários indicados pela Instituição Financeira Acordante para repasse dos valores, conforme documento SEI nº 0770633:

DADOS BANCÁRIOS	
Nome	INDUSTRIAL
Razão Social	BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A
CBC	604
CNPJ	31.895.683/0001-16
Conta	Banco: 604; Agência 001; Conta 3922-7 ISPB: 31895683
Endereço	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.543-901
Telefone	(11) 3049-9700
E-mail	implantacao@bib.com.br
Contato	Wilson Valério Vieira

3. Pelo exposto, encaminhe-se à Divisão de Controle Financeiro de Benefícios - DCFIB para conhecimento e providências cabíveis e posterior devolução a esta Divisão de Consignações em Benefícios - DCBEN para posterior arquivamento.

**KARINA VIANA DE FREITAS**  
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS**, **Chefe de Divisão**, em 10/07/2020, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1240780** e o código CRC **C1D78EFC**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1240780

## Manter Contratos Bancários - Resultado

Original: 11/07/2020 - 14:00:00

Os campos precedidos com asterisco(\*) são de preenchimento obrigatório

✓ O registro foi alterado com sucesso.

⚠ As alterações surtirão efeito somente após a próxima carga de arquivos.

### Dados do Banco

Nome do Banco: 604 - BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL SA

CNPJ: 31.895.683/0001-16

### Dados dos Contratos

Contratos Vigentes								
Tipo de Contrato	Tipo de Crédito	Agência	Conta	Banco	Início de vigência	Fim de vigência	Alterar	Detalhar
Empréstimo Consignado	Conta Corrente	1	3922-7	604	15/09/2016			

[Novo Contrato - Pagamento de Benefício](#)

### Histórico de Contratos

Contratos Encerrados								
Tipo de Contrato	Tipo de Crédito	Agência	Conta	Banco	Início de vigência	Fim de vigência	Detalhar	
Empréstimo Consignado	Conta Corrente	1	3922	604	01/10/2013	12/09/2016		

[Voltar](#)

[Cancelar](#)

## Manter Contratos Bancários - Empréstimo Consignado - Detalhar

Original: 11/07/2020 - 14:00:00

Os campos precedidos com asterisco(\*) são de preenchimento obrigatório

### Dados do Banco

Nome do Banco: 604 - BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL SA

CNPJ: 31.895.683/0001-16

### Dados do Contrato

Tipo de Crédito: Conta Corrente

\*Banco: 604 - BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL SA

\*Agência: 1

\*Conta: 3922-7

\*UF: SAO PAULO

\*Município: SAO PAULO

\*Bairro: ITAIM BIBI

\*CEP: 04543-901

\*Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703

Início de vigência: 15/09/2016

Histórico dos Dados										
Início de vigência	Fim de vigência	Tipo de Crédito	Banco	Agência	Conta	UF	Município	Bairro	Endereço	CEP
13/07/2020		Conta Corrente	604	1	3922-7	SP	SAO PAULO	ITAIM BIBI	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703	4543901
15/09/2016	13/07/2020	Conta Corrente	604	1	3922-7	SP	SAO PAULO	ITAIM BIBI	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703	4543011

### Contatos

Lista de Contatos				
Nome	E-mail	Telefone	Ramal	FAX
Marcelo Ribeiro	inss@bancoindustrial.com.br	(11) 30499665		
Wilson Valério Vieira	implantacao@bib.com.br	(11) 30499700		

[Voltar](#)

[Cancelar](#)

**Incluir/Alterar Agente Contratado (06032ed)**

Nome: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

Razão Social: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

Endereço: Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1703

Beirrio: Itaim Bibi Cidade: São Paulo

CEP: 04.543-901 DDD: 11 Telefone: 3049-970 Ramal:

FAX: eMail: implantacao@bib.com.br

Início da Vigência: 05/05/2005 Fim da Vigência: / /

Contato: Wilson Valério Vieira CGC: 31.895.683/0001-16

CBC: 604 DV: 0 Código do Titular: - - -

UF: SP - SÃO PAULO Tipo Agente: 1 - Banco

Observação: Processo SEI 35014.082469/2020-36 em 13/07/2020.

**Contrato**

☐ Pagamento de Benefício

☒ Empréstimos

**Tipo de Crédito**

☐ Conta Reserva Própria

☒ Conta Corrente

☐ Conta Reserva Outra Instituição

Conta Própria **Conta Corrente** Outra Instituição

Banco: 604 Agência: 1

Conta Corrente: 3922-7 DV:

Registro salvo.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Gestão De Pessoas e Administração  
Coordenação-Geral De Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Divisão De Controle Financeiro De Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Controle Financeiro De Benefícios, em 15/07/2020.**

**Ref.:** Processo  
nº 35014.082469/2020-36

**Int.:** BANCO  
INDUSTRIAL DO  
BRASIL S/A

**A s s . :** Acordo de  
Cooperação Técnica -  
Empréstimo Consignado  
/Alteração de Domicílio  
Bancário

1. Ciente.
2. Em atenção ao documento SEI nº 0770633 e ao despacho DCBEN nº 1240780, informamos que foi realizada a atualização dos dados cadastrais do Banco Industrial do Brasil S/A (CBC 604) no Sistema de Pagamento de Benefício (SISPAGBEN) e no Sistema de Controle Financeiro (SCF) e mantido o domicílio bancário, uma vez que o informado no processo é o mesmo que estava cadastrado nos sistemas, conforme anexo Telas SISPAGBEN e SCF nº 1249787.
3. À 01.500.509 - Divisão de Consignações em Benefícios (DCBEN) para prosseguimento.

**JOSÉ MACEDO MOTA**

Chefe da Divisão de Controle Financeiro de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MACEDO MOTA, Chefe de Divisão**, em 15/07/2020, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1249817** e o código CRC **666F7DC5**.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, em 05/08/2020.**

**Ref.:** Processo  
nº 35014.082469/2020-36

**Int.:** BANCO  
INDUSTRIAL DO  
BRASIL S.A

**A s s . :** Acordo de  
Cooperação Técnica  
- Empréstimo Consignado

1. O presente tem como objeto a celebração do Acordo de Cooperação Técnico entre o INSS e a Instituição Financeira supra para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.
2. Seguidos todos trâmites legais, o Termo do **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 71/2020** foi assinado eletronicamente e publicado no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020 (1232189).
3. As partes e áreas interessadas foram comunicadas da publicação da seguinte forma:
  - 3.1. Ofício SEI nº 302/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS: à Instituição Financeira (1232207);
  - 3.2. Ofício SEI nº 303/2020/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS: Dataprev (1232689); e
  - 3.3. Despacho DCBEN: à Divisão de Controle Financeiro de Benefícios - DCFIB da Diretoria de Gestão de Pessoas de Administração-DGPA para inclusão/atualização do cadastro dos dados financeiros (1240780).
4. Finalizado o trâmite do presente, encaminhe-se a Coordenação-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários-CGPGSP para ciência com retorno a esta Divisão para arquivamento.

**KARINA VIANA DE FREITAS**  
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios





Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/08/2020, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1406351** e o código CRC **04A04F88**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1406351



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários

**DESPACHO**

**Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários, em 05/08/2020.**

**Ref.:** Processo nº 35014.082469/2020-36

**Int.:** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A

**Ass.:** Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado

1. Ciente e de acordo.

**SAULO MILHOMEM DOS SANTOS**

Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários



Documento assinado eletronicamente por **SAULO MILHOMEM DOS SANTOS, Coordenador(a) Geral**, em 05/08/2020, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1408273** e o código CRC **F69E0727**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 1408273

**Assunto:** Re: [Industrial] Assinatura do Contrato

**De:** Claudiana Freitas de Franca <claudiana.franca@dataprev.gov.br> [+] [x]

**Data:** 15/12/2020 09:18:40

**Destinatário:** Wilson Valerio Vieira <wilson.vieira@bib.com.br>, Fernanda do Amaral Pombo <fernanda.pombo@dataprev.gov.br>, "implantacao@bib.com.br" <implantacao@bib.com.br>, "Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado" <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>  
**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves <fernando.goncalves@dataprev.gov.br>, Guilherme Goncalves Brito Cortes <guilherme.cortes@dataprev.gov.br> [...]

**Anexos:** *image001.jpg* (4.3 KB) *image002.jpg* (1010 bytes) *image003.png* (764 bytes) *image004.png* (1.1 KB) *image002\_bf9325c0-97a2-4bbc-923e-775f5f54ccd2.jpg* (7.3 KB) *LinkedIn\_8792be96-44d6-45c8-a7f9-4c9f640d224a.png* (624 bytes) *icones\_redessociais\_fb\_azul\_38ba4722-fed9-4c67-864f-d7b0a7617aa1.png* (1.2 KB) *instagram\_f8a6a97f-a3bd-4e11-a143-30d519fe6889.png* (21.6 KB) [Todos os anexos]

Prezado Wilson,

Disponibilizamos em 28/09/2020 o contrato do Banco Industrial cancelado pelo nosso jurídico para assinatura do banco.

Ainda não recebemos retorno. Esta mensagem está com cópia para o INSS para ter ciência que estamos aguardando esta pendência.

O contrato está na mesma pasta onde foram disponibilizados os documentos ([https://dataprevrj-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/fernanda\\_pombo\\_dataprev\\_gov\\_br/Erz1iAtn6xpEjbgOMoGzHqsBZRFzoTEq9ARTHjFscByUqQ?e=bEjfu6](https://dataprevrj-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/fernanda_pombo_dataprev_gov_br/Erz1iAtn6xpEjbgOMoGzHqsBZRFzoTEq9ARTHjFscByUqQ?e=bEjfu6)).

Acessar a subpasta "CONTRATO CHANCELADO PARA ASSINATURA".

Após a assinatura, disponibilizá-lo na mesma pasta.

Gentileza informar, em resposta a este e-mail, para encaminharmos para assinatura da Dataprev.

Qualquer dúvida, estou à disposição.

Atenciosamente,

**Claudiana Freitas de França**

Assessor

Diretoria de Relacionamento e Negócio - DRN

[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)

Telefone (61)3207-3922 - Celular (61) 98124-8226

**De:** Claudiana Freitas de Franca

**Enviado:** quarta-feira, 2 de dezembro de 2020 09:46:21

**Para:** Wilson Valerio Vieira; Fernanda do Amaral Pombo; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves; Guilherme Goncalves Brito Cortes

**Assunto:** Re: [Industrial] Assinatura do Contrato

Prezado Wilson,

Disponibilizamos em 28/09/2020 o contrato do Banco Industrial cancelado pelo nosso jurídico para assinatura do banco.

Ainda não recebemos retorno. Posso ajudar em algo?

O contrato está na mesma pasta onde foram disponibilizados os documentos ([https://dataprevrj-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/fernanda\\_pombo\\_dataprev\\_gov\\_br/Erz1iAtn6xpEjbgOMoGzHqsBZRFzoTEq9ARTHjFscByUqQ?e=bEjfu6](https://dataprevrj-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/fernanda_pombo_dataprev_gov_br/Erz1iAtn6xpEjbgOMoGzHqsBZRFzoTEq9ARTHjFscByUqQ?e=bEjfu6)).

Acessar a subpasta "CONTRATO CHANCELADO PARA ASSINATURA".

Após a assinatura, disponibilizá-lo na mesma pasta.

Gentileza informar, em resposta a este e-mail, para encaminharmos para assinatura da Dataprev.

Qualquer dúvida, estou à disposição.

Atenciosamente,

**Claudiana Freitas de França**

*Assessor*

Diretoria de Relacionamento e Negócio - DRN

[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)

Telefone (61)3207-3922 - Celular (61) 98124-8226

---

**De:** Wilson Valerio Vieira <[wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br)>

**Enviado:** terça-feira, 3 de novembro de 2020 16:04

**Para:** Claudiana Freitas de Franca; Fernanda do Amaral Pombo; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves; Guilherme Goncalves Brito Cortes

**Assunto:** RES: [Industrial] Assinatura do Contrato

**[BIB - RESTRITO]**

Claudiana boa tarde.  
Será providenciado essa semana.



**Wilson Valerio Vieira Pagamentos | Formalização | Implantação**

Tel: (11) 3049.9864

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº1703 Vila Nova Conceição - São Paulo SP -

CEP 04543-901

www.bib.com.br | [wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br) | Acompanhe:   

Esta mensagem eletrônica pode conter informações privilegiadas e/ou confidenciais. Portanto, fica o seu receptor notificado de que qualquer disseminação, distribuição ou cópia não autorizada é estritamente proibida. Se você recebeu esta mensagem indevidamente ou por engano, por favor, informe este fato ao remetente e a apague de seu computador imediatamente.

This e-mail message may contain privileged and/or confidential information. Thus, the recipient is hereby notified that any unauthorized dissemination, distribution or copying is strictly prohibited. If you have received this e-mail message inappropriately or accidentally, please notify the sender and delete it from your computer immediately.

---

**De:** Claudiana Freitas de Franca <[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)>

**Enviada em:** quinta-feira, 29 de outubro de 2020 08:55

**Para:** Wilson Valerio Vieira <[wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br)>; Fernanda do Amaral Pombo <[fernanda.pombo@dataprev.gov.br](mailto:fernanda.pombo@dataprev.gov.br)>; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves <[fernando.goncalves@dataprev.gov.br](mailto:fernando.goncalves@dataprev.gov.br)>; Guilherme Goncalves Brito Cortes <[guilherme.cortes@dataprev.gov.br](mailto:guilherme.cortes@dataprev.gov.br)>

**Assunto:** Re: [Industrial] Assinatura do Contrato

Prezado Wilson,

Disponibilizamos há um mês o contrato do Banco Industrial cancelado pelo nosso jurídico para assinatura do banco.

Ainda não recebemos retorno. Posso ajudar em algo?

O contrato está na mesma pasta onde foram disponibilizados os documentos ([https://dataprevrj-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/fernanda\\_pombo\\_dataprev\\_gov\\_br/Erz1iAtn6xpEjbgOMoGzHqsBZRFzoTEq9ARTHjFscByUqQ?e=bEjfu6](https://dataprevrj-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/fernanda_pombo_dataprev_gov_br/Erz1iAtn6xpEjbgOMoGzHqsBZRFzoTEq9ARTHjFscByUqQ?e=bEjfu6)).

Acessar a subpasta "CONTRATO CHANCELADO PARA ASSINATURA".

Após a assinatura, disponibilizá-lo na mesma pasta.

Gentileza informar, em resposta a este e-mail, para encaminharmos para assinatura da Dataprev.

Qualquer dúvida, estou à disposição.

Atenciosamente,

**Claudiana Freitas de França**

*Gerente de Conta*

Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados - SURC

[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)

Telefone (61)3207-3922 - Celular (61) 98124-8226

---

**De:** Claudiana Freitas de Franca

**Enviado:** segunda-feira, 28 de setembro de 2020 22:53

**Para:** Wilson Valerio Vieira; Fernanda do Amaral Pombo; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves; Guilherme Goncalves Brito Cortes

**Assunto:** [Industrial] Assinatura do Contrato

Prezado Wilson,

Informo que o contrato do Banco Industrial foi cancelado pelo nosso jurídico e está disponível para assinatura do banco.

Poderia, por favor, acessar a mesma pasta onde foram disponibilizados os documentos ([https://dataprevrj-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/fernanda\\_pombo\\_dataprev\\_gov\\_br/Erz1iAtn6xpEjbgOMoGzHqsBZRFzoTEq9ARTHjFscByUqQ?e=bEjfu6](https://dataprevrj-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/fernanda_pombo_dataprev_gov_br/Erz1iAtn6xpEjbgOMoGzHqsBZRFzoTEq9ARTHjFscByUqQ?e=bEjfu6)).

O contrato está na subpasta "CONTRATO CANCELADO PARA ASSINATURA".

Após a assinatura, disponibilizá-lo na mesma pasta.

Gentileza informar, em resposta a este e-mail, para encaminharmos para assinatura da Dataprev.

Qualquer dúvida, estou à disposição.

Atenciosamente,

**Claudiana Freitas de França**

*Gerente de Conta*

Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados - SURC

[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)

Telefone (61)3207-3922 - Celular (61) 98124-8226

---

**De:** Wilson Valerio Vieira <[wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br)>

**Enviado:** segunda-feira, 24 de agosto de 2020 10:26

**Para:** Fernanda do Amaral Pombo; Claudiana Freitas de Franca; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves; Guilherme Goncalves Brito Cortes

**Assunto:** RES: RES: [Industrial] Minuta do contrato do consignado



[BIB - RESTRITO]

Bom dia.

Documento corrigido e compartilhado novamente.

**Wilson Valerio Vieira Pagamentos | Formalização |  
Implantação**



Tel: (11) 3049.9864

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº1703 Vila Nova Conceição - São Paulo SP -  
CEP 04543-901

[www.bib.com.br](http://www.bib.com.br) | [wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br) | Acompanhe:   

Esta mensagem eletrônica pode conter informações privilegiadas e/ou confidenciais. Portanto, fica o seu receptor notificado de que qualquer disseminação, distribuição ou cópia não autorizada é estritamente proibida. Se você recebeu esta mensagem indevidamente ou por engano, por favor, informe este fato ao remetente e a apague de seu computador imediatamente.

This e-mail message may contain privileged and/or confidential information. Thus, the recipient is hereby notified that any unauthorized dissemination, distribution or copying is strictly prohibited. If you have received this e-mail message inappropriately or accidentally, please notify the sender and delete it from your computer immediately.

**De:** Fernanda do Amaral Pombo <[fernanda.pombo@dataprev.gov.br](mailto:fernanda.pombo@dataprev.gov.br)>

**Enviada em:** quinta-feira, 20 de agosto de 2020 17:36

**Para:** Elaine Carolina Lacerda Lopes <[elaine.lopes@bib.com.br](mailto:elaine.lopes@bib.com.br)>; Claudiana Freitas de Franca <[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)>; Wilson Valerio Vieira <[wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br)>; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves <[fernando.goncalves@dataprev.gov.br](mailto:fernando.goncalves@dataprev.gov.br)>; Guilherme Goncalves Brito Cortes <[guilherme.cortes@dataprev.gov.br](mailto:guilherme.cortes@dataprev.gov.br)>

**Assunto:** Re: RES: [Industrial] Minuta do contrato do consignado

Prezada Elaine, boa tarde,

Identificamos um problema no arquivo salvo na pasta compartilhada "estatutonovo.pdf" - a partir da página 20 só aparecem páginas em branco.

Solicitamos gentileza compartilhar na pasta a íntegra do documento.

Atenciosamente,

**Fernanda do Amaral Pombo**

Divisão de Gestão de Contratos com Clientes - DIGC  
[fernanda.pombo@dataprev.gov.br](mailto:fernanda.pombo@dataprev.gov.br)



Esta mensagem da Dataprev, empresa pública federal, é enviada exclusivamente a(os) seu(s) destinatário(s) e protegida por sigilo profissional.

Sua utilização desautorizada é ilegal e sujeita o infrator às penas da lei. Se você a recebeu indevidamente, queira, por gentileza, reenviá-la ao emitente, esclarecendo o equívoco.

Em 11/08/2020 09:04, Elaine Carolina Lacerda Lopes escreveu:

**[BIB - RESTRITO]**

Prezada Claudiana, bom dia!

Segue:

- Item 1 (preencher com a área do banco responsável pela gestão do contrato. Na Dataprev, a gestão será feita pelo DECC): AOV (Adm. Operações Varejo)
- Havia inserido no quadro enviado anteriormente, segue novamente: 7.2 - As comunicações dirigidas à CONTRATANTE deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço: em destaque abaixo
- Item 2 - 8.4 - A fatura emitida pela DATAPREV discriminará a data de vencimento, o serviço prestado, a sua quantidade, o preço unitário e o valor total, e estará acompanhada da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços, e será enviada para o seguinte endereço eletrônico: em destaque abaixo (**E-Mail para Envio de NF:** [controle@bib.com.br](mailto:controle@bib.com.br))

<b>Endereço:</b> Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703		<b>Complemento</b>	<b>Bairro:</b> Vila Nova Conceição
<b>CEP:</b> 04543-901	<b>Cidade:</b> São Paulo	<b>UF:</b> SP	
<b>E-Mail para Comunicações:</b> <a href="mailto:implantacao@bib.com.br">implantacao@bib.com.br</a>		<b>E-Mail para Envio de NF:</b> <a href="mailto:controle@bib.com.br">controle@bib.com.br</a>	

Dúvidas, estou à disposição.

Att.,

**Elaine Lopes Implantação**

Tel: (11) 3049.9835

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº1703 Vila Nova Conceição - São Paulo SP -  
CEP 04543-901

[www.bib.com.br](http://www.bib.com.br) | [elaine.lopes@bib.com.br](mailto:elaine.lopes@bib.com.br)

Esta mensagem eletrônica pode conter informações privilegiadas e/ou confidenciais. Portanto, fica o seu receptor notificado de que qualquer disseminação, distribuição ou cópia não autorizada é estritamente proibida. Se você recebeu esta mensagem indevidamente ou por engano, por favor, informe este fato ao remetente e a apague de seu computador imediatamente.

This e-mail message may contain privileged and/or confidential information. Thus, the recipient is hereby notified that any unauthorized dissemination, distribution or copying is strictly prohibited. If you have received this e-mail message inappropriately or accidentally, please notify the sender and delete it from your computer immediately.

---

**De:** Claudiana Freitas de Franca <[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)>

**Enviada em:** sexta-feira, 7 de agosto de 2020 00:30

**Para:** Elaine Carolina Lacerda Lopes <[elaine.lopes@bib.com.br](mailto:elaine.lopes@bib.com.br)>; Wilson Valerio Vieira <[wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br)>; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves <[fernando.goncalves@dataprev.gov.br](mailto:fernando.goncalves@dataprev.gov.br)>; DIGC <[digc@dataprev.gov.br](mailto:digc@dataprev.gov.br)>

**Assunto:** Re: [Industrial] Minuta do contrato do consignado

Prezada Elaine,

Peço que sejam preenchidas as seguintes informações:

Item 1 (preencher com a área do banco responsável pela gestão do contrato. Na Dataprev, a gestão será feita pelo DECC)

#### CLÁUSULA SEXTA DO CREDENCIAMENTO

O relacionamento entre o(a) CONTRATANTE e a DATAPREV, para efeito da gestão do presente Contrato, dar-se-á exclusivamente por intermédio da XXXXXXXXXX na primeira, e do Departamento de Gestão de Contratos com Clientes - DECC na segunda, as quais credenciarão os seus respectivos representantes.

7.2 - As comunicações dirigidas à CONTRATANTE deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço:

.....

## Item 2

8.4 - A fatura emitida pela DATAPREV discriminará a data de vencimento, o serviço prestado, a sua quantidade, o preço unitário e o valor total, e estará acompanhada da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços, e será enviada para o seguinte endereço eletrônico: [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX](#)

Atenciosamente,

### **Claudiana Freitas de França**

*Analista de Relacionamento*

Departamento de Relacionamento Comercial - DERC

[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)

Telefone (61)3207-3922

---

**De:** Elaine Carolina Lacerda Lopes <[elaine.lopes@bib.com.br](mailto:elaine.lopes@bib.com.br)>

**Enviado:** quinta-feira, 6 de agosto de 2020 14:49:02

**Para:** Claudiana Freitas de França; Wilson Valerio Vieira; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves; DIGC

**Assunto:** RES: [Industrial] Minuta do contrato do consignado

[BIB - **RESTRITO**]

**Claudiana, muito obrigada!**

Seguem as respostas a respeito dos questionamentos efetuados no primeiro e-mail:

- Os representantes legais não possuem certificado digital, mas os procuradores sim. Em alguns órgãos / sistemas de consignações é permitido que o contrato seja assinado pelos procuradores com o certificado digital e enviamos os documentos dos mesmos e a procuração que dá os poderes para assinarem (mas o contrato em si deve conter os dados dos representantes legais). Caso não seja possível dessa forma, o contrato deverá ser assinado da maneira tradicional pelos representantes;
- Os dados solicitados para preenchimento da minuta estão no quadro abaixo:

<b>CNPJ da Instituição:</b> 31.895.683.0001-16		<b>Sigla:</b> BIB	
<b>Razão Social sem Abreviações:</b> Banco Industrial do Brasil S/A			
<b>Natureza Jurídica:</b> Sociedade Anônima Fechada			
<b>Endereço:</b> Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703		<b>Complemento</b>	<b>Bairro:</b> Vila Nova Conceição
<b>CEP:</b> 04543-901	<b>Cidade:</b> São Paulo	<b>UF:</b> SP	<b>FAX:</b> (11) 3049-9810
<b>Telefone Comercial:</b> (11) 3049-9700 / 9864 / 9773 / 9835		<b>Telefone Celular:</b>	
<b>E-Mail para Comunicações:</b> <a href="mailto:implantacao@bib.com.br">implantacao@bib.com.br</a>		<b>Endereço Web:</b> <a href="http://www.bib.com.br">www.bib.com.br</a>	
<b>E-Mail para Envio de NF:</b> <a href="mailto:controle@bib.com.br">controle@bib.com.br</a>			
<b>Representante Legal:</b> Luiz Castellani Perez			
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:implantacao@bib.com.br">implantacao@bib.com.br</a>		<b>Cargo:</b> Diretor	
<b>CPF:</b> 030.634.508-04	<b>RG:</b> 8.209.108-0	<b>Data Emissão:</b> 13/05/2017	<b>Órgão Emissor/UF:</b> SSP/SP
<b>Representante Legal:</b> Wagner Cesar Pavão			
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:implantacao@bib.com.br">implantacao@bib.com.br</a>		<b>Cargo:</b> Diretor Adjunto	
<b>CPF:</b> 211.320.468-15	<b>RG:</b> 4.895.694	<b>Data Emissão:</b> 13/10/2015	<b>Órgão Emissor:</b> SSP/SP

- Ficamos na dúvida sobre o que deve ser preenchido no parágrafo abaixo:

#### CLÁUSULA SEXTA DO CREDENCIAMENTO

O relacionamento entre o(a) CONTRATANTE e a DATAPREV, para efeito da gestão do presente Contrato, dar-se-á exclusivamente por intermédio da ..... na primeira, e do Departamento de Gestão de Contratos com Clientes - DECC na segunda, as quais

**credenciarão os seus respectivos representantes.**

· Em anexo, todos os documentos solicitados no item g do inciso II da cláusula quarta do contrato bem como o documento de identidade dos Representantes Legais.

Se não houver problemas para salvar os documentos na pasta, agradeço pois a liberação feita pela Infra do Banco é pontual, portanto só consegui acessar para baixar os arquivos, para anexar na pasta terei que solicitar outra liberação que pode atrasar ainda mais o processo.

Dúvidas, estou à disposição.

Att.,

Att.,

**Elaine Lopes Implantação**

Tel: (11) 3049.9835

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº1703 Vila Nova Conceição - São Paulo SP - CEP 04543-901

[www.bib.com.br](http://www.bib.com.br) | [elaine.lobes@bib.com.br](mailto:elaine.lobes@bib.com.br)

Esta mensagem eletrônica pode conter informações privilegiadas e/ou confidenciais. Portanto, fica o seu receptor notificado de que qualquer disseminação, distribuição ou cópia não autorizada é estritamente proibida. Se você recebeu esta mensagem indevidamente ou por engano, por favor, informe este fato ao remetente e a apague de seu computador imediatamente.

This e-mail message may contain privileged and/or confidential information. Thus, the recipient is hereby notified that any unauthorized dissemination, distribution or copying is strictly prohibited. If you have received this e-mail message inappropriately or accidentally, please notify the sender and delete it from your computer immediately.

---

**De:** Claudiana Freitas de Franca <[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)>

**Enviada em:** quinta-feira, 6 de agosto de 2020 14:13

**Para:** Elaine Carolina Lacerda Lopes <[elaine.lobes@bib.com.br](mailto:elaine.lobes@bib.com.br)>; Wilson Valerio Vieira <[wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br)>; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)



**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves <[fernando.goncalves@dataprev.gov.br](mailto:fernando.goncalves@dataprev.gov.br)>; DIGC <[digc@dataprev.gov.br](mailto:digc@dataprev.gov.br)>

**Assunto:** Re: [Industrial] Minuta do contrato do consignado

Prezada Elaine,

Obrigada pelo retorno.

Para adiantar o processo, seguem anexos os insumos do contrato.

Se conseguirem enviar as informações e os documentos por e-mail, salvarei na pasta e daremos seguimentos aos trâmites.

Atenciosamente,

**Claudiana Freitas de França**

*Analista de Relacionamento*

Departamento de Relacionamento Comercial - DERC

[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)

Telefone (61)3207-3922

---

**De:** Elaine Carolina Lacerda Lopes <[elaine.lopes@bib.com.br](mailto:elaine.lopes@bib.com.br)>

**Enviado:** quinta-feira, 6 de agosto de 2020 13:36:05

**Para:** Claudiana Freitas de Franca; Wilson Valerio Vieira; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves; DIGC; Fernando Ribeiro Goncalves

**Assunto:** RES: [Industrial] Minuta do contrato do consignado

[BIB - **RESTRITO**]

Prezada Claudiana, boa tarde!

Desde que recebemos o e-mail, estamos tentando acessar o link e baixar os arquivos.

Ocorre que, por questões de segurança não possuímos acesso liberado a todos os tipos de sites / downloads.

Precisamos solicitar à nossa infraestrutura a liberação, e dado ser um processo moroso, eles finalizaram apenas hoje o processo. Daremos andamento e qualquer dúvida, informarei.

Att.,

**Elaine Lopes Implantação**

Tel: (11) 3049.9835

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº1703 Vila Nova Conceição - São Paulo SP - CEP 04543-901

[www.bib.com.br](http://www.bib.com.br) | [elaine.lopes@bib.com.br](mailto:elaine.lopes@bib.com.br)

Esta mensagem eletrônica pode conter informações privilegiadas e/ou confidenciais. Portanto, fica o seu receptor notificado de que qualquer disseminação, distribuição ou cópia não autorizada é estritamente proibida. Se você recebeu esta mensagem indevidamente ou por engano, por favor, informe este fato ao remetente e a apague de seu computador imediatamente.

This e-mail message may contain privileged and/or confidential information. Thus, the recipient is hereby notified that any unauthorized dissemination, distribution or copying is strictly prohibited. If you have received this e-mail message inappropriately or accidentally, please notify the sender and delete it from your computer immediately.

---

**De:** Claudiana Freitas de Franca <[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)>

**Enviada em:** quinta-feira, 6 de agosto de 2020 13:30

**Para:** Wilson Valerio Vieira <[wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br)>; [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves <[fernando.goncalves@dataprev.gov.br](mailto:fernando.goncalves@dataprev.gov.br)>; DIGC <[digc@dataprev.gov.br](mailto:digc@dataprev.gov.br)>; Fernando Ribeiro Goncalves <[fernando.goncalves@dataprev.gov.br](mailto:fernando.goncalves@dataprev.gov.br)>

**Assunto:** Re: [Industrial] Minuta do contrato do consignado

Prezado Sr Wilson,

Não tivemos nenhum retorno do Banco Industrial para formalização do contrato com a Dataprev. Poderia, por favor, confirmar se receberam as orientações passadas. Seguem novamente nesta thread.

Estou à disposição para prestar qualquer esclarecimento acerca deste processo de

contratação.

Aguardamos retorno.

Atenciosamente,

**Claudiana Freitas de França**

*Analista de Relacionamento*

Departamento de Relacionamento Comercial - DERC

[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)

Telefone (61)3207-3922

---

**De:** Claudiana Freitas de Franca

**Enviado:** segunda-feira, 13 de julho de 2020 11:47

**Para:** [wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br); [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

**Cc:** Fernando Ribeiro Goncalves; Alan do Nascimento Santos; DIGC

**Assunto:** [Industrial] Minuta do contrato do consignado

Prezado Sr Wilson,

Seguem orientações para o processo de assinatura do contrato.

Solicitamos gentileza confirmar a possibilidade dos signatários assinarem o documento eletronicamente através de certificado digital. Ressaltamos que tanto a minuta do contrato como as orientações aqui contidas têm como premissa esta possibilidade.

Disponibilizamos acesso ao repositório abaixo (OneDrive) para tramitação eletrônica da documentação relativa ao contrato.

[https://dataprevrj-my.sharepoint.com/:f/g/personal/fernanda\\_pombo\\_dataprev\\_gov\\_br/\\_Erz1iAtn6xpEjbgOMoGzHqsBZRFzoTEq9ARTHjFscByUqQ?e=bEjfu6](https://dataprevrj-my.sharepoint.com/:f/g/personal/fernanda_pombo_dataprev_gov_br/_Erz1iAtn6xpEjbgOMoGzHqsBZRFzoTEq9ARTHjFscByUqQ?e=bEjfu6)

A pasta está com acesso para os seguintes e-mails: [wilson.vieira@bib.com.br](mailto:wilson.vieira@bib.com.br); [implantacao@bib.com.br](mailto:implantacao@bib.com.br)

Solicitamos:

1- Enviar-nos as informações dos dados da Instituição Financeira necessárias para preenchimento da minuta contida no link acima, em particular nos pontos assinalados em amarelo do arquivo. As informações podem ser enviadas em resposta a este mail.

2 - Disponibilização, no mesmo repositório, da documentação mencionada no item g do inciso II da cláusula quarta do contrato. Favor disponibilizar também cópia autenticada de CPF e RG dos signatários.

Uma vez providenciados os dois pontos acima, solicitamos gentileza informar, em resposta a este e-mail, para que encaminhemos para chancela do departamento jurídico da Dataprev, que efetuará também assinatura digital do documento.

Após a chancela jurídica, iniciaremos o processo das assinaturas - para isso, entraremos em contato para novas orientações.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Claudiana Freitas de França**

*Analista de Relacionamento*

Departamento de Relacionamento Comercial - DERC

[claudiana.franca@dataprev.gov.br](mailto:claudiana.franca@dataprev.gov.br)

Telefone (61)3207-3922



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 381/2021/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 10 de novembro de 2021.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br

Assunto: **GESTORES DE ACESSO - Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado.**

*Referência:* Caso responda este Ofício, **indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.**

Prezado(a)s,

1. Em atenção a publicação do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre esta Autarquia e a Instituição Financeira qualificada acima, solicitamos a indicação de dois gestores os quais serão responsáveis por cadastrar os usuários do Portal de Operações do Consignado.
2. Abaixo, as informações necessárias para cadastro no GID IAM:
  - 2.1. Nome;
  - 2.2. Nome Social;
  - 2.3. CPF;
  - 2.4. E-mail Corporativo (único por usuário);
  - 2.5. E-mail Particular (diferente do corporativo);
  - 2.6. CBC da Instituição Financeira.
3. A resposta deverá ser encaminhada, no prazo de 10 (dez) dias, através de ofício peticionado eletronicamente diretamente no sistema SEI processo NUP nº 35014.082469/2020-36.
4. Dúvidas encaminhar para <atend.consignadoapi@dataprev.gov.br> com o assunto: **Gestores de Acesso - Portal Operações do Consignado.**

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS**  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE, Técnico do Seguro Social**, em 10/11/2021, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5499690** e o código CRC **98B76429**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 5499690



**Data de Envio:**

10/11/2021 12:33:13

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

implatacao@bib.com.br

**Assunto:**

GESTORES DE ACESSO\_Oficio 381\_INDUSTRIAL\_35014.082469/2020-36

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo ofício de exigência com a documentação necessária para celebração do Acordo de Cooperação Técnica - ACT de empréstimo consignado para prosseguimento da análise.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_5499690.html



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 446/2021/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 24 de novembro de 2021.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br

**Assunto: GESTORES DE ACESSO - Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado - REITERAÇÃO AO OFÍCIO 381/2021**

*Referência:* Caso responda este Ofício, **indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.**

Prezado(a)s,

1. Em atenção a publicação do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre esta Autarquia e a Instituição Financeira qualificada acima, solicitamos a indicação de dois gestores os quais serão responsáveis por cadastrar os usuários do Portal de Operações do Consignado.
2. Abaixo, as informações necessárias para cadastro no GID IAM:
  - 2.1. Nome;
  - 2.2. Nome Social;
  - 2.3. CPF;
  - 2.4. E-mail Corporativo (único por usuário);
  - 2.5. E-mail Particular (diferente do corporativo);
  - 2.6. CBC da Instituição Financeira.
3. A resposta deverá ser encaminhada, no prazo de 10 (dez) dias, através de ofício peticionado eletronicamente diretamente no sistema SEI processo NUP nº 35014.082469/2020-36.
4. Dúvidas encaminhar para <atend.consignadoapi@dataprev.gov.br> com o assunto: **Gestores de Acesso - Portal Operações do Consignado.**

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS**  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE, Técnico do Seguro Social**, em 24/11/2021, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5649832** e o código CRC **3EB6CFBB**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 5649832

**Data de Envio:**

24/11/2021 15:02:27

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

**Assunto:**

GESTORES DE ACESSO\_Oficio 446\_industrial\_35014.082469/2020-36

**Mensagem:**

Prezados,

Em atenção a publicação do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre esta Autarquia e a Instituição Financeira qualificada acima, solicitamos a indicação de dois gestores os quais serão responsáveis por cadastrar os usuários do Portal de Operações do Consignado, conforme ofício anexo.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_5649832.html



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 480/2021/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 06 de dezembro de 2021.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

**Assunto: GESTORES DE ACESSO - Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado - REITERAÇÃO AO OFÍCIO 381 E AO 446/2021**

*Referência:* Caso responda este Ofício, **indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.**

Prezado(a)s,

1. Em atenção a publicação do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre esta Autarquia e a Instituição Financeira qualificada acima, solicitamos a indicação de dois gestores os quais serão responsáveis por cadastrar os usuários do Portal de Operações do Consignado.
2. Abaixo, as informações necessárias para cadastro no GID IAM:
  - 2.1. Nome;
  - 2.2. Nome Social;
  - 2.3. CPF;
  - 2.4. E-mail Corporativo (único por usuário);
  - 2.5. E-mail Particular (diferente do corporativo);
  - 2.6. CBC da Instituição Financeira.
3. A resposta deverá ser encaminhada, no prazo de 10 (dez) dias, através de ofício peticionado eletronicamente diretamente no sistema SEI processo NUP nº 35014.082469/2020-36.
4. Dúvidas encaminhar para <atend.consignadoapi@dataprev.gov.br> com o assunto: **Gestores de Acesso - Portal Operações do Consignado.**

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS**  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE, Técnico do Seguro Social**, em 06/12/2021, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5777855** e o código CRC **C42F0409**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 5777855



**Data de Envio:**

06/12/2021 10:13:18

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br  
wilson.vieira@bib.com.br  
implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

GESTORES DE ACESSO\_Oficio 480\_industrial\_35014.082469/2020-36

**Mensagem:**

Prezados,

Em atenção a publicação do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre esta Autarquia e a Instituição Financeira qualificada acima, solicitamos a indicação de dois gestores os quais serão responsáveis por cadastrar os usuários do Portal de Operações do Consignado, conforme ofício anexo.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_5777855.html  
Oficio\_SEI\_5649832.html  
Oficio\_SEI\_5499690.html

Ao  
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS  
Diretoria de Benefícios  
Divisão de Consignações em Benefícios

Assunto: Resposta ao Ofício SEI nº 480/2021/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS  
Processo nº 35014.082469/2020-36

Por meio deste, o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.895.683/0001-16, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 – CEP 04543-001 Itaim Bibi, vem indicar dois gestores os quais serão responsáveis por cadastrar os usuários do Portal de Operações do Consignado.

1		2	
Nome	Wilson Valério Vieira	Nome	Marcelo Gama e Silva de Oliveira
Nome Social	Wilson Valério Vieira	Nome Social	Marcelo Gama e Silva de Oliveira
CPF	283.426.018-46	CPF	416.798.490-34
E-mail Corporativo	wilson.vieira@bib.com.br	E-mail Corporativo	marcelo.oliveira@bib.com.br
E-mail Particular	wilvalerio@hotmail.com	E-mail Particular	marcelogamaoliveira@gmail.com
CBC da Instituição	604	CBC da Instituição	604

São Paulo, 06 de Dezembro de 2021

Atenciosamente,

FABIO  
MARQUES:106  
49217870

Assinado de forma digital  
por FABIO  
MARQUES:10649217870  
Dados: 2021.12.06  
17:56:23 -03'00'

MARCELO GAMA E  
SILVA DE  
OLIVEIRA:41679849034

Assinado de forma digital por  
MARCELO GAMA E SILVA DE  
OLIVEIRA:41679849034  
Dados: 2021.12.06 12:29:17  
-03'00'

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-901 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>IP utilizado:</b>	177.69.82.25
<b>Data e Horário:</b>	06/12/2021 18:08:55
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Ofício Ofício Indicação de Gestores de Acesso	5790477
---	---------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 29/2023/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

**Assunto: TERMO ADITIVO ao Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado - Para adequação aos termos da IN INSS/PRES Nº138/2022.**

**Referência:** Caso responda este Ofício, **indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.**

Prezado(a)s,

1. Com a publicação da INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 138 de 10 de novembro de 2022, faz-se necessário celebrar Termo Aditivo para adequação aos critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraídos nos benefícios pagos pelo INSS.

2. A Acordante deverá **encaminhar ofício contendo a anuência ao Termo Aditivo**, bem como, informar:

2.1. Indicação do nome e CPF do **responsável pela assinatura do ACT**, com o artigo do estatuto social, ou do ato específico, ou do ato de delegação que estabelece a competência para firmar o Acordo com envio de documentos pessoais (documento de identificação civil e CPF);

2.2. Indicação do nome completo da **testemunha**, para assinatura do ACT, com envio de documentos pessoais (documento de identificação civil e CPF).;

2.3. **Procuração** ou ato que outorga ou delega competências ao representante legal para firmar o Acordo, observando competência estabelecida no Estatuto Social ou Regimento Interno (se houver);

2.3.1. Em caso de **procuração** apresentar cópia dos documentos dos dirigentes que assinaram a procuração e dos representantes que receberam os poderes para firmar o Acordo;

2.4. Estatuto Social, Regimento Interno ou Contrato Social e alterações atualizadas registradas em cartório competente;

2.5. Ata da última Assembleia Geral de **eleição dos atuais os dirigentes**;

2.6. Ofício de **homologação do capital social** atualizado pelo Banco Central;

- 2.7. Termo de posse dos dirigentes/representantes que assinarão o Termo do Acordo e assinaram a **procuração**, se houver, observando a previsão que autoriza a assinatura de Acordo estabelecida no Estatuto Social ou Regimento Interno ou procuração;
- 2.8. Declaração **individualizada** de Desimpedimento de exercer função de administrador, referente a cada representante que assinará o ACT, conforme Estatuto Social (**modelo ANEXO III**);

3. Apresentar as seguintes certidões atualizadas (**todos os documentos devem ser gerados em PDF**):

- 3.1. **CND** Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- 3.2. **CND** Tributos e Dívida Ativa Estadual;
- 3.3. **CND** Tributos e Dívida Ativa Distrital (se houver);
- 3.4. **CND** Tributos e Dívida Ativa Municipal;
- 3.5. **CNDT** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 3.6. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, emitido pela CAIXA;
- 3.7. Certidão do CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, emitido pela CGU, consulta **C N P J**, no site: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis/>
- 3.8. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal-CADIN, emitido pelo Sispagben;
- 3.9. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 3.10. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, emitida pelo TCU, consulta **CNPJ**, no site <https://contas.tcu.gov.br/>;
- 3.11. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, emitida pelo TCU, consulta **CPF dos representantes que assinarão o ACT**;
- 3.12. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitida pelo CNJ, consulta **CNPJ**, no site [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 3.13. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitida pelo CNJ, consulta **CPF dos representantes que assinarão o ACT**;
- 3.14. Certidão Contas Julgadas Irregulares, emitida pelo TCU, consulta **CNPJ**, no site;
- 3.15. Certidão Contas Julgadas Irregulares, emitida pelo TCU, consulta **CPF dos representantes que assinarão o ACT**, no site <https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:3:0;>
- 3.16. Certidão de inabilitados para função pública, emitida pelo TCU, consulta **CPF dos representantes que assinarão o ACT**, no site <https://contas.tcu.gov.br/ords/>

4. Segue anexo lista dos documentos dos documentos obrigatórios para celebração do ACT (inclusive renovação) que deverão ser encaminhados via **peticionamento eletrônico**, no Sistema SEI-INSS, diretamente e individualmente no processo informado acima, o cadastramento deverá ser realizado pelo responsável para envio da documentação, através do link: **SEI\_USUÁRIO\_EXTERNO**.

5. Para o cadastramento ao Sistema SEI-INSS deverão ser preenchidos as informações através do link **SEI\_USUÁRIO\_EXTERNO**. Os documentos pessoais (RG, comprovante de residência e declaração de veracidade) deverão ser encaminhados para o e-mail <[acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)>, com o assunto "Cadastro Externo NOME DA IF - NUP

35014.XXXXX/XXXX-XX".

6. As exigências deverão ser cumpridas **no prazo de 30 (trinta) dias**.
7. Eventual solicitação de prorrogação de prazo deverá ser apresentada, **antes do vencimento do prazo do item 6**, em ofício devidamente justificado peticionado no SEI-INSS diretamente no processo.
8. Segue em anexo a nova minuta do acordo em adequação a Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 10 de novembro de 2022, conforme alterações introduzidas pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 100, de 28 de dezembro de 2018, bem como pela Portaria nº 76/2020/DIRBEN/INSS, de 03 de fevereiro de 2020, bem como o Plano de Trabalho para conhecimento.
9. O não ajuste e a não adaptação da Acordante a todos os termos da nova Instrução Normativa INSS Nº 138 DE 10/11/2022, nos prazos mencionados nesta, ensejará a rescisão do atual Acordo.

Anexos: I - INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 138/2022, de 10 de novembro de 2022;  
II - Cadastro usuário externo SEI-INSS\_v2  
III - Orientações Gerais ACT - Lista de Anexos

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS**  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE, Técnico do Seguro Social**, em 09/01/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10220820** e o código CRC **6C0977C7**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 10220820



**Data de Envio:**

09/01/2023 17:31:41

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br  
wilson.vieira@bib.com.br  
implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

INDUSTRIAL\_35014.082469/2020-36\_ADITIVO\_OFÍCIO 29/2023

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo ofício de exigência com a documentação necessária para celebração do Termo Aditivo ao ACT de empréstimo consignado para adequação aos termos da IN INSS/PRES nº 138/2022

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

1.Cadastro usuário externo SEI-INSS\_v2.pdf  
1.Cheklis e Anexos - Orientações (atualizado 05.01.2023).pdf  
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES\_INSS Nº 138, D...MBRO DE 2022 - DOU - Imprensa Nacional.pdf  
Oficio\_SEI\_10220820.html



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 305/2023/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 25 de abril de 2023.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

Assunto: **ASSUNTO: Taxa de juros cobrados aos beneficiários do INSS pela Acordante.**

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.

Prezado(a) Senhor(a),

1. Cumprimentando-o cordialmente, solicitamos que a Instituição Consignatária em epígrafe informe qual taxa de juros mensal praticada.
2. As instituições consignatárias acordantes, não poderão praticar taxas acima do estabelecido.

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS**

DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE**, Técnico do Seguro Social, em 25/04/2023, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11453983** e o código CRC **6E461720**.



**Data de Envio:**

25/04/2023 15:25:05

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

INDUSTRIAL\_35014.082469/2020-36\_

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo ofício de exigência com a documentação necessária para celebração do Acordo de Cooperação Técnica - ACT de empréstimo consignado para prosseguimento da análise.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_11453983.html



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -  
PFE/INSS - SEDE  
COORDENAÇÃO DE MATÉRIA DE PARCERIAS E RESIDUAL

**PARECER REFERENCIAL n. 00001/2023/COMAP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**

**NUP: 35014.037933/2021-11**

**INTERESSADOS: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADO ENTRE O INSS E O BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I - Termo Aditivo ao ACT firmado entre INSS e o BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A. para adequação aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 138, de 10 de novembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS Nº 143, de 10 de fevereiro de 2023.

II - Necessidade de: 1) utilização da minuta-padrão de Termo Aditivo; 2) comprovação da legitimidade dos acordantes (competência tanto do representante do INSS quanto da entidade privada); 3) certificação do interesse comum dos entes envolvidos em relação ao objeto a ser pactuado; 4) manutenção das condições iniciais de habilitação; e 5) verificação da validade de todos os documentos antes da assinatura do Termo.

III - Recomendação de acolhimento do pleito da área técnica para que o presente parecer seja adotado como MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL, na forma da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014. Necessidade de que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação e cumpre todos os requisitos apontados.

## 1. RELATÓRIO

1. Trata-se de processo encaminhado pelo Despacho SEI 11578648 da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, para análise jurídica do Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 131/2021 assinado em 15/10/2021 (SEI/INSS 5293965 e 5125392) e celebrado entre o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS e o BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A. para adequação aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 10 de novembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 143, de 10 de fevereiro de 2023.

2. No que interessa a esta análise os autos encontram-se instruídos com os seguintes documentos:

- Acordo de Cooperação Técnica - ACT celebrado entre o INSS e o BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A., tendo por objeto a operacionalização do disposto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito com o Acordante (SEI/INSS 5125392);
- Ofício SEI nº 77/2023/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/PRES-INSS, encaminhado ao BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A., informando sobre a necessidade de celebração de Termo Aditivo, em face da publicação da INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 138/2022 (SEI/INSS 10235469);
- Ofício do BANCO ITAÚ S.A. informando os representantes que irão assinar o Termo Aditivo (SEI/INSS 10440317);

- o Minuta do Termo Aditivo ao ACT, com previsão de que a nova redação proposta ao Acordo de Cooperação Técnica - ACT seja válida e automaticamente aplicada a todos os instrumentos já firmados e/ou que vierem a ser firmados pelas correspondentes bancárias e/ou filiais às Instituições Consignatárias que aderirem à parceria com o INSS (SEI/INSS 11509117);
- o NOTA TÉCNICA Nº 64/2023/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN, manifestando o de acordo com a minuta do Termo Aditivo (SEI/INSS 11502018);
- o NOTA TÉCNICA Nº 67/2023/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN, complementando a Nota Técnica anterior, com informações acerca da urgência e necessidade de minuta-padrão (SEI/INSS 11697638).

3. O procedimento veio para análise da Procuradora signatária por força do art. 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 c/c o art. 10 da Instrução Normativa Conjunta PGF/INSS nº 01, de 19 de março de 2010 e do art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

4. É o relatório, segue o exame.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 Do caráter repetitivo da matéria: aplicação da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014

5. No âmbito da Advocacia-Geral da União, a possibilidade de edição de manifestações jurídicas referenciais é prevista na Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, nos seguintes termos:

#### **ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

6. Nessa linha, a Procuradoria Geral Federal editou a Portaria PGF nº 262, de 5 de maio de 2017, que regulamentou a elaboração e a divulgação de Manifestação Jurídica Referencial pelos seus órgãos de execução no desempenho das atividades de consultoria jurídica. Destacam-se os seguintes dispositivos:

#### **PORTARIA PGF Nº 262, de 5 DE MAIO DE 2017**

"Art. 1º Disciplinar a elaboração e a divulgação de manifestação jurídica referencial pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal- PGF no desempenho das atividades de consultoria jurídica.

Parágrafo único. Considera-se manifestação jurídica referencial aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a obrigatoriedade legal de elaboração de parecer individualizado para os respectivos casos concretos.

Art. 2º São requisitos para a elaboração de manifestação jurídica referencial:



I - o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes que acarrete sobrecarga de trabalho devidamente comprovada e venha a impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

II - a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§1º As Orientações Normativas editadas pelo Advogado Geral da União e as orientações jurídicas firmadas pelo Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONSU e aprovadas pelo Procurador-Geral Federal deverão ser observadas previamente à elaboração da manifestação jurídica referencial.

§2º As Câmaras Permanentes e Provisórias auxiliarão o DEPCONSU na elaboração de suas orientações jurídicas a respeito de manifestações jurídicas referenciais.

§3º A manifestação jurídica referencial deverá conter capítulo específico destinado à demonstração dos requisitos enunciados no caput.

Art. 3º Os órgãos de execução da PGF competentes para realizar atividades de consultoria jurídica, nos termos do art. 3º da Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013, deverão priorizar a avaliação da possibilidade de elaboração de manifestações jurídicas referenciais.

§1º A eficácia da manifestação jurídica fica condicionada à sua aprovação pelo Chefe do órgão de execução da PGF competente, nos termos da Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013, admitindo-se ato de delegação de competência conforme dispositivos previstos no Capítulo VI da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§2º Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação. (...)

7. A possibilidade da utilização de manifestações jurídicas referenciais é admitida, também, pelo Tribunal de Contas da União, como se infere do excerto a seguir colacionado:

*“9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão 2674/2014-Plenário, TC 004.757/2014-9, relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, 8/10/2014).*

8. Conforme se depreende da Nota Técnica nº 64/2023/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN (SEI/INSS 11697638), a Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão informou que o Termo Aditivo submetido à análise jurídica desta Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - PFE/INSS, *tem por objeto a adequação aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138 de 10 de novembro de 2022 (alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS Nº 143 de 10 de fevereiro de 2023) em decorrência da superveniência de atos que impactaram diretamente no crédito consignado em benefícios pagos pelo INSS, e da adoção de procedimentos com o fito de desburocratizar/simplificar o trâmite de concessão de crédito por parte das instituições consignatárias acordantes, em benefícios previdenciários que possuam representante legal, a fim de facilitar o acesso ao crédito, pós pandemia provocada pelo coronavírus.*

9. A setorial técnica solicitou, ainda, a adoção da minuta do Termo Aditivo como padrão, sob o seguinte fundamento:

(...);

6.5. Justifica-se a urgência da matéria em razão de que, no dia 12/05/2023, encerrou-se o prazo trazido pela retromencionada IN 138, para que as Instituições Financeiras Consignatárias

realizassem as adequações necessárias e se adaptassem aos termos do normativo. Diante disso, a Coordenação-Geral de Pagamentos de Benefícios (CGPAG/DIRBEN), de ofício, comunicou aos bancos que estenderia o prazo até o fim do mês (31/05/2023) para os respectivos ajustes e aditamentos nos ACT's vigentes.

6.6. Por fim, data máxima vênia, solicitamos a esta douta PFE, urgência na análise da minuta-padrão, para aditivarmos cada um dos 75 (setenta e cinco) (11699587) processos de ACT para empréstimo consignado, em andamento no âmbito desta Divisão de Consignações (DCBEN/INSS).

10. Note-se que a alteração normativa promovida na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022 resultou na necessidade de **aditamento de 75 (setenta e cinco) processos de Acordo de Cooperação Técnica - ACT para empréstimo consignado**, conforme rol constante do SEI/INSS 11699587, que revela um significativo número de processos, com elevado impacto nas atividades desta PFE/INSS, restando demonstrado o atendimento ao item II, "a" da Orientação Normativa AGU nº. 55, de 2014.

11. Citados processos, quando utilizam minutas padronizadas, ostentam aspectos burocráticos de simples conferência de documentos e prazos, sem questões jurídicas relevantes, o que atrai a aplicação do item II, "b" da Orientação Normativa AGU nº. 55, de 2014. Desse modo, não há dúvidas quanto à viabilidade em se adotar a presente manifestação como parecer referencial, dispensando-se a análise individualizada de tais processos por este órgão de consultoria jurídica, **salvo a existência de dúvida jurídica - caso em que deverão os autos ser encaminhados para análise jurídica**.

12. Sobre o tema, cumpre destacar que a PFE/INSS, elaborou o PARECER REFERENCIAL n. 00001/2019/DAADM/CGMAD/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (SEI/INSS 3878230), que versa sobre a celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, bem como a minuta-padrão de ACT, que subsidiou, entre outros, a elaboração da Portaria DIRBEN/INSS nº 76, de 3 de fevereiro de 2020.

13. A presente manifestação visa registrar os apontamentos da PFE/INSS sobre a adequação de Acordos de Cooperação Técnica que objetivem a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, **aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022 (alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 143, de 2023), bem como da minuta-padrão de Termo Aditivo, dispensando-se o envio do processo para análise da PFE/INSS, conforme estabelecido na mencionada Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014**.

14. Ressalte-se, ainda, o explicitado na parte final do inciso I da referida Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, **segundo o qual compete ao órgão assessorado (é dizer, a autoridade competente para decidir o processo em questão), atestar, com respaldo em elementos objetivos demonstrados nos autos do processo, que o assunto em tela é o tratado na manifestação jurídica referencial**, por meio de despacho expresso, além de juntar aos autos uma **lista de verificação dos itens arrolados no capítulo da instrução processual deste parecer referencial (item 26)**, bem como certificar expressamente o atendimento de todas as suas recomendações, para o fim de não encaminhar o processo à Procuradoria.

15. Ademais, sempre que algum processo tratar de adequação de Acordos de Cooperação Técnica à Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 143, de 2023, **que não esteja abordado nesta manifestação, ou houver dúvida jurídica quanto a pontos específicos em um caso concreto, bem como alterações de reflexo jurídico (modificações, prorrogação)**, não se pode deixar de encaminhar o processo para apreciação e manifestação desta PFE/INSS, com fundamento neste Parecer Referencial.

## 2.2 Da finalidade e abrangência do parecer jurídico

16. A PFE/INSS esclarece que por não deter competências típicas de gestão ou de auditoria (art. 10 da Lei nº 10.480, de 2002, art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993 e Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, Enunciado nº 7), a presente manifestação referencial **analisa apenas matérias jurídicas inerentes à adequação por Termo Aditivo**

**de Acordos de Cooperação Técnica que objetivem a operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 143, de 2023, não apreciando os aspectos técnicos, econômicos, contábeis e financeiros existentes ao presente feito, porquanto próprios dos juízos de conveniência e oportunidade da Administração Pública, a ser realizada no âmbito de cada processo.**

17. Cabe salientar que as observações não possuem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. No caso, **sua decisão deve ser expressamente fundamentada**, conforme exige o art. 50, VII, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e art. 2º e seguintes do Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019.

### 2.3 Da instrução processual

18. Tratando-se de proposta de Termo Aditivo que objetiva adequar Acordo de Cooperação Técnica aos ditames da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022 (alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 143, de 2023), aplica-se o regime jurídico estabelecido na Lei nº. 8.666, de 1993, no que couber, na Portaria DIRBEN/INSS nº 76, de 2020 e na multicitada Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 2022, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 143, de 2023.

19. Quanto à **forma** do ato proposto – Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica - o instrumento que se pretende utilizar para alterar algumas Cláusulas de ajuste inicial para fins de acomodação aos novos regramentos legais é adequado.

20. No tocante à **competência para a subscrição do aditivo por parte do INSS**, observa-se que pode ser subscrito pelo Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, nos termos do art. 20 do Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022: *aos Diretores e aos Superintendentes Regionais incumbe firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou instrumentos congêneres do INSS, do Fundo do Regime Geral da Previdência Social e dos demais benefícios e serviços operacionalizados pelo INSS, em suas áreas de atuação.*

21. Deve-se atestar a **competência dos representantes da entidade Acordante**, mediante Procuração com outorga de poderes aos representantes para assinatura de contratos referentes a consignação em folha de pagamento.

22. Observa-se, também, a necessidade de **confluência de interesses de ambos os pactuantes, que deve ser atestada expressamente nos autos.**

23. No que tange à **manutenção das condições iniciais de habilitação**, aplica-se ao caso o disposto no art. 27 e ss. da Lei nº. 8.666, de 1993. Assim, para a celebração do termo aditivo em referência, **deverá restar demonstrada a manutenção da habilitação jurídica, da qualificação econômico-financeira, da regularidade fiscal e da trabalhista e, ainda, o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que lhe foram exigidas quando da celebração do ajuste.**

24. **Sobre a regularidade fiscal da Acordante, observa-se que deve ser comprovada na data da celebração do aditamento**, por meio dos seguintes documentos: consultas ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao CNJ, à Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União e ao CADIN, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

25. Pelo exposto, para a regularidade jurídica do pretendido Termo Aditivo, os autos **devem estar instruídos com a indicação da localização das folhas ou documentos SEI dos requisitos acima elencados, quais sejam:**

- a. utilização da minuta-padrão de Termo Aditivo;
- b. comprovação da legitimidade dos acordantes (competência tanto do representante do INSS quanto da entidade privada);
- c. certificação do interesse comum dos entes envolvidos em relação ao objeto a ser pactuado;
- d. manutenção das condições iniciais de habilitação; e
- e. verificação da validade de todos os documentos antes da assinatura do Termo.

2.4 Da minuta de Termo Aditivo

26. O quadro abaixo sintetiza as **modificações** que o Termo Aditivo almeja em Acordo de Cooperação Técnica, conforme cláusula segunda da minuta-padrão anexa.

REDAÇÃO ORIGINAL (SEI/INSS 11509117)	NOVA REDAÇÃO
<p><b>CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO</b></p> <p>Este ACORDO tem por objeto a operacionalização do disposto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito consignado e/ou cartão consignado de benefício concedido pela Acordante.</p> <p>§ 1º As parcelas contratadas são deduzidas diretamente do pagamento mensal do benefício." (NR)</p>	<p><b>CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO</b></p> <p>Este TERMO tem por objeto a adequação aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138 de 10 de novembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 143, de 10 de fevereiro de 2023 e pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 146, de 31 de março de 2023.</p> <p>Parágrafo único. As parcelas contratadas são deduzidas diretamente do pagamento mensal do benefício, observado o disposto no art. 22 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 10 de novembro de 2022. (NR)</p>
<p><b>CLÁUSULA SEGUNDA - DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO E/OU CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIOS</b></p> <p>.....</p> <p>(...)</p> <p>IV - também será admitido o acesso autenticado, alternativamente ao reconhecimento biométrico, desde que as contratações sejam formalizadas por beneficiários diretamente na instituição financeira ou por meio dos canais eletrônicos da instituição financeira (incluído pela IN INSS/PRES Nº 143, de 2023);</p>	<p><b>CLÁUSULA SEGUNDA - DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO E/OU CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIOS</b></p> <p>.....</p> <p>(...)</p> <p>IV - nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, também será admitido o acesso autenticado, alternativamente ao reconhecimento biométrico, desde que as contratações sejam formalizadas por beneficiários diretamente na instituição financeira ou por meio dos canais eletrônicos da instituição financeira;.</p>
<p><b>CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES</b></p> <p>§ 1º Das obrigações do INSS:</p> <p>.....</p> <p>(...)</p> <p>VI - acompanhar periodicamente a manutenção das condições de habilitação e qualificação das instituições financeiras acordantes, por consulta à situação de regularidade no Siafi/Sicaf, bem como se estão adimplentes no Cadin;</p>	<p><b>CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES</b></p> <p>§ 1º Das obrigações do INSS:</p> <p>.....</p> <p>(...)</p> <p>VI - acompanhar periodicamente a manutenção das condições de habilitação e qualificação das instituições financeiras acordantes, por consulta à situação de regularidade no Siafi/Sicaf, bem como se estão adimplentes no Cadin; o cumprimento das normas e AOCTs relativos à operação do crédito consignado disciplinado na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138,</p>

(...)	de 2022; e a qualidade dos serviços prestados pelas instituições consignatárias acordantes; (...)
<p align="center"><b>CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES</b></p> <p>..... (...)</p> <p>§ 2º A empresa de tecnologia responsável é incumbida da segurança da rotina de envio das informações de créditos em favor da Acordante, observado os limites legais estabelecidos pela LGPD, em atenção ao art. 28 da IN INSS/PRES Nº 138, de 2022; (...)</p>	<p align="center"><b>CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES</b></p> <p>..... (...)</p> <p>§2º A empresa de tecnologia responsável é incumbida tantos dos procedimentos operacionais, quanto pela segurança da rotina de envio das informações de créditos em favor da Acordante, observado os limites legais estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em atenção ao art. 28 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022. (...)</p>
<p align="center"><b>CLÁUSULA NONA - DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO</b></p> <p>A rescisão deste ACORDO poderá ocorrer por iniciativa de ambas ou de apenas uma das partes, obedecendo o disposto nos art. 472 e 473 do Código Civil, enquanto que a suspensão e/ou a rescisão deste ACORDO, são sanções que devem seguir o rito disciplinado nos art. 36 e 37, da Instrução Normativa INSS Nº 138 DE 10/11/2022.</p> <p>§ 1º O presente ACORDO será suspenso, por determinação do INSS, na ocorrência de hipótese prevista nos incisos do artigo 36 da IN INSS/PRES Nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la.</p> <p>§ 2º O presente ACORDO será rescindido nas hipóteses previstas na IN INSS/PRES Nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la, bem como em razão do não repasse dos custos operacionais previstos §1º da Cláusula Sétima. (...)</p>	<p align="center"><b>CLÁUSULA NONA - DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO</b></p> <p>A rescisão deste ACORDO poderá ocorrer por iniciativa de ambas ou de apenas uma das partes, obedecendo o disposto nos arts. 472 e 473 do Código Civil, enquanto a suspensão e/ou a rescisão deste ACORDO são sanções que devem seguir o rito disciplinado nos arts. 36 e 37, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022.</p> <p>§ 1º O presente ACORDO será suspenso, por determinação do INSS, na ocorrência de hipótese prevista nos incisos do artigo 36 da IN INSS/PRES nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la.</p> <p>§ 2º O presente ACORDO será rescindido nas hipóteses previstas na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la, bem como em razão do não repasse dos custos operacionais previstos no §1º da Cláusula Sétima. (...)</p>

27. Além das Cláusulas citadas acima, **a minuta do Termo Aditivo acrescentou as disposições abaixo:**

REDAÇÃO ORIGINAL (SEI/INSS 11509117)	NOVA REDAÇÃO
<p align="center"><b>CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO</b></p> <p>Este TERMO tem por objeto a adequação aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138 de 10 de novembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS Nº 143 de 10 de fevereiro de 2023.</p>	<p align="center"><b>CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO</b></p> <p>Este TERMO tem por objeto a adequação aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 10 de novembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 143, de 10 de fevereiro de 2023 e pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 146, de 31 de março de 2023.</p>

<p align="center"><b>CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES</b></p> <p>Será operacionalizado pelas instituições consignatárias acordantes e credenciadas para esse fim, o desconto referente ao pagamento de empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, constantes no plano de trabalho do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o INSS e a Acordante, e em seus respectivos anexos, observadas as alterações estabelecidas neste instrumento.</p> <p>§ 1º A nova redação aqui proposta ao Acordo de Cooperação Técnica - ACT é válida e automaticamente aplicada a todos os instrumentos já firmados e/ou que vierem a ser firmados pelas correspondentes bancárias e/ou filiais às Instituições Consignatárias que aderirem à parceria com o INSS.</p> <p>§ 2º O presente TERMO será parte integrante de todos os instrumentos já firmados e/ou que vierem a ser firmados pela Instituição Consignatária Acordante.</p> <p align="center"><b>CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES</b></p> <p>O Acordo de Cooperação Técnica - ACT, firmando entre o INSS e a Acordante em 19 de outubro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>	<p align="center"><b>CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES</b></p> <p>2.1. Será operacionalizado pelas instituições consignatárias acordantes e credenciadas para esse fim, o desconto referente ao pagamento de empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, constantes no plano de trabalho do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o INSS e a Acordante, e em seus respectivos anexos, observadas as alterações estabelecidas neste instrumento.</p> <p>Parágrafo único. O presente TERMO será parte integrante de todos os instrumentos já firmados e/ou que vierem a ser firmados pela Instituição Consignatária Acordante.</p> <p>2.2. O Acordo de Cooperação Técnica - ACT, firmando entre o INSS e a Acordante em [data do ACT], passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>(...)</p>
<p align="center"><b>CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO</b></p> <p>A publicação deste TERMO deverá ser efetivada pelo INSS, em forma de extrato, no DOU, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até vinte dias daquela data, na forma prevista no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.</p>	<p align="center"><b>CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO</b></p> <p>A publicação deste TERMO deverá ser efetivada pelo INSS, em forma de extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até vinte dias daquela data, na forma prevista no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.</p>

28. Anote-se que as cláusulas que não constam dos quadros acima permanecem com a redação original.

29. Do exame da minuta de Termo Aditivo encaminhada a esta Procuradoria (SEI/INSS 11509117), não se vislumbra óbice jurídico à sua utilização pelo INSS, desde que adotada a nova redação proposta e discutida com a DIRBEN, por correio eletrônico, que resultou na minuta-padrão anexa a este parecer referencial.

30. São essas as considerações feitas por força do art. 131, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 10 da Lei nº 10.480, de 2002 e com o art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

### 3. CONCLUSÃO

31. Diante de todo o exposto, restrita aos aspectos jurídico-legais do caso em apreço, opina-se pela aprovação da minuta-padrão anexa de Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica, desde que sejam observadas as recomendações apresentadas, **em especial contidas nos parágrafos 14 e 25 deste opinativo.**



32. Além disso, em se tratando de Manifestação Jurídica Referencial, compete ao INSS atestar que o assunto do processo é o mesmo tratado por este Parecer Referencial (matéria idêntica), por meio de despacho fundamentado e contendo as informações necessárias e indicação das folhas dos documentos, para o fim de não encaminhar processos de casos futuros idênticos para a Procuradoria, isto é, a dispensa do envio de processos para exame individualizado pela Procuradoria fica condicionada ao pronunciamento expresso, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da Manifestação Jurídica Referencial ora exarada sobre o tema, juntado aos autos referida MJR.

33. Sendo referencial a presente Manifestação Jurídica consultiva, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a abordagem aqui realizada poderão, de agora em diante, dispensar análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que a situação concreta se amolda aos termos desta manifestação. Não sendo o caso, a persistência de dúvida de cunho jurídico deverá resultar na remessa do processo administrativo ao órgão de consultoria jurídica para exame individualizado, mediante formulação dos questionamentos jurídicos específicos, nos moldes da Portaria PGF nº 526, de 2013.

34. Por fim, de acordo com o art. 4º da Portaria PGF nº 262, de 2017, as Manifestações Jurídicas Referenciais aprovadas pelo chefe do órgão de execução deverão ser disponibilizadas na página do órgão de execução da PGF no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União; encaminhadas à autoridade assessorada, para que possa utilizá-las; e à Subprocuradoria Federal de Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral Federal, para ciência.

35. Feitas essas considerações, sugere-se o encaminhamento dos autos à **Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão- DIRBEN**, com vistas às providências necessárias ao prosseguimento do feito.

36. É o parecer, elaborado através do Sistema AGU de Inteligência Jurídica – SAPIENS.

À consideração superior.

Brasília, 18 de maio de 2023.

*(assinado eletronicamente)*

**PATRICIA CRISTINA LESSA FRANCO MARTINS**  
PROCURADORA FEDERAL

---

### **DESPACHO**

Recomendo a aprovação, com fundamento no disposto no Art. 3º, § 1º, da Portaria/PGF n. 262, de 05 de maio de 2017, do PARECER REFERENCIAL n. 00001/2023/COMAP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, da lavra da Dra. PATRICIA CRISTINA LESSA FRANCO MARTINS, por seus próprios e jurídicos fundamentos, e anexa minuta-padrão de Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica respectivo.

Destaca-se que o art. 37, X, da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016 erigiu a "realização de estudos para fins de uniformização de entendimentos" como verdadeiro princípio da Advocacia Pública, o que se busca efetivar com a pretendida manifestação jurídica referencial.

Remetam-se à consideração do Exmo. Sr. Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, para aprovação nos termos do art. 7º da Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009 combinado com art. 13 da Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013 e art. 3º, § 1º, da Portaria PGF nº 262, de 5 de maio de 2017, com sugestão, em caso de aprovação, de posterior encaminhamento à Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS e à Subprocuradoria Federal de Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral Federal, além do encaminhamento para disponibilização na página da PFE/INSS no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União, para os fins previstos no art. 4º da citada Portaria PGF nº 262, de 5 de maio de 2017, com a redação determinada pela Portaria

PGF nº 338, de 4 de abril de 2019, bem como às Procuradorias e demais Chefias junto às Gerências Executivas e Superintendências Regionais, nos termos do art. 17 da Instrução Normativa Conjunta PGF/INSS nº 01, de 19 de março de 2010.

(assinado eletronicamente)

**ALEX DA COSTA GRAÇANO**

PROCURADOR FEDERAL

COORDENADOR-GERAL DE MATÉRIA DE PESSOAL, PARCERIAS E RESIDUAL  
SUBSTITUTO

---

**DESPACHO**

De acordo com o PARECER REFERENCIAL n. 00001/2023/COMAP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU e a minuta-padrão de termo aditivo anexa.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

**NATALIA HALLIT MOYSES**

PROCURADORA FEDERAL

SUBPROCURADORA-GERAL DA PFE-INSS

---

**DESPACHO**

APROVO, com fundamento no disposto no art. 3º, § 1º da Portaria PGF nº 262, de 05 de maio de 2017, o PARECER REFERENCIAL n. 00001/2023/COMAP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU e a minuta-padrão de termo aditivo anexa, conforme proposto no despacho supra.

Ressalvo que a adoção do parecer referencial, que deve ser empregado restritivamente à **hipótese fática nele mencionada**, sem prejudicar **consultas específicas** por parte dos Gestores em razão de **dúvidas pontuais correlacionadas**.

Os casos que demandarem **alterações específicas** não contempladas neste parecer referencial deverão ser submetidas ao **exame individualizado** da PFE-INSS.

Ademais, registro que a PFE-INSS poderá rever de ofício o parecer referencial quando houver evolução de entendimentos adotados ou quando tomar ciência de questão que mereça recomendação específica.

Isto posto, **(a)** encaminhe-se à DIRBEN e à Subprocuradoria Federal de Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral Federal e **(b)** publique-se na página da PFE/INSS no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União, observados os termos do art. 4º da citada Portaria PGF nº 262, de 5 de maio de 2017.

(assinado eletronicamente)

**BRUNO JUNIOR BISINOTO**

PROCURADOR FEDERAL

PROCURADOR-GERAL DA PFE-INSS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35014037933202111 e da chave de acesso ed024223



Documento assinado eletronicamente por BRUNO JÚNIOR BISINOTO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1167278694 e chave de acesso ed024223 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): BRUNO JÚNIOR BISINOTO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 25-05-2023 14:45. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento assinado eletronicamente por NATÁLIA HALLIT MOYSES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1167278694 e chave de acesso ed024223 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): NATÁLIA HALLIT MOYSES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 25-05-2023 12:11. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento assinado eletronicamente por ALEX DA COSTA GRACANO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1167278694 e chave de acesso ed024223 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALEX DA COSTA GRACANO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 25-05-2023 12:09. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento assinado eletronicamente por PATRICIA CRISTINA LESSA FRANCO MARTINS, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1167278694 e chave de acesso ed024223 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): PATRICIA CRISTINA LESSA FRANCO MARTINS, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 25-05-2023 12:01. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -  
PFE/INSS - SEDE  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL  
SETOR DE AUTARQUIAS SUL QUADRA 2 BLOCO O 3º ANDAR

---

**MINUTA-PADRÃO DE TERMO ADITIVO**

**NUP: 35014.037933/2021-11**

**INTERESSADOS: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E A  
ACORDANTE PARA ADEQUAÇÃO AOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA  
INSS/PRES Nº 138, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022**

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, doravante denominado **INSS**, Autarquia Federal, vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência, instituído na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, criado pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, e Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco “O”, Brasília/DF, CEP 70070-946, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, neste ato representado por seu seu Diretor(a), **[NOME DO REPRESENTANTE DO INSS EM NEGRITO]**, inscrito no CPF nº [ nº do CPF], no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, Capítulo V, Seção II, do Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022; e o **[NOME DO ACORDANTE EM NEGRITO]**, doravante denominado **ACORDANTE**, com sede [endereço completo do Acordante com CEP], inscrito no CNPJ sob o nº [nº do CNPJ], neste ato representado por seu [nome do cargo do representante legal do Acordante], **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO ACORDANTE EM NEGRITO]**, CPF nº [ nº do CPF], no uso das atribuições que lhes confere o [citar dispositivo do Estatuto Social ou Regimento Interno que confere poderes ao signatário] do Acordante, celebram este **TERMO ADITIVO**, adiante denominado somente **TERMO**, nos termos da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 e da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138 de 10 de novembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 143 de 10 de fevereiro de 2023; e ao processo SEI [nº do processo SEI], consoante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este TERMO tem por objeto a adequação aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 10 de novembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 143, de 10 de fevereiro de 2023 e pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 146, de 31 de março de 2023.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

2.1. Será operacionalizado pelas instituições consignatárias acordantes e credenciadas para esse fim, o desconto referente ao pagamento de empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, constantes no plano de trabalho do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o INSS e a Acordante, e em seus respectivos anexos, observadas as alterações estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo único. O presente TERMO será parte integrante de todos os instrumentos já firmados e/ou que vierem a ser firmados pela Instituição Consignatária Acordante.

2.2. O Acordo de Cooperação Técnica - ACT, firmando entre o INSS e a Acordante em [data do ACT], passa a vigorar com as seguintes alterações:

#### **"CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este ACORDO tem por objeto a operacionalização do disposto no art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito consignado e/ou cartão consignado de benefício concedido pela Acordante.

Parágrafo único. As parcelas contratadas são deduzidas diretamente do pagamento mensal do benefício, observado o disposto no art. 22 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 10 de novembro de 2022".

#### **"CLÁUSULA SEGUNDA - DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO E/OU CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIOS**

.....  
§ 1º A averbação da contratação de crédito consignado pelo titular do benefício ocorrerá desde que:

I - a operação seja realizada com a própria instituição consignatária acordante ou por meio do correspondente bancário, sendo a primeira, responsável pelos atos em seu nome;

II - o desconto seja formalizado por meio de contrato firmado e assinado, com uso de reconhecimento biométrico, apresentação de documento de identificação oficial, válido e com foto, e CPF, juntamente com a autorização da consignação tratada abaixo;

III - a autorização da consignação seja dada de forma expressa, assinada com uso de reconhecimento biométrico, não sendo aceita autorização dada por ligação telefônica e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência;

IV - nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, também será admitido o acesso autenticado, alternativamente ao reconhecimento biométrico, desde que as contratações sejam formalizadas por beneficiários diretamente na instituição financeira ou por meio dos canais eletrônicos da instituição financeira;

V – o benefício não esteja bloqueado para empréstimos, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022;

VI – o somatório dos descontos de crédito consignado, no momento da averbação, não exceda o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor da margem consignável do benefício, conforme previsto no § 5º do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, sendo de até:

a) até 35% (trinta e cinco por cento) para as operações exclusivamente de empréstimo pessoal;

b) até 5% (cinco por cento) para as operações exclusivamente de cartão de crédito; e

c) até 5% (cinco por cento) para as operações exclusivamente de cartão consignado de benefício.

VII – não exceda 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas;

VIII – o valor do empréstimo pessoal contratado seja depositado:

a) na conta bancária que corresponda àquela na qual o benefício é pago; ou

b) em conta corrente ou poupança, designada expressamente pelo contratante, da qual ele seja o titular, ou, ainda, por meio de ordem de pagamento, preferencialmente na agência/banco onde é pago mensalmente o benefício, para os beneficiários que recebem na modalidade de cartão magnético;

IX – seja efetivada no Estado (Unidade da Federação – UF) em que o benefício é mantido. “(NR)

#### **"CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

§ 1º Das obrigações do INSS:

.....  
II – proceder à suspensão da consignação ou constituição de RMC no sistema de benefícios, caso inexistir autorização ou a Acordante não atenda à solicitação nos prazos e formas fixadas na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou outra que venha substituí-la;

III – reativar, na forma do art.3º, parágrafo único da Resolução INSS N° 321, de 11 de julho de 2013, no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de RMC suspensa, na forma da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, quando da apresentação pela Acordante de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício, caracterizando assim a consignação como procedente. Esta reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos pela DIRBEN;

IV – consignar os valores relativos às parcelas de empréstimos pessoal consignado, cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício autorizados pelos titulares de benefícios e repassar à Acordante, no prazo estabelecido no inciso I deste parágrafo, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO;

VI - acompanhar periodicamente a manutenção das condições de habilitação e qualificação das instituições financeiras acordantes, por consulta à situação de regularidade no Siafi/Sicaf, bem como se estão adimplentes no Cadin; o cumprimento das normas e ACTs relativos à operação do crédito consignado disciplinado na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022; e a qualidade dos serviços prestados pelas instituições consignatárias acordantes;

§ 2º Das obrigações da Acordante:

II - para inclusão de contratos de crédito consignado no processamento da folha de pagamento dos benefícios do mês corrente, deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a empresa de tecnologia responsável, o arquivo contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal consignado, cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na renda mensal do benefício de aposentadoria, pensão por morte, renda mensal vitalícia paga pelo INSS, na forma disciplinada pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la, observado o leiaute do “Protocolo de Integração” estabelecido entre o INSS e a empresa de tecnologia responsável;

V - encaminhar à empresa de tecnologia responsável, nos prazos e formas fixados na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la, o contrato firmado e assinado, com uso de reconhecimento biométrico, apresentação do documento de identificação oficial, válido e com foto, CPF e a autorização da consignação assinada com o uso de reconhecimento biométrico;

VI - conservar os documentos que comprovem a operação do crédito consignado pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data do término do contrato de empréstimo pessoal consignado, ou da validade do cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício;

VIII - prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO, quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la, e legislação em vigor;

X - manter, durante a execução deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua celebração, descritas na Portaria nº 76/DIRBEN/INSS, de 3 de fevereiro de 2020;

XII - providenciar toda a infraestrutura e logística necessárias para atender a troca de arquivos via interface de programação - API, conforme padrão definido pela empresa de tecnologia responsável;

XV - enviar, mensalmente, aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, fatura em meio físico ou eletrônico, respeitada a opção do beneficiário, com informações essenciais mínimas em destaque, descrição detalhada das operações realizadas, na qual conste o valor de cada operação e, sendo o caso, a quantidade de parcelas, o local onde foram efetivadas, bem como o número de telefone e o endereço para a solução de dúvidas;



.....  
XXXII - constatada a irregularidade do contrato, deverá encaminhar à empresa de tecnologia responsável imediatamente os dados referentes ao contrato para exclusão, bem como a liberação da margem consignável, via interface de programação - API;  
.....

XXXIV - encaminhar, comando via interface de programação - API de exclusão do contrato, em até 05 (cinco) dias úteis quando: o beneficiário desistir da operação de crédito que tiver contratado fora do estabelecimento comercial, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento do crédito ou quando da solicitação da quitação antecipada do contrato;

XXXV - assegurar, por meio de cláusula expressa nos contratos de crédito consignado, o direito de desistência no prazo de até 07 (sete) dias, por parte do beneficiário, quando a contratação ocorrer fora do estabelecimento comercial;

XXXVI - devolver ao beneficiário o valor descontado no benefício após a liquidação antecipada do contrato, utilizando-se dos dados bancários e meios de contato fornecidos pelo interessado;

XXXVII - não incluir prêmio de seguros destinado à proteção da operação de empréstimo pessoal nos descontos relativos a empréstimos consignado;

XXXVIII - apresentar, anualmente, serviços de auditoria externa para avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos correspondentes bancários, inclusive por meio de entidades representativas de instituições financeiras em nível nacional, devendo, ao final de cada exercício, enviar ao INSS e ao CNARB - Comitê Nacional de Avaliação do Atendimento na Rede Bancária - o relatório detalhado do resultado da avaliação da auditoria externa realizada no período, sob pena de sujeitar-se à respectiva penalidade de que trata a alínea "b" do inciso II do art. 36 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022;

XXXIX - manter à disposição dos beneficiários serviço centralizado de bloqueio de chamadas e mensagens de oferta de operações de crédito consignado, denominado "*Não me Perturbe*";

XL - manter em sítio da internet, a lista consolidada de seus correspondentes bancários, definidos nos termos do inciso XX do art. 4 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, contratados para ofertar operações de crédito consignado;

XLI - manter SAC ou Ouvidoria, de forma gratuita, à disposição dos beneficiários do INSS que contratem operação de crédito consignado, como preferenciais para solução dos conflitos de consumo;

XLII - atender às solicitações encaminhadas pelo INSS e pelo CNARB, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quanto à apresentação de contratos de crédito consignado ou de qualquer outro documento utilizado para averbação de crédito consignado, ou ainda, prestar esclarecimentos para avaliar a regularidade da operação." (NR)

## **"CLÁUSULA QUARTA - DAS AUTORIZAÇÕES**

.....

I - autorização para efetivação da consignação ou constituição de RMC valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, com uso de reconhecimento biométrico, apresentação de documento de identificação oficial, válido e com foto, e CPF, junto com a autorização da consignação, de forma expressa, assinada com uso de reconhecimento biométrico, ou seu representante legal autorizado por decisão judicial, nos termos admitidos pelo art. 3º da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022;

.....

III - deverá ser utilizado o Termo de Consentimento Esclarecido – TCE (Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700), nos casos de Reserva de Margem Consignável do cartão de crédito, da Reserva de Cartão Consignado - RCC e do Cartão Consignado de Benefício, conforme o Anexo I da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022.

§ 1º A inexistência ou irregularidade das informações prestadas acarretarão a devolução dos valores consignados indevidamente pela instituição consignatária acordante que encaminhou o arquivo magnético a que se refere o inciso II do §2º da Cláusula Terceira, bem como as penalidades previstas no art. 36 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022;

.....

§ 3º A autorização do titular do benefício para consignação do crédito consignado ou constituição de RMC não poderá ser feita por ligação telefônica e nem a gravação de voz reconhecida como

meio de prova da ocorrência;

§ 4º A autorização para a consignação dos valores do crédito consignado e/ou a constituição de RMC no benefício previdenciário está condicionada à solicitação formal firmada pelo titular do benefício, por reconhecimento biométrico;

§ 5º A instituição consignatária acordante, independentemente da modalidade de crédito adotada, somente encaminhará o arquivo para averbação de crédito após a devida assinatura do contrato por parte do beneficiário contratante, com uso de reconhecimento biométrico, apresentação de documento de identificação oficial, válido e com foto e CPF, junto com a autorização da consignação, assinada com uso de reconhecimento biométrico;

§ 6º A inobservância do disposto no parágrafo anterior implicará total responsabilidade da instituição consignatária acordante envolvida e, em caso de ilegalidade constatada pelo INSS, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação/RMC." (NR)

## **"CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES**

§ 1º Qualquer desconto em desacordo com as disposições deste ACORDO, ou na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados ou retidos indevidamente no benefício previdenciário, será de responsabilidade da Acordante, que deverá corrigir os valores e restituí-los nos prazos e formas fixados na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la, sem prejuízo das providências quanto à responsabilização civil e criminal;

§2º A empresa de tecnologia responsável é incumbida tanto dos procedimentos operacionais, quanto pela segurança da rotina de envio das informações de créditos em favor da Acordante, observado os limites legais estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em atenção ao art. 28 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022.

§ 6º Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações descritas na Cláusula Primeira se restringe à retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e repasse à instituição consignatária acordante, no prazo estabelecido no inciso I do § 1º da Cláusula Terceira, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária pelos débitos contratados pelo titular do benefício, conforme o §2º do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003;

§ 7º O previsto nesta cláusula ensejará ampla defesa à Acordante, nos termos descritos na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou de outro que venha a substituí-lo;

§ 8º O descumprimento de cláusula acordada ensejará a suspensão ou rescisão deste ACORDO, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 36 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou de outro que venha a substituí-lo.

§ 9º A Acordante deverá ter serviço de acesso ao menos a uma base pública, para os devidos batimentos biométricos, bem como, comprová-lo por meio de documentação (contrato com empresa que forneça o serviço ou acordo com TSE, Detran e/ou outros) que comprove o acesso a alguma base pública de biometria.

§ 10 A Acordante deverá encaminhar para a empresa de tecnologia o arquivo para averbação do crédito consignado: seja o contrato firmado e assinado com a autorização - ambos com reconhecimento biométrico - ou, realizados por meio do acesso autenticado quando contratados diretamente na instituição financeira ou pelos canais eletrônicos no prazo de 07 (sete) dias úteis." (NR)

## **"CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES**

§ 1º As instituições que possuem ACT com o INSS e contrato com a empresa de tecnologia vigentes deverão adaptar-se a todos os seus termos, inclusive quanto às normas regulamentares editadas pelo BCB, devendo formalizar o ajuste do acordo, bem como realizar as adequações necessárias nos sistemas, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da vigência desta Instrução Normativa, sob pena de rescisão.

§ 2º A implementação das alterações nos contratos das operações de crédito, no que se refere à contratação com uso do reconhecimento biométrico, conforme previsto no inciso VIII do art. 4º, nos incisos II e III do art. 5º e no inciso I do art. 15 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ocorrerá em 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação da Instrução Normativa PRES/INSS nº 143, de 10 de fevereiro de 2023." (NR)

#### **"CLÁUSULA SÉTIMA - DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS**

Não há repasse orçamentário entre as Acordantes, havendo, no entanto, ressarcimento devido ao INSS dos custos operacionais envolvendo o crédito consignado. O contrato firmado entre a acordante e a empresa de tecnologia responsável disporá sobre o custo operacional devido a esta, nos limites dispostos pelos §§5º e 8º desta cláusula, além das disposições da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022.

§ 1º O INSS realizará levantamento anual dos custos operacionais diretos e indiretos a ele acarretados pelas operações de crédito consignado contratadas;

§ 2º Os custos operacionais referidos no §1º relacionados à gestão dos benefícios elegíveis e demais serviços correlatos serão ressarcidos pelas instituições consignatárias acordantes, cujos valores serão definidos anualmente, em ato próprio do INSS, com fundamento no inciso V do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003;

.....  
§ 7º O INSS poderá, a qualquer momento, solicitar a apresentação de contratos das operações de crédito ou mesmo a devolução de importâncias, atualizadas pela Taxa Referencial de Títulos Federais - Remuneração (SELIC), cobradas a maior ou em desacordo com o previsto na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la.

§ 8º O não ressarcimento dos valores apurados pelo INSS, no prazo definido, importará na retenção do montante devido do crédito a ser repassado à Instituição consignatária acordante, eventual débito remanescente será objeto de inscrição no Cadastro Informativo de Crédito não Quitados no Setor Público Federal – CADIN ou na Dívida Ativa da União, nos termos e na forma da legislação aplicável." (NR)

#### **"CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

....."

#### **"CLÁUSULA NONA - DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO**

A resilição deste ACORDO poderá ocorrer por iniciativa de ambas ou de apenas uma das partes, obedecendo o disposto nos arts. 472 e 473 do Código Civil, enquanto a suspensão e/ou a rescisão deste ACORDO são sanções que devem seguir o rito disciplinado nos arts. 36 e 37, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022.

§ 1º O presente ACORDO será suspenso, por determinação do INSS, na ocorrência de hipótese prevista nos incisos do artigo 36 da IN INSS/PRES nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la.

§ 2º O presente ACORDO será rescindido nas hipóteses previstas na Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou outra que venha a substituí-la, bem como em razão do não repasse dos custos operacionais previstos no §1º da Cláusula Sétima.

§ 3º Para os casos previstos no § 2º desta Cláusula, além da rescisão prevista também haverá proibição de realização de um novo acordo pelo prazo de até 02 (dois) anos, a contar da data da publicação máxima referente à rescisão do ACT.

.....  
§ 5º Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições consignatária acordantes ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as penalidades previstas nos §§1º e 2º desta Cláusula, caso apurada a responsabilidade da acordante após garantido o devido processo legal, respeitados o contraditório e a ampla defesa, tal como descrito pelo art. 37 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou de outra que venha a substituí-la.

.....

§ 10 Caso o índice de solução de reclamações apurado na plataforma consumidor.gov.br esteja abaixo de 40% (quarenta por cento) na modalidade crédito consignado/cartão de crédito/RMC para beneficiários do INSS, o presente Acordo poderá ser cautelarmente suspenso por 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para apuração, mediante procedimento em contraditório, respeitada a ampla defesa, tal como descrito pelo art. 37 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138, de 2022, ou de outro que venha a substituí-lo.

....." (NR)

#### **"CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

....."

#### **"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

....."

#### **"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A Acordante opta por não operacionalizar o cartão consignado de benefício. Posteriormente, caso manifeste interesse, autorizar-se-á a referida operação, por meio de termo aditivo, a qualquer tempo e enquanto vigor este ACT."

#### **"CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

....."

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NO PLANO DE TRABALHO**

O Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica - ACT firmado entre a Acordante e o INSS, passa a vigorar com as seguintes alterações:

#### **"3. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO:**

.....

3.7 Início das operações de empréstimos pessoal, do cartão de crédito e do cartão consignado de benefício pela Acordante;

3.8 Prazo máximo para início das operações de empréstimo ou cartão de crédito pela Acordante; 120 (cento e vinte) dias após a formalização do contrato com a empresa de tecnologia competente;" (NR)

#### **"4. DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:**

.....

4.2 Na hipótese de coexistência dos descontos de consignações de empréstimos pessoal, do cartão de crédito e do cartão consignado de benefício com os descontos compulsórios relativos a:

I - pagamento de benefícios além do devido;

II - imposto de renda retido na fonte;

III - pensão alimentícia;

IV - contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social.

....." (NR)

### **CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica (e no Plano de Trabalho) firmado entre os participantes, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento, passando este Termo Aditivo a fazer parte integrante complementar do referido Acordo (e anexos), para todos os fins e efeitos legais e jurídicos.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação deste TERMO deverá ser efetivada pelo INSS, em forma de extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até vinte dias daquela

data, na forma prevista no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

E, por estarem ajustados, os partícipes firmam eletronicamente este Instrumento.

Brasília, *data da assinatura eletrônica*.

**[NOME DO DIRETOR EM NEGRITO]**

[Nome do cargo do representante legal do INSS]

**[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA ACORDANTE]**

[Nome do cargo do representante legal da Acordante]

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35014037933202111 e da chave de acesso ed024223



Documento assinado eletronicamente por BRUNO JÚNIOR BISINOTO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1173394036 e chave de acesso ed024223 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): BRUNO JÚNIOR BISINOTO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 25-05-2023 14:45. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento assinado eletronicamente por ALEX DA COSTA GRACANO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1173394036 e chave de acesso ed024223 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALEX DA COSTA GRACANO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 25-05-2023 12:11. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento assinado eletronicamente por PATRICIA CRISTINA LESSA FRANCO MARTINS, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1173394036 e chave de acesso ed024223 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): PATRICIA CRISTINA LESSA FRANCO MARTINS, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 25-05-2023 12:03. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Documento assinado eletronicamente por NATÁLIA HALLIT MOYSES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1173394036 e chave de acesso ed024223 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): NATÁLIA HALLIT MOYSES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 25-05-2023 12:11. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



**Data e hora da consulta:** 21/06/2023 10:22:02

**Usuário:** 28690397191

**Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN**

<b>CPF/CNPJ:</b>	<b>Título:</b>	<b>Situação</b>	<b>Total de Registros</b>	<b>0</b>
31895683	BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão
--------	--------	-----------------------

*\* Registros incluídos há até 30 dias.*



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 31.895.683/0001-16 DUNS®: 899367981  
Razão Social: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 15/03/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "\*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).  
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	21/09/2023
FGTS	Validade:	30/06/2023
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	11/11/2023

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	15/06/2023 (*)
Receita Municipal	Validade:	22/07/2023

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/03/2024

Emitido em: 21/06/2023 10:22

CPF: 286.903.971-91 Nome: AIRTON ARAUJO

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 419/2023/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, 19 de junho de 2023.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

Assunto: **TERMO ADITIVO**

*Referência:* Caso responda este Ofício, **indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36.**

Prezado(a)s,

1. Estabelece o Artigo 34 da INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 138 de 10 de novembro de 2022 que:

"Caberá às instituições consignatárias acordantes ou seus correspondentes bancários: (...) III - manter: a) à disposição dos beneficiários serviço centralizado de bloqueio de chamadas e mensagens de oferta de operações de crédito consignado, denominado “Não me Perturbe”.

1.1. Apresentar cadastro de Empresa Participante da Plataforma: [Não me Perturbe](#).

2. As exigências deverão ser cumpridas **no prazo de 30 (trinta) dias**.

3. Eventual solicitação de prorrogação de prazo deverá ser apresentada, **antes do vencimento do prazo do item 2**, em ofício devidamente justificado **peticionado no SEI-INSS diretamente no processo**.

4. O não ajuste e a não adaptação da Acordante a todos os termos da nova Instrução Normativa INSS Nº 138 DE 10/11/2022, nos prazos mencionados nesta, ensejará a rescisão do atual Acordo, ou o arquivamento do requerimento de celebração do ajuste.

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIOS**

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **RENAN ASSUNCAO SIQUEIRA, Técnico do Seguro Social**, em 19/06/2023, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **12137459** e o código CRC **40BFBD7E**.

---

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 12137459

**Data de Envio:**

19/06/2023 15:33:09

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Empréstimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

INDUSTRIAL\_35014.082469/2020-36\_OFÍCIO 419/2023

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo ofício de exigência com a documentação necessária para celebração do Acordo de Cooperação Técnica - ACT de empréstimo consignado para prosseguimento da análise.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignação em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_12137459.html

**Data de Envio:**

21/11/2023 16:55:39

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br  
wilson.vieira@bib.com.br  
implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

INDUSTRIAL\_35014.082469/2020-36\_OFÍCIO 419/2023

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Informamos o reenvio do Ofício de Exigências em anexo para oportunizar à requerente, caso haja ainda interesse na celebração do ajuste, o cumprimento das exigências.

Informamos ainda que, a ausência de resposta pelo prazo de 30 (trinta) dias, por se tratar de reiteração, ensejará a rescisão do acordo.

Posteriormente, quando existir o interesse, a instituição poderá solicitar a celebração de ajuste, entretanto, será atribuído novo número de processo.

Atenciosamente,

Divisão de Consignação em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_12137459.html  
E\_mail\_12141184.html  
Oficio\_SEI\_12137459.html  
Oficio\_SEI\_10220820.html





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão de Consignação em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão de Consignação em Benefícios, em 16/01/2024**

**Ref.:** Processo nº 35014.082469/2020-36

**Int.:** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

**Ass.:** Relatório Anual de Auditoria pelas  
Instituições Consignatárias Acordantes do  
Empréstimo Consignado.

1. Considerando o que dispõe a alínea "a" do inciso III do art. 34, c/c o inciso I do art. 35 e art. 38 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022:

*Art. 34. Caberá às instituições consignatárias acordantes ou seus correspondentes bancários: (...)  
XIII - contratar, anualmente, serviços de auditoria externa para avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos correspondentes bancários, devendo, ao final de cada exercício, enviar ao INSS e ao CNARB o relatório detalhado do resultado da avaliação da auditoria externa realizada no período, sob pena de sujeitar-se à respectiva penalidade de que trata a alínea "b" do inciso II do art. 36 (...).*

*Art. 36. Constatadas irregularidades nas operações de crédito consignado ou descumprimento das obrigações, pelas instituições consignatárias acordantes ou por correspondentes bancários a seu serviço, aplicar-se-ão as seguintes penalidades: (...)*

*II - suspensão de novas averbações para consignações de empréstimo e/ou RMC/RCC, pelos seguintes prazos: (...)*

*b) 10 (dez) dias, por inobservância: (...)*

*2. à alínea "d" do inciso III e incisos VIII a XIII, todos do art. 34.*

2. Diante disso, todas as instituições consignatárias acordantes deverão apresentar o relatório detalhado do resultado da avaliação da auditoria externa, referente ao exercício do ano de 2023, ao INSS, sob a pena de suspensão de novas averbações para consignações de empréstimos e/ou RMC/RCC por 10 dias.

3. Feitas as considerações, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios em prosseguimento, com sugestão de encaminhamento à Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN para ciência, com sugestão de minuta de ofício a ser enviado para a instituição consignatária acordante acima referenciada.

**WILSON DE MORAIS GABY**  
Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios  
Matrícula SIAPE 0896927



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, Técnico do Seguro Social, em 18/01/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14634453** e o código CRC **5BC2CDC2**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 14634453



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios  
Coordenação de Pagamentos e Gestão de Benefícios  
Divisão de Consignação em Benefícios

Ofício SEI nº XXXXX/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

**Assunto: RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2023 PELAS INSTITUIÇÕES CONSIGNATÁRIAS ACORDANTES**

Prezado(a)s Sr.(a)s,

1. Cordialmente e em atenção ao que dispõe a alínea "b" do inciso XIII do art. 34, c/c o inciso II do art. 36 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022:

*Art. 34. Caberá às instituições consignatárias acordantes ou seus correspondentes bancários: (...)*

*XIII - contratar, anualmente, serviços de auditoria externa para avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos correspondentes bancários, devendo, ao final de cada exercício, enviar ao INSS e ao CNARB o relatório detalhado do resultado da avaliação da auditoria externa realizada no período, sob pena de sujeitar-se à respectiva penalidade de que trata a alínea "b" do inciso II do art. 36*

*(...).*

*Art. 36. Constatadas irregularidades nas operações de crédito consignado ou descumprimento das obrigações, pelas instituições consignatárias acordantes ou por correspondentes bancários a seu serviço, aplicar-se-ão as seguintes penalidades: (...)*

*II - suspensão de novas averbações para consignações de empréstimo e/ou RMC/RCC, pelos seguintes prazos: (...)*

*b) 10 (dez) dias, por inobservância: (...)*

*2. à alínea "d" do inciso III e incisos VIII a XIII, todos do art. 34.*

3. **Solicitamos** a apresentação do Relatório Anual de Auditoria Externa, referente ao exercício do ano de 2023.

4. A(s) exigência(s) disposta(s) no presente Ofício deverá(ão) ser(em) cumprida(s) no **prazo de 30 (trinta) dias**, podendo haver prorrogação, 1 (uma) única vez e por igual período, mediante solicitação da desta Proponente durante seu transcurso inicial, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

6. Os documentos deverão ser encaminhados no prazo supramencionado via peticionamento

eletrônico, no Sistema SEI-INSS, diretamente no processo epígrafe.

8. Por fim, comunicamos que todas as instituições financeiras que possuem ACT ativo com o INSS, com operações de crédito consignado, devem se submeter a todos os termos da Instrução Normativa /PRES nº 138, de 2022, conforme disposto no art. 38 da referida norma, sob pena de rescisão do ACT em vigor.

Atenciosamente,

**ANDRÉ PAULO FÉLIX FIDELIS**

Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE, Técnico do Seguro Social**, em 16/01/2024, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14634461** e o código CRC **EF452ECA**.

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS – SAUS, QD 2, BL O, 9º andar, Asa Sul – Brasília/DF. CEP 70.070-946.

Telefone: (61) 3313-4745. E-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 14634461



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

**DESPACHO**

**Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios, em 19/01/2024**

**Ref.:** Processo nº 35014.082469/2020-36.

**Int.:** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A..

**Ass.:** Relatório Anual de Auditoria pelas Instituições Consignatárias Acordantes do Empréstimo Consignado.

1. Considerando o que dispõe a alínea "a" do inciso III do art. 34, c/c o inciso I do art. 35 e art. 38 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022.
2. Ciente do despacho DCBEN (14634453)
3. Encaminhe-se à **DIRBEN**, para prosseguimento.

**JUCIMAR FONSECA DA SILVA**

Coordenação Geral de Pagamento de Benefícios.



Documento assinado eletronicamente por **JUCIMAR FONSECA DA SILVA**, **Coordenador(a)-Geral de Pagamento de Benefícios**, em 19/01/2024, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14667614** e o código CRC **8CCA5813**.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Ofício SEI nº 44/2024/DIRBEN/INSS

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

Ao  
**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**  
CNPJ: 31.895.683/0001-16  
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP  
CEP:04.543-901  
e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

**Assunto: RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2023 PELAS INSTITUIÇÕES CONSIGNATÁRIAS ACORDANTES**

Prezado(a)s Sr.(a)s,

1. Cordialmente e em atenção ao que dispõe a alínea "b" do inciso XIII do art. 34, c/c o inciso II do art. 36 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022:

*Art. 34. Caberá às instituições consignatárias acordantes ou seus correspondentes bancários: (...) XIII - contratar, anualmente, serviços de auditoria externa para avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos correspondentes bancários, devendo, ao final de cada exercício, enviar ao INSS e ao CNARB o relatório detalhado do resultado da avaliação da auditoria externa realizada no período, sob pena de sujeitar-se à respectiva penalidade de que trata a alínea "b" do inciso II do art. 36*

*(...).*

*Art. 36. Constatadas irregularidades nas operações de crédito consignado ou descumprimento das obrigações, pelas instituições consignatárias acordantes ou por correspondentes bancários a seu serviço, aplicar-se-ão as seguintes penalidades: (...)*

*II - suspensão de novas averbações para consignações de empréstimo e/ou RMC/RCC, pelos seguintes prazos: (...)*

*b) 10 (dez) dias, por inobservância: (...)*

*2. à alínea "d" do inciso III e incisos VIII a XIII, todos do art. 34.*

3. **Solicitamos** a apresentação do Relatório Anual de Auditoria Externa, referente ao exercício do ano de 2023.

4. A(s) exigência(s) disposta(s) no presente Ofício deverá(ão) ser(em) cumprida(s) no **prazo de 30 (trinta) dias**, podendo haver prorrogação, 1 (uma) única vez e por igual período, mediante solicitação da desta Proponente durante seu transcurso inicial, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

6. Os documentos deverão ser encaminhados no prazo supramencionado via peticionamento eletrônico, no Sistema SEI-INSS, diretamente no processo epígrafe.

8. Por fim, comunicamos que todas as instituições financeiras que possuem ACT ativo com o



INSS, com operações de crédito consignado, devem se submeter a todos os termos da Instrução Normativa /PRES nº 138, de 2022, conforme disposto no art. 38 da referida norma, sob pena de rescisão do ACT em vigor.

Atenciosamente,

**ANDRÉ PAULO FELIX FIDELIS**

Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE PAULO FELIX FIDELIS, Diretor(a) de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão**, em 19/01/2024, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14668932** e o código CRC **81325071**.

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS – SAUS, QD 2, BL O, 9º andar, Asa Sul – Brasília/DF. CEP 70.070-946.

Telefone: (61) 3313-4745. E-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 14668932



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

**DESPACHO**

**Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, em 19/01/2024**

**Ref.:** Processo nº 35014.082469/2020-36.

**Int.:** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A..

**Ass.:** Relatório Anual de Auditoria pelas Instituições Consignatárias Acordantes do Empréstimo Consignado.

1. Remetemos os autos ao **STADM-DIRBEN**, em prosseguimento, para encaminhamento ao interessado, com posterior retorno à este **DCBEN** para providências decorrentes ou **arquivamento**.

**ANDRÉ PAULO FELIX FIDELIS**

Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE PAULO FELIX FIDELIS, Diretor(a) de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão**, em 19/01/2024, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14668965** e o código CRC **8ABA3E51**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 14668965

**Data de Envio:**

19/01/2024 15:10:49

**De:**

INSS/Serviço Técnico Administrativo da DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

Ofício SEI nº 44/2024/DIRBEN/INSS - Processo 35014.082469/2020-36

**Mensagem:**

Prezado(a)s Sr.(a)s,

Encaminhamos o Ofício SEI nº 44/2024/DIRBEN/INSS, Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

Por favor, acusar o recebimento.

Att.

Belchior dos Reis Jesuino

Serviço Técnico Administrativo/DIRBEN/INSS

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_14668932.html



**Banco Industrial do Brasil**

São Paulo, 16 de fevereiro de 2024.

**Ao  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Setor de Autarquia Sul, Quadra 02 – Bloco O – 8º Andar

CEP 70070-946 – Brasília/DF

**AT.: ILMO. SR. ALBERTO CARLOS FREITAS ALEGRE**

**Ref.: Ofício SEI Nº 44/2024/DIRBENS/INSS**

**Processo: 35014.082469/2020-36**

**Assunto: RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2023 PELAS INSTITUIÇÕES  
CONSIGNATÁRIAS ACORDANTES**

Prezado(s) Senhor(es),

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 - Itaim Bibi, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 31.895.683/0001-16, representado na forma de seu estatuto social, vem, em atenção ao teor do ofício em epígrafe, expor e requerer o que segue.

Nossa instituição celebrou operações de Consignação INSS apenas por intermédio do Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, instituição financeira devidamente registrada no Banco Central do Brasil, com sede em Belém, Capital do Estado do Pará, na Avenida Presidente Vargas, 251, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.913.711/0001-08.

Importante ressaltar que, avaliando nossos sistemas, identificamos que no ano de 2023 foram celebradas apenas 53 (cinquenta e três) operações, no período de janeiro a março, as quais foram contratadas em agência física da referida instituição acima mencionada, ou seja, o **BANPARÁ**.

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424



Dessa forma, considerando as peculiaridades acima demonstradas, não houve contratação de Auditoria Externa para correspondente Bancário no exercício 2023.

Certos da compreensão de V.Sas. e com os protestos de elevada estima e distinta consideração subscrevemo-nos, permanecendo à disposição para esclarecer o que for necessário.

Atenciosamente,

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>Data e Horário:</b>	19/02/2024 12:07:11
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	
<b>Protocolos dos Documentos (Número SEI):</b>	
- Ofício SEI 44/2024/DIRBEN/INSS	14983388

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios  
Coordenação de Pagamentos e Gestão de Benefícios  
Divisão de Consignação em Benefícios

Ofício SEI nº 85/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS

Brasília/DF, *data da assinatura eletrônica.*

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

**Assunto: Complementação ao Ofício 44/2024.**

Prezado(a)s Sr.(a)s,

1. ***Solicitamos*** a apresentação do Relatório Anual de Auditoria Externa, referente ao exercício do ano de 2023, no que se refere às informações das operações do crédito consignado aos beneficiários do INSS, tais como: *volume de operações (quantidade de contratos); como são tratadas as reclamações de consignado (SAC); relação com os correspondentes bancários; conformidade dos contratos; segurança das operações; melhorias no produto; vazamento de dados.*
2. A(s) exigência(s) disposta(s) no presente Ofício deverá(ão) ser(em) cumprida(s) no **prazo de 30 (trinta) dias**, podendo haver prorrogação, 1 (uma) única vez e por igual período, mediante solicitação da desta Proponente durante seu transcurso inicial, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
4. Os documentos deverão ser encaminhados no prazo supramencionado via peticionamento eletrônico, no Sistema SEI-INSS, diretamente no processo epígrafe.
6. Por fim, comunicamos que todas as instituições financeiras que possuem ACT ativo com o INSS, com operações de crédito consignado, devem se submeter a todos os termos da Instrução Normativa /PRES nº 138, de 2022, conforme disposto no art. 38 da referida norma, sob pena de rescisão do ACT em vigor.

Atenciosamente,

**Divisão de Consignação em Benefícios**



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE**, Técnico do Seguro Social, em 19/02/2024, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14984297** e o código CRC **1F0F76B9**.

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS – SAUS, QD 2, BL O, 9º andar, Asa Sul – Brasília/DF. CEP 70.070-946.

Telefone: (61) 3313-4745. E-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 14984297

**Data de Envio:**

19/02/2024 12:42:13

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo oficio de exigência.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_14984297.html



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 143/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

Assunto: **CADASTRO - NÃO ME PERTURBE**

Prezado(a)s,

1. Estabelece o Artigo 34 da INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 138 de 10 de novembro de 2022 que:

"Caberá às instituições consignatárias acordantes ou seus correspondentes bancários: (...) III - manter: a) à disposição dos beneficiários serviço centralizado de bloqueio de chamadas e mensagens de oferta de operações de crédito consignado, denominado "Não me Perturbe".

1.1. Apresentar cadastro de Empresa Participante da Plataforma: [Não me Perturbe](#).

2. As exigências deverão ser cumpridas **no prazo de 30 (trinta) dias**.

3. Eventual solicitação de prorrogação de prazo deverá ser apresentada, **antes do vencimento do prazo do item 2**, em ofício devidamente justificado peticionado no SEI-INSS diretamente no processo.

4. O não ajuste e a não adaptação da Acordante a todos os termos da nova Instrução Normativa INSS Nº 138 DE 10/11/2022, nos prazos mencionados nesta, ensejará a rescisão do atual Acordo, ou o arquivamento do requerimento de celebração do ajuste.

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIOS**

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE, Técnico do Seguro Social**, em 27/02/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15101861** e o código CRC **6693F9E3**.

---

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 15101861

**Data de Envio:**

27/02/2024 17:06:53

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Empréstimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36\_URGENTE

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo ofício de exigência com a documentação necessária para celebração do Acordo de Cooperação Técnica - ACT de empréstimo consignado para prosseguimento da análise.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_15101861.html





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios  
Coordenação de Pagamentos e Gestão de Benefícios  
Divisão de Consignação em Benefícios

Ofício SEI nº XX/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

**Assunto: Solicitação a respeito das taxas de juros praticadas pelas Instituições Consignatárias Acordantes.**

Prezado(a)s Sr.(a)s,

1. Com cordiais cumprimentos, de ordem da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN, dirigida ao atendimento à recomendação imperativa da Controladoria-Geral da União - CGU, expedida no âmbito de processo de auditoria, que apontou a ocorrência de contratos com taxas superiores aos tetos dos juros consignados vigentes nos anos de 2022 e 2023, em desconformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS, **solicitamos a apresentação da manifestação individualizada e fundamentada** sobre as taxas de juros aplicadas em cada contrato de empréstimo pessoal relacionado na **planilha em anexo**:

DESCRIÇÃO DO ANEXO		
DATA DE INCLUSÃO DO REGISTRO NO E-CONSIGNADO	TETO DA TAXA DE JUROS	QUANTIDADE DE CONTRATOS DA IF COM INDÍCIO DE DESCONFORMIDADE
de 13.12.2022 a 15.03.2023	2,14%	-
de 16.03.2023 a 30.03.2023	1,70%	4
de 30.03.2023 a 20.06.2023	1,97%	-
TOTAL		4

3. A exigência disposta no presente Ofício deverá ser cumprida no prazo de **10 (dez)** dias úteis via peticionamento eletrônico, no sistema SEI-INSS, diretamente no processo em epígrafe.

5. Por fim, enfatizamos que todas as instruções financeiras que possuem ACT ativo com o INSS, com operações de crédito consignado, devem se submeter a todos os termos da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 2022, sob pena de sancionamento, nos termos do referenciado ato normativo.

Atenciosamente,

**Divisão de Consignação em Benefícios**

Anexo I - Planilha individualizada de contratos da IF com indicativo de desconformidade (taxas de juros aplicada superior ao teto).



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE**, **Técnico do Seguro Social**, em 18/03/2024, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15365386** e o código CRC **3FFB7CDD**.

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS – SAUS, QD 2, BL O, 9º andar, Asa Sul – Brasília/DF. CEP 70.070-946.

Telefone: (61) 3313-4745. E-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 15365386

**Data de Envio:**

18/03/2024 15:42:56

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo oficio de exigência.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_15365386.html

Planilha\_15365688\_604\_BANCO\_INDUSTRIAL\_DO\_BRASIL\_S.A.\_\_\_\_BIB.xlsx

São Paulo, 20 de março de 2024.

**Ao**  
**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Setor de Autarquia Sul, Quadra 02 – Bloco O – 8º Andar  
CEP 70070-946 – Brasília/DF

**Ref.: Complementação ao Ofício SEI Nº 44/2024/DIRBENS/INSS**

**Ofício SEI nº 85/2024/DCBEN/CPGB/CGHPAG/DIRBENS/INSS**

**Assunto: RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2023 PELAS INSTITUIÇÕES  
CONSIGNATÁRIAS ACORDANTES**

Prezado(s) Senhor(es),

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 - Itaim Bibi, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 31.895.683/0001-16, representado na forma de seu estatuto social, vem, em atenção ao teor do ofício em epígrafe, expor e requerer o que segue.

Considerando as informações anteriormente prestadas e diante da complementação encaminhada por esse R. Órgão, acionamos a KPMG, empresa que nos presta o serviço de auditoria externa, para atendimento, a qual declinou do pedido por não terem clareza acerca das informações necessárias para realização do trabalho

Após recebermos a negativa acima, fizemos contato com a empresa Ernst Young para a elaboração do material solicitado, razão pela qual pedimos dilação de prazo, por 60 dias.

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424



Certos da compreensão de V.Sas. e com os protestos de elevada estima e distinta consideração subscrevemo-nos, permanecendo à disposição para esclarecer o que for necessário.

Atenciosamente,

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>Data e Horário:</b>	20/03/2024 18:20:07
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Ofício Complementação ao Ofício SEI Nº 44/2024	15404699
--	----------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 223/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

Assunto: **Solicitação dilação de prazo.**

Prezados(as) Senhores(as),

1. Em atenção a solicitação de prorrogação de prazo documento SEI nº 10129082, de 26/12/2022, para fins de cumprimento das exigências constante no Ofício SEI nº 506/2022/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS, de 13/12/2022, comunicamos o **deferimento do pedido** efetuando a dilação do prazo por **mais 30 (trinta) dias**, a contar de 10/02/2023.

2. Eventual solicitação de nova prorrogação de prazo deverá ser apresentada, **antes do vencimento do prazo do item 1**, em ofício devidamente justificado peticionado no SEI-INSS diretamente no processo acima indicado.

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS**

DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE**, Técnico do Seguro Social, em 21/03/2024, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15407131** e o

código CRC **A1BDBDF5**.

---

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 15407131

**Data de Envio:**

21/03/2024 08:31:22

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Em atenção a sua solicitação de prorrogação de prazo, segue em anexo ofício de resposta.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS até o novo prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_15407131.html

São Paulo, 22 de março de 2024.

**Ao**  
**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**  
DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIOS  
DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN

**Ref.:** Ofício SEI nº 143/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS.

**Assunto:** CADASTRO - NÃO ME PERTURBE.

Prezado(s) Senhor(es),

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 - Itaim Bibi, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 31.895.683/0001-16, representado na forma de seu estatuto social, vem, em atenção ao teor do ofício em epígrafe, expor e requerer o que segue.

Recebemos na sede deste Banco, ofício requerendo a apresentação do cadastro de Empresa Participante da Plataforma: Não me Perturbe.

Considerando as informações prestadas nos **Ofícios SEI Nº 4/2024/DIRBENS/INSS** e **SEI Nº 85/2024/DCBEN/CPGB/CGHPAG/DIRBENS/INSS**, solicitamos dilação de prazo, pelo período de 60 dias.

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S/A - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo – SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9672  
SAC: 0800-725 22 22 (Empréstimo Consignado) - 0800-777-21 18 (Cartão de Crédito Consignado) / Ouvidoria: 0800-725 00 74



Certos da compreensão de V.Sas. e com os protestos de elevada estima e distinta consideração subscrevemo-nos, permanecendo à disposição para esclarecer o que for necessário.

Atenciosamente,

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S/A - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo – SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9672  
SAC: 0800-725 22 22 (Empréstimo Consignado) - 0800-777-21 18 (Cartão de Crédito Consignado) / Ouvidoria: 0800-725 00 74

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>Data e Horário:</b>	27/03/2024 18:49:33
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36

**Interessados:**

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Ofício Ofício Resposta 35014 082469 2020 36	15497111
---	----------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 253/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

Assunto: **Solicitação dilação de prazo.**

Prezados(as) Senhores(as),

1. Em atenção a solicitação de prorrogação de prazo documento SEI nº 15497111, petitionado em 27/03/2024, para fins de cumprimento das exigências constante no Ofício SEI nº 419/2023/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS, de 19/06/2023, comunicamos o **deferimento do pedido** efetuando a dilação do prazo por **mais 60 (sessenta) dias**, a contar de 28/03/2024.

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS**

DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE**, Técnico do Seguro Social, em 28/03/2024, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15500558** e o código CRC **9FD58557**.





**Data de Envio:**

28/03/2024 09:20:30

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36\_U R G E N T E

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo ofício de exigência.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_15500558.html

São Paulo, 16 de maio de 2024.

**Ao**  
**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Setor de Autarquia Sul, Quadra 02 – Bloco O – 8º Andar  
CEP 70070-946 – Brasília/DF

**Ref.: Complementação ao Ofício SEI Nº 44/2024/DIRBENS/INSS**

**Ofício SEI nº 85/2024/DCBEN/CPGB/CGHPAG/DIRBENS/INSS**

**Assunto: RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2023 PELAS INSTITUIÇÕES  
CONSIGNATÁRIAS ACORDANTES**

Prezado(s) Senhor(es),

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 - Itaim Bibi, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 31.895.683/0001-16, representado na forma de seu estatuto social, vem, em atenção ao teor do ofício em epígrafe, expor e requerer o que segue.

Corroborando com as informações anteriormente prestadas, e após a conclusão do relatório anual de auditoria externa referente ao ano de 2023, elaborado pela KPMG, vimos por meio desta, **disponibilizar o documento requerido.**

Assim, reiteramos que no ano de 2023, no período de janeiro a março, celebramos apenas 53 (cinquenta e três) operações de Consignação INSS por intermédio da agência física do Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, instituição financeira devidamente registrada no Banco Central do Brasil, com sede em Belém, Capital do Estado do Pará, na Avenida Presidente Vargas, 251, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.913.711/0001-08.

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424



Certos da compreensão de V.Sas. e com os protestos de elevada estima e distinta consideração subscrevemo-nos, permanecendo à disposição para esclarecer o que for necessário.

Atenciosamente,

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo/SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9700 - Fax: (11) 3846-9424



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório de procedimentos previamente acordados sobre as Operações de Crédito Consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**

**Ao Banco Industrial do Brasil S.A.**  
*São Paulo - SP*

### **Objetivo do relatório de procedimentos previamente acordados e restrição ao uso e à distribuição**

Nosso relatório tem como único objetivo auxiliar o Banco Industrial do Brasil S.A. (“Banco”) a determinar se as operações de crédito consignado pelo INSS estão em conformidade com o Artigo nº 34, Item XIII da Instrução Normativa Pres/INSS Nº 138, de 10 de novembro de 2022, e pode não ser adequado para outro propósito. Este relatório destina-se unicamente ao Banco Industrial do Brasil S.A. e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e não deve ser usado por, nem distribuído para, nenhuma outra parte.

### **Responsabilidades da parte contratante**

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. é responsável pela elaboração e integridade das informações contidas nas bases de dados analíticas que nos foram disponibilizadas para a aplicação dos procedimentos bem como pelos controles relacionados à integridade e segurança do ambiente de tecnologia que processa tais informações, uma vez que a KPMG Auditores Independentes Ltda. não assistiu e não participou do processo de extração das bases de dados analíticas.

O Banco Industrial do Brasil S.A. reconheceu que os procedimentos previamente acordados são adequados para fins do trabalho.

O Banco (que também é a parte responsável) é responsável pelo objeto sobre o qual os procedimentos previamente acordados são realizados.

### **Responsabilidades do auditor**

Conduzimos o trabalho de procedimentos previamente acordados de acordo com a NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados e com a ISRS 4400 (*Revised*) – *Agreed-Upon Procedures Engagements*. O trabalho de procedimentos previamente acordados envolve a realização por nós dos procedimentos acordados com o Banco Industrial do Brasil S.A. e a comunicação das constatações, que são os resultados factuais dos procedimentos previamente acordados realizados. Não fazemos nenhuma representação sobre a adequação dos procedimentos previamente acordados.



Esse trabalho de procedimentos previamente acordados não é trabalho de asseguarção. Dessa forma, não expressamos uma opinião ou uma conclusão de asseguarção.

Se tivéssemos realizado procedimentos adicionais, outros assuntos poderiam ter chamado a nossa atenção que teriam sido relatados.

#### *Ética profissional e gestão de qualidade*

Cumprimos com os requisitos éticos e com os requisitos de independência de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética do Contador e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") aplica a Norma Brasileira de Gestão de Qualidade (NBC PA 01), que requer que a firma planeje, implemente e opere um sistema de gestão de qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relacionados com o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis

#### **Procedimentos e constatações**

Realizamos os procedimentos descritos abaixo, que foram acordados com o Banco conforme proposta datada de 02 de maio de 2024, sobre o cumprimento do Artigo nº 34, Item XIII da Instrução Normativa Pres/INSS Nº 138, de 10 de novembro de 2022 das Operações de Crédito Consignado de INSS.

#### **Procedimentos número 1**

##### **Políticas internas do Banco**

- 1.1. Observar a existência de políticas internas relacionadas ao produto Consignado INSS, bem como inspecionar se estas políticas estão atualizadas no mínimo anualmente;
- 1.2. Observar a existência de políticas internas relacionadas à Contratação de Correspondente Bancário, bem como inspecionar se estas políticas estão atualizadas no mínimo anualmente;
- 1.3. Observar a existência de políticas internas relacionadas ao Atendimento ao Cliente, bem como inspecionar se estas políticas estão atualizadas no mínimo anualmente; e
- 1.4. Observar a existência de políticas internas relacionadas à Segurança da Informação, incluindo tratamento de dados, bem como inspecionar se estas políticas estão atualizadas no mínimo anualmente.

#### **Constatações número 1**

Itens 1.1. a 1.4. - Em relação as observações das políticas internas do Banco descritas acima, constatamos a existência das políticas, bem como as evidências de revisão anual pelo Banco.

## Procedimentos número 2

### Originação das operações de consignado INSS

- 2.1. Solicitar o “Relatório de Operações Realizadas (Padrão)”, contendo as operações de consignado INSS produzidas entre 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, extraída diretamente do Sistema Função.
- 2.2. Com base no “Relatório de Operações Realizadas (Padrão)”, contendo as operações de consignado INSS, selecionamos aleatoriamente 15 contratos para aplicação dos procedimentos descritos nos subitens de 2.2.1. a 2.2.4.
  - 2.2.1. Para os itens selecionados, com base na amostra descrita em 2.2., observar se o contrato de consignado INSS está assinado pelo cliente;
  - 2.2.2. Para os itens selecionados, com base no critério descrito em 2.2., observar a existência de documentos de identificação (RG ou CNH) do cliente e inspecionar se o nome da pessoa no documento é o mesmo nome que assinou o contrato de consignado INSS;
  - 2.2.3. Para os itens selecionados, com base no critério descrito em 2.2., observar se a quantidade de parcelas, descritas no contrato, está dentro do limite de 84 (oitenta e quatro parcelas); e
  - 2.2.4. Para os itens selecionados, com base no critério descrito em 2.2., observar se dentro do sistema CRM (“Customer Relationship Management”) – módulo Workflow houve registro de reclamações dos clientes referente as operações contratadas. Para os casos observados, inspecionar se a política de Atendimento ao Cliente foi aplicada.
- 2.3. Observar a existência de instrumento contratual entre o Banco e todos os correspondentes bancários ativos, entre o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.
- 2.4. Indagar a Diretoria de Segurança da Informação se houve incidentes de cyber segurança relacionados aos produtos de INSS.

### Constatações número 2

Item 2 - Em relação a observação da originação das operações de consignado do INSS, segue abaixo nossas constatações perante as evidências disponibilizadas pelo Banco.

2.1 Observamos a extração do Relatório de Operações Realizadas (Padrão) diretamente do sistema Função.

2.2 - Em relação ao subitens do item 2.2, conforme amostra descrita no item 2.2 e apresentada no Anexo I, constatamos que:

- 2.2.1 Todos os contratos amostrados estão assinados por pessoa(s) com poderes para contratação em nome do mutuário;
- 2.2.2 Todos os contratos amostrados possuem documentos de Identificação (RG ou CNH) e assinatura. Constatamos também que para 5 casos o contrato não foi assinado pela mesma pessoa do documento de identificação e sim pelo seu Procurador. Nesses casos constatamos a existência de procuração e documento de identificação do Procurador responsável.
- 2.2.3 Todos os contratos amostrados contém quantidade de parcelas de no máximo 84 parcelas.





2.2.4 Todos os contratos amostrados foram consultados dentro do sistema CRM ("Customer Relationship Management") – módulo Workflow e não possuem reclamações.

Item 2.3 – Constatamos a existência de um contrato assinado pelo Banco e seu correspondente bancário ("Banpara"), no exercício de 2023.

Item 2.4 – Indagamos a Diretoria de Segurança da Informação e obtivemos a confirmação que não houve incidentes de cyber segurança relacionados aos produtos de INSS.

São Paulo, 02 de maio de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0

## ANEXO I

Para atendimento do item 2 do relatório, foi aplicado amostra de 15 operações de crédito consignado INSS sobre o Relatório de Operações Realizadas (Padrão), para operações produzidas entre 01 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023, disponibilizada pelo Banco Industrial do Brasil S.A..

Essas amostras foram selecionadas, através do arquivo analítico (total de operações contratadas), de forma randômica (aleatória). Abaixo detalhamos os itens amostrados para o exercício de 2023, bem como das constatações de assinatura do procurador.

### Amostra 2023

	Número da operação	Nome do cliente	Assinado pelo procurador
1	601036672	JOSE LUIZ MAGNO PACHECO	Não
2	601044902	CONSTANTINO RAMOS POCA	Não
3	601043947	EDILSON BARBOSA DE OLIVEIRA	Não
4	601035748	LUIZA DOS SANTOS PIRIS	Sim
5	601042902	SILVANA DUARTE GOMES	Não
6	601042355	RAIMUNDO SILVA RODRIGUES	Não
7	601034890	LUZIA FURTADO SANTANA	Sim
8	601046299	MARIA ROSA SOARES DE CARVALHO	Não
9	601036697	MARIA SANTANA ALFAIA VASCONCELOS	Sim
10	601042397	GREGORIA FERREIRA PIMENTEL	Não
11	601036351	BENEDITA LUCIA GOMES CONCEIÇÃO	Não
12	601037607	JOSE BAIÃO NETO	Não
13	601038674	JOANA DOS SANTOS CORREA	Não
14	601036701	NOEME MENDES DOS SANTOS	Sim
15	601048046	TEREZA DE MATOS SOUZA	Sim

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>Data e Horário:</b>	17/05/2024 18:18:54
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36

**Interessados:**

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Ofício Ofício Resposta_Auditoria INSS	16147360
- Relatório Relatório Auditoria INSS	16147361

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

São Paulo, 24 de maio de 2024.

**Ao**  
**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**  
DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIOS  
DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN

**Ref.:** Ofício SEI nº 143/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS.

**Assunto:** CADASTRO – NÃO ME PERTURBE.

Prezado(s) Senhor(es),

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 - Itaim Bibi, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 31.895.683/0001-16, representado na forma de seu estatuto social, vem, em atenção ao teor do ofício em epígrafe, expor e requerer o que segue.

Considerando as informações prestadas nos **Ofícios SEI Nº 4/2024/DIRBENS/INSS** e **SEI Nº 85/2024/DCBEN/CPGB/CGHPAG/DIRBENS/INSS**, foi solicitada e deferida a dilação de prazo, pelo período de 60 dias, razão pela qual segue, nessa data, a resposta.

Conforme reportado em resposta encaminhada em 16/05/2023, essa instituição o envio do relatório anual de auditoria externa referente ao ano de 2023, elaborado pela KPMG.

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S/A - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo – SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9672  
SAC: 0800-725 22 22 (Empréstimo Consignado) - 0800-777-21 18 (Cartão de Crédito Consignado) / Ouvidoria: 0800-725 00 74

Em relação ao cadastro de Empresa Participante da Plataforma: Não me Perturbe, informamos que desde o final de março de 2023 deixamos de ofertar a contratação de empréstimos desse R. Órgão, razão pela qual não estão sendo enviadas mensagens ou mesmo realizadas chamadas aos beneficiários para oferta de operações de crédito consignado.

Certos da compreensão de V.Sas. e com os protestos de elevada estima e distinta consideração subscrevemo-nos, permanecendo à disposição para esclarecer o que for necessário.

Atenciosamente,

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S/A - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo – SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9672  
SAC: 0800-725 22 22 (Empréstimo Consignado) - 0800-777-21 18 (Cartão de Crédito Consignado) / Ouvidoria: 0800-725 00 74

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>Data e Horário:</b>	28/05/2024 12:39:11
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36

**Interessados:**

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Ofício Ofício Resposta Sistema Não me Perturbe	16271265
--	----------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão de Consignação em Benefícios

**OFÍCIO SEI Nº 599/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN-INSS**

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

**Assunto: TERMO ADITIVO ao Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado - Para adequação aos termos da IN INSS/PRES Nº138/2022.**

Prezado(a)s,

1. Considerando o documento SEI 16271265, no qual a Instituição Financeira informou que "*desde o final de março de 2023 deixamos de ofertar a contratação de empréstimos*", **questionamos** ao Banco Industrial do Brasil S.A. se ainda possui interesse em continuar com o Acordo de Cooperação Técnica junto ao INSS.
2. Em relação ao cadastro no NÃO ME PERTURBE, **informamos** o que segue:
3. Todas as instituições financeiras que mantêm ACT com INSS estão sendo notificadas a se adequarem aos termos contidos na Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022, que revogou a Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008.
4. Note-se que a adesão ao "Não Me Perturbe" era uma exigência que já estava prevista na alínea "b" do inciso I do art. 52 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 28, de 2008 (alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 134, de 22 de junho de 2022).
5. Atualmente, cabe destacar o que dispõe a alínea "a" do inciso III do art. 34, c/c o inciso I do art. 35 e art. 38 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022:

*Art. 34. Caberá às instituições consignatárias acordantes ou seus correspondentes bancários:*

*(...)*

*III - manter:*

*a) à disposição dos beneficiários serviço centralizado de bloqueio de chamadas e mensagens de oferta de operações de crédito consignado, denominado "Não me Perturbe";*

*(...)*



*Art. 35. É vedado às instituições consignatárias acordantes ou seus correspondentes bancários:*  
*I - realizar qualquer oferta de operação de crédito consignado a partir de 30 (trinta) dias a contar do cadastramento do telefone fixo ou móvel na plataforma “Não me Perturbe”, por tempo indeterminado, excetuando as situações previstas na referida plataforma;*  
*(...)*  
*Art. 38. As instituições que possuem ACT com o INSS e contrato com a Dataprev vigentes deverão adaptar-se a todos os seus termos, inclusive quanto às normas regulamentares editadas pelo BCB, devendo formalizar o ajuste do acordo, bem como realizar as adequações necessárias nos sistemas, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da vigência desta Instrução Normativa, sob pena de rescisão.*

6. O INSS tem sido constantemente demandado pelos órgãos de controle e de defesa do consumidor sobre as práticas abusivas de assédio comercial pelas mais diversas instituições bancárias e seus respectivos correspondentes bancários/financeiros. Diante disso, foi necessário inclusão na norma, ainda na sua versão anterior (IN 28, de 2008), da obrigatoriedade de cadastramento das Acordantes em um serviço que permitisse o bloqueio de recebimento de ligações e mensagens de oferta de operações de consignado, coibindo assim o assédio comercial, além de outras medidas também que forma implantadas no mesmo sentido, tais como: o bloqueio de 90 (noventa) dias na concessão de novos benefícios e vedação de marketing ativo no prazo de 180 dias a contar da concessão do benefício (IN 100/2018).

7. Diante disso, solicitamos que a Acordante regularize a situação imediatamente para que haja adequação a todos os termos da IN 138, de 2022, e apresente o comprovante de cadastro homologado como Empresa Participante da Plataforma [Não Me Perturbe \(naomeperturbe.com.br\)](https://naomeperturbe.com.br), sob pena de rescisão, conforme previsto no art. 38 da referida norma vigente.

8. Concede-se o prazo de 15 (dias) para manifestação desta instituição consignatária acordante.

9. Findo o prazo sem apresentação de informações e documentos que justifiquem o desinteresse na averbação de contrato de crédito consignado, haverá cessação do ACT nº 71/2020, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 32 da IN PRES/INSS nº 138, de 10/11/2022

Atenciosamente,

## DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIOS

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE, Técnico do Seguro Social**, em 06/06/2024, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16375986** e o código CRC **E227A3AC**.

**Data de Envio:**

06/06/2024 16:42:21

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Empréstimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36\_U R G E N T E

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo ofício.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_16375986.html



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios  
Coordenação de Pagamentos e Gestão de Benefícios  
Divisão de Consignação em Benefícios

Ofício SEI nº 711/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

**Assunto: Solicitação a respeito das taxas de juros praticadas pelas Instituições Consignatárias Acordantes  
- REITERAÇÃO EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE - U R G E N T E**

Prezado(a)s Sr.(a)s,

1. Com cordiais cumprimentos, de ordem da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN, dirigida ao atendimento à recomendação imperativa da Controladoria-Geral da União - CGU, expedida no âmbito de processo de auditoria, que apontou a ocorrência de contratos com taxas superiores aos tetos dos juros consignados vigentes nos anos de 2022 e 2023, em desconformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS, **solicitamos a apresentação da manifestação individualizada e fundamentada** sobre as taxas de juros aplicadas em cada contrato de empréstimo pessoal relacionado na **planilha em anexo**:

DESCRIÇÃO DO ANEXO		
DATA DE INCLUSÃO DO REGISTRO NO E-CONSIGNADO	TETO DA TAXA DE JUROS	QUANTIDADE DE CONTRATOS DA IF COM INDÍCIO DE DESCONFORMIDADE
de 13.12.2022 a 15.03.2023	2,14%	-
de 16.03.2023 a 30.03.2023	1,70%	4
de 30.03.2023 a 20.06.2023	1,97%	-
TOTAL		4

3. A exigência disposta no presente Ofício deverá ser cumprida no prazo de **10 (dez)** dias úteis via peticionamento eletrônico, no sistema SEI-INSS, diretamente no processo em epígrafe.

5. Por fim, enfatizamos que todas as instruções financeiras que possuem ACT ativo com o INSS, com operações de crédito consignado, devem se submeter a todos os termos da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 2022, sob pena de sancionamento, nos termos do referenciado ato normativo.

Atenciosamente,

**Divisão de Consignação em Benefícios**  
DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN

Anexo I - Planilha individualizada de contratos da IF com indicativo de desconformidade (taxas de juros aplicada superior ao teto).



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE**, **Técnico do Seguro Social**, em 18/06/2024, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16515626** e o código CRC **3002D97F**.

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS – SAUS, QD 2, BL O, 9º andar, Asa Sul – Brasília/DF. CEP 70.070-946.

Telefone: (61) 3313-4745. E-mail: [acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br](mailto:acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 16515626

**Data de Envio:**

18/06/2024 11:00:31

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Empréstimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36\_URGENTE - REITERAÇÃO

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo ofício de exigência com a documentação necessária para celebração do Acordo de Cooperação Técnica - ACT de empréstimo consignado para prosseguimento da análise.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_16515626.html

Planilha\_15365688\_604\_BANCO\_INDUSTRIAL\_DO\_BRASIL\_S.A.\_\_\_\_BIB.xlsx



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 766/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

**Assunto: NOTIFICAÇÃO PARA RESCISÃO DE ACT.**

Prezado(a)s,

1. Diante do descumprimento à alínea "a" do inciso III do art. 34, c/c o inciso i do art. 35 e art. 38 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022, notificamos à Instituição Financeira Acordante que será iniciado o processo rescisório do Acordo de Cooperação Técnica.
2. Salienta-se que, para novo requerimento, deve-se aguardar o cumprimento do requisito. Dúvidas ou nova manifestação de interesse deverão ser encaminhados para o e-mail <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>.

Atenciosamente,

**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIOS**

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, **Chefe de Divisão de Consignação em Benefícios**, em 20/06/2024, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16551827** e o código CRC **FB5114F3**.





**Data de Envio:**

21/06/2024 10:41:49

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

implantacao@bib.com.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36\_NOTIFICAÇÃO

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo NOTIFICAÇÃO.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_16551827.html

São Paulo, 21 de junho de 2024.

**Ao**  
**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**  
DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIOS  
DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN

**Ref.: OFÍCIO SEI Nº 599/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN-INSS.**

**Assunto: CADASTRO – NÃO ME PERTURBE.**

Prezado(s) Senhor(es),

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 - Itaim Bibi, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 31.895.683/0001-16, representado na forma de seu estatuto social, vem, em atenção ao teor do ofício em epígrafe, expor e requerer o que segue.

Considerando as informações prestadas nos Ofícios Anteriores, desde o final de março de 2023 deixamos de ofertar a contratação de empréstimos desse R. Órgão, razão pela qual não estão sendo enviadas mensagens ou mesmo realizadas chamadas aos beneficiários para oferta de operações de crédito consignado.

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S/A - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo – SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9672  
SAC: 0800-725 22 22 (Empréstimo Consignado) - 0800-777-21 18 (Cartão de Crédito Consignado) / Ouvidoria: 0800-725 00 74

Nesse sentido, considerando que a nossa operação para o produto INSS está suspensa, desejamos a manutenção do ACT firmado com esse R. Órgão para que sejam mantidos, nos termos do inciso I, § 1º da CLÁUSULA TERCEIRA, os repasses das operações celebradas, até sua finalização.

Certos da compreensão de V.Sas. e com os protestos de elevada estima e distinta consideração subscrevemo-nos, permanecendo à disposição para esclarecer o que for necessário.

Atenciosamente,

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S/A - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo – SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9672  
SAC: 0800-725 22 22 (Empréstimo Consignado) - 0800-777-21 18 (Cartão de Crédito Consignado) / Ouvidoria: 0800-725 00 74

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>Data e Horário:</b>	21/06/2024 17:36:51
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	
<b>Protocolos dos Documentos (Número SEI):</b>	
- Ofício Resposta Ofício SEI 599	16581371

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

**Data de Envio:**

05/07/2024 12:07:02

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

marcelo.oliveira@bib.com.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36\_SOLICITAÇÃO DE CONTRATOS

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo ofício de exigência com a documentação necessária para celebração do Acordo de Cooperação Técnica - ACT de empréstimo consignado para prosseguimento da análise.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_16515626.html

**Data de Envio:**

11/07/2024 16:06:21

**De:**

INSS/E-mail da Coordenação-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários <cggbp@inss.gov.br>

**Para:**

marcelo.oliveira@bib.com.br

wilson.vieira@bib.com.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36\_URGENTE - REITERAÇÃO

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo ofício de exigência de documentação para atendimento a órgão de controle.

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_16515626.html

Planilha\_15365688\_604\_BANCO\_INDUSTRIAL\_DO\_BRASIL\_S.A.\_\_\_\_BIB.xlsx

São Paulo, 15 de julho de 2024.

**Ao**  
**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**  
DIVISÃO DE CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIOS  
DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN

**Ref.: OFÍCIO SEI Nº 711/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN-INSS.**

**Assunto: Solicitação a respeito das taxas de juros praticadas pelas Instituições  
Consignatárias Acordantes - REITERAÇÃO EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DE  
CONTROLE - U R G E N T E**

Prezado(s) Senhor(es),

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703 - Itaim Bibi, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 31.895.683/0001-16, representado na forma de seu estatuto social, vem, em atenção ao teor do ofício em epígrafe, expor e requerer o que segue.

Inicialmente, destaca-se que, embora o ofício ao qual ora se responde seja datado de 18/06/2024, com prazo de resposta previsto para 10 (dez) dias

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S/A - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo – SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9672  
SAC: 0800-725 22 22 (Empréstimo Consignado) - 0800-777-21 18 (Cartão de Crédito Consignado) / Ouvidoria: 0800-725 00 74



úteis, este órgão encaminhou informações complementares apenas em 11/07/2024, conforme e-mail anexo (Doc. 1).

Ademais, registra-se que as referidas informações eram imprescindíveis para possibilitar a resposta aos questionamentos apresentados pelo órgão. Em razão disso, considera-se o início do prazo no primeiro dia útil após o recebimento da totalidade das informações, ou seja, 12/07/2024.

A Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (DIRBEN) do INSS apontou a existência de contratos com taxas superiores aos tetos dos juros consignados vigentes nos anos de 2022 e 2023, em desconformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Com base nessa alegação, o órgão aponta a ocorrência de 4 (quatro) operações realizadas entre 16/03/2023 e 30/03/2023, com taxa de juros superior a 1,70%, conforme anexos (Docs. 2 a 5) e descrições abaixo:

Nº do contrato	Financiado	Valor da operação	Taxa de juros a.m (%)	Data da proposta	Data-base
601047993	Maria de Lurdes da Silva	R\$ 10.500,00	1,85% a.m	09/03/2023	20/03/2023
601047816	Maria Aparecida da Luz	R\$ 18.530,71	1,84% a.m	09/03/2023	20/03/2023
601048884	Antonio Vanzeler de Souza	R\$ 10.500,00	1,83% a.m	14/03/2023	20/03/2023
601048969	Maria José Oliveira Pinheiro	R\$ 12.200,00	1,84% a.m	15/03/2023	20/03/2023

Ocorre que, no momento da formalização das propostas de empréstimo consignado, vigorava a RESOLUÇÃO CNPS/MTP nº 1.345, de 7 de dezembro de 2021, cuja taxa de juros era de 2,14% (dois inteiros e quatorze centésimos por cento). Inclusive, tal limite foi observado por esta instituição, visto que o percentual de juros nos contratos em discussão não ultrapassou 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento).

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S/A - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo – SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9672  
SAC: 0800-725 22 22 (Empréstimo Consignado) - 0800-777-21 18 (Cartão de Crédito Consignado) / Ouvidoria: 0800-725 00 74

A alteração da taxa de juros para 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ocorreu somente em 15/03/2023, com a publicação da RESOLUÇÃO CNPS/MTP Nº 1.350, de 13 de março de 2023, momento em que os referidos contratos já haviam sido celebrados.

Registra-se, portanto, que as quatro operações foram concretizadas exatamente nos termos da proposta apresentada e em data anterior a edição da resolução nº 1.350/2023, não havendo incongruências no que diz respeito à taxa de juros, por duas razões principais. Primeira, porque no início da operação (fase de proposta), a taxa de juros vigente era de 2,14%, limite este obedecido pelos contratos. Segunda, porque, uma vez aceita a proposta, as partes ficam obrigadas ao seu cumprimento por força do art. 427 do Código Civil.

Certos da compreensão de V.Sas. e com os protestos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemo-nos, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

**[BIB - RESTRITO]**

Banco Industrial do Brasil S/A - Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - São Paulo – SP  
CEP 04543-011 - Tel.: (11) 3049-9672  
SAC: 0800-725 22 22 (Empréstimo Consignado) - 0800-777-21 18 (Cartão de Crédito Consignado) / Ouvidoria: 0800-725 00 74

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>Data e Horário:</b>	16/07/2024 18:29:12
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	
<b>Protocolos dos Documentos (Número SEI):</b>	
- Ofício Ofício Resposta	16905571

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

PLANILHA DE PROPOSTA SIMPLIFICADA

PLANILHA DE PROPOSTA Nº: 600048206

FINANCIADO: MARIA DE LURDES DA SILVA (600048206001)

MODELO DE DECISÃO: 6720

CONTRATO Nº: 601047993

DADOS DO CLIENTE

Cliente:MARIA DE LURDES DA SILVA  
Endereço:RUA TRÊS DE DEZEMBRO  
Bairro: BETÂNIA  
CPF: 423.960.182-72  
Est.Civil: CASADO(A)  
Data de Nasc.: 11/02/1965  
Pessoa Politicamente Exposta:Não  
Benefício: -  
Número do PIS:

Nº.:263  
Compl.: ENTRE SANT  
Cidade: Barcarena  
RG: 1809100  
Fil.Mãe: MARIA ALVES DA SILVA  
Fil. Pai:  
Dat. Emissão RG: 05/01/2023  
Idade : 59 anos

SITUAÇÃO: INTEGRADA  
Escolaridade:  
UF: PA  
Cep: 68445000  
Matricula: 2043493366  
Fone Res.: (91) 99334-1038  
Celular: (91) 99334-1038  
Telefone do Cônjuge: ( )  
Matricula Instituidor:

ATIVIDADE PROFISSIONAL:

Empresa:  
Endereço Coml:  
Bairro:  
Data Adm.:  
Nat. Ocup.:  
Regime de Contratação: -

Nº:  
Cidade:  
Cargo:  
Profissão:  
Categoria: -

Fone:  
Compl.:  
UF:  
Salário: 1.302,00      Valor Patrimonial:

DADOS DO BENEFICIO:

UF:                      Agência:                      Conta:

(N)Recebe Beneficio Através de Cartão Benefício

DADOS REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal?

Não

DADOS PROPOSTA:

Produto: 000080 - C CONSIGNADO INSS  
FILIAL: 000001 - Matriz BIB  
CONVENIADA: 000001 - INSS  
CONR. BANC:

Convênio: 000458 IQ1 INSS 18.04.22  
REGIONAL: 000001 - Regional BIB  
SECRETARIA: 004943 - BARCARENA  
OPERADOR: 123993 - RUZINEY BITENCOURT B

PROMOTORA: 000248 - BANCO DO PARA S

Tabela:

Data Base: 20/03/2023  
Vl.Solicitado:10.500,00  
Vlr. Liberado: 10.500,00  
Vlr. IOF: 324,61  
Principal: 10.824,61  
Taxa Conferência(a.m.):  
Taxa Conferência(a.a.):  
Valor de FGTS: 0,00

Dt. 1º Venc.: 10/05/2023  
Vlr. Bruto: 18.264,00  
Vlr. Parcela: 304,40  
Qtd Parcela: 60  
Taxa CL a.m.: 1,8000  
Taxa CL a.a.: 23,8721  
Taxa Nominal(a.m): 1,8542  
Taxa Nominal(a.a): 24,6664  
Valor de Garantia FGTS: 0,00

Dt. Ult. Venc.: 10/04/2028  
Forma Pagto: DESCONTO EM FOLHA  
Cód. Averb:  
Taxa CET(a.m.): 1,95  
Taxa CET(a.a.): 26,42  
Taxa Ap.(a.m.): 1,8265  
Taxa Ap.(a.a.): 24,2588  
Taxa Controle(a.m.): 0,0000  
Taxa Controle(a.a.): 0,0000

DESPESAS

Descrição

Valor Financia

0 - Comissão

420,00 Não

TOTAL:

420,00

PARECER S/ CONCESSÃO DO CRÉDITO

Data Inicio	Hora Inicio	Data Fim	Hora Fim	Ativ.	Descrição Atividade	Situação	Usuário Inicial	Usuário Final
09/03/2023	17:01	09/03/2023	17:02	1	Alerta Proposta Cadastrad	APROVADA	BPA2200	BPA2200
09/03/2023	17:01	09/03/2023	17:02	12	Valida Tempo Cadastro	APROVADA	BPA2200	BPA2200
09/03/2023	17:01	09/03/2023	17:03	41	Anexo de documentos	APROVADA	BPA2200	BPA2200
09/03/2023	17:02	09/03/2023	17:03	43	Valida Contratos em Atras	APROVADA	BPA2200	BPA2200
09/03/2023	17:02	09/03/2023	17:03	90	Validações Mesa de Crêdit	APROVADA	BPA2200	BPA2200
09/03/2023	17:02	10/03/2023	11:06	140	Mesa de Crédito	APROVADA	BPA2200	KARINAF
10/03/2023	11:06	16/03/2023	09:51	301	PENDÊNCIA PROMOTORA	APROVADA	KARINAF	BPA2200A
16/03/2023	09:50	16/03/2023	09:51	302	Anexar Documentos	APROVADA	BPA2200A	BPA2200A
16/03/2023	09:50	16/03/2023	14:14	140	Mesa de Crédito	APROVADA	BPA2200A	FERNANDASA
16/03/2023	14:14	16/03/2023	14:14	348	Aprovado Mesa Crédito	APROVADA	FERNANDASA	FERNANDASA
16/03/2023	14:14	20/03/2023	09:57	160	Confirmação de Margem	APROVADA	FERNANDASA	WVIEIRA
20/03/2023	09:56	20/03/2023	09:57	121	Geracao de Operacao	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	09:56	20/03/2023	09:57	122	Tela Gera Operação	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	09:56	20/03/2023	10:19	161	Proposta Liberada	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	180	Recalculo de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	666	Recalculo de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	400	Integração de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	20	Liberação de Pagamento	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19			401	Mensagem de Integração	EM ABERTO	WVIEIRA	

DADOS DA LIBERAÇÃO

Tp. Lib.	Lib. de Crédito	Benef. Favorecido	CPF/CNPJ	Dt. Liberação	Comp	Bco.	Agência	C/C	Valor	Tp.Conta
	TED CLIENTE	8 - MARIA DE LURDES DA SILVA	423.960.182-72	20/03/2023	018	037	0022	8797366	10.500,00	C/C Ind

Parcelas:

Parc.	Dt. Venc.	Prazo	Principal	IOF	Vlr.Total	Parc.	Dt. Venc.	Prazo	Principal	IOF	Vlr.Total
1	10/05/2023	51	295,18	1,23	304,40	2	10/06/2023	82	289,71	1,95	304,40
3	10/07/2023	112	284,51	2,62	304,40	4	10/08/2023	143	279,24	3,27	304,40
5	10/09/2023	174	274,06	3,91	304,40	6	10/10/2023	204	269,15	4,50	304,40
7	10/11/2023	235	264,16	5,09	304,40	8	10/12/2023	265	259,42	5,64	304,40

Anexo Anexo ao Ofício 711 2024 (16962828)SEI 35014.0824692020-36 / pg. 434

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

## PLANILHA DE PROPOSTA SIMPLIFICADA

Proc. : 05/07/2024 14:07:56

Sist.: 08/07/2024 Cont.: 03/07/2024

SIC - V.C601999

MPPLPRPS (MARCELOO)

**PLANILHA DE PROPOSTA Nº: 600048206**

9	10/01/2024	296	254,62	6,18	304,40	10	10/02/2024	327	249,90	6,70	304,40
11	10/03/2024	356	245,56	7,17	304,40	12	10/04/2024	387	241,01	7,21	304,40
13	10/05/2024	417	236,69	7,09	304,40	14	10/06/2024	448	232,31	6,95	304,40
15	10/07/2024	478	228,14	6,83	304,40	16	10/08/2024	509	223,91	6,70	304,40
17	10/09/2024	540	219,76	6,58	304,40	18	10/10/2024	570	215,82	6,46	304,40
19	10/11/2024	601	211,82	6,34	304,40	20	10/12/2024	631	208,02	6,22	304,40
21	10/01/2025	662	204,17	6,11	304,40	22	10/02/2025	693	200,38	6,00	304,40
23	10/03/2025	721	197,03	5,90	304,40	24	10/04/2025	752	193,38	5,79	304,40
25	10/05/2025	782	189,91	5,68	304,40	26	10/06/2025	813	186,39	5,58	304,40
27	10/07/2025	843	183,05	5,48	304,40	28	10/08/2025	874	179,65	5,37	304,40
29	10/09/2025	905	176,33	5,28	304,40	30	10/10/2025	935	173,16	5,18	304,40
31	10/11/2025	966	169,95	5,09	304,40	32	10/12/2025	996	166,91	5,00	304,40
33	10/01/2026	1027	163,81	4,90	304,40	34	10/02/2026	1058	160,78	4,81	304,40
35	10/03/2026	1086	158,08	4,73	304,40	36	10/04/2026	1117	155,16	4,65	304,40
37	10/05/2026	1147	152,37	4,56	304,40	38	10/06/2026	1178	149,55	4,47	304,40
39	10/07/2026	1208	146,87	4,40	304,40	40	10/08/2026	1239	144,15	4,31	304,40
41	10/09/2026	1270	141,47	4,24	304,40	42	10/10/2026	1300	138,94	4,16	304,40
43	10/11/2026	1331	136,36	4,08	304,40	44	10/12/2026	1361	133,92	4,01	304,40
45	10/01/2027	1392	131,44	3,93	304,40	46	10/02/2027	1423	129,00	3,86	304,40
47	10/03/2027	1451	126,84	3,80	304,40	48	10/04/2027	1482	124,49	3,72	304,40
49	10/05/2027	1512	122,26	3,66	304,40	50	10/06/2027	1543	119,99	3,59	304,40
51	10/07/2027	1573	117,84	3,53	304,40	52	10/08/2027	1604	115,65	3,46	304,40
53	10/09/2027	1635	113,51	3,40	304,40	54	10/10/2027	1665	111,48	3,34	304,40
55	10/11/2027	1696	109,41	3,27	304,40	56	10/12/2027	1726	107,45	3,22	304,40
57	10/01/2028	1757	105,46	3,15	304,40	58	10/02/2028	1788	103,50	3,10	304,40
59	10/03/2028	1817	101,71	3,04	304,40	60	10/04/2028	1848	99,82	2,99	304,40
	TOTAL:		10.824,61	283,48	18.264,00						

## RISCO INTERNO

**OBSERVAÇÕES**

----- Logs Alertas -----

09/03/2023 17:01:46 - BPA2200 -

## Proposta Cadastrada!

09/03/2023 17:03:37 - BPA2200 - E

O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.

10/03/2023 11:06:17 - KARINAF - I

Motivos de pendência:

Análise\_

Telefone: 091993341038 Em contato cliente NÃO reconhece a solicitação do contrato

10/03/2023 13:48:39 - BPA2200A - I

Boa tarde!

A cliente ficou preocupada pensando que era fraude, favor ligar novamente , já orientamos a cliente que trata-se do BANCO INDUSTRIAL e que precisa confirmar a solicitação do credito.

13/03/2023 15:59:41 - BPA2200A - I

A CLIENTE ESTÁ AGUARDANDO A LIGAÇÃO PARA LIBERAÇÃO DO CREDITO PROPOSTO.

16/03/2023 09:40:32 - BPA2200 - E

Prezados, bom dia.

Favor dar prosseguimento na proposta, A cliente aguarda ligação para prestar as informações necessárias.

16/03/2023 14:14:18 - FERNANDASA - I

Análise:

Telefone 91 993341038 em contato, cliente confirma dados e solicitação

16/03/2023 16:10:38 - WVIEIRA - I

Não é possível realizar a operação até que seja concluído o processamento da folha de pagamento (AV)

20/03/2023 09:45:29 - BPA2200 - E

O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.

20/03/2023 09:56:59 - WVIEIRA - I

O número do contrato é: 601047993

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

PLANILHA DE PROPOSTA SIMPLIFICADA

PLANILHA DE PROPOSTA Nº: 600049097

FINANCIADO: ANTONIO VANZELER DE SOUZA (600049097001)

MODELO DE DECISÃO: 6720

CONTRATO Nº: 601048884

DADOS DO CLIENTE

Cliente:ANTONIO VANZELER DE SOUZA  
Endereço:VILA IGARAPÉ SERRARIA, RIO ANAJÁS  
Bairro: ZONA RURAL  
CPF: 970.193.722-87  
Est.Civil: SOLTEIRO(A)  
Data de Nasc.: 12/01/1960  
Pessoa Politicamente Exposta:Não  
Benefício: -  
Número do PIS:

Nº.:00  
Compl.: BAIXO ANAJ  
Cidade: Anajás  
RG: 4987336  
Fil.Mãe: INEZ VANZELER DE SOUZA  
Fil. Pai: MANOEL ALVES DE SOUZA  
Dat. Emissão RG: 06/10/2022  
Idade : 64 anos

SITUAÇÃO: INTEGRADA  
E escolaridade:  
UF: PA  
Cep: 68810000  
Matricula: 2010056250  
Fone Res.:  
Celular: (91) 98205-3537  
Telefone do Cônjuge: ( )  
Matricula Instituidor:

ATIVIDADE PROFISSIONAL:

Empresa:  
Endereço Coml:  
Bairro:  
Data Adm.:  
Nat. Ocup.:  
Regime de Contratação: -

Nº:  
Cidade:  
Cargo:  
Profissão:  
Categoria: -

Fone:  
Compl.:  
UF:  
Salário: 1.302,00      Valor Patrimonial:

DADOS DO BENEFICIO:

UF:                      Agência:                      Conta:                      (N)Recebe Beneficio Através de Cartão Benefício

DADOS REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal?

Não

DADOS PROPOSTA:

Produto: 000080 - C CONSIGNADO INSS  
FILIAL: 000001 - Matriz BIB  
CONVENIADA: 000001 - INSS  
CONR. BANC:

Convênio: 000458 IQ1 INSS 18.04.22  
REGIONAL: 000001 - Regional BIB  
SECRETARIA: 004202 - AG 74 ANAJÁS  
OPERADOR: 124740 - WILLIAM RIBEIRO

PROMOTORA: 000248 - BANCO DO PARA S

Tabela:

Data Base: 20/03/2023  
Vl.Solicitado:10.500,00  
Vlr. Liberado: 10.500,00  
Vlr. IOF: 331,06  
Principal: 10.831,06  
Taxa Conferência(a.m.):  
Taxa Conferência(a.a.):  
Valor de FGTS: 0,00

Dt. 1º Venc.: 10/05/2023  
Vlr. Bruto: 21.623,28  
Vlr. Parcela: 257,42  
Qtd Parcela: 84  
Taxa CL a.m.: 1,8000  
Taxa CL a.a.: 23,8721  
Taxa Nominal(a.m.): 1,8387  
Taxa Nominal(a.a.): 24,4382  
Valor de Garantia FGTS: 0,00

Dt. Ult. Venc.: 10/04/2030  
Forma Pagto: DESCONTO EM FOLHA  
Cód. Averb:  
Taxa CET(a.m.): 1,91  
Taxa CET(a.a.): 25,83  
Taxa Ap.(a.m.): 1,8112  
Taxa Ap.(a.a.): 24,0364  
Taxa Controle(a.m.): 0,0000  
Taxa Controle(a.a.): 0,0000

DESPESAS

Descrição

Valor Financia

0 - Comissão

420,00 Não

TOTAL:

420,00

PARECER S/ CONCESSÃO DO CRÉDITO

Data Inicio	Hora Inicio	Data Fim	Hora Fim	Ativ.	Descrição Atividade	Situação	Usuário Inicial	Usuário Final
14/03/2023	16:23	14/03/2023	16:23	1	Alerta Proposta Cadastrad	APROVADA	BPA9146B	BPA9146B
14/03/2023	16:23	14/03/2023	16:23	12	Valida Tempo Cadastro	APROVADA	BPA9146B	BPA9146B
14/03/2023	16:23	14/03/2023	16:24	41	Anexo de documentos	APROVADA	BPA9146B	BPA9146B
14/03/2023	16:23	14/03/2023	16:24	43	Valida Contratos em Atras	APROVADA	BPA9146B	BPA9146B
14/03/2023	16:23	14/03/2023	16:24	90	Validações Mesa de Crédito	APROVADA	BPA9146B	BPA9146B
14/03/2023	16:23	14/03/2023	16:39	140	Mesa de Crédito	APROVADA	BPA9146B	KARINAF
14/03/2023	16:39	14/03/2023	16:39	348	Aprovado Mesa Crédito	APROVADA	KARINAF	KARINAF
14/03/2023	16:39	20/03/2023	09:38	160	Confirmação de Margem	APROVADA	KARINAF	WVIEIRA
20/03/2023	09:37	20/03/2023	09:38	121	Geracao de Operacao	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	09:37	20/03/2023	09:38	122	Tela Gera Operação	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	09:38	20/03/2023	10:19	161	Proposta Liberada	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	180	Recalculo de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	666	Recalculo de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	400	Integração de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:20	20	Liberação de Pagamento	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19			401	Mensagem de Integração	EM ABERTO	WVIEIRA	

DADOS DA LIBERAÇÃO

Tp. Lib.	Lib. de Crédito	Benef. Favorecido	CPF/CNPJ	Dt. Liberação	Comp	Bco.	Agência	C/C	Valor	Tp.Conta
	TED CLIENTE	8 - ANTONIO VANZELER DE SOUZA	970.193.722-87	20/03/2023	018	037	0074	8129576	10.500,00	C/C Ind

Parcelas:

Parc.	Dt. Venc.	Prazo	Principal	IOF	Vlr.Total	Parc.	Dt. Venc.	Prazo	Principal	IOF	Vlr.Total
1	10/05/2023	51	249,68	1,04	257,42	2	10/06/2023	82	245,09	1,65	257,42
3	10/07/2023	112	240,73	2,21	257,42	4	10/08/2023	143	236,31	2,77	257,42
5	10/09/2023	174	231,97	3,31	257,42	6	10/10/2023	204	227,84	3,82	257,42
7	10/11/2023	235	223,65	4,30	257,42	8	10/12/2023	265	219,67	4,78	257,42
9	10/01/2024	296	215,64	5,23	257,42	10	10/02/2024	327	211,67	5,68	257,42
11	10/03/2024	356	208,03	6,07	257,42	12	10/04/2024	387	204,21	6,11	257,42
13	10/05/2024	417	200,58	6,01	257,42	14	10/06/2024	448	196,89	5,89	257,42

Anexo Anexo ao Ofício 711 2024 (16962828)SEI 35014.082469/2020-36 / pg. 436

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

## PLANILHA DE PROPOSTA SIMPLIFICADA

Proc.: 05/07/2024 14:10:46

Sist.: 08/07/2024 Cont.: 03/07/2024

SIC - V.C601999

MPPLPRPS (MARCELOO)

**PLANILHA DE PROPOSTA Nº: 600049097**

15	10/07/2024	478	193,39	5,79	257,42	16	10/08/2024	509	189,83	5,68	257,42
17	10/09/2024	540	186,35	5,58	257,42	18	10/10/2024	570	183,03	5,47	257,42
19	10/11/2024	601	179,67	5,38	257,42	20	10/12/2024	631	176,47	5,28	257,42
21	10/01/2025	662	173,23	5,19	257,42	22	10/02/2025	693	170,04	5,09	257,42
23	10/03/2025	721	167,22	5,00	257,42	24	10/04/2025	752	164,15	4,92	257,42
25	10/05/2025	782	161,23	4,82	257,42	26	10/06/2025	813	158,26	4,74	257,42
27	10/07/2025	843	155,45	4,65	257,42	28	10/08/2025	874	152,59	4,57	257,42
29	10/09/2025	905	149,79	4,48	257,42	30	10/10/2025	935	147,12	4,40	257,42
31	10/11/2025	966	144,42	4,33	257,42	32	10/12/2025	996	141,85	4,24	257,42
33	10/01/2026	1027	139,24	4,17	257,42	34	10/02/2026	1058	136,68	4,09	257,42
35	10/03/2026	1086	134,41	4,02	257,42	36	10/04/2026	1117	131,94	3,95	257,42
37	10/05/2026	1147	129,59	3,88	257,42	38	10/06/2026	1178	127,21	3,81	257,42
39	10/07/2026	1208	124,95	3,74	257,42	40	10/08/2026	1239	122,65	3,67	257,42
41	10/09/2026	1270	120,40	3,60	257,42	42	10/10/2026	1300	118,26	3,54	257,42
43	10/11/2026	1331	116,08	3,48	257,42	44	10/12/2026	1361	114,02	3,41	257,42
45	10/01/2027	1392	111,92	3,35	257,42	46	10/02/2027	1423	109,87	3,29	257,42
47	10/03/2027	1451	108,04	3,23	257,42	48	10/04/2027	1482	106,06	3,18	257,42
49	10/05/2027	1512	104,17	3,11	257,42	50	10/06/2027	1543	102,25	3,06	257,42
51	10/07/2027	1573	100,43	3,01	257,42	52	10/08/2027	1604	98,59	2,95	257,42
53	10/09/2027	1635	96,78	2,90	257,42	54	10/10/2027	1665	95,06	2,84	257,42
55	10/11/2027	1696	93,31	2,79	257,42	56	10/12/2027	1726	91,65	2,75	257,42
57	10/01/2028	1757	89,96	2,69	257,42	58	10/02/2028	1788	88,31	2,64	257,42
59	10/03/2028	1817	86,79	2,60	257,42	60	10/04/2028	1848	85,20	2,55	257,42
61	10/05/2028	1878	83,68	2,51	257,42	62	10/06/2028	1909	82,14	2,45	257,42
63	10/07/2028	1939	80,68	2,42	257,42	64	10/08/2028	1970	79,20	2,37	257,42
65	10/09/2028	2001	77,74	2,33	257,42	66	10/10/2028	2031	76,36	2,28	257,42
67	10/11/2028	2062	74,96	2,24	257,42	68	10/12/2028	2092	73,62	2,21	257,42
69	10/01/2029	2123	72,27	2,16	257,42	70	10/02/2029	2154	70,94	2,12	257,42
71	10/03/2029	2182	69,76	2,09	257,42	72	10/04/2029	2213	68,48	2,05	257,42
73	10/05/2029	2243	67,26	2,02	257,42	74	10/06/2029	2274	66,03	1,97	257,42
75	10/07/2029	2304	64,85	1,94	257,42	76	10/08/2029	2335	63,66	1,91	257,42
77	10/09/2029	2366	62,49	1,87	257,42	78	10/10/2029	2396	61,38	1,84	257,42
79	10/11/2029	2427	60,25	1,80	257,42	80	10/12/2029	2457	59,18	1,77	257,42
81	10/01/2030	2488	58,09	1,74	257,42	82	10/02/2030	2519	57,02	1,70	257,42
83	10/03/2030	2547	56,08	1,68	257,42	84	10/04/2030	2578	55,07	1,65	257,42
TOTAL:			10.831,06	289,90	21.623,28						

## RISCO INTERNO

### OBSERVAÇÕES

**OBSERVAÇÕES**  
----- Logs Alertas -----

14/03/2023 16:23:09 - BPA9146B - I

## Proposta Cadastrada!

14/03/2023 16:38:56 - KARINAF - I

\* ANALISE:

Telephone: 91 98205-3537

Cliente presente na "BANCO DO PARA S/C" com William , confirma dados e solicitação

15/03/2023 10:06:38 - WVIEIRA - I

Motivos de pendência:

11 - Aguardando

Não é possível realizar a operação até que seja concluído o processamento da folha de pagamento (AV)

20/03/2023 09:38:03 - WVIEIRA - I

O número do contrato é: 601048884



BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

PLANILHA DE PROPOSTA SIMPLIFICADA

PLANILHA DE PROPOSTA Nº: 600049186

Proc. : 05/07/2024 14:12:01  
Sist.: 08/07/2024 Cont.: 03/07/2024  
SIC - V.C601999  
MPPLPRPS (MARCELOO)

FINANCIADO: MARIA JOSE OLIVEIRA PINHEIRO (600049186001)      MODELO DE DECISÃO: 6720      CONTRATO Nº: 601048969

DADOS DO CLIENTE

Cliente:MARIA JOSE OLIVEIRA PINHEIRO  
Endereço:BAIXO RIO ATUA  
Bairro: ZONA RURAL  
CPF: 005.111.012-10  
Est.Civil: SOLTEIRO(A)  
Data de Nasc.: 08/01/1962  
Pessoa Politicamente Exposta:Não  
Benefício: -  
Número do PIS:

Nº.:  
Compl.: COM. SAGRA  
Cidade: Muana  
RG: 6309626  
Fil.Mãe: MARIA EURIDICE OLIVEIRA  
Fil. Pai:  
Dat. Emissão RG: 22/11/2021  
Idade : 62 anos

SITUAÇÃO: INTEGRADA  
Escolaridade:  
UF: PA  
Cep: 68825000  
Matricula: 2038948016  
Fone Res.:  
Celular: (91) 99212-4197  
Telefone do Cônjuge: ( )  
Matricula Instituidor:

ATIVIDADE PROFISSIONAL:

Empresa:  
Endereço Coml:  
Bairro:  
Data Adm.:  
Nat. Ocup.:  
Regime de Contratação: -

Nº:  
Cidade:  
Cargo:  
Profissão:  
Categoria: -

Fone:  
Compl.:  
UF:  
Salário: 1.302,00      Valor Patrimonial:

DADOS DO BENEFICIO:

UF:      Agência:      Conta:      (N)Recebe Beneficio Através de Cartão Benefício

DADOS REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal?  
Não

DADOS PROPOSTA:

Produto: 000080 - C CONSIGNADO INSS  
FILIAL: 000001 - Matriz BIB  
CONVENIADA: 000001 - INSS  
CONJR. BANC:

Convênio: 000458 IQ1 INSS 18.04.22  
REGIONAL: 000001 - Regional BIB  
SECRETARIA: 004822 - PA MUANÁ - AG P  
OPERADOR: 124076 - VINICIUS PANTOJA ROD

PROMOTORA: 000248 - BANCO DO PARA S

Tabela:

Data Base: 20/03/2023  
Vl.Solicitado:12.200,00  
Vlr. Liberado: 12.200,00  
Vlr. IOF: 370,51  
Principal: 12.570,51  
Taxa Conferência(a.m.):  
Taxa Conferência(a.a.):  
Valor de FGTS: 0,00

Dt. 1º Venc.: 10/05/2023  
Vlr. Bruto: 19.290,24  
Vlr. Parcela: 401,88  
Qtd Parcela: 48  
Taxa CL a.m.: 1,8000  
Taxa CL a.a.: 23,8721  
Taxa Nominal(a.m.): 1,8422  
Taxa Nominal(a.a.): 24,4903  
Valor de Garantia FGTS: 0,00

Dt. Ult. Venc.: 10/04/2027  
Forma Pagto: DESCONTO EM FOLHA  
Cód. Averb:  
Taxa CET(a.m.): 1,95  
Taxa CET(a.a.): 26,54  
Taxa Ap.(a.m.): 1,8144  
Taxa Ap.(a.a.): 24,0822  
Taxa Controle(a.m.): 0,0000  
Taxa Controle(a.a.): 0,0000

DESPESAS

Descrição

Valor Financia

0 - Comissão

488,00 Não

TOTAL:

488,00

PARECER S/ CONCESSÃO DO CRÉDITO

Data Inicio	Hora Inicio	Data Fim	Hora Fim	Ativ.	Descrição Atividade	Situação	Usuário Inicial	Usuário Final
15/03/2023	10:15	15/03/2023	10:15	1	Alerta Proposta Cadastrad	APROVADA	BPA503A	BPA503A
15/03/2023	10:15	15/03/2023	10:15	12	Valida Tempo Cadastro	APROVADA	BPA503A	BPA503A
15/03/2023	10:15	15/03/2023	10:15	41	Anexo de documentos	APROVADA	BPA503A	BPA503A
15/03/2023	10:15	15/03/2023	10:15	43	Valida Contratos em Atras	APROVADA	BPA503A	BPA503A
15/03/2023	10:15	15/03/2023	10:15	90	Validações Mesa de Crêdit	APROVADA	BPA503A	BPA503A
15/03/2023	10:15	16/03/2023	09:47	140	Mesa de Crédito	APROVADA	BPA503A	JOZELI
16/03/2023	09:46	16/03/2023	09:47	348	Aprovado Mesa Crédito	APROVADA	JOZELI	JOZELI
16/03/2023	09:46	20/03/2023	09:51	160	Confirmação de Margem	APROVADA	JOZELI	WVIEIRA
20/03/2023	09:50	20/03/2023	09:51	121	Geracao de Operacao	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	09:50	20/03/2023	09:51	122	Tela Gera Operação	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	09:51	20/03/2023	10:20	161	Proposta Liberada	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:20	180	Recalculo de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:20	666	Recalculo de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:20	400	Integração de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:20	20	Liberação de Pagamento	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19			401	Mensagem de Integração	EM ABERTO	WVIEIRA	

DADOS DA LIBERAÇÃO

Tp. Lib.	Lib. de Crédito	Benef. Favorecido	CPF/CNPJ	Dt. Liberação	Comp	Bco.	Agência	C/C	Valor	Tp.Conta
	TED CLIENTE	8 - MARIA JOSE OLIVEIRA PINHEIRO	005.111.012-10	20/03/2023	018	037	0078	8347980	12.200,00	C/C Ind

Parcelas:

Parc.	Dt. Venc.	Prazo	Principal	IOF	Vlr.Total	Parc.	Dt. Venc.	Prazo	Principal	IOF	Vlr.Total
1	10/05/2023	51	389,78	1,63	401,88	2	10/06/2023	82	382,61	2,57	401,88
3	10/07/2023	112	375,79	3,45	401,88	4	10/08/2023	143	368,87	4,33	401,88
5	10/09/2023	174	362,08	5,17	401,88	6	10/10/2023	204	355,63	5,94	401,88
7	10/11/2023	235	349,08	6,73	401,88	8	10/12/2023	265	342,86	7,45	401,88
9	10/01/2024	296	336,55	8,17	401,88	10	10/02/2024	327	330,35	8,86	401,88
11	10/03/2024	356	324,66	9,48	401,88	12	10/04/2024	387	318,68	9,53	401,88
13	10/05/2024	417	313,00	9,37	401,88	14	10/06/2024	448	307,24	9,20	401,88

Anexo Anexo ao Ofício 711 2024 (16962828)      SEI 35014.082469/2020-36 / pg. 438

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

PLANILHA DE PROPOSTA SIMPLIFICADA

Proc. : 05/07/2024 14:12:01  
Sist.: 08/07/2024 Cont.: 03/07/2024  
SIC - V.C601999  
MPPLPRPS (MARCELOO)

PLANILHA DE PROPOSTA Nº: 600049186

15	10/07/2024	478	301,77	9,03	401,88	16	10/08/2024	509	296,21	8,87	401,88
17	10/09/2024	540	290,76	8,70	401,88	18	10/10/2024	570	285,58	8,55	401,88
19	10/11/2024	601	280,32	8,39	401,88	20	10/12/2024	631	275,32	8,24	401,88
21	10/01/2025	662	270,26	8,08	401,88	22	10/02/2025	693	265,28	7,94	401,88
23	10/03/2025	721	260,87	7,81	401,88	24	10/04/2025	752	256,06	7,67	401,88
25	10/05/2025	782	251,50	7,52	401,88	26	10/06/2025	813	246,87	7,39	401,88
27	10/07/2025	843	242,47	7,26	401,88	28	10/08/2025	874	238,01	7,12	401,88
29	10/09/2025	905	233,63	7,00	401,88	30	10/10/2025	935	229,46	6,86	401,88
31	10/11/2025	966	225,24	6,74	401,88	32	10/12/2025	996	221,22	6,63	401,88
33	10/01/2026	1027	217,15	6,49	401,88	34	10/02/2026	1058	213,15	6,38	401,88
35	10/03/2026	1086	209,61	6,28	401,88	36	10/04/2026	1117	205,75	6,16	401,88
37	10/05/2026	1147	202,08	6,04	401,88	38	10/06/2026	1178	198,36	5,94	401,88
39	10/07/2026	1208	194,83	5,83	401,88	40	10/08/2026	1239	191,24	5,73	401,88
41	10/09/2026	1270	187,72	5,61	401,88	42	10/10/2026	1300	184,37	5,52	401,88
43	10/11/2026	1331	180,98	5,42	401,88	44	10/12/2026	1361	177,76	5,32	401,88
45	10/01/2027	1392	174,48	5,22	401,88	46	10/02/2027	1423	171,27	5,13	401,88
47	10/03/2027	1451	168,42	5,04	401,88	48	10/04/2027	1482	165,33	4,95	401,88
TOTAL:			12.570,51	322,74	19.290,24						

RISCO INTERNO

OBSERVAÇÕES

----- Logs Alertas -----

15/03/2023 10:15:15 - BPA503A -  
Proposta Cadastrada!

16/03/2023 09:31:58 - BPA503A - E  
O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.

16/03/2023 09:46:31 - JOZELI - I  
Análise

Telefone: 9134941138 \_ cliente presente na Agência do Banco do Pará, com Vinicius\_confirma dados e solicitação.

16/03/2023 16:10:08 - WVIEIRA - I  
Não é possível realizar a operação até que seja concluído o processamento da folha de pagamento (AV)

20/03/2023 09:51:02 - WVIEIRA - I  
O número do contrato é: 601048969

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

PLANILHA DE PROPOSTA SIMPLIFICADA

PLANILHA DE PROPOSTA Nº: 600048029

Proc. : 05/07/2024 14:05:05  
Sist.: 08/07/2024 Cont.: 03/07/2024  
SIC - V.C601999  
MPPLPRPS (MARCELOO)

FINANCIADO: MARIA APARECIDA DA LUZ (600048029001)      MODELO DE DECISÃO: 6720      CONTRATO Nº: 601047816

DADOS DO CLIENTE

Cliente:MARIA APARECIDA DA LUZ  
Endereço:RUA SÃO JOSÉ  
Bairro: PARAISO  
CPF: 281.439.302-20  
Est.Civil: VIUVO(A)  
Data de Nasc.: 22/12/1956  
Pessoa Politicamente Exposta:Não  
Benefício: -  
Número do PIS:

Nº.:19  
Compl.:  
Cidade: Pau D'Arco  
RG: 10343  
Fil.Mãe: ANTONIA ALVES DA SILVA  
Fil. Pai: SAUL PEREIRA DA SILVA  
Dat. Emissão RG: 09/07/2021  
Idade : 67 anos

Escolaridade:  
UF: PA  
Cep: 68545000  
Matricula: 562165495  
Fone Res.:  
Celular: (94) 99209-4629  
Telefone do Cônjuge: ( )  
Matricula Instituidor:

ATIVIDADE PROFISSIONAL:

Empresa:  
Endereço Coml:  
Bairro:  
Data Adm.:  
Nat. Ocup.:  
Regime de Contratação: -

Nº:  
Cidade:  
Cargo:  
Profissão:  
Categoria: -

Fone:  
Compl.:  
UF:  
Salário: 1.302,00      Valor Patrimonial:

DADOS DO BENEFICIO:

UF:      Agência:      Conta:      (N)Recebe Beneficio Através de Cartão Benefício

DADOS REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal?  
Não

DADOS PROPOSTA:

Produto: 000080 - C CONSIGNADO INSS  
FILIAL: 000001 - Matriz BIB  
CONVENIADA: 000001 - INSS  
CONR. BANC:

Convênio: 000458 IQ1 INSS 18.04.22  
REGIONAL: 000001 - Regional BIB  
SECRETARIA: 004248 - AG PAU D ARCO  
OPERADOR:

PROMOTORA: 000248 - BANCO DO PARA S

Tabela:

Data Base: 20/03/2023  
Vl.Solicitado:18.530,71  
Vlr. Liberado: 18.530,71  
Vlr. IOF: 584,10  
Principal: 19.114,81  
Taxa Conferência(a.m.):  
Taxa Conferência(a.a.):  
Valor de FGTS: 0,00

Dt. 1º Venc.: 10/05/2023  
Vlr. Bruto: 38.278,80  
Vlr. Parcela: 455,70  
Qtd Parcela: 84  
Taxa CL a.m.: 1,8000  
Taxa CL a.a.: 23,8721  
Taxa Nominal(a.m.): 1,8482  
Taxa Nominal(a.a.): 24,5782  
Valor de Garantia FGTS: 0,00

Dt. Ult. Venc.: 10/04/2030  
Forma Pagto: DESCONTO EM FOLHA  
Cód. Averb:  
Taxa CET(a.m.): 1,92  
Taxa CET(a.a.): 25,98  
Taxa Ap.(a.m.): 1,8207  
Taxa Ap.(a.a.): 24,1739  
Taxa Controle(a.m.): 0,0000  
Taxa Controle(a.a.): 0,0000

DESPESAS

Descrição

Valor Financia

0 - Comissão

741,23 Não

TOTAL:

741,23

PARECER S/ CONCESSÃO DO CRÉDITO

Data Inicio	Hora Inicio	Data Fim	Hora Fim	Ativ.	Descrição Atividade	Situação	Usuário Inicial	Usuário Final
09/03/2023	12:16	09/03/2023	12:17	1	Alerta Proposta Cadastrad	APROVADA	BPA9145B	BPA9145B
09/03/2023	12:16	09/03/2023	12:17	12	Valida Tempo Cadastro	APROVADA	BPA9145B	BPA9145B
09/03/2023	12:16	09/03/2023	12:21	41	Anexo de documentos	APROVADA	BPA9145B	BPA9145B
09/03/2023	12:20	09/03/2023	12:21	43	Valida Contratos em Atras	APROVADA	BPA9145B	BPA9145B
09/03/2023	12:20	09/03/2023	12:21	90	Validações Mesa de Crédito	APROVADA	BPA9145B	BPA9145B
09/03/2023	12:20	15/03/2023	17:38	140	Mesa de Crédito	APROVADA	BPA9145B	MARIALUS
15/03/2023	17:37	15/03/2023	17:38	348	Aprovado Mesa Crédito	APROVADA	MARIALUS	MARIALUS
15/03/2023	17:37	20/03/2023	09:47	160	Confirmação de Margem	APROVADA	MARIALUS	WVIEIRA
20/03/2023	09:47	20/03/2023	09:47	121	Geracao de Operacao	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	09:47	20/03/2023	09:47	122	Tela Gera Operação	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	09:47	20/03/2023	10:19	161	Proposta Liberada	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	180	Recalculo de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	666	Recalculo de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	400	Integração de Proposta	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19	20/03/2023	10:19	20	Liberação de Pagamento	APROVADA	WVIEIRA	WVIEIRA
20/03/2023	10:19			401	Mensagem de Integração	EM ABERTO	WVIEIRA	

DADOS DA LIBERAÇÃO

Tp. Lib.	Lib. de Crédito	Benef. Favorecido	CPF/CNPJ	Dt. Liberação	Comp	Bco.	Agência	C/C	Valor	Tp.Conta
	TED CLIENTE	8 - MARIA APARECIDA DA LUZ	281.439.302-20	20/03/2023	018	037	0103	004022	18.530,71	C/C Ind

Parcelas:

Parc.	Dt. Venc.	Prazo	Principal	IOF	Vlr.Total	Parc.	Dt. Venc.	Prazo	Principal	IOF	Vlr.Total
1	10/05/2023	51	441,93	1,85	455,70	2	10/06/2023	82	433,77	2,91	455,70
3	10/07/2023	112	426,02	3,92	455,70	4	10/08/2023	143	418,15	4,90	455,70
5	10/09/2023	174	410,42	5,86	455,70	6	10/10/2023	204	403,08	6,74	455,70
7	10/11/2023	235	395,64	7,62	455,70	8	10/12/2023	265	388,56	8,45	455,70
9	10/01/2024	296	381,39	9,25	455,70	10	10/02/2024	327	374,34	10,04	455,70
11	10/03/2024	356	367,87	10,74	455,70	12	10/04/2024	387	361,07	10,81	455,70
13	10/05/2024	417	354,62	10,61	455,70	14	10/06/2024	448	348,07	10,42	455,70

Anexo Anexo ao Ofício 711 2024 (16962828)      SEI 35014.082469-2020-36 / pg. 440

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

## PLANILHA DE PROPOSTA SIMPLIFICADA

Proc. : 05/07/2024 14:05:05

Sist.: 08/07/2024 Cont.: 03/07/2024

SIC - V.C601999

MPPLPRPS (MARCELOO)

**PLANILHA DE PROPOSTA Nº: 600048029**

15	10/07/2024	478	341,84	10,23	455,70	16	10/08/2024	509	335,53	10,04	455,70
17	10/09/2024	540	329,33	9,86	455,70	18	10/10/2024	570	323,44	9,68	455,70
19	10/11/2024	601	317,47	9,50	455,70	20	10/12/2024	631	311,79	9,33	455,70
21	10/01/2025	662	306,03	9,16	455,70	22	10/02/2025	693	300,38	8,99	455,70
23	10/03/2025	721	295,36	8,84	455,70	24	10/04/2025	752	289,91	8,68	455,70
25	10/05/2025	782	284,72	8,52	455,70	26	10/06/2025	813	279,46	8,37	455,70
27	10/07/2025	843	274,47	8,21	455,70	28	10/08/2025	874	269,40	8,06	455,70
29	10/09/2025	905	264,42	7,92	455,70	30	10/10/2025	935	259,69	7,77	455,70
31	10/11/2025	966	254,90	7,63	455,70	32	10/12/2025	996	250,34	7,49	455,70
33	10/01/2026	1027	245,71	7,36	455,70	34	10/02/2026	1058	241,18	7,22	455,70
35	10/03/2026	1086	237,15	7,09	455,70	36	10/04/2026	1117	232,77	6,97	455,70
37	10/05/2026	1147	228,61	6,84	455,70	38	10/06/2026	1178	224,38	6,72	455,70
39	10/07/2026	1208	220,37	6,59	455,70	40	10/08/2026	1239	216,30	6,48	455,70
41	10/09/2026	1270	212,31	6,35	455,70	42	10/10/2026	1300	208,51	6,24	455,70
43	10/11/2026	1331	204,66	6,13	455,70	44	10/12/2026	1361	201,00	6,01	455,70
45	10/01/2027	1392	197,29	5,91	455,70	46	10/02/2027	1423	193,64	5,79	455,70
47	10/03/2027	1451	190,41	5,70	455,70	48	10/04/2027	1482	186,89	5,60	455,70
49	10/05/2027	1512	183,55	5,49	455,70	50	10/06/2027	1543	180,16	5,39	455,70
51	10/07/2027	1573	176,94	5,30	455,70	52	10/08/2027	1604	173,67	5,20	455,70
53	10/09/2027	1635	170,46	5,10	455,70	54	10/10/2027	1665	167,41	5,01	455,70
55	10/11/2027	1696	164,32	4,92	455,70	56	10/12/2027	1726	161,38	4,83	455,70
57	10/01/2028	1757	158,40	4,74	455,70	58	10/02/2028	1788	155,48	4,65	455,70
59	10/03/2028	1817	152,79	4,57	455,70	60	10/04/2028	1848	149,96	4,49	455,70
61	10/05/2028	1878	147,28	4,41	455,70	62	10/06/2028	1909	144,56	4,33	455,70
63	10/07/2028	1939	141,98	4,25	455,70	64	10/08/2028	1970	139,36	4,17	455,70
65	10/09/2028	2001	136,78	4,09	455,70	66	10/10/2028	2031	134,34	4,02	455,70
67	10/11/2028	2062	131,85	3,95	455,70	68	10/12/2028	2092	129,50	3,88	455,70
69	10/01/2029	2123	127,10	3,80	455,70	70	10/02/2029	2154	124,76	3,73	455,70
71	10/03/2029	2182	122,67	3,67	455,70	72	10/04/2029	2213	120,41	3,61	455,70
73	10/05/2029	2243	118,25	3,54	455,70	74	10/06/2029	2274	116,07	3,47	455,70
75	10/07/2029	2304	113,99	3,41	455,70	76	10/08/2029	2335	111,89	3,35	455,70
77	10/09/2029	2366	109,82	3,29	455,70	78	10/10/2029	2396	107,86	3,23	455,70
79	10/11/2029	2427	105,87	3,17	455,70	80	10/12/2029	2457	103,97	3,11	455,70
81	10/01/2030	2488	102,05	3,05	455,70	82	10/02/2030	2519	100,17	3,00	455,70
83	10/03/2030	2547	98,49	2,95	455,70	84	10/04/2030	2578	96,68	2,89	455,70
	TOTAL:		19.114,81	511,46	38.278,80						

## RISCO INTERNO

### OBSERVAÇÕES

**OBSERVAÇÕES**  
----- Logs Alertas -----

09/03/2023 12:16:40 - BPA9145B - I

## Proposta Cadastrada!

09/03/2023 12:24:10 - BPA9145B - I

O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.

09/03/2023 17:52:01 - FERNANDASA - I

Análise:

Telefone 94 992094629 em várias tentativas de contato chama/ caixa postal.

09/03/2023 17:52:07 - FERNANDASA - I

Motivos de pendência:

•

10/03/2023 11:14:48 - BPA9145B - I

O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.

10/03/2023 15:53:51 - MARIALUS - I

Análise:

Telefone 94 992094629 em contato cliente estava na rua, e não estava podendo falar.

13/03/2023 13:57:39 - BPA9145B - I

O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.

14/03/2023 13:44:22 - BPA9145B - I

Cliente contatada, a mesma disse que pode ser realizada nova tentativa de contato neste mesmo número. A mesma ontem estava em um compromisso onde não podia dispendir tempo para o contato telefônico, mais disse que podem entrar em contato novamente que agora ela dispõe de tempo para tal.

14/03/2023 17:00:40 - CARLOSCB - I

Motivos de pendência:

Telefone 94 992094629 em contato cliente SEM O NUMERO DA CONTA .

15/03/2023 14:13:35 - BPA9145B - I

O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.

15/03/2023 14:15:05 - BPA9145B - I

Cliente já está em posse do número da conta. Realizar nova tentativa no mesmo número.

15/03/2023 17:37:26 - MARTIALUS - I

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

PLANILHA DE PROPOSTA SIMPLIFICADA

Proc. : 05/07/2024 14:05:05  
Sist.: 08/07/2024 Cont.: 03/07/2024  
SIC - V.C601999  
MPPLPRPS (MARCELOO)

PLANILHA DE PROPOSTA Nº: 600048029

Análise\_

Telefone 94 99209-4629 em contato cliente confirma dados e solicitação  
15/03/2023 18:31:53 - WVIEIRA - I  
Não é possível realizar a operação até que seja concluído o processamento da folha de pagamento (AV)  
16/03/2023 11:31:21 - BPA9145B - I  
O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.  
16/03/2023 11:38:27 - BPA9145B - I  
O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.  
16/03/2023 15:53:15 - BPA9145B - I  
O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.  
16/03/2023 16:11:04 - WVIEIRA - I  
Não é possível realizar a operação até que seja concluído o processamento da folha de pagamento (AV)  
17/03/2023 10:13:58 - BPA9145B - I  
O usuário não pode atuar nesta fase da proposta.  
20/03/2023 09:47:26 - WVIEIRA - I  
O número do contrato é: 601047816

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	WILSON VALÉRIO VIEIRA
<b>Data e Horário:</b>	22/07/2024 12:09:18
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	35014.082469/2020-36
<b>Interessados:</b>	
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	
<b>Protocolos dos Documentos (Número SEI):</b>	
- Anexo Anexo ao Ofício 711 2024	16962828

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

() Ideia ▶

DM.206454 - DCBEN-SUB-DESABILITAÇÃO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A.-CBC 604 DM.206454

- Propriedades
- Acompanhamento
- Histórico
- PDM
- Links
- Processos
- Auditoria

▼ Recolher tudo

Ações ▼

▼ Geral

ID de ideia *	Título *	Etapas	Status
DM.206454	DCBEN-SUB-DESABILITAÇÃO BANCO INDUSTRIAL DO BRA...	Dataprev/Edição da Id...	Registrada
Objetivo*		Sistema principal impactado	
Desativação da Instituição Financeira BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A como concessora de empréstimo consignado devido rescisão do ACT Nº 71/2020 - NUP 35014.082469/2020-36		ECO - AVERBACAO DE EMPRESTIMO	
Descrição*		Cliente	Conclusão desejada
Desabilitação das operações da IF abaixo como concessora de empréstimo consignado em benefícios previdenciários, devido encerramento / rescisão do ACT em razão da expiração do prazo de vigência, publicado no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020 NUP nº 35014.082469/2020-36		Cientes/INSS	
Anexos		Solicitante *	Selecionador
bib.pdf		Soraia Patente Andrade	Celso de Oliveira Malheiros
		Gestor técnico	
		Celso de Oliveira Malheiros	







INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

**Minuta de Extrato**

**Extrato de Rescisão de ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 71/2020**

**INSTRUMENTO:** Processo nº 35014.082469/2020-36. **ESPÉCIE:** Acordo de Cooperação Técnica. **PARTES:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A. **OBJETO:** Fica rescindido o acordo publicado no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020, firmado para operar consignações decorrentes de empréstimos aos titulares de benefícios previdenciários, a partir da data de publicação deste ato rescisório, por não cumprimento ao disposto na Instrução Normativa INSS/PRES Nº 138 de 10 de novembro de 2022.

**MÁRIO GALVÃO DE SOUZA SÓRIA**

Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Substituto



Documento assinado eletronicamente por **SORAIA PATENTE ANDRADE, Técnico do Seguro Social**, em 09/05/2025, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **20644267** e o código CRC **AF8687E3**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 20644267



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, em 09/05/2025.**

**Ref.:** Processo  
nº 35014.082469/2020-36

**Int.:** BANCO  
INDUSTRIAL DO BRASIL  
S/A

**Ass.:** Rescisão - Acordo  
de Cooperação Técnica  
- Empréstimo Consignado

1. Trata-se de Acordo de Cooperação Técnico entre o INSS e o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A** com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP CEP:04.543-901, inscrito no **CNPJ sob o nº 31.895.683/0001-16**, para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, publicado no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020 (1232189) com período de vigência de 5 (cinco) anos.
2. Em 19 de junho de 2023 foi enviado o Ofício SEI nº 419/2023 (12137459) solicitando a documentação para celebração de Termo Aditivo para adequação aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES Nº138/2022; em 27 de fevereiro de 2024 foi enviado o Ofício SEI nº 143/2024 (15101861); em 06/06/2024 foi enviado o Ofício SEI Nº 599 (16375986) solicitando a apresentação do cadastro de Empresa Participante da Plataforma: [Não me Perturbe](#).
3. Diante disso, pelo descumprimento ao atendimento à adequação aos termos da **IN INSS/PRES Nº138/2022**, esta área técnica sugere a rescisão do Acordo de Cooperação Técnica para que seja cumprida a orientação legal.
4. Portanto, o Acordo vigente será encerrado em 09/05/2025.
5. Para encerramento das operações com a Dataprev, foi cadastrada a demanda - **DM.206454- DCBEN-SUB-DESABILITAÇÃO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A.-CBC 604**.
6. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios - CGPAG para ciência e posterior encaminhamento à Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, para apreciação, assinatura da Minuta do Extrato de rescisão do Acordo de Cooperação (20644267) e envio ao Serviço de Publicidade Legal - SEPL para publicação. Após, devolver à DCBEN para arquivamento.

**WILSON DE MORAIS GABY**  
Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios  
Matrícula SIAPE 0896927



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, **Chefe de Divisão de Consignação em Benefícios**, em 09/05/2025, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **20644276** e o código CRC **D0155494**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 20644276



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

**DESPACHO**

**Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios, em 16/06/2025**

**Ref.:** Processo nº 35014.082469/2020-36.

**Int.:** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A..

**Ass.:** Minuta de Instrução Normativa que disciplina ....

**Ref.:** Processo nº  
35014.082469/2020-36

**Int.:** BANCO  
INDUSTRIAL DO BRASIL  
S/A

**Ass.:** Rescisão - Acordo  
de Cooperação Técnica -  
Empréstimo Consignado

1. Trata-se de Acordo de Cooperação Técnico entre o INSS e o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A** com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP CEP:04.543-901, inscrito no **CNPJ sob o nº 31.895.683/0001-16**, para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, publicado no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020 (1232189) com período de vigência de 5 (cinco) anos..
2. Ciente do Despacho 20644276 sugerindo encerramento das operações da referida Instituição Financeira.
3. Encaminhe-se à DIRBEN para ciência e prosseguimento.

**CARLOS HENRIQUE GONÇALVES**

Coordenador-Geral de Pagamentos

Substituto



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE GONCALVES, Coordenador(a)-Geral de Pagamento de Benefícios Substituto(a)**, em 16/06/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21181540** e o código CRC **7B1D0345**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 21181540



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

**Extrato**

**Extrato de Rescisão de ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 71/2020**

**INSTRUMENTO:** Processo nº 35014.082469/2020-36. **ESPÉCIE:** Acordo de Cooperação Técnica. **PARTES:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A. **OBJETO:** Fica rescindido o acordo publicado no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020, firmado para operar consignações decorrentes de empréstimos aos titulares de benefícios previdenciários, a partir da data de publicação deste ato rescisório, por não cumprimento ao disposto na Instrução Normativa INSS/PRES Nº 138 de 10 de novembro de 2022.

**MÁRCIA ELIZA DE SOUZA**

Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIA ELIZA DE SOUZA**, **Diretor(a)**, em 04/08/2025, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21787555** e o código CRC **DF040604**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 21787555





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

**DESPACHO**

**Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, em 01/08/2025**

**Ref.:** Processo  
nº 35014.082469/2020-36.

**I n t . :** BANCO  
INDUSTRIAL DO BRASIL  
S/A.

**Ass.:** Rescisão - Acordo  
de Cooperação Técnica  
- Empréstimo Consignado

1. Cuida o presente de Acordo de Cooperação Técnico entre o INSS e o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A** com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP CEP:04.543-901, inscrito no **CNPJ sob o nº 31.895.683/0001-16**, para operacionalização do crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, publicado no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020 (1232189) com período de vigência de 5 (cinco) anos.
2. Conforme se infere do Despacho da Divisão de Consignação em Benefícios, (ID 20644276), em 19 de junho de 2023 foi enviado o Ofício SEI nº 419/2023 (12137459) solicitando a documentação para celebração de Termo Aditivo para adequação aos termos da Instrução Normativa INSS/PRES Nº138/2022; em 27 de fevereiro de 2024 foi enviado o Ofício SEI nº 143/2024 (15101861); em 06/06/2024 foi enviado o Ofício SEI Nº 599 (16375986) solicitando a apresentação do cadastro de Empresa Participante da Plataforma: [Não me Perturbe](#), o que não ocorreu até a presente data, razão pela qual propõe a rescisão do ACT a contar de 09-05-2025.
3. Diante da informação prestada pela referida entidade, por meio do Documento SEI 16581371, esclarecendo que desde o final de março de 2023 deixaram de ofertar a contratação de empréstimos desse R. Órgão, razão pela qual não estão sendo enviadas mensagens ou mesmo realizadas chamadas aos beneficiários para oferta de operações de crédito consignado, manifesto concordância com a rescisão do ACT com o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**, **devendo, entretanto, serem mantidos os repasses dos contratos formalizados durante a regular vigência do ACT.**
4. Encaminhe-se à **SEPL** para publicação no D.O.U, extrato (21787555).

**MÁRCIA ELIZA DE SOUZA**  
Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ELIZA DE SOUZA, Diretor(a)**, em 04/08/2025, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21787574** e o código CRC **BB1EC479**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 21787574



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Assessoria de Comunicação Social  
Serviço de Publicidade Legal

**DESPACHO**

**Serviço de Publicidade Legal, em 04/08/2025**

1. Encaminhamos o Extrato. 21787555 para o Diário Oficial da União do dia 5 de Agosto de 2025, Seção 3.
2. Restitua-se para as devidas providências.

**DANIELA MIRANDA DA SILVA OLIVEIRA**

Técnica do Seguro Social



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA MIRANDA DA SILVA OLIVEIRA**, Técnico do Seguro Social, em 04/08/2025, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21809322** e o código CRC **ED438969**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 21809322

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 05/08/2025 | Edição: 146 | Seção: 3 | Página: 163

Órgão: Ministério da Previdência Social/Instituto Nacional do Seguro Social/Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

## EXTRATO DE RESCISÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 71/2020

INSTRUMENTO: Processo nº 35014.082469/2020-36. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica.  
PARTES: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A.  
OBJETO: Fica rescindido o acordo publicado no DOU nº 126, seção 3, fl. 43, de 03/07/2020, firmado para operar consignações decorrentes de empréstimos aos titulares de benefícios previdenciários, a partir da data de publicação deste ato rescisório, por não cumprimento ao disposto na Instrução Normativa INSS/PRES Nº 138 de 10 de novembro de 2022.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Diretoria De Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

Ofício SEI nº 2476/2025/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/PRES-INSS

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Ao

**BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

CNPJ: 31.895.683/0001-16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703, Vila Nova Conceição – São Paulo/SP

CEP:04.543-901

e-mail: inss@bancoindustrial.com.br; wilson.vieira@bib.com.br; implantacao@bib.com.br

À

**DATAPREV - EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA**

Departamento de Gestão de Contratos com Clientes - DECC/SUFI/DAP

Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco E/F, Via L2 Sul - Asa Sul - Brasília - DF

CEP: 70070-931

e-mail: digc@dataprev.gov.br; atendimento.consignado@dataprev.gov.br; tamara.kinupp@dataprev.gov.br;

fernanda.pombo@dataprev.gov.br; claudiana.franca@dataprev.gov.br

**Assunto: Rescisão - Acordo de Cooperação Técnica - Empréstimo Consignado - HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**

Prezado(a)s,

1. Comunicamos a rescisão do Acordo de Cooperação Técnica para operacionalização de empréstimos consignados em benefícios previdenciários entre o INSS e o BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A, em razão do descumprimento ao atendimento à adequação aos termos da **IN INSS/PRES Nº138/2022**, pelas razões contidas no Despacho DCBEN SEI nº 20644276, com publicação no Diário Oficial da União do dia 05 de agosto de 2025, Nº 146, Seção 3, página 163.
2. Cadastrada demanda DM.206454- DCBEN-SUB-DESABILITAÇÃO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A.-CBC 604., para encerramento da IF como concessora de empréstimo consignado a partir de 09/05/2025.
3. Caso haja interesse, a instituição poderá, a qualquer momento, protocolar novo requerimento para celebração do ACT. O ofício de manifestação de interesse deverá ser encaminhado ao e-mail <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>, com o assunto "**Solicitação de celebração de ACT [NOME DA REQUERENTE]**".
4. Após o término dos trâmites, este processo será arquivado.

Atenciosamente,

Anexos: I - Despacho DCBEN (SEI nº 20644276).  
II - Extrato de Rescisão (SEI nº 21787555).  
II - Publicação DOU (SEI nº 21853333).

**JOSÉ ARLINDO NOGUEIRA DE MOURA JÚNIOR**  
Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ARLINDO NOGUEIRA DE MOURA JUNIOR**, **Chefe de Divisão de Consignação em Benefícios**, em 12/08/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21853625** e o código CRC **63DBBD77**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 21853625

**Data de Envio:**

12/08/2025 17:23:53

**De:**

INSS/Acordo de Cooperacao Tecnica de Emprestimo Consignado <acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br>

**Para:**

inss@bancoindustrial.com.br  
wilson.vieira@bib.com.br  
implantacao@bib.com.br  
digc@dataprev.gov.br  
atendimento.consignado@dataprev.gov.br  
tamara.kinupp@dataprev.gov.br  
fernanda.pombo@dataprev.gov.br  
claudiana.franca@dataprev.gov.br

**Assunto:**

BIB\_35014.082469/2020-36

**Mensagem:**

Prezado(a)s,

Segue em anexo comunicado de publicação no DOU.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

**Anexos:**

Oficio\_SEI\_21853625.html  
Despacho\_20644276.html  
Extrato.\_21787555.html  
Despacho\_21787574.html  
Diario\_21853333\_EXTRATO\_DE\_RESCISAO\_\_\_EXTRATO\_DE\_RESCISAO\_\_\_DOU\_\_\_Imprensa\_Nacional.pdf





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, em 13/08/2025.**

**Ref.:** Processo  
35014.082469/2020-36

**Int.:** BANCO  
INDUSTRIAL DO  
BRASIL S/A

**A s s . :** Acordo de  
Cooperação Técnica  
- Empréstimo Consignado  
- Rescisão

1. Com a publicação da rescisão deste Acordo de Cooperação Técnica no **DOU N° 146, Seção 3, página 163, de 05 de agosto de 2025** (21853333), conclua-se na unidade.

**JOSÉ ARLINDO NOGUEIRA DE MOURA JÚNIOR**  
Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ARLINDO NOGUEIRA DE MOURA JUNIOR**, **Chefe de Divisão de Consignação em Benefícios**, em 13/08/2025, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21929316** e o código CRC **2CEDAC8D**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.082469/2020-36

SEI nº 21929316